

**Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Linguística
Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral**

**O PROJETO HOLANDÊS NO BRASIL SEISCENTISTA —
PARA UMA HISTORIOGRAFIA DA LINGÜÍSTICA BRASILEIRA**

Erani Stutz do Valle Adamo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientador: Profª Drª Cristina Altman

**São Paulo
2003**

*À Alessandra, Guilherme e
Juliana – meus estímulos para
a vida.*

*Ao Nelson, incentivador e
companheiro.*

*À Berenice – mulher de fé e
coragem. In memoriam.*

AGRADECIMENTOS

Como agradecer? — Ressoa neste momento a frase de antiga canção que tem me acompanhado estrada da vida afora. Impossível registrar os nomes de todos que participaram deste projeto, direta ou indiretamente. Assumo os riscos, com um sentimento de gratidão que palavra alguma traduziria.

Em primeiro lugar, agradeço à Prof^a Cristina Altman, minha orientadora. ‘Mestra’ na ciência e na arte de escrever a História, de pensar o método, de ser lingüista. ‘Mestre’ na acepção única e histórica, título simples e forte que o distingue de seus discípulos. Sou grata, também, aos Professores Doutores Janice Theodoro (FFLCH-USP, Departamento de História Social), Marilena Chauí (FFLCH-USP, Departamento de Filosofia), Mário Ferreira (FFLCH-USP, Departamento de Lingüística), Margarida T. Petter (FFLCH-USP, Departamento de Lingüística), Ângela C.S. Rodrigues (FFLCH-USP, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos), cujos cursos me orientaram nos rumos desta pesquisa. Agradeço ainda à Prof. Marta Luján (Universidade do Texas) e ao Prof. Even Hovdhaugen (Universidade de Oslo), professores visitantes que me fizeram vislumbrar outros caminhos, novas possibilidades. Minha gratidão ao Prof. Dr. José Luiz Fiorin e, novamente, às Prof. Dr^{as} Margarida Petter e Ângela Rodrigues pela leitura atenta, críticas e orientações durante a realização dos Exames de Qualificação. Juntamente com estes mestres agradeço à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, na pessoa de seus professores, funcionários e colegas – de graduação e pós-graduação – companheiros sem os quais este projeto não teria sido possível. Agradeço ao CNPq e à CAPES, agências financiadoras deste projeto de pesquisa.

Sou profundamente grata aos companheiros do Grupo de Estudos em Historiografia Lingüística, CEDOCH-DL-USP: Aline Cruz, Ângela França, Beatriz Christino, Eliza Tashiro, Luciana Gimenes, Mercedes Hackerott, Olga Coelho e Ronaldo Batista. Sua paciência, sugestões e amizade tornaram bem mais leve esta caminhada. Agradeço, ainda, a Telma Bueno e Vânia Parada, colegas que por aqui passaram e também deixaram suas marcas.

Agradeço ao Prof. Dr. Frans Leonard Schalkwijk, cuja tese de doutorado serviu de primeira inspiração para este projeto; suas palavras, sempre sábias, e presença incentivadora e realista (“não é fácil realizar esse projeto!”) foram constante estímulo, em tempos de lutas e de paz. Da mesma forma, sou profundamente grata aos meus mestres em História do

Cristianismo, Prof. Dr. Francisco Lotufo Neto e Profª Flávia Borges Pereira — mestres no contraponto da arte de pensar.

Agradeço aos funcionários do Departamento de Lingüística, Érika Flávia Souza, Ben Hur Euzébio e Robson D. Vieira – minha equipe de apoio e das orientações práticas. Agradecendo aos funcionários Antonio Carlos Batista e Isabel Lopes Costa, estendo a todos os bibliotecários e funcionários das Bibliotecas da FFLCH — Letras, Filosofia e História — o reconhecimento sincero pela atenção que me dispensaram durante os anos de estudo nesta Universidade. Sorrisos, gentileza e atenção são os aditivos nas horas de desânimo.

Agradeço ainda à Sra. Heloisa Archero de Araújo, bibliotecária e administradora do Centro de Documentação e História “Vicente Themudo Lessa”, ponto de largada do trabalho de campo. A este seguiram: Museu Paulista da USP, Biblioteca do Instituto de Biociências – USP, Biblioteca do Instituto de Psicologia da USP e Biblioteca da Faculdade de Educação da USP. A todos meus sinceros agradecimentos.

Não poderia encerrar sem falar da companhia e do berço de aprendizado acadêmico representado pela convivência com os professores e colegas dos Grupos de Trabalho em Historiografia Lingüística da ANPoLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Lingüística) e da ALFAL (Associação de Lingüística e Filologia da América Latina). Inestimável contribuição.

Um agradecimento especial à Aline, leitora atenta e crítica que revisou este trabalho com carinho, sabedoria e arte. À minha irmã, Eunice, os méritos e agradecimentos pela confecção dos gráficos de tendências — auxílio inigualável na difícil tarefa de conclusão deste texto. À Juliana, filha querida e editora *hour concour*, a quem devo todo o trabalho de edição final, digitalização da figuras — além da companhia, sorrisos e amor incalculáveis.

Como agradecer a quem ouviu cada palavra, cada idéia, cada etapa do projeto? O caminho não teria tão prazeroso sem estes três ‘sócios’ na dura tarefa de sonhar e planejar, amigos e conselheiros inseparáveis nas jornadas do viver. Minha gratidão profunda aos meus três filhos: Alessandra, Guilherme e Juliana. E mais: não existem palavras para agradecer ao incentivo, companheirismo e paciência do Nelson, marido, amigo e companheiro.

Agradeço ainda ao Senhor que me aconselha e até durante a noite ensina meu coração (Salmo 16: 7). Sua presença e seu conselho me instruem e ensinam continuamente. (Salmo 37: 8). *Soli Dei Gloria*.

RESUMO

O objetivo central deste trabalho foi estudar a prática lingüística dos holandeses no Brasil durante a primeira metade do século XVII. Esta pesquisa procurou, também, identificar etapas do desenvolvimento da metodologia científica que ora se constituía, especialmente no que tange à construção de novos sistemas de representação, onde a taxonomia científica desempenhou papel de relevância. Os documentos de História Natural, crônicas e relatos (oficiais e de viajantes) foram o material privilegiado na constituição dos *corpora* de análise lingüística e contextual. O estudo da metodologia utilizada na produção desses documentos fornece subsídios para a descrição da prática lingüística no Brasil Holandês e para os princípios organizadores e norteadores dessa prática.

PALAVRAS CHAVE: Historiografia Lingüística; Historiografia Lingüística Brasileira; Brasil Holandês; Século XVII; História Natural do Brasil

ABSTRACT

The main purpose of this paper was to study the Dutch linguistic practice during the first half of the 17th century. Besides our first objective, we also identified the stages of the scientific methodology that was developing, especially in what is related to the construction of the new systems of representation, in which the scientific taxonomy played an relevant role. The documents of Natural History, chronics, and reports (official and from the travelers) were the material that was focused in the linguistic analysis and contextual *corpora*.. The study of the methodology applied in the production of these documents permits us describe the linguistic practice of the Dutch Brazil and organizational principles of this practice.

KEY WORDS: Linguistics Hitoriography; Brazilian Linguistics Historiography; Dutch Brazil; Seventeen Century; Brazilian Natural History.

Resumen

El objetivo central de ese trabajo fue describir la práctica lingüística de los holandeses en el Brasil durante la primera mitad del siglo XVII. Simultáneamente esa investigación buscó identificar etapas del desarrollo de la metodología científica que ora se constituía, específicamente en lo que tange a la construcción de nuevos sistemas de representación, donde la taxonomía científica desempeñó papel de relevancia. Los documentos de historia natural, crónicas y relatos (oficiales y de viajeros) fueron el material privilegiado en la constitución de los *corpora* de análisis lingüística y contextual. El estudio de la metodología utilizada en la producción de esos documentos provee subsidios para la descripción de la práctica lingüística en el Brasil Holandés y para los principios organizadores y norteadores de esa práctica.

PALABRAS-LLAVE: Historiografía Lingüística; Historiografía Lingüística Brasileña; Brasil Holandés; Siglo XVII; Historia Natural del Brasil.

Índice

Agradecimentos.....	3
Resumo / Abstract / Resúmen	5
Índice.....	7
Índice dos Quadros e Tabelas	12
Índice das Figuras.....	14
Introdução	16
Capítulo I: Este projeto de Historiografia Lingüística	24
1. Periodização.....	27
1.1 - Periodização externa	27
1.1.1 – As invasões holandesas no Brasil.....	28
1.1.2 – O Novo Mundo e a História Natural.....	29
1.2 - Periodização interna.....	30
1.2.1 – O léxico e a produção lingüística.....	30
2. Seleção das fontes	31
2.1 - Fontes primárias.....	32
2.2 - Fontes secundárias	34
3. Estabelecimento dos <i>corpora</i>	36
3.1 - Parâmetros externos.....	37
3.1.1 – Agente.....	38
3.1.2 – Produto.....	40
3.1.3 – Contexto.....	43
3.2 - Parâmetros internos.....	44
3.2.1 – Estudo do registro dos dados lingüísticos.....	46
3.2.2 – Estudo da produção lingüística.....	49

Capítulo II: O Projeto Holandês no Brasil.....	58
1. O Brasil Holandês	65
1.1 - Igreja e Estado.....	66
1.2 - Educação e Cultura	69
2. Aspectos do pensamento holandês seiscentista	74
2.1 - O 'princípio da liberdade'	75
2.1.1 – O humanismo seiscentista.....	76
2.1.2 – A Reforma Protestante e o calvinismo	78
2.2 - A prática lingüística	80
3. Holanda e Portugal no contexto do século XVII:	
encontros e desencontros.....	86
3.1 - Fé vs. Obras.....	86
3.2 - A prática lingüística	89
3.2.1 – A língua materna e o ensino	89
3.2.2 – A produção lingüística.....	92
3.3 - A ciência experimental	95
Capítulo III: Os 'agentes' da produção sobre o Brasil Holandês	98
1. Integrantes da WIC — administração.....	102
1.1 - Baro, Roulox	102
1.2 - Moreau, Pierre.....	105
1.3 - Nassau Siegen, João Maurício de	105
1.4 - Nieuhof, Joan	107
2. Integrantes da WIC — missão científica	108
2.1 - Marcgrave, George	109
2.2 - Piso, Guilherme.....	111
3. Integrantes da WIC — soldados	113
3.1 - Pudsey, Cuthbert	113
3.2 - Schmalkalden, Caspar	114
3.3 - Wagener, Zacharias.....	115
4. Missionário da Igreja Reformada Holandesa.....	116

4.1 - Soler, Vicente Joaquim	117
5. Eruditos europeus.....	118
5.1 - Barléu, Gaspar.....	118
5.2 - Morisot, Claude Barthomy.....	119
Capítulo IV: Documentos do Brasil Holandês	126
1. O Brasil Holandês documentado — os temas da produção holandesa.....	133
2. ‘Contar’ vs. ‘mostrar’ — os modos de apresentação do Brasil Holandês.....	139
2.1 - Os ‘gêneros’ de escrita dos documentos.....	141
2.1.1 – Relatórios oficiais	141
2.1.2 – Publicações científicas.....	143
2.1.3 – Relatos de viagem.....	146
2.1.4 – Crônicas	147
2.1.5 – Material artístico	150
2.1.6 – Autobiografia.....	153
2.2 - Modos de apresentação dos dados lingüísticos.....	155
2.2.1 – Comentários.....	156
2.2.2 – Vocabulários bilíngües	156
2.2.3 – Texto enciclopédico.....	157
3. Notícias do Brasil Holandês – produção e divulgação do conhecimento	158
4. A circulação do saber — recepção e crítica da produção sobre o Brasil Holandês	170
Capítulo V: O registro da diversidade lingüística	180
1. Critérios de registro da diversidade lingüística – as línguas do Brasil	183
1.1 - Busca de identidade língua e nação	184
1.2 - Busca de identidade língua e raça.....	188

1.3 - Relações língua e política	189
1.4 - Relações língua e gênero	192
1.5 - Relações língua e história	193
2. O vocábulo como unidade de representação lingüística	195
2.1 - Relações entre o vocábulo e a representação da diversidade lingüística.....	196
2.2 - Relações entre o vocábulo e o registro gramatical.....	203
2.3 - Relações entre o vocábulo e a coisa nomeada	209

Capítulo VI: A organização do saber – produção lingüística no

Brasil Holandês	212
1. A organização das enciclopédias temáticas ilustradas	216
1.1 - Descrição da organização interna das obras	217
1.2 - Estudo dos títulos conferidos aos documentos	234
1.3 - Os índices organizadores dos volumes	236
2. A organização dos vocabulários bilíngües.....	243
2.1 - A constituição dos conjuntos vocabulares	244
2.2 - Critérios de organização dos conjuntos vocabulares	247
2.3 - Relações entre a língua de entrada e a tradução	259
3. A estrutura e classificação dos textos definitórios e/ou verbetes.....	260
3.1 - Estrutura dos textos definitórios	265
3.1.1 – Estudo do traço definitório: nomenclatura	267
3.1.2 – Estudo do traço definitório: caracterização do referente	272
3.1.3 – Estudo do traço definitório: taxonomia	277
3.1.4 – Estudo do traço definitório: estratégias discursivas.....	280
3.2 - Classificação dos verbetes	285

Capítulo VII: A prática lingüística no Brasil Holandês —

um estudo de tendências	288
1. Os critérios da análise qualitativa dos traços definitórios.....	292

2. Estudo qualitativo dos traços definitórios.....	296
2.1 – Índices de significação dos traços definitórios –	
tendências por grupos de traços.....	298
2.1.1 Nomenclatura.....	298
2.1.2 Caracterização do referente.....	302
2.1.3 Taxonomia	306
2.1.4 Estratégias discursivas	309
2.2 – Índices de significação dos traços definitórios —	
tendências por documentos/autores	313
2.2.1 Nomenclatura – tendências por documento/autor.....	313
2.2.2 Caracterização do referente – tendências por	
documento/autor.....	318
2.2.3 Taxonomia – tendências por documento/autor	321
2.2.4 Estratégias discursivas – tendências por	
documento/autor.....	324
3. Correlações entre as linhas de tendências de uso dos traços	
definitórios	328
Capítulo VIII: A prática lingüística no Brasil Holandês –	
considerações finais.....	337
1. A prática lingüística no Brasil.....	340
2. Os ‘novos’ sistemas de representação.....	344
3. O método científico e o contexto do século XVII	347
Conclusão	353
Bibliografia.....	359
Fontes primárias.....	359
Fontes secundárias	360
Referências bibliográficas.....	361
Bibliografia de apoio.....	367
Referências – Figuras	370

Índice dos Quadros e Gráficos

QUADROS:

Quadro 1: Ficha modelo de catalogação das fontes	32
Quadro 2: Relação das ‘fontes primárias’ – material a partir do qual se constituiu o <i>corpus</i> lingüístico.....	33
Quadro 3: Relação das ‘fontes secundárias’ – material que forneceu dados para a análise dos parâmetros externos	35
Quadro 4: Parâmetros de análise dos <i>corpora</i>	37
Quadro 5: Quadro-resumo dos parâmetros externos	37
Quadro 6: Quadro-resumo dos parâmetros internos.....	45
Quadro 7: Parâmetros internos - Exemplo de estudo dos vocábulos: (Piso 1948 [1648]).....	49
Quadro 8: Índices de significação dos traços definitórios.....	56
Quadro 9: Parâmetros externos – agente. Quadro-resumo da aplicação dos critérios adotados	121
Quadro 10: Parâmetros externos – produto. Quadro-resumo da aplicação dos critérios adotados	174
Quadro 11: Línguas constituintes do <i>corpus</i> utilizado para o estudo dos vocábulos nas fontes primárias	197
Quadro 12: Total de vocábulos registrados nas fontes primárias.....	200
Quadro 13: Exemplos de registro de variantes.....	201
Quadro 14: Organização interna do <i>Livro Segundo</i> – Piso 1648	221
Quadro 15: Organização interna do <i>Livro Terceiro</i> – Piso 1648	222
Quadro 16: Organização interna do <i>Livro Quarto</i> – Piso 1648.....	223
Quadro 17: Organização interna de Marcgrave 1942 [1648].....	226
Quadro 18: Organização interna do <i>Livro Oitavo</i> , Marcgrave	

1942 [1648]	228
Quadro 19: Índices nas enciclopédias temáticas ilustradas	237
Quadro 20: Total de verbetes estudados.....	263
Quadro 21: Resumo dos traços definitórios encontrados nos verbetes das enciclopédias temáticas, com respectivos índices de significação	297
Quadro 22: Índices da análise qualitativa dos traços definitórios – Nomenclatura.....	299
Quadro 23: Índices da análise qualitativa dos traços definitórios – Caracterização do referente	303
Quadro 24: Índices da análise qualitativa dos traços definitórios – Taxonomia.....	306
Quadro 25: Índices da análise qualitativa dos traços definitórios – Estratégias discursivas.....	309
 GRÁFICOS:	
Gráfico 1: Tendências de uso dos traços definitórios – Nomenclatura	299
Gráfico 2: Tendências de uso dos traços definitórios – Caracterização do Referente.....	303
Gráfico 3: Tendências de uso dos traços definitórios – Taxonomia.....	307
Gráfico 4: Tendências de uso dos traços definitórios – Estratégias Discursivas.....	310
Gráfico 5: Tendências de uso dos traços definitórios – Nomenclatura – tendências por documento/autor	314
Gráfico 6: Tendências de uso dos traços definitórios – Caracterização do Referente – tendências por documento/autor	318
Gráfico 7: Tendências de uso dos traços definitórios – Taxonomia – tendências por documento/autor	322
Gráfico 8: Tendências de uso dos traços definitórios – Estratégias Discursivas – tendências por documento/autor	325

Índice da Figuras

Fig.1 – <i>Mameluca</i> – Albert Eckhout	16
Fig. 2 - A crow from the West-Indies in Brazilian, Arara - Schmalkalden, ms	24
Fig. 3 - Detalhe do cotidiano no Brasil Holandês.....	58
Fig. 4 - Mapa do Brasil - 1595	61
Fig. 5 – Mapa do Brasil Holandês – 1680	64
Fig. 6 – Lista de livros encontrados nos armazéns da Companhia.....	73
Fig. 7 – <i>Araticuponha</i> - Anônimo 1660-1664	98
Fig. 8 – Maurício de Nassau, 1647	104
Fig. 9 – <i>Caju</i> - Wagener 1997 (ms.).....	126
Fig. 10 – Folha de rosto: Anônimo 1660-1664, vol. I.....	132
Fig. 11 - Folha de rosto: Anônimo 1660-1664, vol. II	135
Fig. 12 – Folha de rosto: Anônimo 1660-1664, vol. III	138
Fig. 13 - Folha de rosto: Anônimo 1660-1664, vol. IV	140
Fig. 14 - Folha de rosto: Piso 1648.....	144
Fig. 15 - Folha de rosto: Barléu 1647	148
Fig. 16 – Folha de rosto: Wagener, ms.....	154
Fig. 17 – Folha de rosto: Nieuhof 1682.....	160
Fig. 18 - Folha de rosto: Schmalkalden, ms	168
Fig. 19 - Folha de rosto: Soler 1639	173
Fig. 20 – <i>Negra</i> – Albert Eckhout	180
Fig. 21 – Excerto da Gramática do Tupi, Pe. José de Anchieta, in Marcgrave 1948	205
Fig. 22 – “Japûi” Anônimo 1633-1644	212

Fig. 23 – Índice – Schmalkalden, ms.....	238
Fig. 24 – Índice – Anônimo 1660-1664, vol. I.....	239
Fig. 25 – Índice – Anônimo 1660-1664, vol. II.....	240
Fig. 26 – Índice – Anônimo 1660-1664, vol. III	241
Fig. 27 – Índice – Anônimo 1660-1664, vol. IV	242
Fig. 28 – “Vocabulário Chileno” in Barléu 1974 [1647]	249
Fig. 29 – “Pequeno Dicionário ...” in Marcgrave 1942 [1648]	255
Fig. 30 – “Vocábulos Brasileiros” in Schmalkalden, ms	261
Fig. 31 – <i>Maracujá</i> – Wagener, ms	288
Fig. 32 – <i>Vry Bvrgh</i> – Frans Post, ms.....	337
Fig. 33 – “Jabirú” in Weinbergschlösschen (Wagener 1997)	353



Fig. 1 – *Mameluca*, Albert Eckhout

Desde quando a diferença é dita ou transcrita, torna-se significativa, já que é captada nos sistemas da língua e da escrita. Começa então esse trabalho, incessante e indefinido como o das ondas quebrando na praia, que consiste em levar do outro ao próprio.

Hartog 1999: 229

Introdução

Já um século havia passado desde os descobrimentos. Olhando a história do ponto de vista do europeu, podemos acompanhar as incríveis mudanças ocorridas em espaços temporais muito pequenos para a dinâmica da época. Índia, China e Japão aproximavam-se cada vez mais da Europa por meio de novas rotas marítimas e do desenvolvimento de tecnologia apropriada às grandes navegações. Um novo continente fora descoberto e, passados cem anos, ainda era novo aos olhos do Antigo: seus limites, ainda móveis, apontavam um horizonte distante e estimulavam sonhos, desejos, cobiça – projetos. Enquanto espanhóis procuravam ouro e prata, portugueses transformavam madeira e açúcar em moeda. Uma rede de trama muito tênue parecia manter o equilíbrio nas relações comerciais: a Península Ibérica fora pioneira nas descobertas e lutou através de tratados, concessões e guerras para manter sua hegemonia. Os portugueses mantinham relações de comércio com a Inglaterra e a Holanda, mas lutavam para manter a posse das colônias africanas e americana (Brasil).

Sob a força da nação portuguesa, alguns fundamentos, ainda frágeis, eram lançados: a conquista de novas terras e os desafios da colonização, alianças políticas necessárias para o

fortalecimento do Estado, os desafios missionários advindos da Contra-Reforma. Outros fundamentos, historicamente sólidos, eram desafiados, confrontados, esquecidos: posição privilegiada nos projetos de navegação, alianças com a Inglaterra e a Holanda, as disputas que envolveram a formação dos Estados Nacionais europeus, as rotas de comércio, entre outros. A distância de um século separa, também, o XVII da Reforma Protestante que, somada às transformações do pensamento advindas com o Humanismo e o Renascimento, colocaram em xeque os sistemas de crenças e de conhecimentos vigentes até então. As descobertas científicas e a imprensa aceleraram a divulgação desse novo tempo; o estudo das línguas vernaculares tomou impulso, motivado, também, pela Reforma que pregava a necessidade de ter a Bíblia traduzida e o Evangelho anunciado na língua materna de seu leitor/ouvinte; as gramáticas vernaculares têm seu desenvolvimento acentuado no período, resultado de um interesse anterior, mas que atinge seu auge dentro desse contexto. Enfim, da perspectiva do pesquisador, hoje, esse é um tempo de movimento, mudanças. Não é sem razão que a literatura dessa História caracteriza esse período com uma palavra: **conflito**.

A descoberta da América colocou o homem europeu diante de uma situação quase inédita na história da humanidade. Muitos são os relatos históricos de contatos entre povos e/ou civilizações, dentre os quais podemos destacar as narrativas gregas. Nelas, o mundo está representado/enunciado em dois termos: os gregos e os não-gregos, ou bárbaros. Nesse tipo de retórica, a diferença está intimamente ligada a uma identidade firmemente constituída e a uma visão altamente utópica do mundo e da realidade — fatores que levam a um discurso também utópico, cujo objeto é o **próprio**, o mesmo. A diferença só é significativa enquanto representação do **antipróprio** (cf. Hartog 1999: 229-230). Mecanismos de tradução são desenvolvidos em contextos como esses, ou pela inversão, ou pela comparação, às vezes chegando ao fantástico. A diferença, traduzida num esquema de inversão, é vista como o inverso do conhecido (o próprio), e este como ‘universal’; a diferença, traduzida como comparação, exige que o segundo termo pertença ao sistema de referências de quem a registra, conferindo um contexto que esboça classificações (idem, *ibidem*).

O que tornou o século XVI e o contato com as Américas um momento privilegiado na história da humanidade foi o fato de se fazer necessária a busca de soluções para a representação do novo, e este muitas vezes literalmente **novo**, sem elementos que se constituíssem como termos de comparação.

Os primeiros capítulos deste trabalho descrevem os contextos históricos, político e científico, numa tentativa de retratar o momento de grande efervescência intelectual e tecnológica por que passava a Europa. A percepção da diferença, nesse contexto, teria por princípio elementos menos distintos, dada a situação de proximidade física e cultural historicamente construída desde a expansão do Império Romano. Desse modo, o contato com as formas, cores, sabores e sons do Novo Mundo permitiu ao europeu a construção de novos sistemas de referências, baseados em traços distintivos que lhes foram ‘salientes’ dentro de um contexto de identificação e classificação baseado em novos parâmetros: o conhecido favorecendo a construção da universalidade e seus diversos níveis (o que chamaríamos, num sistema hierárquico de classificação, de **gêneros e espécies**), pressupondo muito mais a identificação das semelhanças; o novo, ou desconhecido — favorecendo a construção dos singulares e seus níveis (o que chamaríamos de **diferenças**, passando pela identificação do **próprio** e dos **acidentes comuns**) e muito mais voltado para a descrição das diferenças.

Os termos utilizados no parágrafo anterior — com a intenção de compor uma introdução ao estudo da diversidade lingüística registrada nas fontes pesquisadas para este trabalho — não são aleatórios. São os termos utilizados por Arnauld e Nicole para a explicação dos universais em sua *Logique de Port Royal* (Arnauld e Nicole, Paris 1662), o que corrobora o que pretendo destacar: o contato com a diversidade põe em evidência — ou torna ‘saliente’ — toda uma gama de diferenças e semelhanças que podem ser descritas, catalogadas, classificadas e comparadas. Nesse caso, a exatidão dos registros passa a ser uma questão cada vez mais pertinente, sob pena de se perder as nuances que permitiriam a identificação de um determinado fenômeno ou a distinção de espécies. A tradução das diferenças, passando pela nomeação, e pela comparação, foi o recurso descritivo mais utilizado e que melhor se adequou ao momento. As perspectivas adotadas pelos autores do período, tão diversas quanto suas origens, formação e interesses, são responsáveis pelas especificidades da produção. O aparato tecnológico que vinha se desenvolvendo tem, então, uma aplicação imediata: microscópios, telescópios, os estudos perspectiva e da refração da luz. Mais do que polêmicas ou teorias da época, o homem dos séculos XVI e XVII tinha no estabelecimento da prática o ponto de convergência e divergência que propiciava uma verdadeira dinâmica que revolucionaria os séculos seguintes.

A diversidade registrada é um dos movimentos dessa dinâmica estabelecida ou em estabelecimento. É o registro das diferenças 'salientes' ao colonizador europeu diante de seu próprio sistema de representação já estabelecido, e que começava a não mais dar conta de talar e mostrar o que se via e se ouvia num mundo, agora muito maior do que se havia suposto.

Parti do pressuposto de que todo registro feito, quer sobre as línguas, quer sobre a natureza, quer sobre a denominação dessa natureza, obedecia a dois princípios básicos por parte dos seus emissores: 1^o) reproduzia formas de representação já cristalizadas no meio do qual era proveniente, seja ele um cientista, um viajante, um administrador, etc.; 2^o) buscava uma representação adequada para um fato ou dado, até então desconhecido e que ines foi saliente de alguma maneira, ou por algum critério, no momento da identificação e descrição. Por conseguinte, a prática lingüística holandesa no Brasil encaixa-se no processo descrito acima e obedece aos mesmos pressupostos.

Essas são, em linhas gerais, as perspectivas que orientaram a descrição e a análise dos *corpora* neste trabalho: a percepção da diferença que resultou no registro do que era 'saliente' aos olhos do colonizador holandês e as soluções compilatórias encontradas para o registro dessa diferença.

Para tanto, o primeiro capítulo apresenta, de forma detalhada, os princípios metodológicos que orientaram a realização deste projeto de pesquisa. Os procedimentos essenciais da metodologia empregada passaram, necessariamente, por três etapas. A primeira etapa, chamada de 'periodização', buscou estabelecer os limites históricos e contextuais da análise, justificando essas delimitações. A segunda, pretendeu demonstrar os critérios utilizados para seleção das fontes — foram dezessete documentos, que foram classificados em fontes primárias e secundárias. Essas fontes forneceram os dados para a constituição dos *corpora* de análise, tanto de aspectos externos, ou contextuais, quanto de aspectos internos, ou lingüísticos. Por fim, após a constituição dos *corpora*, fez-se necessária a definição dos parâmetros de análise, distintos para os aspectos externos e internos.

Deve ficar claro, portanto, que o princípio central que permeia este trabalho de Historiografia é o da explicitação da metodologia empregada, o que deve auxiliar o leitor na leitura e compreensão da análise, bem como das hipóteses sugeridas ao longo do texto.

Estabelecida a metodologia, os três capítulos seguintes apresentam a análise dos parâmetros externos. O segundo capítulo trata do projeto holandês no Brasil, resultado do estudo dos aspectos históricos que estão ligados à chegada e ao estabelecimento dos holandeses no Brasil na primeira metade do século XVII. Um recorte é sempre necessário, sob pena de se perder o foco, o que nos levou a privilegiar aspectos referentes à administração da colônia, especialmente os que remetem à ideologia motivadora do projeto de colonização: as relações entre Igreja e Estado, o projeto educacional e a pesquisa científica. Tratando-se de um projeto de colonização, abordei, também neste capítulo, o contexto europeu de onde partiu. Foram apresentados, então, alguns fatores que, a meu ver, impulsionaram tanto a tarefa de colonização quanto a de produção lingüística no novo continente: a) o 'princípio da liberdade', destacado por muitos historiadores do povo holandês (por exemplo, Simon Schama, cf. Schama 1992); b) os reflexos da Reforma Protestante no pensamento e na prática holandesa seiscentista. Ainda nesse capítulo, apresento um resumo da produção lingüística holandesa no final do século XVI e primeira metade do XVII, com vistas, também, a fornecer subsídios para o estudo da produção lingüística holandesa no Brasil. Esse capítulo termina com uma breve comparação entre esses aspectos da ideologia e da prática holandesa e os que remetem à colonização portuguesa no Brasil, com o objetivo de identificar possíveis pontos de semelhança, ou de diferenciação, na prática lingüística nesse período da história colonial brasileira.

Os Capítulos III e IV apresentam, respectivamente, o estudo dos parâmetros externos 'agente' e 'produto'. Ou seja, o terceiro capítulo trata de aspectos específicos da vida dos autores dos documentos selecionados como fontes desta pesquisa: sua formação acadêmica, resenha de sua produção intelectual e suas relações com o Brasil Holandês. O quarto capítulo apresenta todos os documentos estudados, sob a perspectiva dos seus conteúdos e contextos de produção, tais como: a forma de apresentação e os temas tratados nos documentos, os dados de edição e o público-alvo. Esses capítulos apresentam o contexto no qual se insere a produção lingüística holandesa no Brasil.

Com o quinto capítulo tem início a apresentação da análise lingüística. O tema desse capítulo foi o registro dos dados de língua, tal como feito pelos holandeses no Brasil e como encontrados nos documentos selecionados para este trabalho. A análise dos *corpora* permite detectar, como um dos eixos da prática lingüística no Brasil Holandês, o registro da

diversidade lingüística, perceptível através do estudo dos comentários sobre as línguas do Brasil e as formas de seleção e registro do léxico.

O capítulo seguinte apresenta o estudo sobre o tratamento dado pelos holandeses a esses dados lingüísticos (o léxico, especialmente). Ou seja, trata da análise da produção lingüística: a organização das enciclopédias temáticas e dos vocabulários bilíngües. Por fim, o estudo dos verbetes, ou textos definitórios, e dos traços que os constituem.

O último capítulo apresenta o estudo dos índices de significação, numa análise qualitativa dessa produção, em especial dos textos definitórios. Foram elaborados quadros de tendência que pretendem mostrar, com o auxílio de gráficos, as relações entre a presença e ausência dos traços definitórios nos textos dos diversos autores. Esses quadros favoreceram as correlações entre a constituição dos verbetes e alguns dos princípios norteadores da prática lingüística holandesa no Brasil colonial; além disso, colaboraram na demonstração das correlações entre as tendências de uso inerentes a cada autor. O que se pretendeu com essa análise foi a verificação das tendências da prática lingüística no Brasil Holandês relacionadas aos aspectos abordados nos capítulos anteriores. Em suma, o estudo de uma dinâmica que teria sido impulsionada pela percepção da diferença em contato com os valores já anteriormente estabelecidos — as tendências para o ‘universal’, favorecidas pelas (re)leituras do conhecimento já estabelecido, e as tendências para o ‘específico’, estimuladas pela descrição das diferenças.

De acordo com o estudo dos dados constituintes dos *corpora* estabelecidos para análise neste trabalho, é possível afirmar que os estudos de História Natural — tema central dos documentos estudados para a análise lingüística — desenvolvidos no século XVII são um dos fatores preponderantes para a caracterização do período como contexto da construção de novos sistemas de representação, baseados em princípios organizadores diversos dos que se verificara até então. O desenvolvimento concomitante e/ou resultante de uma taxonomia científica favoreceu a construção dos diversos níveis caracterizadores dessas estruturas de representação, contribuindo para o estabelecimento do método científico de tratamento dos dados — neste caso, dados lingüísticos.



Fig. 2 - Ein West Indianischer Rabe, Brasilianisch – Irarara, Schmalckalden, ms

As ciências trazem sempre consigo o projeto mesmo longínquo de uma exaustiva colocação em ordem: apontam sempre para a descoberta de elementos simples e de sua composição progressiva; e, no meio deles, elas formam quadro, exposição de conhecimentos, num sistema contemporâneo de si próprio.

Foucault 1992: 89-90.

Capítulo I

Este projeto de Historiografia Lingüística

O projeto de Historiografia Lingüística que orientou a realização deste trabalho leva em conta aspectos internos (ou lingüísticos) e aspectos externos (ou contextuais) para a reconstituição da prática lingüística no período selecionado (cf. Swiggers 1990b), qual seja, o contexto do Brasil Holandês, na primeira metade do século XVII. Desse modo, o que se buscou foi compreender o ‘clima de opinião’, ou o contexto intelectual do período estudado (cf. Koerner 1996b), etapa que envolveu: a) o estudo da história das nações envolvidas nesse contexto específico (Holanda, Portugal); b) a história da formação da Companhia das Índias Ocidentais, c) a biografia dos autores; d) a reconstituição do processo de escrita/edição dos documentos utilizados para a constituição dos *corpora*.

A definição de parâmetros e critérios tem por objetivo deixar transparente ao leitor a metalinguagem do pesquisador, que deve ser uma ferramenta de análise que promova a distinção do seu trabalho, enquanto historiógrafo, do trabalho efetuado pelos autores de seus

documentos (cf. Koerner 1996a). Este capítulo explicita, portanto, a constituição dos parâmetros de análise, que operam como ferramentas de trabalho, filtros de interpretação de dados, circunscrevendo, verdadeiramente, o campo de análise. Os três constituintes essenciais da metodologia aqui empregada são: 1) periodização; 2) seleção das fontes e constituição dos *corpora* de análise; 3) parâmetros de análise.

1. Periodização

Uma das preocupações deste trabalho foi a de buscar o equilíbrio entre o que chamamos de ‘externo’ e o que chamamos de ‘interno’ dentro dos estudos de Historiografia Lingüística. A aplicação dessa subdivisão estendeu-se, também, para a periodização. Num primeiro momento, procuramos estabelecer os critérios utilizados para o recorte tendo em vista os fatores externos, ou seja, a própria História do Brasil e dos empreendimentos holandeses no Brasil. A seguir, um recorte dentro da Historiografia Lingüística, especialmente no que diz respeito à história da Lexicografia e das práticas a ela relacionadas. A metodologia utilizada para tais recortes, bem como as justificativas metodológicas são apresentadas nos subitens a seguir.

1.1 - *Periodização externa*

Uma periodização externa, como todo recorte, é uma solução relativa, uma tentativa de fixar limites que viabilizem o trabalho do ponto de vista operacional; possibilita o estabelecimento de relações entre o objeto e o seu contemporâneo, e entre o objeto e seus horizontes de retrospecto e projeção (cf. Swiggers 1990b).

Dois aspectos em especial são relevantes para a delimitação dos fatores externos que possam ter exercido alguma influência sobre a concepção e a prática lingüísticas durante o Brasil Holandês, quais sejam: a) os que dizem respeito à História do Brasil colonial e as relações deste com os empreendimentos comerciais holandeses; b) os que dizem respeito ao Novo Mundo e à importância de sua descoberta para o desenvolvimento das ciências naturais.

1.1.1 - AS INVASÕES HOLANDESAS NO BRASIL

A denominação ‘Brasil Holandês’, em si, já estabelece um recorte cronológico, tendo sido usada por historiadores e também por autores da época (Nieuhof, por exemplo [Nieuhof 1942 [1682]:32]). Esse termo refere-se especificamente ao período de dominação holandesa no nordeste brasileiro, que teve Pernambuco (Recife) por sede administrativa e que perdurou pelos anos de 1630 a 1654. Opõe-se ao termo Brasil Português, utilizado neste trabalho para referir-se à administração portuguesa no Brasil. O curto espaço de tempo deste recorte, configura-se, entretanto, como período bastante produtivo de documentos sobre a nossa terra. Devido a características específicas do empreendimento comercial e colonizador holandês, a administração aqui estabelecida procurou impulsionar também a formação de bases ou centros culturais na colônia, de onde a proliferação de registros, divulgados sob os mais diversos suportes.

Esta não foi a única tentativa de invasão holandesa no Brasil, mas certamente foi a mais bem sucedida. Em 1624, a Bahia foi tomada pelas tropas holandesas sob o comando de Piet Heyn (1577-1629) e lá permaneceram por mais de um ano. Viagens corsárias, organizadas pela Companhia das Índias Ocidentais ao longo das costa brasileira, tentavam enfraquecer e desestabilizar a administração portuguesa no Brasil. Entretanto, por um conjunto de fatores, esses episódios não tiveram um efeito prolongado na história da colonização. Impulsionados por um *superávit* nos cofres da Companhia (resultado de empreendimentos recentes), pelo acréscimo de cotas de participação das diversas províncias dos Estados Gerais dos Países Baixos e por um plano mais ‘realista’ de tomada do território, os flamengos estabeleceram-se na região nordeste do Brasil em 1630 – fato histórico popularmente conhecido como o da ‘segunda invasão holandesa’. Este é o período privilegiado por este trabalho.

Os vinte e quatro anos de governo holandês no Brasil foram não apenas um fato histórico, mas um dos componentes formadores da **brasilidade**, o sentimento e/ou percepção do que é o Brasil e do que é ‘ser brasileiro’. Às ações administrativas, pedagógicas e econômicas do Alto Conselho da Colônia (englobando-se aqui as iniciativas de cunho científico, religioso e lingüístico), corresponderam reações do Brasil Português. Esse contexto e essa dinâmica criaram condições para o surgimento de uma consciência específica dos

problemas brasileiros (Theodoro 1998), colocando esse momento como paradigmático para o pesquisador.

1.1.2 - O NOVO MUNDO E A HISTÓRIA NATURAL

O contato com a América colocou o homem europeu, literalmente, diante de um ‘Novo Mundo’: novo nas formas e cores, nos sons e aromas; novas civilizações são descobertas, novos modos de vida; novas línguas e novo saber. Como nomear e descrever esse mundo? Mais que isso: como falar **sobre** e **para** o Novo Mundo? Na busca de soluções que pudessem contribuir para o recorte cronológico, levei em conta o saber que circulava sobre as novas terras descobertas, bem como as contribuições que estas trouxeram para o desenvolvimento da História Natural – ciência que tem suas raízes na Antigüidade Clássica. Tal recorte se justifica tendo em vista as características do material encontrado (e que constitui os *corpora* deste trabalho, tal como será exposto nos itens seguintes). Desse modo, estabeli como limites os estudos de História Natural — ou a descrição e estudo dos aspectos biológicos dos seres e das espécies — desenvolvidos entre o período do Renascimento e a publicação de *La Logique ou l’art de penser* (Arnauld e Nicole, Paris 1662).

O que se pretende, desse modo, é buscar a compreensão das soluções compilatórias e/ou descritivas encontradas pelos holandeses para o registro da diversidade brasileira (sobremodo da biodiversidade). Vale ressaltar que a concepção teológica reformada holandesa trouxe para o Brasil a preocupação com a criação de escolas que atendessem a **toda** a população, com vistas à alfabetização de todas as camadas sociais, o que incluía também a construção de uma universidade (o que não conseguiram concretizar). Dentro desses objetivos e alimentando outros, trouxeram para cá cientistas — tal como os vemos hoje — que observaram e descreveram o que viram: flora, fauna, terras, clima, povos, raças e língua (ainda que a língua não tenha sido o objetivo central da descrição).

As formas de descrição dessa natureza, as tentativas de tradução da nomenclatura e das diferenças desse mundo exótico, e o léxico compilado pelos holandeses (e transcrito nos documentos da época) são o maior legado deixado pelos holandeses a quem possa interessar-se por essa história e, certamente, pela análise sob uma perspectiva lingüística.

É, pois, esse quadro que delimita este trabalho: o Brasil seiscentista sob o domínio holandês.

1.2 - Periodização interna

Uma periodização interna, embora baseada em outros parâmetros, também é uma solução relativa, e pelos mesmos motivos elencados na introdução do subitem anterior. O que justifica acrescentar este aspecto à metodologia empregada neste trabalho é a busca de modelos que pudessem, de alguma maneira, ter orientado a tarefa de registro dos dados, tal como elaborada pelos autores holandeses no Brasil. Para isso foram selecionados dois enfoques dentro do que poderíamos chamar de Historiografia da Lexicografia.

1.2.1 - O LÉXICO E A PRÁTICA LEXICOGRÁFICA

O registro e o estudo do léxico foram preocupações, de certa forma, constantes ao longo da história. Tal prática foi orientada por princípios e parâmetros que variaram de acordo com as concepções e os interesses de cada época. Assim, estabelecer um recorte cronológico dentro dessa perspectiva é tarefa muito complexa.

Numa tentativa de minimizar as dificuldades e definir limites claros que pudessem contribuir para a contextualização das análises feitas no decorrer desta pesquisa, defini dois temas, tal como abordados e desenvolvidos durante os séculos XVI e XVII, privilegiadamente:

- a) o desenvolvimento de dicionários monolíngües e bilíngües, do Renascimento às publicações do século XVII. Destaco como 'limite' nessa periodização a publicação do *Thesaurus* de John Wilkins (1614-1672), que traz as seguintes contribuições para o desenvolvimento da metodologia lingüística: a constatação de que a 'palavra' é a primeira e a mais importante unidade da língua; a organização racional das palavras como signos; o possível paralelo entre a ordem da realidade e a ordem da linguagem (vocabulário); a taxonomia como um princípio geral de ordem (cf. Hüllen 1986: 120);

- b) o desenvolvimento da lexicografia temática — esta como parte do processo que culminou no enciclopedismo do século XVIII (cf. Capítulo II deste trabalho).

2. Seleção das Fontes

A princípio, considerei como fonte em potencial todo e qualquer documento escrito e/ou publicado no Brasil ou sobre o Brasil durante o período recortado (tal como apresentado no item anterior). Com isto quero dizer que o primeiro grande filtro utilizado foi de ordem cronológica e geográfica, com vistas a, realmente, ‘mapear’ a produção do Brasil Holandês. Muitas das obras identificadas foram redigidas no Brasil, ou tiveram por base anotações efetuadas *in loco*, ainda que concluídas na Europa. Neste caso, sofreram revisões e/ou ampliações do próprio autor e, nos casos das publicações póstumas, de amigos e parentes — fato este que não chegou a comprometer a originalidade do documento, ao menos no que diz respeito aos objetivos deste trabalho.

Os documentos localizados na primeira etapa da pesquisa são de vários gêneros (crônicas, relatórios, textos científicos) e foram escritos em diversas línguas (em latim, alemão, holandês, português, Tupi, etc.). Muitos desses documentos foram traduzidos para o português e publicados por pesquisadores brasileiros. Iniciativas de ministros e secretários da Educação incentivaram projetos de tradução de obras referentes ao período, tais como: a *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* (Gaspar Barléu 1974 [1647]), a *História Natural e Médica da Índia Ocidental – em cinco livros* (Guilherme Piso 1957 [1658]) e a *História Natural do Brasil* (Jorge Marcgrave 1942 [1648]). O financiamento de projetos semelhantes por parte de empresas estatais (tais como o Instituto do Açúcar e do Alcool e a Petrobrás) trouxe para o público e para os pesquisadores brasileiros a tradução de obras importantíssimas para a reconstrução histórica da presença holandesa no Brasil, como por exemplo o *Relatório sobre as capitânicas conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639)* (Adriaen van der Dussen 1947 [1639]) ou o *Thierbuch* (Zacharias Wagener 1979 [MS depositados no “Kupferstich-Kabinett” de Dresden]). Tais iniciativas, aliadas ao interesse acadêmico, trouxeram aos leitores brasileiros obras como as de Roulox Baro (*Relação da Viagem ao País dos Tapuias*, 1979 [1651]) ou Joan Nieuhof (*Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, 1981 [1682]), acabando por disponibilizar ao pesquisador contemporâneo

farto material em língua portuguesa, cujas edições, em sua grande maioria, foram confrontadas com os manuscritos originais depositados nos arquivos europeus.

As obras e/ou documentos encontrados foram catalogadas em fichas de acordo com o modelo abaixo:

Quadro 1: Ficha-modelo de catalogação das fontes.

Referência	Piso 1648
Autor	Willhelm Piso (1611-1678)
Obra	“Medicina Brasiliensi” In <i>Historia Natvralis Brasiliae</i> . Amsterdam: Lud. Elzevirium: 1648
Edição utilizada	<i>História Natural do Brasil Ilustrada</i> . [Texto original, acompanhado de tradução para o português feita pelo Prof. Alexandre Correia]. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional: 1948.
Gênero	texto científico
Língua original	latim
Nº de páginas	70 páginas

Diante da grande quantidade de material encontrado, da sua diversidade e especificidades (principalmente no que diz respeito às condições de edição), optei por classificar as obras em fontes primárias e fontes secundárias, tendo por base os critérios descritos abaixo.

2.1 - Fontes primárias

Foram consideradas ‘fontes primárias’, neste trabalho, os materiais a partir dos quais foram construídos os *corpora* para a análise lingüística. Parti do princípio de que as ‘fontes primárias’ devem ser selecionadas dentre os documentos e obras originais (edições de época). Isso porque é de suma importância que os dados utilizados na análise lingüística sejam exatamente os que foram propostos ou compilados pelos seus respectivos autores ou

pesquisadores, garantindo-se a fidelidade ao registro, tal como escrito, pensado e publicado originalmente.

Assim sendo, procurei localizar os documentos originais nos acervos brasileiros — tarefa que se mostrou infrutífera, em parte porque os originais dos documentos procurados estão arquivados em bibliotecas e museus europeus, sem permissão de saídas ou cópias; em parte porque, ainda que um ou outro tivesse uma cópia em biblioteca brasileira (como é o caso da obra de Gaspar Barléu¹), ainda assim o acesso a essas obras é bastante restrito. Optei, então, pela busca de publicações posteriores, mas que apresentassem o documento original. Foram selecionadas e classificadas como fontes primárias as obras que correspondiam aos seguintes critérios de seleção:

- a) edições fac-similares dos documentos e obras originais;
- b) edições diplomáticas dos documentos e obras originais;
- c) edições que reproduzem o texto original, sem alterações de tradução, revisão ou edição (reprodução na língua original).

As obras encontradas e que foram estabelecidas como fontes primárias por terem preenchido os critérios acima foram as seguintes:

Quadro 2: Relação das ‘fontes primárias’ — material a partir do qual se constituiu o *corpus* lingüístico.

Referência	1ª edição	Edição utilizada	Nº de páginas
Anônimo 1633-1644	[ms depositados na Biblioteca Jaguelônica em Cracóvia]	“Libri Principis” In <i>Brasil Holandês</i> . [Ed. fac-similar: Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares] Rio de Janeiro: Index: 1995	311
Anônimo 1660-1664	[ms depositados na Biblioteca Jaguelônica em Cracóvia]	“Theatrum rerum naturalium Brasiliae” In <i>Brasil Holandês</i> . [Ed. fac-similar: Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares] Rio de Janeiro: Index: 1995	415

¹ Foi localizada uma cópia de edição original de Gaspar Barléu (1647) no IEB. A dificuldade está relacionada ao manuseio: trata-se de um documento bastante raro, não sendo permitidas cópias desse original. Tendo em vista que os dados nele encontrados relacionavam-se muito mais ao contexto, optei por trabalhar com a tradução para o português.

Piso 1648	Pisonis, Gulielmi. "Medicina Brasiliensis" in <i>Historia Natvralis Brasiliae</i> . Amsterdam: Lud. Elzevirium: 1648	Piso, Guilherme. <i>História Natural do Brasil Ilustrada</i> . [Texto original, acompanhado de tradução para o português feita pelo Prof. Alexandre Correia]. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional: 1948.	70
Pudsey ms	<i>Journal of a residence in Brazil</i> . [ms depositados ma Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sob o n° I.12.3.17]	Pudsey, Cuthbert. "Diário de uma Estada no Brasil" in <i>Brasil Holandês</i> . [Ed. fac-similar: Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares] Rio de Janeiro: Index: 2000.	71
Schmal-kalden, ms	Schmalkalden, Caspar. [ms catalogado na "Forschungs und Landesbi-bliothek" de Gotha sob o n° de catálogo "Chart B 533"]	Schmalkalden, Caspar. "Caspar Schmalkalden [...] Pharnambuco in Brasil" In <i>Brasil Holandês</i> . [Ed. fac-similar: Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares] Rio de Janeiro: Index: 1998.	124
Wagener, ms	Wagener, Zacharias. [ms depositados no "Kupferstich - Kabinett" de Dresden]	Wagener, Zacharias. "Thier Buch" In <i>Brasil Holandês</i> . [Ed. fac-similar: Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares] Rio de Janeiro: Index: 1997	132
TOTAL			1123

Dessa forma ficou constituído o quadro de fontes primárias desta pesquisa. Vale ressaltar que a análise lingüística, especificamente a dos vocábulos, manteve-se restrita unicamente às fontes primárias relacionadas no quadro acima. As edições fac-similares acompanhadas de tradução serviram como fontes primárias (fac-símile do original) e secundárias (a tradução do original), tal como exposto no item abaixo.

2.2 - Fontes secundárias

Como exposto no item anterior, não foi possível o acesso a alguns documentos originais produzidos sobre o Brasil durante a vigência da administração holandesa no Nordeste. Entretanto, muitos deles já possuíam traduções para o português, o que me permitiu sua utilização como fontes secundárias de pesquisa. Desse modo, foram fixadas como 'fontes secundárias' deste trabalho os textos traduzidos para o português de documentos produzidos por autores diretamente relacionados ao Brasil Holandês (administração, equipes científicas, missionários, historiadores, etc.). A importância desse material é a de fornecer suporte historiográfico e crítico para as análises contextuais (parâmetros externos). Além disso, as fontes secundárias tiveram importante papel como termo de comparação na análise lingüística

do *corpus* — especialmente nos textos definitórios — constituído a partir dos dados extraídos das fontes primárias.

O quadro abaixo resume os documentos catalogados como fontes secundárias de pesquisa:

Quadro 3: Relação das ‘fontes secundárias’ — material que forneceu dados para a análise dos parâmetros externos

Referência	1ª edição	Edição utilizada	Nº de pág.
Barléu 1974	Baerle, Gaspar van. <i>Rerum per octenium in Brasilia et alibi nuper gestarum sub, praefectura Illustrissimi Comitiss J. Maurittii, Nassoviae, & c. Comitiss, nuc Vesaliae Gubernatoris & Equitatus Foederatorum Belgii Ordd. Sub Auriaco Ductoris historia.</i> Amsterdam: 1647	Barléu, Gaspar. <i>História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil.</i> [Trad. Cláudio Brandão] Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp: 1974	350
Baro 1979	Baro, Roulox. <i>Relations veritables et curieuses de l'isle de Madagascar et du Brésil.</i> Paris: Augustin Courbé: 1651.	Moreau, Pierre, e Baro, Roulox. <i>História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias.</i> [Trad: Lêda Boechat Rodrigues] Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp: 1979.	17
Marcgrave 1942	Markgraf, Georg. <i>Historia natvralis Brasiliae, auspicio et beneficio Illvstriis, J. Mavrittii Com. Nassav illis, provinciae et maris svmni projecti adornata.</i> [...] Lvugdvnnum Batavorum apude Franciscum Hackium et Amstelodam, apud Lud. Elzevirium. Amsterdam 1648.	Marcgrave, Jorge. <i>História Natural do Brasil.</i> [Trad: Mons. Dr. José Procópio de Magalhães] São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: 1942.	297
Moreau 1979	Moreau, Pierre. <i>Histoire des Derniers Troubles du Brésil Entre les Hollandais et les Portugais.</i> Paris: Chez Augustin Coubé: 1651	Moreau, Pierre e Baro, Roulox. <i>História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias.</i> [Trad: Lêda Boechat Rodrigues] Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp: 1979.	75
Morisot 1979	Morisot, Claude Barthomy. <i>Relations véritables et curieuses de l'isle de Madagascar et du Brésil, avec l'histoire de la dernière faite au Brésil entre les Portugais & les Hollandais, trois relations d'Égypte, & une royaume de Perse.</i> Paris 1651	Morisot, Claude Barthomy. “Notas do Senhor Morisot sobre a viagem de Roulox Baro ao país dos tapuias” in Moreau, Pierre e Baro, Roulox. <i>História das Últimas lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias.</i> [Trad: Lêda Boechat Rodrigues] Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp: 1979.	20

Nieuhof 1981	Nieuhof, Johan. <i>Gedenkwaardige Brasiliaense zee-en Lant-Reize</i> . Amsterdam: Jacob van Meuri: 1682	Nieuhof, Joan. <i>Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil</i> . [Trad: Moacir Vasconcelos] Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ Edusp: 1981.	391
Schmalkalden 1998	Schmalkalden, C. <i>Caspar Schmalkalden [...] Pharnambuco in Brazil</i> . [MS catalogado na “Forschungs und Landesbibliothek” de Gotha sob o nº de catálogo “Chart B 533”]	Schmalkalden, Caspar. “Diário de Viagem” In <i>Brasil Holandês</i> . [Ed: Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo. Trad: de Álvaro Alfredo Bragança Júnior.] Rio de Janeiro: Index: 1998.	161
Soler 1997	Soler, Vicente Joaquim. Amsterdam: Balduino de Preyes: 1639.	Soler, Vicente Joaquim. “Breve e Curioso Relato de Algumas Singularidades do Brasil” in <i>Brasil Holandês</i> . [Ed: Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. Trad: B. N. Teensma] Rio de Janeiro: Index: 1997.	26
Souto Maior (trad)	<i>Kronick van het Historisch Genootschap Gevestinged te Utrecht</i> . [ms entregues pelo Synodo provincial da Holanda do Norte ao Synodo provincial de Utrecht]	Souto Maior, Pedro (trad.). “A Religião Christã Reformada no Brasil no Século XVII. Actas dos Synodos e classes do Brasil, no século XVII, durante o domínio hollandez” In <i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</i> . Tomo especial do I Congresso de História Natural: vol I: 1914: 707-780.	73
Wagener 1997	Wagener, Zacharias. <i>Thier Buch</i> . [MS depositados no “Kupferstich-Kabinett” de Dresden]	Wagener, Zacharias. “Livro dos Animais” In <i>Brasil Holandês</i> . [Ed. Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. Trad: Prof. Álvaro Alfredo Bragança Júnior] Rio de Janeiro: Index: 1997	210
TOTAL			1620

Assim ficou constituído o conjunto de fontes secundárias para o trabalho de pesquisa que sustenta esta tese. Ressalto, novamente, que esses documentos serviram de suporte, sobretudo, para informações pertinentes aos parâmetros externos; sempre que utilizadas como termo de comparação ou complemento de dados extraídos das fontes primárias, o fato foi devidamente registrado antes da apresentação da análise.

3. Estabelecimento dos *corpora*

Partindo-se do princípio de que todo conhecimento lingüístico foi produzido a partir de um conjunto de problemas formulados, explicitados ou investigados por um (ou mais) ‘agente(s)’, dentro de um determinado ‘contexto’ é que procurei recortar e estabelecer os *corpora* para

este trabalho (cf. Swiggers 1990b). Como conhecimento lingüístico, aqui, considere o modo de representação da diversidade lingüística, o estabelecimento das enciclopédias temáticas ilustradas e as formas lingüísticas representadas, ou mais exatamente, os níveis de representação de dados sobre a(s) língua(s). Os parâmetros e critérios para a seleção e organização dos mesmos foram os seguintes:

Quadro 4: Parâmetros de análise dos *corpora*

Parâmetros	Categorização
EXTERNOS	1. Agente
	2. Produto
	3. Contexto
INTERNOS	1. Registro da diversidade lingüística
	2. A produção lexicográfica
	3. Unidade de representação lingüística

Os próximos itens apresentam detalhadamente cada um dos parâmetros e as respectivas categorizações apresentadas na tabela acima.

3.1 - *Parâmetros externos*

De forma genérica, são três os parâmetros externos: o agente, o produto e o contexto. Os parâmetros externos foram constituídos a partir de um conjunto de critérios previamente determinados, conforme apresentados no quadro abaixo:

Quadro 5: Quadro-resumo dos parâmetros Externos

Parâmetro	Categorização	Subcategorização
AGENTE	a) dados biográficos	a.1 – biodatas a.2 – biografia resumida
	b) formação	b.1 – básica b.2 – acadêmica b.3 – religiosa
	c) profissão	

AGENTE (CONT.)	d) publicações / obras	
	e) relações com o Brasil Holandês	e.1 – presença no Brasil e.2 – período de permanência e.3 – motivos e.4 – motivação
PRODUTO	a) dados de edição	
	b) gênero	b.1 – relatórios oficiais b.2 – crônicas b.3 – textos científicos b.4 – relatos de viagem b.5 – material artístico b.6 – autobiografia
	c) forma de apresentação	c.1 – comentários c.2 – vocabulário bilíngüe c.3 – texto enciclopédico
	d) conteúdo	d.1 – temas d.2 – apresentação
	e) público-alvo	
	f) recepção e crítica	
CONTEXTO	a) histórico-social	a.1 – na Europa a.2 – no Brasil
	b) político-ideológico	b.1 – clima intelectual b.2 – política lingüística

Os critérios que orientaram a escolha e os limites desses parâmetros estão descritos nos itens seguintes.

3.1.1 - AGENTE

Nesta categoria estão inseridos os dados relativos ao autor da obra selecionada para o estudo. As fontes utilizadas diretamente para tais informações são as fontes primárias e secundárias (tal como explicitadas nos itens anteriores), bem como outras fontes indiretas, levantadas durante a execução do projeto de pesquisa (ver Bibliografia). Os critérios que nortearam a constituição deste parâmetro foram os seguintes: a) dados biográficos; b) formação; c) profissão; d) publicações/obras; e) relações com o Brasil Holandês.

Tais critérios foram selecionados em função de alguns pressupostos, quais sejam:

- a) **dados biográficos** – a função deste critério é permitir a identificação da língua materna do autor, tendo-se em vista que esta funciona, incontestavelmente, como um ‘filtro’ ou ‘condicionador’, tanto da percepção, quanto da representação por ele feita. Constitui-se este critério de uma biografia resumida que possa fornecer subsídios para qualquer outro esclarecimento ou relação necessária.
- b) **formação** – os dados catalogados sob esse item dizem respeito à formação intelectual, profissional e/ou ideológica de cada autor. Sua importância é permitir a identificação de fatores que pudessem, eventualmente, justificar critérios utilizados pelo autor do documento quanto ao(s) modo(s) de representação dos dados lingüísticos, decorrentes dos métodos e processos pelos quais ele mesmo (o agente) tenha passado. Foram relevantes para a constituição deste critério as informações relativas à:
 - 1) formação básica do agente: onde e quando estudou, escolas teóricas com as quais teve contato;
 - 2) formação acadêmica do agente: onde e quando estudou, professores, círculo intelectual a que pertenceu ou com o qual manteve qualquer contato;
 - 3) formação religiosa do agente: filiação a uma comunidade religiosa, o que permite a identificação dos princípios dogmáticos centrais que contribuíram para a sua formação e posturas (profissional, pessoal, etc.)
- c) **profissão** – este critério visa identificar a(s) atividade(s) profissional(is) exercida(s) pelo agente, partindo-se do pressuposto de que as profissões e/ou cargos por ele exercidos pudessem: a) trazer alguma influência em sua capacitação, o que contribuiria para o desempenho das funções exercidas durante a estada no Brasil; b) servir como suporte de credibilidade para o material produzido — por vezes pessoas exercem profissões ou ocupam cargos para os quais não tiveram formação específica, mas que acabam por instrumentalizá-los (aquisição de habilidades ou capacidade técnica).
- d) **publicações** – dentro deste critério procurei observar em que medida o agente:
 - 1) escreveu ou forneceu dados para os registros que estão em seu nome;
 - 2) participou da primeira publicação de sua(s) obra(s);

3) participou de revisões ou re-publicações de sua(s) obra(s).

Acrescente-se, ainda, a importância de se conhecer a sua linha de publicações (científicas, relatórios profissionais, registros de viagem ou de curiosidades, etc.)

e) relações com o Brasil Holandês – atribuí a este critério relevância máxima para a análise do *corpus*. Sua função é identificar quatro aspectos essenciais para a condução da análise. São eles:

- 1) presença ou não no Brasil durante o período recortado pela periodização deste trabalho;
- 2) período de permanência no Brasil, bem como local(is) de moradia ou passagem;
- 3) motivos de sua vinda ao Brasil (pessoais, profissionais, outros);
- 4) motivação – busca de motivação pessoal explícita para a viagem e a permanência (ideais políticos ou religiosos, busca de enriquecimento ou de aventuras, etc.)

Esses são, portanto, os critérios que nortearam o estudo dos parâmetros externos referentes ao agente responsável pela edição ou compilação dos dados utilizados na análise lingüística dos *corpora*.

3.1.2 - PRODUTO

Tendo em foco o produto (obra ou suporte que forneceu os dados para a formação dos *corpora*) foram relevantes para a constituição deste parâmetro os seguintes critérios: a) dados de edição; b) gênero; c) forma de apresentação; d) conteúdo (temático); e) público-alvo; f) recepção e crítica.

Esses critérios foram escolhidos a partir dos seguintes princípios e justificativas:

- a) dados de edição – neste item, foi reconstruída a gênese do documento/obra e a trajetória das suas publicações. Sua função foi disponibilizar ao pesquisador um quadro que permitisse o estabelecimento de relações entre a obra e sua recepção dentro de seu contexto histórico, além do interesse que, porventura, possa ter causado em gerações seguintes.

b) gênero – a classificação por gênero fornece elementos para a reconstrução dos objetivos do agente em relação à sua obra, além de indicar um provável público-alvo. Mais que isso, serve de suporte para um outro parâmetro, de natureza interna, ao permitir o estabelecimento de relações e justificativas: a) para a natureza dos dados de língua apresentados; b) para a forma de apresentação desses dados. Segundo este critério os documentos foram classificados em:

b.1 – relatórios oficiais – textos relativos à administração, normalmente escritos por funcionários da Companhia das Índias Ocidentais; tinham, em geral, a função de prestar contas do trabalho realizado na colônia.

b.2 – crônicas – foram consideradas ‘crônicas’ os relatos não oficiais sobre o Brasil. Há relatos de historiadores, ou mesmo de funcionários da Companhia, mas que foram escritos por iniciativa própria, sem uma motivação profissional.

b.3 – textos científicos – foram considerados ‘textos científicos’ os documentos/obras escritos por integrantes da missão científica holandesa no Brasil. Ilustrados ou não, seu conteúdo dá conta de informações sempre sob o ponto de vista do especialista que examina seu objeto de pesquisa.

b.4 – relatos de viagem – são os textos escritos por viajantes, muitos deles soldados ou funcionários da Companhia das Índias Ocidentais, que se utilizaram da estratégia de filiar-se à Companhia para realizarem o desejo de conhecer novas terras. O enfoque desses relatos é sempre o do viajante que, maravilhado, observa e conta o que vê.

b.5 – material artístico – dentre o material selecionado, muitos se constituem de pranchas, pintadas a óleo ou aquarela, que retratam a natureza e os costumes do Brasil Holandês. Foram selecionados aqueles que pudessem trazer alguma contribuição para a análise lingüística — normalmente os que contêm a transcrição do nome nativo do objeto retratado.

b.6 – autobiografia – gênero bastante específico, com características próprias. Muitas vezes, um relato de viagem acaba por inserir-se na autobiografia, mas é nítida a diferença entre os gêneros, especialmente pela abrangência (cronológica) do relato, o que acaba, por vezes, a torná-lo mais generalizante na exposição dos fatos. Apenas um documento foi encontrado dentro dessas características.

- c) forma de apresentação – da obra como um todo, normalmente relacionada ao gênero de escrita. Desta perspectiva, o material analisado pode ser classificado dentro dos seguintes critérios:
- c.1 – comentários – são os que apresentam dados dispersos no interior da narrativa, tais como: nomenclatura, textos definitórios, comentários sobre línguas ou sobre a coleta de dados, etc.
 - c.2 – vocabulário bilíngüe – textos normalmente inseridos no interior de outros. São vocabulários transcritos de outras obras que circulavam na época, ou coletados em expedições que partiam do Brasil para o interior ou para outros países da América Latina.
 - c.3 – texto enciclopédico – assim classificados no que diz respeito à forma (ainda que não tenham recebido originalmente essa classificação). Podem vir acompanhados ou não de ilustração e reúnem verbetes e textos (definitórios), normalmente agrupados por um tema específico.
- d) conteúdo – esse critério procurou identificar e classificar os dados relevantes para a análise lingüística de acordo com:
- d.1 – temas – que orientaram a coleta e a organização dos dados, tais como: flora, fauna, toponímia, sócio-cultura, política, ideologia, lingüística (limitado às condições já expostas e que ainda se apresentarão durante o desenvolvimento deste texto);
 - d.2 – apresentação do conteúdo – modo como os dados são apresentados, tendo como limite (ou parâmetro) a obra como um todo. Segundo este critério, foi detectada a presença ou ausência dos seguintes elementos: nomenclatura específica, ilustração, descrição, comentários.
- e) público-alvo – a identificação dos interlocutores possibilita a delimitação de estratégias narrativas e/ou descritivas que possam ter orientado a seleção e apresentação dos dados constituintes dos *corpora*.
- f) recepção e crítica – ainda que de difícil reconstituição, alguns comentários possibilitam ao pesquisador compreender a importância que possa ter tido na época a circulação do texto sob análise, o que contribui para o conhecimento da credibilidade da obra entre os seus

contemporâneos. Os dados obtidos não foram catalogados (estão bastante dispersos e, isoladamente, constituir-se-iam num tema de pesquisa por si); são recuperados ou inferidos no decorrer da análise.

Cabe ressaltar, aqui, que as fontes utilizadas para a obtenção desses dados são, além das fontes primárias e secundárias, o material bibliográfico de apoio e crítica, tal como relacionado no final deste trabalho.

3.1.3 - CONTEXTO

Este parâmetro possibilita ao pesquisador a recuperação de informações que possam contribuir para: a) a reconstituição de situações pertinentes à análise lingüística: critérios de coleta de dados, motivos e motivações da prática descrita, formas escolhidas para a representação dos dados lingüísticos, etc.; b) a compreensão do período estudado e da visão de mundo na qual se inserem os dois outros parâmetros: agente e produto. A fonte privilegiada para a obtenção desses dados é, essencialmente, o material de apoio e crítica, especialmente as publicações referentes à história do período selecionado, bem como as publicações específicas de Historiografia Lingüística, cujos títulos constam da bibliografia deste trabalho. Sempre que pertinente, as fontes secundárias também forneceram informações úteis para o estudo do contexto, ou, mais especificamente, para o estudo dos parâmetros externos. Apesar de apresentar um leque bastante amplo de possibilidades, procurei circunscrever os dados pertinentes a esta pesquisa dentro de dois critérios: a) contexto histórico-social; b) contexto político-ideológico — delimitados de acordo com os critérios expostos abaixo.

a) Contexto histórico-social – engloba informações da história das regiões, ou nações envolvidas, bem como aspectos sociais ou sociológicos. O campo de ação foi delimitado tal como exposto abaixo:

a.1 – Europa: histórico da constituição e da autonomia das nações participantes da história brasileira no período; condições sócio-econômicas vigentes nessas nações no período.

a.2 - Brasil: histórico do processo de colonização do território brasileiro; condições sócio-econômicas vigentes nos período.

b) Contexto político-ideológico – engloba informações sobre as teorias e as práticas vigentes no período estudado, relativas: 1) aos processos e às teorias políticas; 2) às questões filosóficas e epistemológicas que marcaram tais processos e o seu desenvolvimento teórico; 3) às questões religiosas, de extrema importância no período estudado. Os critérios que marcaram a pesquisa desse parâmetro são os seguintes:

b.1 - clima intelectual do período: científico-filosófico; artístico-cultural; teológico;

b.2 - política(s) lingüística(s) praticada pelos países envolvidos na História e constituição do Brasil Holandês.

3.2 - Parâmetros internos

Os parâmetros internos são responsáveis pela análise sincrônica dos dados lingüísticos. Estes foram selecionados e classificados a partir de três perspectivas específicas: 1) a identificação das línguas faladas no Brasil Holandês e o modo de representação da diversidade lingüística; 2) o registro dos dados lingüísticos no contexto do Brasil Holandês; 3) estudo da produção lingüística no Brasil Holandês.

Os critérios que envolveram a seleção e a classificação dos dados estão apresentados no quadro que segue:

Quadro 6: Quadro-resumo dos parâmetros internos

PARÂMETRO	CATEGORIZAÇÃO	SUBCATEGORIZAÇÃO	
REGISTRO DOS DADOS LINGÜÍSTICOS	Língua	a) matriz b) dialeto c) variante	- ponto de vista contextual - ponto de vista lingüístico
	Vocabulo	campo semântico:	- medicina - botânica - zoologia - toponímia - sócio-cultura
		variantes	- variante ortográfica - variante sócio-cultural
		traduções	- línguas
		entrada	- língua(s)
		ocorrências	- total por autor - total geral
PRODUÇÃO LINGÜÍSTICA	Gênero textual	a) vocabulário b) enciclopédia	- temático - alfabético
	Verbetes (texto definitório)	Tipologia da definição	- 'definição convencional': <i>a priori/a posteriori</i> - 'definição natural': de palavra/de coisa nomeada
		Traços definitórios: identificação	- nomenclatura - caracterização do referente - identificação taxonômica - estratégias discursivas
		Traços definitórios: valoração	- totalmente positivo ou negativo - parcialmente positivo ou negativo - ausência

Os tópicos seguintes descrevem os critérios e a metodologia para a classificação dos dados tal como apresentado no quadro acima.

3.2.1 - ESTUDO DO REGISTRO DOS DADOS LINGÜÍSTICOS

Este parâmetro pretendeu fornecer critérios para o estudo do ‘registro dos dados lingüísticos’, tal como coletados e registrados pelos autores das obras estudadas. Compreendo que esses dados foram tratados pelos autores no processo de registro ou escrita, e esse é o objeto de estudo neste item, a saber: a) que dados foram registrados; b) os possíveis critérios de registro, catalogação e/ou classificação desses dados.

A leitura dos documentos permitiu a identificação de dois tipos de dados lingüísticos: comentários sobre a(s) **língua(s)** do Brasil e **vocábulos**, ou a nomenclatura do mundo observado (conjuntos lexicais). Os critérios que orientaram a análise desses dados são os seguintes:

- a) **Língua** - Sabe-se que diversas línguas conviviam no Brasil Holandês: línguas nativas, línguas dos colonizadores (portugueses e holandeses), línguas dos escravos africanos. A constituição destes parâmetros tem por objetivo verificar como os agentes dos documentos selecionados para a constituição dos *corpora* perceberam e/ou registraram a existência dessas línguas. Assim, sempre que uma língua foi identificada nos documentos, seja por referência aos seus falantes, seja pela citação pontual, além de catalogar a citação e seus comentários, mapeei os possíveis critérios utilizados pelo autor para essa identificação. Informações como essas contribuem para a delimitação do foco de observação do agente, ou seja:
 - a.1 - contextual: comentários, classificação ou comparação baseada em critérios externos à(s) língua(s) — geográfico, étnico, cultural, etc.
 - a.2 - lingüístico: comentários, classificação ou comparação baseada em critérios relativos à(s) própria(s) língua(s) — pronúncia, vocabulário, etc.
- b) **Vocábulo** – Tendo em vista a leitura dos documentos selecionados como fontes primárias desta pesquisa e a natureza dos dados encontrados, o léxico foi identificado como nível privilegiado pelos holandeses, no Brasil, para a representação lingüística nos documentos estudados. Saliento que esta é uma afirmação parcial, adequada ao material analisado,

pois, tendo em vista a grande produção holandesa sobre o Brasil no século XVII, seria difícil (se não impossível) o estabelecimento de uma generalização neste momento.

Num primeiro momento foi feito um trabalho estatístico, tendo por unidade a ‘palavra-ocorrência’. Tal procedimento, entretanto, mostrou-se pouco proveitoso para uma análise mais específica, tendo-se em vista o grande volume de dados (com certeza ultrapassa a quantidade de cinco mil palavras). A análise tendia, conseqüentemente, ao mapeamento e à estatística, dificultando a expansão das conclusões para outros campos que, sabia, seriam mais férteis para a própria análise lingüística e o desenvolvimento da tese a que me propus defender.

Desse modo, delimito o **vocábulo** como unidade de análise lingüística neste trabalho. Tomado como unidade de análise, cada vocábulo encontrado nos documentos foi identificado e catalogado em tabelas. Estão indicados sempre entre colchetes e a forma de escrita privilegiada foi a de uso corrente em nossos dias; quando não foi possível estabelecer essa identificação, privilegiou-se a mais recorrente nos textos. Os critérios que orientaram a catalogação e a análise dos vocábulos foram os seguintes:

b.1 – campo semântico – cada vocábulo foi classificado como parte de um campo semântico amplo, que permitisse separar casos de possível sinonímia. A pertinência a um desses campos foi extraída do próprio texto e/ou das ilustrações que acompanham a maior parte dos verbetes. Os campos semânticos identificados nos *corpora* foram os seguintes: a) medicina; b) botânica; c) zoologia; d) toponímia; e) sócio-cultura.

Cada um deles foi subdividido em campos mais específicos sempre que necessário para a análise. Transcrevo abaixo um exemplo de vocábulo e do campo semântico a que pertence, tal como registrado no texto original:

DE AGUAXIMA, LUSITANIS MALVA D’ISCO

In plerique Brasiliae locis, maxime vero in fertilissimo illo Olindae Promontorio copiose nascitur **haec planta**. (Piso 1948 [1648]: 197, grifo adicionado neste trabalho)²

² “Esta planta cresce abundante em quasi todas regiões do Brasil, sobretudo porém no fertilíssimo promontório de Olinda.” (Trad. de Alexandre Correia. Piso 1948 [1648]:115)

b.2 – variantes: foram catalogadas todas as formas variantes de um mesmo vocábulo, tal como transcritas nos documentos. Foram consideradas como variantes: a) variantes ortográficas; b) variantes dialetais. A transcrição abaixo serve de exemplo para este critério:

boicinina

Primo Serpens ille, *Boicinininga*, quem *Cascavel et Tangedor* Hispani nominant, [...] (Piso 1948 [1648]: 171; grifo adicionado neste trabalho)³

b.3 – traduções: as traduções de um vocábulo para outras línguas, desde que identificadas no texto, também foram devidamente catalogadas. Exemplo:

de *acaricoba, lusitanis erva do capitaon*, ejusque viribus, et de aguape (Piso 1948 [1648]: 192; grifo adicionado neste trabalho)⁴

b.4 – entrada: corresponde à língua de entrada do verbete, ou de sua apresentação no decorrer do texto. Exemplo:

Pimenta – Wun ers Brasiliannrs Achy [...] (Wagener ms: [prancha 62] in Wagener 1997:115, grifo adicionado neste trabalho)⁵

b.5 – ocorrências: foi contabilizado estatisticamente o número de ocorrências dos vocábulos: a) em cada uma de suas variantes; b) no total de suas formas de representação.

O quadro a seguir exemplifica o trabalho de computação dos dados referente ao estudo dos vocábulos no *corpus* constituído para seu estudo:

³ “Em primeiro lugar, a serpente Boicinininga, chamada pelos espanhóis Cascavel e Tangedor [...]” (Trad. Alexandre Correia. Piso 1948 [1648]: 47)

⁴ “Da acaricoba, chamada pelos portugueses erva de capitaon, e das suas virtudes, e do aguape.” (Trad. Alexandre Correia. Piso 1948 [1648]: 101)

⁵ “Pimenta – chamada de “achy” pelos brasileiros” – língua de entrada corresponde ao vocábulo português.

**Quadro 7: Parâmetros internos -
Exemplo de estudo dos vocábulos (Piso 1948 [1648])**

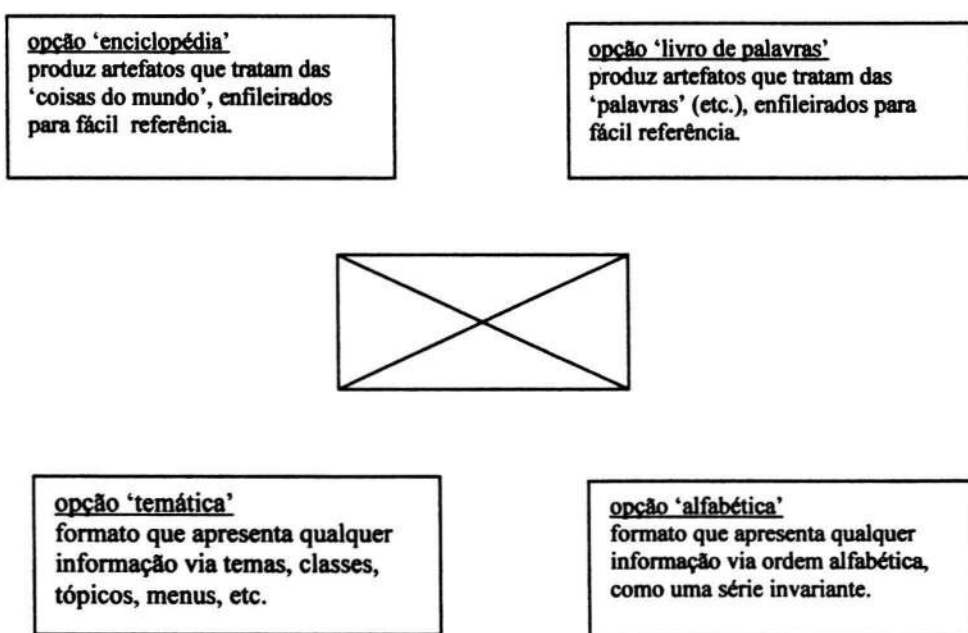
[Vocábulo]	<u>class</u>	Variantes	Referências	Ocor- rências	Total Geral
[abaremo temo]	<u>bot</u>	Abaremo temo	Piso 1948 [1648]: 187	1	1
[abelha]	<u>zoo</u>	Eiruba (tupi)	Piso 1948 [1648]: 178	1	1
[abóbora amarga]	<u>bot</u>	Cucurbita amara	Piso 1948 [1648]: 203	1	1
[abóbora doce]	<u>bot</u>	Cucurbita dulcis	Piso 1948 [1648]: 203	1	1
[acaja]	<u>bot</u>	Acaja	Piso 1948 [1648]: 184, 7	3	4
		Ibametara	Piso 1948 [1648]: 184	1	
[acaju]	<u>bot</u>	Acaju	Piso 1948 [1648]: 173, 9	2	4
		Acajú	Piso 1948 [1648]: 180	1	
		Acayaiba	Piso 1948 [1648]: 179	1	
				Subtotal	12

b.6 – contexto/referência bibliográfica: indica o contexto de inserção do vocábulo no documento, facilitando a recuperação rápida da informação. A coluna “Referências” do Quadro 7 ilustra o modo de catalogação desse contexto.

3.2.2 - ESTUDO DA PRODUÇÃO LINGÜÍSTICA

Uma vez coletados e registrados pelos agentes, ou autores dos documentos, os dados ou foram organizados para publicação, ou foram registrados em diários, relatórios, anotações pessoais, etc. Entendo por ‘produção lingüística’ o material produzido pelos holandeses e que serviu de suporte para a veiculação dos dados lingüísticos coletados pelos autores e/ou auxiliares. Diante da leitura e observação do material a que tive acesso, tomei como unidades de análise da produção lingüística: a) o gênero da obra, enquanto suporte de veiculação dos dados lingüísticos; b) as definições, ou textos definitórios, que acompanham os vocábulos coletados.

- a) **Gênero textual** - Essa produção foi objeto de análise a partir de critérios definidos para este trabalho — baseados, especialmente, na tipologia descrita em McArthur 1986. A oposição que norteou este estudo foi, a princípio, a classificação dentro da dicotomia dicionário/ enciclopédia. A fundamentação teórica para o estudo, como já foi dito acima, tem por referência a publicação de McArthur 1986, que reproduz através do seguinte esquema as relações possíveis entre a lexicografia temática e a lexicografia alfabética (cf. McArthur 1986: 158):



O esquema de McArthur apresenta as seguintes opções, adotadas também como parâmetros de análise para este trabalho (por 'artefato', utilizei a expressão 'gênero textual'):

- a.1 – gênero textual – opção entre uma 'enciclopédia' (superior esquerdo), que trata das coisas no mundo; opção entre um '*wordbook*' (superior direito), que trata do vocábulo e seu significado.
- a.2 – formato de apresentação - opção entre uma organização temática (inferior esquerdo) e uma organização alfabética (inferior direito). A primeira apresenta a

informação a partir de temas, classes, tópicos, listas, etc.; a segunda organiza os itens numa lista alfabética, simplesmente.

Da intersecção entre essas opções, é possível distinguir a constituição de enciclopédias alfabéticas (como a *Enciclopédia Britânica*⁶) ou livros temáticos de palavras (como o *Thesaurus* de Roget⁷). Ou ainda material temático e alfabético como o *Petit Robert*⁸.

Esses princípios foram aplicados também ao estudo dos vocabulários bilíngües transcritos no interior de algumas obras, mais especificamente, nos documentos: Schmalkalden ms, Barléu 1974, Marcgrave 1942. Apesar de tratar-se de inserções em um texto constituído, apresentam-se como transcrições autônomas de dados e/ou outros documentos, guardando seus aspectos estruturais próprios.

As vantagens e desvantagens normalmente levantadas pelos especialistas para a adequação do material lexicográfico numa estrutura alfabética ou temática também têm sido amplamente discutidas e registradas na literatura específica. Desse modo, McArthur (op.cit. 1986) ressalta: a) no que diz respeito à **lexicografia alfabética**: tendência à descontextualização do lexema e limitação da identificação dos sentidos possíveis (o que, a meu ver, pode ser tomado de forma positiva, pois explicitaria ou evidenciaria a utilização de critérios e/ou reflexões metalingüísticos); b) no que diz respeito à **lexicografia temática**: a necessidade de uma ampla pesquisa e delimitação bastante precisa da área ou campo de aplicação do vocábulo (ou termo), pesquisa esta que requer a participação de especialistas (o que no contexto deste trabalho revela o grau de especialização do agente responsável pela obra).

A lexicografia alfabética tem seu desenvolvimento marcado pela invenção da imprensa — especialmente durante os séculos XV e XVI — e tem se consolidado até os nossos dias. Normalmente abrange o material classificado como **dicionários** e os **thesaurus**: este associa um inventário de definições de sentido (à esquerda) a palavras que possam remeter a esses significados (à direita); aquele, um inventário de palavras

⁶ *(The New) Encyclopaedia Britannica*. 1976. Chicago etc.: Encyclopaedia Britannica 15th edition: 30 volumes.

⁷ Roget, Peter M. 1852. *Thesaurus of English Words and Phrases...* London: Longman, Brown, Green and Longmans.

⁸ Robert, Paul et al. 1974. *Dictionnaire Universel des Noms Propes*. Paris: Société de Nouveau Littre: 4 volumes.

de uma língua particular (à esquerda), associadas às definições de seus sentidos (à direita); o último.

Desse modo, vê-se que a identificação da tipologia é, por definição, um fazer metodológico. Compreendê-la e explicitá-la é, portanto, parte do procedimento metodológico que contribuiu para uma necessária fundamentação teórica que justificasse a identificação e classificação do material analisado neste trabalho (fontes primárias e/ou secundárias) em uma ou outra categoria.

- b) **Definição** - Os critérios de classificação para os **textos definitórios** e/ou **verbetes** e/ou **definições** analisados nesta pesquisa, tarefa mais complexa, constituíram-se tendo por base o texto de Martin 1990. Martin opõe o conceito de ‘definição natural’ ao conceito de ‘definição convencional’. Esta, geralmente mais breve, está normalmente associada a uma atividade prescritiva ou estipulatória, podendo ser *a priori* (que determina as características do objeto no momento de sua denominação, como por exemplo, as definições matemáticas, lógicas ou metalingüísticas) ou *a posteriori* (que delimita os sentidos ordinários de uma palavra quando empregados num contexto mais técnico, como por exemplo, as definições jurídicas ou as definições normativas). A ‘definição natural’, por sua vez, está associada à definição das palavras da linguagem ordinária, ou a definição dos objetos naturais (cf. Martin 1990: 86-87).

O texto definitório que especifica ou acompanha cada um dos vocábulos foi tomado como uma forma (tipo ou espécie) de produção lingüística. Constituiu-se como uma unidade de análise, sendo que os critérios que orientaram essa tarefa foram os seguintes:

b.1 – classificação do tipo de definição: considerar cada texto como uma unidade para análise implicou no estabelecimento de uma tipologia de definições e nos critérios necessários para a sua aplicação. Assim, baseando-me no texto de Martin 1990, as definições foram classificadas de acordo com os seguintes critérios:

- ‘definição convencional’ — normalmente breve, está associada a uma atividade prescritiva. Pode ser:
 - *a priori* — caracteriza no momento da denominação;

- *a posteriori* — delimita os sentidos dentro de um contexto mais técnico.
- ‘definição natural’ — definição de palavras da linguagem ordinária ou definição de objetos naturais. Pode ser:
 - definição metalingüística — definição de palavra; marcada pelo verbo ‘ser’;
 - definição derivacional — definição de palavra; construída com base na estrutura da própria palavra (“beleza é a qualidade de quem é belo”)
 - definição sinonímica ou antonímica — definição de palavra; relaciona o vocábulo com um ou mais sinônimos e/ou antônimos (“frio: gélido” ou “frio: que não tem calor”)
 - definição mínima — definição da coisa nomeada; visam somente a pertinência da coisa (ser, objeto) a uma determinada classe, como por exemplo: “Tournevis: outil pour serrer, desserrer les vis”⁹.
 - definição estereotípica — definição da coisa nomeada; além de ter por objetivo a pertinência da coisa nomeada a uma determinada classe, dispõe-se também a oferecer a sua representação, permitindo uma identificação efetiva. São constituídas de traços descritivos e de traços funcionais.

b.2 – identificação dos traços definitórios: a presença ou ausência de um ou mais dos traços, tal como relacionados abaixo, instrumentalizou a análise dos textos do ponto de vista lexicográfico. Os resultados parciais obtidos, depois de relativizados pelos parâmetros externos, permitem a identificação de paradigmas com os quais seja possível identificar o método ali empregado. Os traços definitórios selecionados estão descritos abaixo:

- Nomenclatura – indica a presença ou ausência de identificação do espécime através de um nome específico (termo). Especificam esse traço as seguintes subcategorias, indicadas de forma abreviada:

⁹ Definição encontrada no *Dictionnaire du français contemporain*, cf. Martin 1990: 88.

- N + Tra – termo acompanhado de **tradução**. Indica o reconhecimento do espécime e/ou objeto, bem como a existência de nomenclatura específica já utilizada na língua de origem, ou em outra, conhecida pelo autor do documento;
- N + Mor – termo acompanhado de explicações sobre a sua **morfossintaxe** (sincronia). Indica o (re)conhecimento da estrutura lingüística do próprio termo transcrito (operação metalingüística), suas partes constituintes com respectivos significados;
- N + Eti – termo acompanhado de explicações sobre a sua **etimologia** (diacronia). Indica o conhecimento da literatura específica, seja de História Natural, seja dos estudos etimológicos desenvolvidos até aquela data.
- Caracterização do referente: indica a presença ou ausência de texto descritivo do espécime, ou seja, explicações sobre a sua constituição física, peculiaridades, etc. Especificam esse traço as categorias indicadas abaixo:
 - R + Fis – presença de informações sobre os **aspectos físicos** do espécime, tais como: tamanho, cor, forma, cheiro, etc.
 - R + Fun – presença de informações sobre **aspectos funcionais**, ou sobre as possibilidades de utilização do referente, ou do objeto descrito, tais como: alimentação, fabricação de produtos medicinais ou outros bens comerciáveis, etc.
 - R + Hab – presença de informações sobre o **habitat**, condições de sobrevivência no local em que vive e/ou está adaptado o espécime descrito.
 - R + Pec – presença de informações sobre as **peculiaridades** que identificam (ou identificaram) o espécime na visão do autor, tais como: modo comum de ataque, ruído emitido em determinadas situações, etc.
- Classificação taxonômica: indica a presença ou ausência de termos que classificam o espécime, tendo por base qualquer forma de classificação utilizada na época (Aristóteles, Scaliger, a árvore de Porfirio, etc.). As subcategorias abaixo explicitam a análise tal como realizada neste trabalho:

- T + Cien – presença de hiperônimo (ou hipônimo), tendo por base a taxonomia adotada na época, a que chamei, no contexto deste trabalho, de **taxonomia científica**.
- T + Pop - presença de hiperônimo (ou hipônimo), tendo por base a nomenclatura popular, a que chamei, no contexto deste trabalho, de **classificação ou taxonomia popular**.
- T + Sub – presença de hiperônimo (ou hipônimo) que identifique também uma **subordem** a que pertença o espécime.
- Estratégias discursivas: procura identificar elementos discursivos utilizados pelo autor que possam contribuir para a construção do texto definatório e que constituam, em si, um traço de definição. Sua importância está no fato de que, uma vez constatada sua utilização e as relações com as características do agente, possa fornecer subsídios para uma categorização das estratégias de representação dos dados lingüísticos, constituintes dos *corpora* (por exemplo, a inserção da prática lingüística descrita num *continuum*: “- científico / + científico”).

Foram observadas as seguintes subcategorias:

- D + Ex – presença de relatos das **experiências** de convivência do espécime com o autor ou outras pessoas, tais como: acidentes, envenenamentos, exemplos de interação, etc. O modo como é descrito o fato insere o traço definatório num ou noutro extremo do *continuum* descrito acima.
- D + Fant – presença de relatos de fatos que possam identificar o espécime como **fantástico** (tal como identificado, por exemplo, na literatura fantástica) ou “extraordinário”.
- D + Cien – presença de informações sobre danos/benefícios que a convivência ou ingestão do espécime possa trazer aos seres humanos, modos de tratamento, etc. — ou seja, informações de caráter **científico**.
- D + Comp – presença de **comparações** entre o espécime que está sendo descrito e outros espécimes (europeus ou brasileiros).

- D + Imp – presença de elementos discursivos que indiquem a ‘**impressão**’, ou o julgamento, ou a percepção do autor, tais como: pronomes pessoais, diminutivos, expressões, etc. Ainda que difícil estabelecer os limites entre o que possa ou não ser impressionista, ou subjetivo, há casos em que não haveria outra forma de classificar determinados traços descritivos.

Foram ainda identificados com a fórmula “+ Cit”, as citações de outros autores quando algum dos traços descritos acima foi validado pela palavra de um autor. Exemplo:

Cap. LIII – DE IETICUCU SIVE MECHUACAM, ITEMQUE BATATAS, INHAME ET AMENDUINIS. Inter fructus subterrâneos alimentosos primum locum merentur, quos *Batatas, Inhame, et Amenduinis* nuncupant vulgo. [...] Plura qui scire volet, consulat Monardem, Dodonacum, atque alios. (Piso [1948]1648: 193; grifo adicionado neste trabalho)

b.3 – índice de significação dos traços definitórios: este critério permite: a) a identificação da universalidade de cada um desses traços; b) o estabelecimento das relações possíveis entre este e seus respectivos contextos (circulação do saber), especialmente os ideológicos (parâmetros externos). Atribuí então os seguintes índices, tendo por base as características discursivas do texto definitório:

- ausência do traço definitório: índice ‘0’ (**ausência = 0**);
- presença do traço definitório – totalmente positivo ou totalmente negativo: índice ‘1’ (**certeza = 1**).
- presença do traço definitório – parcialmente positivo ou parcialmente negativo: índice ‘0,5’ (**dúvida = 0,5**).

Quadro 8: Índices de significação dos traços definitórios

Valor atribuído	Caracterização do enunciado
1	<i>Totalmente positivo e/ou totalmente negativo (certeza)</i>
0,5	<i>Parcialmente positivo e/ou parcialmente negativo (dúvida / indefinição)</i>
0	<i>Ausência do traço</i>

Além dos objetivos descritos acima, o estudo qualitativo dos traços definitórios também pode contribuir para a classificação da prática lingüística descrita num *continuum* de maior ou menor cientificidade, sempre ponderado segundo o padrão da época, ou seja, sempre balizado pelo estudo dos parâmetros externos.

Dessa forma apresentei detalhadamente a metodologia empregada na análise dos *corpora*. O desenvolvimento da análise contextual (parâmetros externos) foi privilegiado como tema dos Capítulos III e IV (ainda que deles se faça referência em todo o texto); o desenvolvimento da análise lingüística foi privilegiado como tema dos Capítulos V e VI. Os critérios adotados e explicitados neste capítulo são retomados no decorrer do texto sempre que necessário para o bom aproveitamento da leitura.



Fig. 3 – Detalhe do cotidiano no Brasil Holandês, *Rerum in Brasilia gestarum historia*, 1647.

No pensamento católico romano, a igreja está acima do estado. Para Lutero, o estado cristão estava acima da igreja. Para Calvino, o estado cristão e a igreja ocupavam posições correlatas, ambas, porém, submissas à Palavra de Deus.

Schalkwijk 1989: 340

Capítulo II

O Projeto Holandês no Brasil

○ Brasil, português por direito de descoberta e de concessão papal, foi alvo, como sabemos, de investidas de outras nações. Em 1534, Portugal implantou o sistema de capitanias hereditárias na colônia americana (fig.4) – dividiu o território em quinze lotes que foram cedidos a catorze donatários (São Vicente era composto de dois lotes). Era a Coroa aliando-se à iniciativa privada. Apesar das vantagens da tentativa, somente duas capitanias atingiram, ao menos em parte, os objetivos iniciais: Pernambuco e São Vicente. Esse fato, associado à necessidade de manutenção do poder da Metrópole sobre a Colônia, culminou no envio de governadores-gerais ao Brasil (a partir de 1549) — o que permitiu ao rei de Portugal assumir, de forma mais direta, a administração da Colônia — sem, contudo, abrir mão da iniciativa privada.

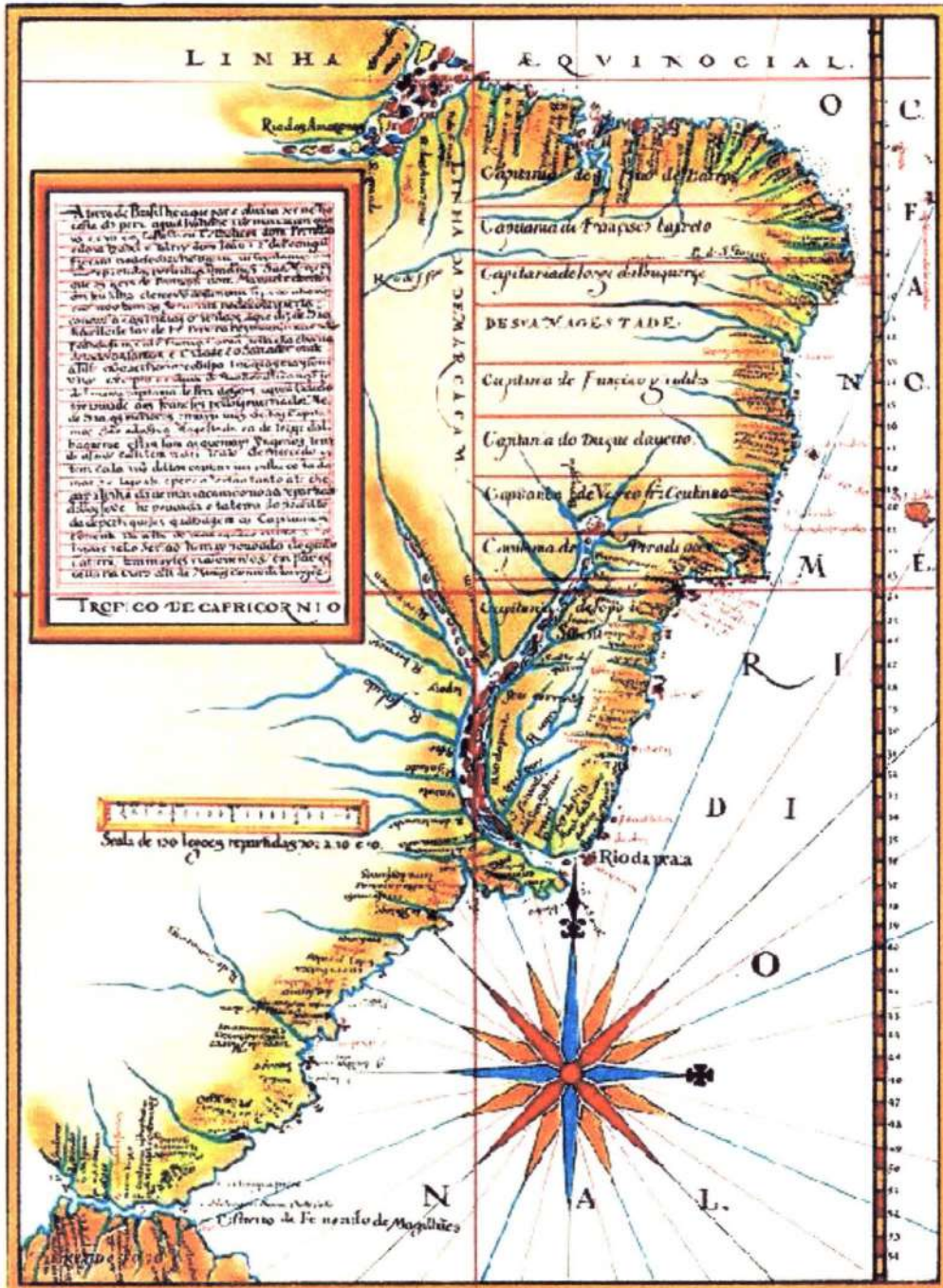


Fig. 04 – Mapa do Brasil - Biblioteca da Ajuda, Lisboa, 1595.

Em 1580, com a morte de D. Sebastião, Filipe II da Espanha (Filipe I de Portugal), por direitos de sucessão ao trono, recebeu também a coroa portuguesa. A união das coroas subsistiu por sessenta anos (1580-1640) e acabou por inserir Portugal em mais um cenário, o da Guerra dos Trinta Anos – resultado do desafio das províncias neerlandesas ao domínio espanhol, também conseqüência de casamentos, heranças e direitos de dinastia.

O historiador holandês Gaspar Barléu (1584-1648), cujo documento forneceu dados para a constituição dos *corpora* deste trabalho, é autor de uma crônica sobre a presença holandesa no Brasil ressaltando os oito anos da administração de Maurício de Nassau. Na introdução de sua obra, fez o seguinte comentário sobre a guerra que devastava várias nações européias:

Desde que o espanhol se tornou inimigo nosso e os Estados Gerais das Províncias-Unidas se insurgiram contra os Filipes, com fortuna vária tem-se batalhado, animosa e diuturnamente, na terra e no mar, dentro da Pátria e fora dela, sob o comando de mais de um general, entre a esperança da liberdade e os riscos da servidão.

As causas desta guerra, expostas por tantos autores, são assaz conhecidas, diferindo nuns e noutros, segundo as suas simpatias partidárias. O ânimo apaixonado dos homens leva-os a culpar das calamidades públicas aqueles a quem odeiam, julgando idênticos os princípios e as causas da guerra. Muitos, por ignorarem o poderio dos Países-Baixos, consolidado por privilégios reais, emitem juízos pouco justos. [...]

A extensão e violência da guerra envolveu não só os Países-Baixos, mas também a Alemanha, a França, a Inglaterra, a Espanha e alguns lugares vizinhos, enfim a Europa quase toda, até que, aumentado o seu furor, desencadeou-se nos confins da Ásia, nas costas da África e no Novo Mundo. É mau costume dos príncipes o descurem-se de atalhar os males nascentes, porque, medrados, mal o podem e, inveterados, desesperam de o conseguir. (Barléu 1974 [1647]: 1-2)

As intrincadas linhas reais de sucessão, aliadas a interesses econômicos, colocaram a Holanda em uma situação de guerra contra a Espanha. As relações estáveis (ou quase) que a Holanda mantinha com Portugal ficaram comprometidas, pois Portugal estava sob o domínio da Espanha. Esse estado de guerra, por sua vez, estendeu-se às colônias asiáticas, africanas e americanas (idem, *ibidem*).

Embora breves, estas informações contextualizam fatos normalmente pouco discutidos fora dos círculos dos especialistas. Eis porque chamei de “tênuas” as relações entre Portugal e outras nações européias, especialmente a Holanda. Portugal mantinha comércio ativo com a Holanda (principalmente açúcar) e necessitava desse mercado consumidor, ao mesmo tempo

em que se vê em situação de guerra contra esse mesmo país (cf. Guerra 1974), sob o reinado de Felipe I. Alguns historiadores citam o fato como tendo sido um estímulo à invasão holandesa no Brasil, ou seja, a Companhia das Índias Ocidentais (*West-Indische Compagnie*, WIC¹⁰, criada em 1621) contava, entre outras coisas, com uma aliança portuguesa contra o inimigo comum (cf. Schalkwijk 1989).

Em luta constante contra os invasores, o território português nas Américas foi novamente fragmentado em 1621, quando foi criado o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Sob o domínio da coroa portuguesa, mas independente do Estado do Brasil (costa leste, correspondendo às quatorze capitanias a leste de Tordesilhas), a administração do Estado do Grão-Pará e Maranhão combateu a presença de franceses, ingleses e holandeses na região. A ‘Costa Leste-Oeste’, como era conhecida, era pouco povoada, relativamente à Costa Leste do continente; por esse motivo, houve a criação de um novo Estado: uma tentativa de desvincular a administração dessa região da burocracia, que marcava a administração portuguesa nas demais capitanias. Mais que isso, características específicas da navegação no Atlântico determinaram a criação de novas rotas comerciais, o que acabou por favorecer a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Estrategicamente tomada, essa decisão colaborou para a manutenção do domínio sobre as rotas de comércio entre a Europa (Portugal), a América (costa leste e norte do Brasil) e as colônias africanas, tendo em vista o interesse que essas rotas despertavam, também, entre os holandeses (cf. Alencastro 2000: 57-63; Boxer 1961: 25).

Após uma tentativa frustrada de invasão do território português na América, através da Bahia (1624-1625), e de vários ataques à costa brasileira, os holandeses obtiveram sucesso, invadindo o Brasil através da capitania de Pernambuco, em 1630. Permaneceram em terras brasileiras por vinte e quatro anos, tendo dominado sete das quatorze capitanias até 1654, conforme os registros de Nieuhof, um membro da administração holandesa no Brasil durante o governo de Maurício de Nassau:

¹⁰ As referências à Companhia das Índias Ocidentais, neste trabalho, serão feitas através da redução ‘Companhia’ ou pela sigla de seu nome na língua original, WIC.



Fig. 05 – Detail of Brazilian map by Johan Blaeu Jr., around 1680.

Seis das capitanias acima citadas, conquistadas pelas armas, achavam-se sob a jurisdição da Companhia das Índias Ocidentais. Eram elas, a começar do Sul, a Capitania de Sergipe d'El-Rei, Pernambuco, Itamaracá – à qual pertence a Goiana – a de Paraíba, a de Potigi ou Rio Grande e a de Siará ou Ceará. A Companhia possuía, também, a Capitania de Maranhão, que foi, porém, abandonada, por diversas razões, no ano de 1644. (Nieuhof 1981 [1682]: 33)

Essas capitanias foram conquistadas uma a uma. Foi um tempo de lutas, emboscadas, concessões políticas, fome e mortes, que contrastaram com o período de grande florescimento cultural e urbanístico da corte de Maurício de Nassau (1637-1644).

1. O Brasil Holandês

A ocupação holandesa do Brasil pode ser dividida em três fases distintas, tomando-se o ponto de vista da dinâmica de estabelecimento no território — até então, colônia portuguesa: a) 1630-1636: os anos da resistência portuguesa e o crescimento do poder holandês; b) 1637-1644: a resignação portuguesa e o florescimento da colônia holandesa; c) 1645-1654: a insurreição lusa, e a decadência do domínio flamengo (cf. Schalkwijk 1989: 59). Deve-se observar que o período de maior estabilidade da colônia holandesa corresponde ao período da presença e administração do Conde João Maurício de Nassau-Siegen no Nordeste brasileiro (1637-1644).

Afirmar que os holandeses invadiram o Brasil é uma simplificação. De fato, os Países Baixos promoveram o confronto e a invasão, que foi efetivada através da WIC — Companhia das Índias Ocidentais, criada em 1621. A Companhia contava com a participação do capital de investidores das Províncias Unidas e era dirigida por uma diretoria composta de dezenove membros eleitos pelos curadores, os 'Senhores XIX' (*de Heeren XIX*). As tropas organizadas pela Companhia eram compostas por soldados contratados, sendo que a ela foram incorporados, além dos holandeses, soldados franceses, ingleses, poloneses e alemães, entre outros. Deveriam servir em terra por três anos e depois tinham liberdade para comerciar e se estabelecerem na colônia (cf. Schalkwijk 1989).

Esse grupo bastante heterogêneo, geralmente identificado pelo nome de 'holandeses', 'flamengos' ou 'neerlandeses', também foi designado pelo rótulo de 'hereges calvinistas', especialmente pelos portugueses da Colônia. O Pe. Antonio Vieira (1608-1697) fez referência

aos “hereges calvinistas” em seus sermões, especialmente no “Sermão do sucesso das armas de Portugal contra a Holanda” (pregado na Igreja de Nossa Senhora d’Ajuda da cidade da Bahia, no ano de 1640, com SS. Sacramento Exposto. *Sermoens*. Lisboa: Miguel Deslandes: 1681). Muitos missionários da Igreja Reformada Holandesa, corrente calvinista da Reforma Protestante, vieram para o Brasil, também por intermédio da Companhia — os sínodos holandeses que enviavam seus missionários eram constituídos, também, por integrantes e diretores da WIC. Esses fatos apontam para um elemento indissociável dos fatores políticos e econômicos na invasão – o religioso.

Foi esse misto de pessoas e de interesses, línguas e culturas, que chegou ao Brasil. Este, também, bastante heterogêneo – portugueses e espanhóis, indígenas de diferentes tribos, negros escravos procedentes de várias tribos africanas, todos com suas línguas, dialetos e cultura. Com certeza foram necessárias, também, medidas administrativas que tornassem possível essa convivência.

1.1 - Igreja e Estado

Desembarcadas as tropas, teve início a conquista – o que, a princípio, parecia ação de pirataria revelou-se como invasão aos olhos dos portugueses e pernambucanos. Estes perceberam logo a que vinham os holandeses, considerando o tamanho da expedição que aportava. Há registros de tentativas de negociação por parte dos pernambucanos; pensaram que por tratar-se de empregados de uma companhia comercial, ficariam satisfeitos com o lucro e não levariam a cabo a conquista do território¹¹. Fato inevitável, as tropas dominaram Recife e o Governador da Capitania, Mathias de Albuquerque, refugiou-se no Arraial do Bom Jesus que, juntamente com Olinda, tornou-se o centro da resistência portuguesa.

O Brasil Holandês era administrado diretamente pela WIC. Esta enviava diretores que acumulavam poderes político-administrativos, além da tarefa de elaboração de estratégias militares — o que muitas vezes os levava a privilegiar um ou outro cargo. No que diz respeito aos indígenas, cada aldeia, ou grupo de aldeias, possuía seu próprio cacique (conforme conhecemos sobre seus costumes e organização); a cada uma delas era enviado um capitão

holandês que agia sob o controle de um diretor-geral. Cumpre ressaltar que foram anos difíceis para todos na região: muita fome como consequência da guerra de emboscadas; muitas doenças em consequência não só da guerra, mas também do aumento da população e da falta de infra-estrutura, além dos contatos interétnicos e do choque de costumes.

As relações entre Igreja e Estado no Brasil Holandês são fonte das mais diversas interpretações. É tema delicado para ser tratado sob a nossa perspectiva (pesquisadores do século XXI), quando, certamente, poderia ser tachada de ‘fundamentalista’ qualquer nação que permitisse a interferência de assuntos religiosos ou eclesiásticos na administração pública (como muitas nações o são hoje). Na verdade, a separação definitiva entre a Igreja e o Estado só se efetivará durante os séculos XVIII e XIX, quando surgiu a “igreja no estado” (Schalkwijk 1989: 338). Até lá, havia entre os dois — Igreja e Estado — sobreposição quase completa de funções, principalmente na Península Ibérica. Portanto, nas colônias espanholas se reproduzia o modelo da metrópole, tanto quanto no Brasil português era reproduzido o do Reino de Portugal, qual seja: uma relação de **padroado real** (um convênio entre o papa e o governo de uma determinada nação).

A situação das igrejas reformadas era bem diferente. Não sujeitas a Roma e defendendo, ainda que apenas doutrinariamente, a separação entre a Igreja e o Estado, lutavam para torná-la realidade. Na Inglaterra, por exemplo, a igreja era ‘estabelecida’: desfrutava de privilégios reais e estava a serviço do rei. A igreja na Holanda não era estabelecida, mas ‘favorecida’. A República dos Países Baixos devia sua existência — e manutenção — ao apoio da Igreja Cristã Reformada. A liberdade religiosa pretendida pelos dogmas reformados nunca foi exercida plenamente, principalmente por terem esse tipo de relação com o Estado. Era uma liberdade moderada para a própria Igreja Reformada que recebia os salários do Estado e tinha suas reuniões eclesiásticas maiores (reuniões de presbitérios e sínodos) realizadas também com permissão do governo. A situação da Igreja Holandesa é vista como intermediária entre as duas posições: a Igreja Reformada não era da Holanda, como se verificava no âmbito da Igreja Católica Romana, mas também não poderia ser vista como uma igreja na Holanda, como pretendiam seus mestres (cf. Schalkwijk 1989: 337-340). Também desse ponto de vista o período é de transição. A situação começou a tomar uma forma diferente apenas nas

¹¹ Mathias de Albuquerque, donatário da Capitania de Pernambuco, ofereceu milhares de caixas de açúcar em troca da retirada das tropas. A proposta teve uma resposta irônica: “por quanto entregariam os Albuquerques a Capitania?” (cf. Mello 1979: 39).

colônias da América do Norte, quando houve o estabelecimento da Igreja Anglicana na Virgínia¹².

Esse modelo de transição foi o que ocorreu no Brasil Holandês. A Igreja Reformada do Brasil tinha comissários nomeados pela Companhia das Índias Ocidentais e assuntos eclesiásticos eram tratados também em reuniões governamentais, assim como assuntos governamentais eram debatidos nas reuniões eclesiásticas. Havia o que, hoje, chamamos de uma ‘ação conjunta’ entre a Igreja e o Estado.

Os predicantes procuravam transmitir o Evangelho na língua do povo e essa era a orientação dos Sínodos e Presbitérios, conforme atestam as *Actas dos Synodos e Classes do Brasil* (cf. Souto Maior [trad] 1914). Havia igrejas e cultos para os diversos grupos presentes na colônia, sendo as prédicas feitas na língua da congregação e/ou do público alvo: igreja neerlandesa, inglesa, francesa, espanhola, portuguesa e brasileira (catequese em Tupi, ou língua geral). As implicações trazidas por esse sistema para o desenvolvimento de uma política lingüística serão estudadas a seguir, juntamente com o estabelecimento dos projetos de educação e cultura na colônia holandesa no Brasil.

A presença dos holandeses no Brasil, com sua proclamada liberdade e tolerância religiosa, incentivou a vinda de judeus e cristãos-novos da Holanda (e também de Portugal), fugindo da Inquisição da Península Ibérica. Muitos, que já viviam no Brasil sem exercerem publicamente suas atividades religiosas (temendo os braços coloniais da Inquisição), sentiram-se incentivados a se revelarem; alguns chegaram a participar de cultos nas igrejas reformadas (cf. Soler 1997 [1639]: 44). Boa parte dos judeus e dos cristãos-novos tomou posição junto aos holandeses. Esse fato é relevante na medida em que eles (judeus e cristãos-novos) desempenharam papel importante na inserção dos holandeses nos territórios conquistados, pois muitos falavam português, espanhol e a língua geral (os que já estavam há mais tempo no Brasil), auxiliando os holandeses como tradutores.

¹² “Quando se fundaram os Estados Unidos da América, surgiu a questão de saber qual igreja seria “estabelecida” nos vários estados. Pensava-se que os presbiterianos ocupariam este lugar, mas o Presbitério de Hannover declarou que não pedia o “estabelecimento” para os presbiterianos, nem o queria para outros. E, mais tarde, a constituição dos Estados Unidos determinaria, não o princípio de “igrejas estabelecidas”, mas de separação entre governo e estado. Isso aconteceria na segunda metade do século XVIII. Na primeira metade do século XVII, entretanto, havia em países protestantes somente sinais desse desenvolvimento, em especial na Holanda, que num contexto global contrastaria com a Ibéria, que estava no outro extremo da relação igreja e estado.” (Schalkwijk 1989: 338)

Os holandeses fizeram alianças e receberam apoio também dos indígenas. Muitos tupis do Nordeste, já cristianizados, liderados por Felipe Camarão, defenderam os portugueses, enquanto dois quintos dos tupis nordestinos, sob a liderança de Pedro Poti (primo de Felipe Camarão) lutaram ao lado dos holandeses¹³. Documentos da Companhia registraram a conversão de indígenas à religião reformada (cf. Mello 1979: 198).

Portanto, da mesma forma como a Holanda recebeu judeus e cristãos-novos em seu território e buscou uma convivência pacífica e de respeito ao seu modo de vida, houve uma disposição para o mesmo no Brasil Holandês. Esse foi um período da História do Brasil em que a tolerância religiosa permitiu a convivência de calvinistas, papistas (como eram chamados os católicos pelos holandeses) e judeus — não sem confrontos, mas como uma meta a ser atingida (cf. Schama 1992: 71). Mais do que implicações religiosas, essa tolerância trazia benefícios práticos: sociais, políticos e econômicos — especialmente.

1.2 - Educação e Cultura

Quando chegou ao Brasil, a WIC tinha um projeto de tomada do território que englobava, também, medidas de ação social. A educação, no Brasil Holandês, era um projeto do Estado. Esse projeto atingiu seu desenvolvimento mais consistente durante o governo de João Maurício de Nassau-Siegen (1604-1679), que administrou o Brasil entre os anos de 1637-1644.

Devido às estreitas relações entre Igreja e Estado, as iniciativas relacionadas à educação e cultura eram do Estado, mas confiadas à Igreja. Ou seja, a Companhia pagava os salários dos professores, importava o material didático necessário e procurava atender às solicitações feitas para a execução dos projetos. Por sua vez, a Igreja podia intervir apresentando os seus projetos, estabelecendo prioridades e solicitando o que fosse necessário para o cumprimento da tarefa. Isso não quer dizer que a Igreja apenas cumprisse ordens da Companhia, como atestam os registros das *Actas dos Synodos e Classes* (cf. Souto Maior [trad] 1914). Na reunião da Primeira Classe de Pernambuco, que aconteceu no Recife, em 16 de dezembro de 1636 (portanto antes da chegada de Maurício de Nassau), os presbíteros e predicantes

¹³ Poti era cristão reformado e tinha vivido na Holanda, de onde chegara pouco depois da invasão (cf. Schalkwijk 1989: 64).

registraram a necessidade de abrirem escolas no Recife e de contratarem professores que ministrassem aulas em língua portuguesa (tanto para os portugueses quanto para os indígenas já missionados por jesuítas):

4 – Também deve ser observado que em todos os lugares em que há crianças, e especialmente no Recife, se fundem escolas; neste último deve haver além disso um mestre português. [...]

6 – Visto também convir que os predicantes se interessem pela catechese dos índios, portugueses e negros, e nada se pôde conseguir nesse sentido sem os convenientes meios, apresentamos agora um plano para tal fim:

Em primeiro lugar deve-se fazer um resumido catechismo na língua hespanhola com algumas orações.

Sendo D. Joachimus Soler encarregado dessa empresa, declarou já ter feito um esboço desse pequeno livro.

Em segundo lugar, que se solicite a S. Ex. e ao Supremo Conselho se dignem manter alguns índios no Recife á custa da Companhia, afim de que sejam instruidos na igreja da Religião Christã, por Joachimus Soler, que promete applicar-se a esta obra.

O terceiro meio é de estabelecer mestres de escolas, tanto hollandezes como índios, si for possível, nas aldeias de índios.

Tendo sido approved esse projecto, ficou resolvido apresental-o a S. Ex. e ao Supremo Conselho, e os Deputados são encarregados de se esforçarem por conseguir a sancção dos mesmos. (Souto Maior [trad] 1914: 714)

Houve também a solicitação de escrita de um catecismo reformado, “na língua espanhola”. É oportuno registrar que os documentos holandeses, especialmente, fazem menção da língua espanhola e portuguesa tomando uma pela outra em diversas situações. Não é possível dizer se é este o caso, aqui, pois o Rev. Soler — responsável pela solicitação — era espanhol, ex-jesuíta convertido à Igreja Reformada. De qualquer maneira, a escrita e publicação do catecismo reformado, no Brasil Holandês, acabou se transformando num longo episódio, citado por diversos historiadores do período. Há registro de que esse catecismo era trilingüe (Tupi, português e holandês) e que chegou a ser impresso, mas o lote foi enviado à Holanda para correções (doutrinárias) antes de ser distribuído. A demora na execução da tarefa tornou-a inútil, pois os holandeses foram expulsos do Brasil sem que os catecismos chegassem às mãos dos pastores e dos catecúmenos. Apesar dos esforços de muitos pesquisadores, nenhum exemplar desse catecismo foi localizado; pensa-se que foram queimados pelos padres católicos e pela administração portuguesa no Brasil, juntamente com toda a literatura que se encontrava nos armazéns da Companhia. Esse catecismo tem sido objeto da busca de muitos historiadores e lingüistas, especialmente porque sua existência está

normalmente associada à escrita de um Vocabulário e de uma Gramática Tupi. Como já mencionado, até hoje foram encontradas apenas referências à existência desses três volumes: o catecismo reformado, o Vocabulário e a Gramática Tupi (cf. Schalkwijk 1989: 317-333; sobre o assunto, consultar também Mello 1979).

As solicitações feitas à Companhia pela Igreja Reformada Holandesa no Brasil nem sempre eram atendidas. Além disso, a Companhia não cumpria muitos dos compromissos assumidos, comprometendo o sustento do pessoal eclesiástico e a manutenção dos projetos que, mais do que ações puramente eclesiásticas, eram também do Estado – como os projetos educacionais. Assim, não havendo o investimento na proporção esperada pela Igreja, ou a atenção que pretendiam por parte do Supremo Conselho¹⁴, as classes eclesiais continuavam seu trabalho propondo soluções alternativas. Uma dessas soluções, registrada nas atas do Sínodo do Brasil e citada na bibliografia especializada, foi a de enviar um jovem bem preparado e capaz de suprir a ausência do material com sua presença e criatividade - o Rev. David à Dorreslaer (ou Doorenslaer). O jovem pastor holandês veio ao Brasil enviado pelo presbitério de Enkhuizen, tendo servido junto a aldeias indígenas na Paraíba; a ele é atribuída a escrita do catecismo trilingüe citado no parágrafo anterior.

O projeto educacional holandês no Brasil previa ensino em três níveis: ensino primário, médio e superior. O ensino primário era destinado às crianças e aos adultos (especialmente para os índios e negros escravos) e contava com as “Cartas de ABC” e caligrafias utilizadas na época, além do material de ensino religioso, como opúsculos, a oração dominical, credo apostólico, decálogo, histórias bíblicas (cf. Fig. 6 - cópia da lista de livros encontrados no armazém da WIC na ocasião da saída dos holandeses do Brasil). O projeto de uma ‘Escola Latina’ (de ensino médio e superior) teve início em 1642, na casa do Rev. Doornick, com um grupo de cinco ou seis crianças no nível médio. Tendo notado o interesse dos portugueses, os holandeses confeccionaram material de propaganda da Escola Latina em holandês, latim, e português, pois contavam com a adesão da população em geral. Propunham-se a ensinar latim, grego e artes liberais (ensino superior) a quaisquer interessados, independente da filiação religiosa. Os portugueses, porém, não enviaram seus jovens à escola “herege”, contratando seus próprios professores, o que acabou por contribuir

¹⁴ Os dirigentes da WIC eram conhecidos como Supremo Conselho.

para a extinção da escola secundária holandesa. Muitas gramáticas latinas e gregas, bem como obras de autores clássicos ficaram nos armazéns da Companhia como testemunhas do projeto.

Os Estados Gerais, através da presença da Companhia, pretendiam, ainda, implantar no Recife uma universidade das Américas, instruindo os filhos dos cidadãos holandeses, bem como os moradores da terra (portugueses e indígenas), nas letras e nas artes, na doutrina cristã e nas ciências humanas. Havia projetos para a implantação de uma academia no ano de 1654, aproximadamente. O fim da dominação holandesa no Nordeste brasileiro, bem como a retirada das tropas, administração e igrejas (o Presbitério do Brasil partiu com a Companhia) não permitiu a concretização de tal projeto (cf. Moreau 1979 [1651]: 86).

Foram feitas tentativas, também, de ensino de ofícios aos negros, aproveitando a presença dos empregados artífices da Companhia. Foram oferecidos prêmios aos mestres que ensinassem plenamente seu ofício aos negros e muitos, certamente, aceitaram e venceram o desafio, pois há registros de trabalho especializado de negros nos estaleiros holandeses no Recife (cf. Mello 1979:193).

Durante o governo do Conde Maurício de Nassau, a colônia holandesa no Brasil pôde viver um período de grande incentivo à ciência e às artes. O Conde construiu o palácio de Friburgo (*Vrijburg*) na ilha de Antonio Vaz e duas torres, uma que servia de farol e outra onde funcionou o primeiro observatório astronômico do hemisfério sul. Em torno do palácio construiu um jardim tropical e um zoológico, onde reuniu grande quantidade de espécimes da flora e da fauna brasileira (além de alguns espécimes africanos). Trouxe para o Brasil muitos cientistas e artistas, estimulando a pesquisa e as artes na colônia. Os cientistas mais famosos do período são Guilherme Piso (1611-1678) e George Marcgrave (1610-1644), cujas obras foram estudadas neste trabalho. Entre os artistas destacam-se os pintores Albert Eckhout (1610-1665), Frans Post (1612-1680) e Zacharias Wagener (1614-1668), cujas obras são referência da estética da época até nossos dias. Nassau instalou sua corte no Recife. Frequentava os cultos no *templum gallicum*, cujo pastor era o Rev. Joaquim Vicente Soler, pastor dos franceses no Recife¹⁵. Estima-se que essa presença francesa, ou de falantes franceses, tenha ocorrido especialmente na corte de Nassau que, a exemplo do que acontecia em Haia, conversavam normalmente em francês.

¹⁵ Os pastores davam assistência a mais do que uma congregação durante os períodos em que houvesse falta de predicantes. O Rev. Soler pregava em francês e espanhol, e possivelmente em português.

O governo de Maurício de Nassau foi o apogeu do Estado holandês no Brasil. Como já foi dito, não se deve esquecer de que toda essa estrutura sobrevivia ao lado da guerra. Os insucessos são decorrentes, muito mais, dessas circunstâncias do que de qualquer outro fator. Antes de colonizar, a Companhia pretendia conquistar o território. Daí, por exemplo, o insucesso na formação da Universidade. Um projeto desse porte requer tempo, muito investimento e paz, coisas que não existiram no Brasil Holandês. Maurício de Nassau voltou à Holanda em 1644. Logo depois, estimulada por algumas vitórias (inclusive a da expulsão dos holandeses do Maranhão), a resistência portuguesa se organizou e conseguiu derrotar definitivamente os soldados da Companhia. Em 1654, os holandeses partiram do Brasil, assinando tratados vantajosos e voltando seus olhos para outros pontos importantes de comércio no Novo Mundo, especialmente as Antilhas e, pouco mais tarde, a Nova Holanda (como chamaram a América do Norte), onde fundaram a cidade de Nova Amsterdam, hoje cidade de New York.

2. Aspectos do pensamento holandês seiscentista

Bastante complexa, a história da formação dos Países Baixos passou por períodos de guerras, uniões e tratados, motivados especialmente por direitos de sucessão ao trono e, como seria de se esperar, por interesses econômicos. Em 6 de janeiro de 1659, foi assinada a *Union d'Arras* entre as províncias católicas dos Países Baixos do sul, sob o controle espanhol; em 23 de janeiro do mesmo ano, foi assinada a *Union d'Utrecht* entre as sete províncias do norte: Holanda, Zelândia, Utrecht, Gueldre, Overijssel, Groningue e Frísia. A Holanda era uma das províncias dos Estados Gerais (*Nederland*, literalmente 'País Baixo', cf. Zumthor 1989: 18). Após a abolição do estatuderato¹⁶ em 1650, os Estados Gerais passaram a ser uma República. A Holanda acabou exercendo supremacia sobre os demais estados, razão por que se denominam genericamente de 'holandês' aos estados que, a rigor, seriam as Províncias Unidas (do Norte), ou os Estados Gerais dos Países Baixos.

¹⁶ Estatuderato era o regime político que mantinha um "stadhouder" como governador estadual, ou interventor.

Os Países Baixos do Sul, católicos, aceitaram a coroa espanhola¹⁷. Correspondem ao atual território da Bélgica. Na época, as províncias do sul falavam francês (também denominado valão), enquanto as do norte falavam o frísio e o holandês (ou flamengo), além de diversos dialetos espalhados por toda a região (cf. Schalkwijk 1989: 23).

O século XVII é conhecido como a época de ouro da Holanda, especialmente pela sua expansão econômica e territorial, além do grande desenvolvimento social e político da região – formação de sua identidade como povo e nação, estabelecimento dos princípios que nortearam sua ação política e social e que, até os nossos dias, identificam a Holanda como um ‘país da liberdade’.

2.1 - O princípio da liberdade

Da perspectiva do observador, hoje, a sociedade holandesa era estável se comparada às sociedades de outras nações de seu tempo. Os holandeses tinham uma vida essencialmente urbana, baseada no comércio, ainda que exercessem a atividade rural. Seu ideal de família era uma “miniatura da nação ideal” — relações estáveis, baseadas no respeito mútuo, estudo e trabalho (cf. Schama 1992: 16). Isso não quer dizer que não tivessem conflitos internos, especialmente no que se refere a questões religiosas, além das questões políticas. Era um Estado em formação, em processo de consolidação das estruturas internas e externas (relações com outras nações européias).

Diferente do restante da Europa, que viveu a rigidez das hierarquias feudais durante o final da Idade Média, a Holanda desenvolveu sua agricultura com o trabalho de homens livres (entenda-se, aqui, homens que não trabalhavam sob o sistema de vassalagem), e que lutavam, também, pela manutenção do território, seja nas disputas políticas e confrontos armados, seja na conquista de território ao mar. As adversidades a que foi submetido o povo holandês durante o processo de constituição territorial e política incluíam, sem dúvida, os desastres naturais, como inundações e ressacas. Não é sem razão que Schama enfatiza a importância da água como um inimigo comum, o que justifica a eleição de guardiães das águas, escolhidos pela comunidade local para vigiar os diques, garantindo a tranquilidade da população

¹⁷ Carlos V (1515-1556) era descendente de Fernando e Isabel (os reis católicos da Espanha, como são conhecidos) e pai de Felipe II. Por direitos de sucessão, Carlos V reuniu sob seu governo as possessões alemãs,

(Schama 1992). O autor ressalta ainda os traços da reciprocidade do respeito e da confiança como constituintes essenciais das relações sociais holandesas durante o século XVII. Essas peculiaridades da história social e política holandesa, ainda na tese de Schama, acabaram por orientar a construção da identidade desse povo numa perspectiva coletiva, inversamente do que se poderia pensar a princípio. Ou seja, o exercício da confiança recíproca, que garantia a sobrevivência diante dos desastres naturais, foi estendido a outras ações coletivas que geravam benefícios para a comunidade, como por exemplo, o apoio da população a cargas tributárias mais altas (pois retornavam em benefícios para a coletividade). A consequência dessa cadeia de ações e reações foi a transformação de uma pequena nação em um império no curto espaço de duas gerações (cf. Schama 1992: 48).

A ‘liberdade’, que é normalmente reconhecida como uma característica da personalidade desse povo, tem, portanto, raízes historicamente construídas. É nesse contexto que se desenvolveram idéias e práticas que, de modo geral, caracterizam o pensamento holandês no século XVII. Os itens seguintes apresentam, em linhas gerais, dois aspectos constituintes do pensamento holandês e que, apesar de sua origem anterior, ainda se refletiam na prática (política, administrativa, e até mesmo na vida cotidiana) do holandês seiscentista: a) o humanismo; b) o calvinismo.

2.1.1 - O HUMANISMO SEISCENTISTA

O humanismo é uma teoria, ou uma concepção sobre o homem: o que ele é, o seu lugar no mundo (cf. Fraga 1976: 26). É descrito na literatura especializada como um movimento de retorno (ou reabilitação) aos textos, à língua e aos autores clássicos, que se desenvolveu durante o século XV, no período identificado, hoje, como final da Idade Média e Renascimento. Não se deve esquecer, porém, que essa volta aos clássicos da Antigüidade (usando de uma designação nossa contemporânea) foi feita de forma crítica e, exatamente por isso, pode ser vista não apenas como um movimento cultural. O humanismo marca um momento de busca de uma concepção autônoma do homem, que se volta contra o pensamento teológico vigente e o modo de vida cristão, então incentivado pela igreja.

O humanismo está associado ao nome Erasmo de Rotterdam (Desidério Erasmo, 1466-1536), filho de um sacerdote e da filha de um médico. Para Erasmo, cristianismo é um tipo de vida — decente, moral, coerente e equilibrada. O pensador defendia o livre arbítrio e sustentava a importância da fé, mas da fé que é acompanhada das boas obras. Seus trabalhos e suas críticas, que a princípio pareciam contrárias às doutrinas reformadas, acabaram por exercer influência oposta, alimentando polêmicas e argumentos que culminaram na Reforma Protestante em 1517.

Seja para pactuar, seja para negar, o clero e os pensadores discutiram temas humanistas: defendendo o retorno às Escrituras Sagradas e ao cristianismo da igreja primitiva; questionando a submissão do homem ao homem (na hierarquia eclesiástica, especialmente). Enquanto na Itália o movimento humanista esteve mais ligado às artes, no norte da Europa as concepções humanistas foram polemizadas por teólogos e intelectuais, influenciando o que hoje se conhece por Filosofia Cristã.

Nesse contexto de reforma do pensamento e da prática teológica, alguns traços do pensamento humanista acabaram por se refletir no cotidiano do povo holandês do século XVII, por exemplo: a concepção do homem como um ser ‘livre’ diante de Deus, e não diante da Igreja, permitiu uma outra forma de administrar o tempo (dia, semana, ano), coordenando o trabalho e a prática religiosa sob outros princípios. Acrescente-se que, pensar o cristianismo como um modo de vida, com princípios orientadores da prática, deveria, certamente, acabar por influenciar o cotidiano na medida em que esses princípios passassem a orientar decisões administrativas. O historiador Schama ressalta, dentro desse tema, que é comum descrever o homem holandês do século XVII como possuidor de ‘virtudes’ tais como a paciência, a destreza e a modéstia, em oposição aos ‘vícios’ da ignorância, indolência, busca de prazeres, embriaguez e devassidão moral (esta sob a perspectiva cristã) — adjetivos estes que costumavam caracterizar o homem holandês na literatura e produção artística em períodos anteriores ao século XVII (época de ouro). Essas descrições do homem ‘virtuoso’ estariam associadas a uma restauração da dignidade advinda com o trabalho, bem como à aplicação de políticas públicas voltadas para o bem da coletividade (cf. Schama 1992: 51-52).

O conceito de ‘liberdade’ que está normalmente associado ao povo holandês passa, necessariamente, pela convivência e desenvolvimento das práticas humanistas. Pensar o homem como um ser livre para se relacionar diretamente com Deus e que responde a Deus

pelo que é e não pelo que parece ser, deveria levar o cidadão a uma vida menos determinada pela opinião do outro (e o outro pode ser aqui entendido como a própria instituição religiosa). Espinosa, por exemplo, criticava a falsa religiosidade de homens que, apenas por entrarem na igreja, eram chamados ‘cristãos’, e não pela coerência entre a vida que levavam e a fé que professavam (cf. Spinoza 1986).

O desenvolvimento de uma concepção do homem como um ser autônomo passa, também, pela necessidade de mudanças nas concepções e métodos pedagógicos. Klifman destaca que esse foi um momento de reavaliação de conteúdos curriculares, especialmente por incluir o vernáculo no ensino (Klifman 1992: 63-64), conforme será comentado nos itens seguintes.

Esse contexto de discussão e revisão de valores, incentivado pelos debates humanistas, é também propício à discussão das propostas e teses advindas com a Reforma Protestante.

2.1.2 - A REFORMA PROTESTANTE E O CALVINISMO

A Reforma Protestante está essencialmente relacionada ao nome de Martinho Lutero (1483-1546). Parece não haver dúvidas, entre os que escrevem a História da Igreja Cristã, de que suas noventa e cinco teses, afixadas na porta da catedral de Wittenberg em 31 de outubro de 1517, são o marco do movimento. Entre as teses, Lutero defendia que a Bíblia era a única regra de fé e prática cristã (o que levava à necessidade de entregá-la nas mãos do povo em sua própria língua), a justificação pela fé e o sacerdócio dos crentes. Essas teses conduziam o homem (e a igreja, conseqüentemente) ao exercício de sua livre consciência para com Deus, à medida que: a) defendiam o livre acesso ao estudo da Bíblia, sem a necessidade de sacerdotes para interpretá-la — até então, a Bíblia era lida em latim, na igreja e pelo sacerdote; b) entendiam que a salvação e a justificação dos homens não estavam vinculadas à prática de boas obras, o que liberava o homem para agir de acordo com sua própria consciência, a qual seria paulatinamente transformada mediante o estudo da Bíblia e o exercício da comunhão com Deus, por intermédio da oração; c) o sacerdócio dos crentes tornava livre o acesso do homem a Deus, sem a necessidade da intermediação da Igreja (instituição) e dos sacerdotes por ela investidos. As funções (espirituais e institucionais) do sacerdote são estendidas aos

leigos que, investidos no exercício da função, pregavam o Evangelho, ensinavam, orientavam, exortavam e estimulavam os fiéis à prática dos princípios cristãos.

O que se pretende mostrar com essa discussão é a importância do exercício de uma determinada concepção de **liberdade** como marca de um cristão, dentro do pensamento dito ‘reformista’. Esse princípio foi, e continua sendo, nuançado conforme os diversos contextos culturais. Além do que, como toda mudança, constituiu-se em um processo – não foi fruto de um decreto. Não nos cabe aqui tecer comentários de valor sobre o grau de liberdade pregado e/ou exercido, mas ressaltar que era um ‘princípio’, um elemento impulsionador do homem como indivíduo e como cidadão.

A Igreja Reformada propôs-se a formar bons cidadãos através de uma educação que, entendiam, deveria ser forte e rígida, baseada nos princípios cristãos. O estudo deveria tornar o cidadão: a) apto a ler as Escrituras, interpretá-las e ensiná-las; b) capaz de levantar polêmicas e argumentar; c) um profissional devidamente qualificado para exercer a cidadania por meio do trabalho, da responsabilidade e do comprometimento com seu país – sempre no exercício de sua livre consciência. A Igreja Cristã Reformada na Holanda era de linha calvinista, isto é, seguia a linha doutrinária desenvolvida por João Calvino¹⁸, o reformador de Genebra (pois foi em Genebra que Calvino ajudou a introduzir importantes mudanças, na igreja e na própria sociedade); daí porque os holandeses terem sido chamados de ‘hereges calvinistas’ quando da sua chegada ao Brasil.

Enfim, a reforma não era tão somente religiosa, e essa era a idéia de seus pensadores: a de que o homem transformado pela ação de Deus em sua vida transformasse a vida de seus semelhantes e da sociedade em que vivia. Reformando a doutrina, a pregação, o ensino, a liturgia e o interior dos templos¹⁹, outras mudanças sociais ocorreram: ministros oficializaram seus relacionamentos, casando-se e registrando os filhos, até então bastardos; o calendário litúrgico reformado preservou o domingo como dia separado para o descanso, além de poucos

¹⁸ João Calvino (1509-1564) é considerado, sob a perspectiva da História da Igreja Cristã, o sistematizador da teologia protestante. Sua obra *Institutas da Religião Cristã* (Basileia, 1536) teve nove edições até 1560. A linha doutrinária era reformada, portanto semelhante à de Lutero, mas discutia pontos específicos da doutrina cristã que ainda não estavam claros nos debates de Lutero ou que ainda necessitavam de sistematização.

¹⁹ O interior dos templos também foi reformado, tornando-se mais simples, sem o excesso do luxo na construção e ornamentação.

dias santos (como a Páscoa, o Pentecostes)²⁰. Uma consequência direta da reforma do calendário foi o aumento de dias úteis (tal como entendemos hoje, dias de trabalho), o que acabou por abrir frentes de trabalho que foram estendidas, significativamente, às classes miseráveis, impulsionando a economia nacional (cf. Schalkwijk 1989: 24).

A Reforma Protestante teve, portanto, consequências em diversas áreas da vida europeia. Mais que a mudança de mentalidade, o questionamento dos princípios vigentes, da política exercida pelo Estado e do modo de vida dos cidadãos acabaram por influenciar decisões políticas, sociais e econômicas.

É nesse sentido que, a nosso ver, a Reforma Protestante contribuiu para a formação do que chamei, no início deste item, de ‘princípio da liberdade’.

2.2 - A prática lingüística

Os contextos ideológico, político e econômico são importantes para a reconstrução do pensamento da época na medida em que ajudam a desengajar o pesquisador do seu próprio tempo e espaço. Nesses contextos se inclui o dos estudos da linguagem, neste caso, estudo do pensamento e da produção sobre a língua e a linguagem feita por holandeses no século XVII. A prática holandesa não era essencialmente diferente da tendência de estudos ou produção sobre a linguagem que vinha se desenvolvendo por toda a Europa, mas teve suas peculiaridades.

A lingüística holandesa constituía-se, desde o final da Idade Média, basicamente de ortografias e gramáticas. Inicialmente, houve um interesse pedagógico impulsionando a escrita de ortografias da língua materna — apesar de passarem pelo processo de alfabetização, os alunos, em geral, aprendiam apenas a reconhecer os caracteres da escrita e a agrupá-los em sílabas e palavras. O estágio de tratamento da ‘palavra’ como parte de um todo, a ‘oração’, contudo, não fazia parte dos estudos da língua materna na Holanda, assim como em outras partes da Europa durante esse período (cf. Dibbets 1992: 39). Uma pedagogia baseada na cópia e na reprodução culminava num processo inadequado de instrução popular, em que muitos comerciantes, por exemplo, eram capazes de redigir documentos, mas não o faziam

²⁰ Os dias santos preservados pelos reformadores eram ‘poucos’ se comparados ao extenso calendário litúrgico observado pela Igreja Católica.

com a correção necessária. Assim, não havia, na escrita da população em geral, a organização mínima necessária para a redação e compreensão do(s) texto(s); acrescenta-se a esse fato, também, uma preocupação advinda com o humanismo, qual seja, a da busca da ‘pureza’ e da ‘elegância’ da expressão, fato que acrescentava preocupações outras ao ato da escrita: estética, concepções de ‘certo’ e ‘errado’, etc. (cf. Dibbets 1992: 40; Klifman 1992: 64).

A primeira ortografia publicada, dentro desse contexto de reavaliação e redirecionamento pedagógico, foi *Néderlandsche spellinghe* (Joas Lambrecht [1491-1560], Gent 1550). Depois desta, vieram outras, tais como (cf. Dibbets 1992: 40-41):

- Antonius Sexagius (c. 1535-1585), *De orthographia linguae Belgicae* (Leuven, 1576);
- Pontus de Heuiter (1535-1602), *Nederduitse orthographie* (Antuérpia, 1581);
- Jacob van der Schuere (1576-c.1644), *Nederduydsche spellinge* (publicada anonimamente em Haarlem, 1612);
- Guilielmus Bolognino (1590-1669), *Ni'uwe noodeliicke orthographie* (Antuérpia, 1657).

Algumas publicações traziam, em suas notas introdutórias, orientações sobre a ortografia utilizada. É o caso da obra de Joas Lambrecht, *Naembouck van allen naturelicken ende ongheschuumden vlamschen woirden* (Gent, 1564).

Outras, além de apresentarem a ortografia da língua holandesa, preocuparam-se também com a ortoepia, ou, a pronúncia correta dos sons de cada letra. Dibbets destaca os três métodos utilizados para a descrição dos sons, encontrados nas publicações do período (cf. Dibbets 1992: 46; metalinguagem do autor do artigo, Dibbets, e não dos autores dos documentos), quais sejam:

- a) o ‘método acústico’ – pouco empregado, esse método comparava os sons da fala com outros sons conhecidos, como o de animais (utilizado, por exemplo, no *Twe-spraack*, cuja descrição é feita adiante);
- b) o ‘método comparativo’ – comparava um som da fala com outro, da mesma ou de outra língua (utilizado, por exemplo, na obra de Sexagius e Heuiter; no *Twe-spraack*);

c) o ‘método genético’ – descrevia a posição e o trabalho dos órgãos da fala para a produção dos sons (utilizado, por exemplo, na obra de Lambrecht, Heuiter e no *Twe-spraack*).

Observa-se, a partir dos exemplos acima, que ainda não havia um padrão único de descrição; o mesmo autor descreveu a pronúncia que julgava correta utilizando critérios diversos.

Como já dito anteriormente, o sistema de educação previa apenas a alfabetização em língua materna. O estudo dos aspectos gramaticais, ou estudo da(s) gramática(s), ficava por conta das universidades, onde se estudava basicamente o latim. A celebrada gramática de Joannes Despauterius (1480-1520), *Latina grammatica*, foi uma das mais utilizadas nas universidades da Holanda, tendo sido inserida no *standard catalogue* da Universidade de Leuven.

A Historiografia Lingüística holandesa menciona, reiteradamente, o *Twe-spraack*. Diferente dos livros didáticos convencionais utilizados no período (diálogo entre um professor e seu aluno), essa gramática reproduzia o diálogo entre dois adultos que se encontram nas ruas de Amsterdam e, caminhando, expunham seus pontos de vista sobre a gramática da língua holandesa (cf. Dibbets 1992: 43). Esse sistema de construção de diálogos baseados em situações reais do cotidiano, entre trabalhadores ou comerciantes, foi bastante utilizado para o ensino da língua materna entre os holandeses do século XVII. Os autores do *Twe-spraack*²¹ criticaram o sistema educacional vigente que não usava a língua materna nas escolas regulares (ou Escola Latina, destinada aos meninos que concluíam a escola maternal e o curso primário; cf. item 3.2 deste capítulo), dificultando o acesso dos holandeses à universidade e aos estudos científicos da época. Sendo a escola regular freqüentada por poucos alunos, em geral os da elite local, os autores do *Twe-spraack* esperavam que o uso da língua materna nesses cursos permitisse o avanço intelectual de todas as classes sociais (cf. Klifman 1992: 74).

A publicação do *Twe-spraack* coincidiu com o momento de discussão, entre os especialistas da época, sobre qual seria a língua adequada para a divulgação de textos científicos. É nesse período, também, que se desenvolveram movimentos nacionalistas, o que

²¹ Os autores não são identificados nas obras de referência. A indicação bibliográfica dessa obra é a seguinte: *Twe-spraack*. 1584. *Twe-spraack vand Nederduitsche Letterkunst*. Leiden: Chr. Plantijn. [Re-ed. by Geert R. W. Dibbets, Assen & Maastricht: van Gorcum, 1985. (= *Studia Theodisca*, 17.)] – cf. Noordegraf et al. 1992: 58, 80.

permitiu que cientistas defendessem suas línguas maternas como apropriadas para o discurso científico. Simon Stevin (1548-1620), renomado matemático e arquiteto na Holanda de seu tempo, julgava que sua língua — o holandês — era tão boa para o discurso científico quanto o latim (cf. Klijnsmit 1992: 173).

A partir do estudo feito pelos historiógrafos da lingüística holandesa citados no parágrafo anterior (Dibbets, Klifman e Klijnsmit), fica claro que um dos maiores estímulos para o estudo da língua materna na Holanda, especialmente nos séculos XVI e XVII, foi a vontade ou a necessidade de inserção no mundo científico (fato que não ocorreu exclusivamente na Holanda, mas que se constituiu numa preocupação comum às nações que ora se estabeleciam na Europa).

Gostaria ainda de destacar o trabalho de três autores cujas obras representam três linhas distintas do pensamento lingüístico na primeira metade do século XVII.

O primeiro deles é Joannes Goropius Becanus (1519-1572 ou 1573), que estudou hebraico, latim, grego, filosofia, medicina e matemática em Leuven. Sua tese defendia que o holandês era a língua primitiva, e que o hebraico poderia ser considerado como língua derivada do holandês (ou ‘Cimbric’, cf. Klijnsmit 1992). Seu argumento era que o holandês tinha chegado à Europa com Jafet, um dos filhos de Noé, antes de Babel e o hebraico teria sua origem em Babel e, portanto, era posterior à origem da língua holandesa. Para completar sua argumentação, Becanus utilizava etimologias, como demonstra Klijnsmit com o exemplo transcrito abaixo (Klijnsmit 1992: 174):

With the aid of etymologies whereby Hebrew is considered to be derived from Dutch he thought to prove that Cimbric (or Dutch) was the first tongue. For example, Hebrew <midbar>, ‘desert’, is derived from Dutch *mit var*, ‘with fear’, because one is filled with fear when being alone in a desert (Goropius Becanus, *Hermathena* L.6:115).

Eco ressalta que essas etimologias (‘etimologias transparentes’) eram utilizadas pelos estudiosos do período para provar que o holandês era a língua adâmica. A argumentação normalmente utilizada pelos defensores desse pensamento estava baseada nos seguintes fatos: 1) o holandês possuía elevado número de palavras monossilábicas; 2) o holandês possuía

grande variedade (ou riqueza) de sons; 3) o holandês oferecia “possibilidades excepcionais de gerar palavras compostas” (cf. Eco 1996: 101).

Alguns anos mais tarde, Espinosa contestou as afirmações de Becanus ao dizer que o conhecimento científico da língua hebraica é indispensável para a interpretação correta das Escrituras:

Debe contener la naturaleza y propiedades de la lengua en la que fueron escritos los libros de la Escritura y que solían hablar sus autores. Pues así podremos investigar todos los sentidos que, según el modo habitual de hablar, puede admitir cada oración. Y, como todos los escritores, tanto del *Antiguo* como del *Nuevo Testamento*, fueron hebreos es lo más indispensable para comprender, no sólo los libros del *Antiguo Testamento*, que fueron escritos en esta lengua, sino también los del *Nuevo Testamento*; pues, aunque éstos fueron divulgados en otras lenguas, contienen hebraísmos. (Spinoza 1986 [1670]: 195).

Em sua obra *Hermathena*, Becanus conclui que a língua holandesa era um meio infalível para o conhecimento do universo (Klijnsmit 1992: 174).

As polêmicas sobre a língua primitiva, ou língua adâmica, eram recorrentes na literatura da época. O trabalho de Becanus é um dos representantes do lugar desse tema no contexto holandês de discussões sobre a língua e a linguagem.

O segundo autor que destaco neste item é Petrus Montanus (1594/95-1638). Publicou *De Spreekkonst* (Delft, 1635), escrito em holandês — obra que defende a idéia de que o vocabulário holandês era altamente qualificado por sua aptidão para denotar as coisas. Seguindo a idéia de Stevin²², Montanus acreditava que as palavras monossilábicas eram *oorspronkelijke* (*original words*), e quanto menores fossem, com maior exatidão definiriam o objeto que nomeavam. Novas palavras na língua holandesa só poderiam ser criadas a partir da composição dos monossílabos (cf. Hulsker 1992).

Montanus descreveu os sons da fala na língua holandesa, distintos entre si a partir de um sistema de oposições binárias, e classificando-os em categorias baseadas em aspectos articulatórios. Para identificar essas oposições e as categorias articulatórias, Montanus criou uma nomenclatura específica – neologismos – através da composição de monossílabos da

²² Stevin, Simon (1548-1620). Stevin afirmava que o nome é, em essência, a definição do objeto e quanto menor for esse nome, mais exatamente o define (cf. Hulsker 1992: 91)

língua holandesa (cf. Hulsker 1992). Essas duas preocupações foram vistas como contribuições significativas de Montanus para os estudos da língua holandesa.

O terceiro nome a ser lembrado como referência da prática lingüística holandesa seiscentista é o de Gerardus Joannes Vossius (1577-1649). O autor é reiteradamente citado em muitos documentos estudados para a execução deste trabalho, participante do círculo de intelectuais de Amsterdam (freqüentado também por Gaspar Barléu). Vossius é considerado, pela literatura especializada, um dos grandes filólogos ‘humanistas’ da primeira metade do século XVII, tendo publicado uma trilogia: *De arte grammatica libri septem* (Amsterdam 1635)²³, *De vitiiis sermonis et glossematis Latino-barbaris* (Amsterdam 1645) e *Etymologicon linguae Latinae* (Amsterdam 1662, ed. póstuma; cf. Rademaker, ss.cc., Cornelis Simon Maria. 1981. “Life and Work of Gerardus Joannes Vossius (1577-1649)” *Respublica Literaria Neerlandica*, 5. Assen: Van Gorcum). Dentre essas obras, é atribuída maior importância ao seu primeiro trabalho, que ficou conhecido pelo nome da segunda edição, *Aristarchus*. Foi escrita ao longo de quarenta anos, pretendendo ser um sumário completo do que havia sido escrito sobre teoria gramatical (Antigüidade, Idade Média, Humanismo e Renascimento) e fazendo referência a diferentes teorias gramaticais. Seu trabalho é reconhecido como um dos mais completos produzidos até a primeira metade do século XVII (cf. Rademaker 1992: 112).

A *Ars Grammatica* de Vossius divide-se nas quatro partes tradicionais: ortoepia, prosódia, etimologia (‘analogia’) e sintaxe. Para Vossius, a definição gramatical deve convir à essência da parte do discurso descrita, sendo que as diferenças formais não devem ocupar espaço nas definições, pois não são essenciais; o nome, por exemplo, é “a word that, by arbitrary convention, immediately signifies a reality.” (Vossius 1695: 116; cf. Rademaker ss.cc. 1992: 126)²⁴. Uma das teses defendida por Vossius é a de que há duas ‘artes’ de gramática: uma comum para todas as línguas e outra especial para cada língua. A primeira não pode ser quebrada sem que se distorça a natureza da linguagem/língua; a segunda acrescenta à

²³ Essa gramática latina teve grande sucesso e em 1662 foi reeditada pelo grande editor Blaeu com o título de *Aristarchus sive de arte grammatica libri septem*. (cf. Rademaker ss. cc. 1992: 110)

²⁴ Vossius, Gerardus Joannes. 1695. *Aristarchus, sive de arte grammatica libri septem*. (= *Opera in sex tomos divisa*, 2.) Amstelodami: Blaeu, Janssonius-Waesbergius, Boom, a Someren et Goethals. (1st ed., 1635) – (cf. Rademaker ss.cc. 1992: 126)

gramática universal as regras específicas da língua (Vossius 1955 [1598]²⁵: 39, cf. Rademaker 1992: 113).

Observamos aqui três linhas que representam, ao menos em parte, o pensamento lingüístico holandês seiscentista. As especificidades de cada autor representam bem o contexto intelectual da época: efervescente, marcado não apenas pela discussão e crítica de novas idéias, mas também pela discussão e busca de metodologia que servisse de base, de elemento fixador e revelador de toda teoria que então se constituía.

3. Holanda e Portugal no contexto do século XVII: encontros e desencontros

Os itens anteriores procuraram descrever aspectos específicos da colônia holandesa no Brasil (administração política e eclesiástica, sistema educacional), bem como da história e do pensamento holandês. Referências rápidas à administração portuguesa serviram de termo de comparação, permitindo melhor descrição das especificidades do pensamento e da administração holandesa no Brasil.

Entretanto, para o desenvolvimento do estudo nos capítulos seguintes, julgo necessária a apresentação mais detalhada de alguns aspectos que, certamente, contribuem para a aplicação dos parâmetros externos de análise aos *corpora*. Este item trata de algumas semelhanças e diferenças entre o pensamento e a ação holandesa e portuguesa, que certamente se refletiram na administração empreendidas por esses Estados na colônia brasileira. Restringi o estudo apenas a três aspectos: 1) questões de fé e prática cristã; 2) a prática lingüística documentada; 3) o desenvolvimento da ciência experimental.

3.1 - Fé vs. Obras

Retomo, primeiramente, a afirmação de que a Igreja Católica Romana e Portugal mantinham uma relação conhecida como **padroado real**. Essa relação garantia ao papa o poder de conceder a jurisdição espiritual das terras conquistadas ao Rei de Portugal — Grão Mestre da Ordem de Cristo. Na condição de patrono geral da(s) colônia(s), o rei delegava

²⁵ Vossius, Gerardus Joannes. 1955 [1598]. *Universalis philosophiae* [...] Ed. by M. van Straaten oesa. Leiden: Brill. (cf. Rademaker ss. cc: 1992: 127)

poderes ao governador geral da colônia, nomeava bispos e missionários, censurava a correspondência e ratificava as bulas papais antes de se tornarem lei (cf. Schalkwijk 1989: 338-339).

Semelhantemente, as relações entre a Igreja e o Estado nos Países Baixos eram muito fortes. Schalkwijk chamou a igreja holandesa de “padroado republicano moderado” (Schalkwijk 1989: 339). Por um lado, os pastores eram nomeados, quase sempre, pelo magistrado civil e não podiam pregar abertamente contra o governo (de quem recebiam seus salários). Por outro, os membros da administração pública deveriam ser membros da Igreja Reformada (apesar de muitos não o serem, até por conta da tolerância religiosa que defendiam e que os fazia buscar a convivência entre, por exemplo, anabatistas, arminianos e católicos romanos).

Poderia resumir essas relações de poder afirmando com Schalkwijk: “No pensamento católico romano, a igreja está acima do estado. Para Lutero, o estado cristão estava acima da igreja. Para Calvino, o estado cristão e a igreja ocupavam posições correlatas, ambas, porém, submissas à Palavra de Deus.” (Schalkwijk 1989: 340). Dessa forma, a igreja holandesa, na Europa e no Brasil, não era completamente sujeita ao Estado, mas também não possuía total liberdade. Esse pensamento será retomado para discussão no Capítulo VII.

As diferenças doutrinárias entre a Igreja Católica e a Igreja Reformada implicaram em diferenças no pensamento e no estilo de vida dos fiéis e, portanto, dos cidadãos.

A prática da Igreja Católica levava os fiéis à confissão obrigatória (intermediada pelos sacerdotes), ao pagamento de penitências, à observância de jejuns e à guarda de dias santos, entre outras práticas. O perdão e a salvação da alma eram garantidos pelas boas-obras e pelas penitências. Esse contexto favorecia o pensamento de que a salvação e a graça podem ser ‘adquiridas’ por intermédio das boas-obras.

De acordo com o historiador Sérgio Buarque de Holanda, o modo como portugueses (e espanhóis) interpretavam a teoria/doutrina do livre-arbítrio e a responsabilidade pessoal não favoreceu o espírito de coletividade, pois “o princípio unificador foi sempre representado pelos governos” (Holanda 1995: 38). O livre-arbítrio, associado à idéia da conquista do perdão divino através de ações pessoais supervalorizaram o mérito pessoal. O autor vai além

quando afirma que favoreceu o predomínio do “tipo de organização política artificialmente mantida por uma força exterior”²⁶ (Holanda 1995: 38) — o poder do Estado.

Por sua vez, a sociedade holandesa, já marcada por diferenças históricas (criação do Estado Republicano), geográficas (luta contra as águas) e filosóficas (desenvolvimento do pensamento humanista), tem nas doutrinas reformadas, especialmente no calvinismo, o ambiente necessário para a construção de um outro modelo social, um outro padrão de pensamento e de comportamento.

A doutrina da graça de Deus, pregada pelos reformadores luteranos e calvinistas, crê na salvação do homem como um ato divino, independente das ações e da vontade humana. As responsabilidades da vida cristã, que implicam numa vida pura e coerente, deveriam ser administradas pelo homem por meio do exercício da livre consciência (acesso a Deus unicamente por fé em Cristo Jesus, sem a mediação de sacerdotes e penitências) e pelo bom uso do seu livre-arbítrio. Para tanto, a Bíblia (traduzida, impressa e distribuída ao povo) era o ‘manual’, cuja leitura inspirada pelo Espírito Santo seria suficiente para levar o homem aos caminhos da salvação e da santificação (busca de vida pura). As ‘boas-obras’ eram portanto o resultado, o reflexo do perdão, da graça e da salvação — e não o instrumento.

Sérgio Buarque de Holanda explica, ainda, que o pensamento e prática dos povos protestantes impulsionavam a confiança mútua necessária para a administração dos problemas coletivos e favoreciam a organização espontânea e a racionalização da vida (cf. Holanda 1995: 38). O trabalho não era o resultado de penitência, índice de fraqueza espiritual ou moral, mas reflexo das graças recebidas — saúde física e salvação espiritual. Adorar e servir a Deus, para os protestantes, deixa de ser um ato de **contemplação** (Igreja Romana) para ser uma **ação** (cf. Holanda 1995: 38-39). Exemplo desse fato são os programas de reeducação dos presos holandeses durante o século XVII. Esses programas envolviam a utilização do tempo de confinamento com as seguintes práticas: a) trabalho remunerado de doze a catorze horas por dia, sendo que os ganhos eram acumulados e entregues ao trabalhador no momento da sua libertação; b) exercício espiritual, por meio de leituras da Bíblia, cânticos e frequência

²⁶ “Nas nações ibéricas, à falta dessa racionalização da vida, que tão cedo experimentaram algumas terras protestantes, o princípio unificador foi sempre representado pelos governos. Nelas predominou, incessantemente, o tipo de organização política artificialmente mantida por uma força exterior, que, nos tempos modernos, encontrou uma das suas formas características nas ditaduras militares.” (Holanda 1995: 38)

obrigatória aos cultos; c) exercícios civis, ou patrióticos, que passavam pela educação secular e a discussão de temas morais e de cidadania (cf. Schama 1992: 29-30).

Podemos perceber que há, sim, diferenças entre portugueses e holandeses, não apenas no âmbito da fé que pregavam, mas especialmente nas ações originadas pelo exercício da fé. Tais especificidades de pensamento, de crença e de ação — individual ou coletiva — contextualizaram, ou circunscreveram, a ação colonial, tanto de Portugal quanto da Holanda, no Brasil durante a primeira metade do século XVII (período estudado neste trabalho).

3.2 - A prática lingüística

Subdividi este item no estudo de dois aspectos da prática lingüística holandesa e portuguesa, estendendo algumas observações para a prática colonial das duas nações envolvidas no território brasileiro: 1) aspectos do ensino e do uso da língua materna; 2) aspectos da produção lingüística.

3.2.1 – A LÍNGUA MATERNA E O ENSINO

Retomo, neste subitem, o tema do estudo/uso da língua materna no contexto escolar. A expansão territorial e a necessidade de colonizar e assegurar a posse das colônias também estimulava o ensino das línguas nacionais européias, o que levou à busca de: a) estratégias pedagógicas para ensiná-las como línguas estrangeiras; b) de material pedagógico adequado para as novas situações.

No Brasil, os missionários calvinistas registraram sua dificuldade de ensinar a língua holandesa, tanto para os negros quanto para os nativos da terra, que já dominavam, na sua maioria, a língua portuguesa. Perceberam que os sermões e a instrução religiosa tinham mais resultado quando ministrados na língua dos vencidos — erro de estratégia de colonização? — e valeram-se desse fato em muitas situações, apesar de não abandonarem os esforços para o ensino do holandês na colônia (cf. Holanda 1995: 65). O item 1.1, neste capítulo, apresentou, de forma resumida, o projeto educacional holandês para a colônia brasileira. Acrescentei, neste item, alguns aspectos do projeto educacional holandês tal como executado na Europa.

Na Holanda do século XVII, a contratação de pedagogos, ou preceptores, como encarregados da educação das crianças e dos adolescentes já se constituía em exceção (cf. Zumthor 1989). A criança, via de regra, era submetida à disciplina escolar. Particulares e associações privadas, com a aprovação municipal, criavam e mantinham escolas maternas e primárias, muitas vezes entregues a professores sem a devida formação ou preparo (há registros de professores analfabetos, que ensinavam o catecismo e as orações de cor). Apesar dos problemas, o “número de analfabetos era bem menor na população da União do que em qualquer outra parte da Europa” (Zumthor 1989: 130).

As escolas maternas funcionavam em uma casa qualquer, assinalada com o nome da professora, abrigando crianças dos três aos sete anos. A seguir, as crianças passavam para a escola primária, um estabelecimento de ensino que também era identificado por uma insígnia, com o nome do professor ou com uma inscrição literária. As aulas iniciavam com um período de oração, leitura das Escrituras e cântico de um salmo. O currículo constituía-se especialmente do ensino de leitura, escrita, cálculo e da história sagrada (e trabalhos manuais para as meninas), para os quais existiam alguns manuais. A evasão escolar era grande, pois muitos pais preferiam (ou necessitavam) ter os filhos no trabalho o quanto antes. Refugiados huguenotes²⁷ fundaram ‘escolas francesas’, que, além dessas disciplinas, ensinavam o francês.

Para o exercício das funções públicas, era necessária a aquisição da cultura clássica, matéria da Escola Latina. Destinada aos rapazes, a Escola Latina era dividida em quatro ou seis classes para alunos entre doze e dezesseis anos, onde se aprendia o latim, a caligrafia e a instrução religiosa (por vezes o francês). No final desse período, o aluno estava apto a cursar os estudos superiores ministrados ou nas universidades, ou nas ‘escolas ilustres’²⁸. Essas escolas deram prestígio internacional à ciência holandesa, oferecendo estudos especializados nas quatro áreas tradicionais para a época: as artes (ciências e letras), teologia, direito e medicina.

²⁷ Huguenote é, de forma geral, o nome dado ao protestante (ou ao protestantismo) da França.

²⁸ As universidades foram criadas com o objetivo de formar pastores para a Igreja Reformada, sendo as mais antigas da República: Leiden (1575), Franeker (1585), Groningem e Harderwyk (princípios dos XVII). O título de universidade não se estendeu às demais, criadas posteriormente, em virtude de decisões políticas. Chamaram “escolas ilustres” e não podiam possuir mais de três faculdades e não conferiam o grau de doutor (cf. Zumthor 1989: 136-140).

Assim como na Holanda, a língua materna era vista em Portugal como um tesouro que devia ser cultivado. O estudo da língua portuguesa teve grande desenvolvimento a partir da Renascença e do período da expansão territorial, momento em que foram escritos muitos manuais de ortografia e quando se começou a dar maior atenção à fala popular. A *Gramática da Linguagem Portuguesa* (Lisboa 1536), escrita por Fernão de Oliveira (c.1507?-c.1580), registra o contraste entre um norte conservador e um centro-sul que serviu de berço às inovações lingüísticas. Sua obra apresenta as variações dialetais e sociolingüísticas do português (conhecidas na época) e trata seu dialeto materno (o da Beira) como padrão. É documento privilegiado para a reconstituição da história da língua portuguesa.

Em 1540, João de Barros publicou em Lisboa a *Gramática Portuguesa* — obra que pretendia uma reflexão sobre a língua portuguesa. João de Barros defendia que o latim deveria estar a serviço do português, contribuindo para o estabelecimento da língua-padrão, normatizada; para tanto, os alunos deveriam chegar à Escola Latina já gramáticos, ou seja, já compreendendo a gramática da sua própria língua (Mattoso 1993a). A *Ortografia da Linguagem Portuguesa* (Lisboa 1576), de Duarte Nunes de Leão (1530?-1608) traz descrições fonéticas do português da época, bem como contrastes com dialetos da época.

Quanto ao ensino, Portugal difere em vários aspectos da prática educacional holandesa. A prática pedagógica, especialmente das primeiras letras, era reservada ao espaço privado, tem por base a família e o catecismo: as mães, o aio e os mestres privados ensinavam as primeiras letras, no âmbito dos lares. Passada essa fase, já adolescentes ou jovens, os alunos estudavam nos colégios jesuítas, de onde iam para as universidades. Mesmo com toda a influência humanista, a pedagogia portuguesa mantinha a esfera moral como centro do ensino, privilegiando textos catequéticos e de exercícios espirituais. É dessa época a obra *Fidalgo aprendiz* (1665), de Francisco Manuel de Melo, principal produção portuguesa nessa linha de pedagogia. O pensamento pedagógico que fundamentava essa obra, e que vinha se desenvolvendo desde o início do século XVII, tinha por alicerces a “policia cristã”, ou estudo dos comportamentos, a fé e a prática cristãs e a cortesia (Mattoso 1993b).

Percebe-se que, em muitos aspectos, as práticas de ensino português e holandês guardavam semelhanças: é impossível separar pedagogia de ensino religioso. Portugal, de forma mais explícita, pois as escolas eram mantidas por ordens religiosas; na Holanda, ainda que o catecismo e a prática cristã fizessem parte do currículo escolar desde as escolas

primárias, ensinava-se ainda uma base de cálculos, além do incentivo à formação de alunos aptos a entrar no mundo da ciência, ou do conhecimento que então circulava.

Nota-se, entretanto, que a principal diferença entre os dois sistemas de ensino está na sua fonte, ou nas instituições que os mantinham: na Holanda, um sistema público de ensino, subordinado e mantido pelo Estado; em Portugal, um sistema privado de ensino, mantido pelas famílias — normalmente as mais abastadas, ou da nobreza —, sucedido pela educação nas escolas jesuítas. Essas especificidades dos dois sistemas são a origem de outras tantas, tais como: dificuldades de acesso ao ensino verificado entre as classes mais humildes portuguesas; a separação entre os preceitos de fé e moral e a cidadania; a compreensão mais profunda do que fosse ‘cidadania’ e do que fosse ‘vida cristã’ — pontos realmente bastante diversos na mentalidade das duas nações.

3.2.2 – A PRODUÇÃO LINGÜÍSTICA

A publicação de listas de palavras (e listas temáticas de palavras) para o ensino/aprendizagem do vocabulário de uma determinada língua não é fato recente na historiografia lingüística. No francês, por exemplo, há registros do *Le tretiz ki Munseigneur Gater de Bitheswey fist a ma dame Dyonise de Montechensi pour aprise de langage* já no século XIII (cf. Swiggers 1997: 112). A descoberta das novas rotas marítimas e do Novo Mundo ampliou significativamente o contato entre povos e línguas nos séculos XV e XVI. Tentar compreender essas línguas e registrá-las em dicionários não foi tarefa específica desse contexto, mas foi por ele incentivada. Os processos de formação dos estados europeus e de colonização das terras descobertas, por sua vez, alimentaram o processo de gramatização das línguas vernaculares, que acabou por estender-se à gramatização das línguas exóticas (cf. Auroux 1989). A história registra esse momento como de grande produção prática e intelectual no que se refere aos estudos da linguagem humana e das línguas em geral. Ou, nas palavras de Swiggers, “l’élargissement de l’horizon linguistique” (Swiggers 1997: 138).

As mais diversas motivações resultaram no trabalho de registro e estudo do léxico, na escrita de gramáticas das línguas (vernaculares e exóticas) e na codificação de uma variedade de língua que fosse ‘nacional’:

- a) a equivalência da noção de ‘língua’ às noções de: ‘nação’, ‘raça’, ‘cultura’, ‘gênero’, entre outras;
- b) motivações filosóficas, que envolviam a busca da identificação de universais (palavras, sistemas) que possibilitassem a expansão do saber científico, normalmente interrompido e/ou dificultado pela necessidade de traduções ou do estabelecimento de critérios de escrita e interpretação (tendo em vista a ambigüidade ou não-especificidade do emprego de muitas palavras no texto escrito);
- c) necessidades pedagógicas, advindas com os movimentos de reforma educacional que aconteceram no rastro da Reforma e da Contra-Reforma, bem como da intensa imigração ocorrida no período;
- d) interesses religiosos ou ideológicos, defendidos por missionários e leigos que necessitavam do conhecimento da língua do **outro** (normalmente o conhecimento das línguas exóticas) para a veiculação das crenças, dogmas, ritos, literatura, etc.

O item 2 deste capítulo, “Aspectos do pensamento holandês seiscentista”, apresentou, de forma resumida, dados sobre a produção lingüística. Gostaria, ainda, de acrescentar alguns dados pertinentes à lexicografia holandesa. Trata-se da publicação de três obras que tiveram grande influência no desenvolvimento dessa prática na Holanda:

- *Dictionarium octolingue* ou *Calepinus Pentaglottos* (Antuérpia, 1545), escrito por Ambrosius Calepinus (c.1440-1510);
- *Dictionariolum Latinogermanicum* (Antuérpia, 1556) de Evaldus Gallus;
- *Dictionarium seu Latinae linguae Thesaurus* (1531), Robert Estienne (1503-1559).

A publicação do dicionário do francês Estienne foi decisiva para o estabelecimento de uma nova lexicografia na Holanda (e Europa), tendo servido de modelo para vários outros dicionários bilíngües e multilíngües (cf. Swiggers 1997).

Além das obras citadas, o *Dictionarium Teutonico-latinum* (1574), escrito por Cornelis Killian (c.1530-1607), é uma das obras lexicográficas mais citadas na história da lingüística holandesa. Esse dicionário, além de registrar a língua teutônica como variante privilegiada, faz referência a outras variedades regionais (o flandrez, o holandês, o frísio, etc.), acrescentando também informações (ou tentativas de reconstruções) sobre a origem e a

etimologia das palavras. O *Dictionarium Teutonico-latinum* foi reeditado durante todo o século XVII, tendo servido de modelo para outros escritos posteriormente (menos citados pela historiografia). Completando a descrição, não devemos nos esquecer da importante contribuição do renomado John Amos Comenius (1592-1670): Publicou *Ianua Linguarum Reserata* (1631), manual de ensino de latim, e *Orbis Sensualium Pictus* (1657), uma lista ilustrada de palavras, que pode ser classificada como uma obra (ou uma enciclopédia) temática. A importância desta última reside na forma de apresentação de muitos vocábulos: ao lado de cuidadosas ilustrações e pequenas legendas que relacionam essas imagens às palavras impressas nas páginas.

A lexicografia portuguesa tem início com os vocabulários bilíngües: latim e as línguas vernaculares. Ressalto algumas publicações como representantes desse contexto (cf. Hackerott 2000; Nunes e Petter 2002):

- *Dictionarim Latino Lusitanicum et vice-versa Lusitanico Latinum* (Coimbra, 1569), escrito por Jerônimo Cardoso (c.1500-c.1569). Esse dicionário apresenta o vocábulo latino, acrescido de informações gramaticais e em seguida a tradução para o português; utiliza o alfabeto como organizador do vocabulário;
- *Dictionarium Lusitanico-Latinum* (1611) de Agostinho Barbosa (1590-1649), cuja importância na Historiografia Lingüística portuguesa deve-se ao fato de apresentar um grande número de entradas lexicais;
- *Raizes da lingua latina mostradas em hum tratado, e dictionario* (1621), de Amaro Reboredo, largamente utilizado como manual escolar, além de acrescentar termos equivalente do castelhano.
- a *Prosodia in vocabularium trilingue, Latinum, Lusitanum et Hispanicum digesta* (Évora, 1634), escrito por Bento Pereira (1605-1681). Foi o vocabulário desse período que mais teve edições, sendo publicado posteriormente com o *Thesouro da Lingua Portuguesa* (1643). A *Prosodia* traz o termo latino, informações morfológicas e explicações em português (cf. Hackerott 2000: 23)

Ao lado dessas obras destacam-se os vocabulários escritos pelos missionários jesuítas, dentre os quais destaco (cf. Swiggers 1997: 148-149):

- H. Henriques. 1549. *Arte da lingua malabar em português*. ms²⁹
- [Anônimo] 1554. *Cartilha em Tamul e Português*. Lisboa.
- [Anônimo] 1938. *Vocabulário na Língua Brasilica*. [ms. Fg., 3144 da Biblioteca Nacional de Lisboa (cf. Gimenes 1999: 181).

Enquanto a Holanda tornava-se o centro mundial dos estudos orientais (possuía a maior coleção de manuscritos orientais da Europa, cf. Zumthor 1989: 145), a lexicografia portuguesa foi marcada pelos vocabulários bilíngües (português-latim ou latim-português), que seguiam uma tendência de organização alfabética.

3.3 - A ciência experimental

É importante, ainda, acrescentar dados sobre a ciência experimental que ora se desenvolvia na Europa, em oposição ao saber livresco que marcava os processos de aquisição e disseminação do saber. Na esteira dos descobrimentos, a experiência de navegadores e comerciantes trouxe importantes contribuições para o desenvolvimento do método científico: o conhecimento advindo da observação e da experiência ganhava importância e autoridade ao lado da palavra dos antigos, registradas nas obras clássicas.

O conhecimento experimental em Portugal ganhou relevo com os descobrimentos e o desenvolvimento da ciência náutica. A Escola Náutica de Sagres era, antes de tudo, uma escola prática “onde se fazia a preparação técnica dos navegadores, que ali aprendiam os conhecimentos correntes de cartografia e náutica, mas sem qualquer preparação superior e teórica de matemática ou astronomia” (Fraga 1976: 43) — lugar muito mais de experiência do que de experimentação.

Entre os nomes do experimentalismo português seiscentista, destaco Duarte Pacheco Pereira³⁰, João de Castro (1500-1548) e Pedro Nunes (1502-1578).

²⁹ in Hein, Jeanne. 1977. “Father Henrique’ Grammar of Spoken Tamil. *Indian Church History Review*, 11, p. 127-137 (cf. Swiggers 1997: 282).

³⁰ Duarte Pacheco Pereira nasceu em Lisboa, em meados do século XV.

Pacheco Pereira discutiu questões relacionadas à unidade do gênero humano, à forma da Terra e à navegabilidade dos mares, refutando lendas e corrigindo descrições antigas, sempre apresentando a experimentação como prova irrefutável e meio de aquisição da verdade (o que não quer dizer que não tenha cometido erros; cf. Fraga 1976). D. João de Castro, na busca da razão das coisas, relacionava-as entre si, buscando generalização em temas como o estudo das marés e a determinação das longitudes. Pedro Nunes foi professor da Universidade de Coimbra e escreveu dois tratados sobre problemas de navegação, problemas esses que haviam sido registrados pelos viajantes da época.

Os estudos de História Natural tiveram grande desenvolvimento entre os séculos XVI e XVII. Em Portugal, foi bastante reconhecido por seus contemporâneos o trabalho de Garcia da Orta (c.1501-1568), que cursou medicina nas universidades de Salamanca e Alcalá de Henares. Teve contato com os tratados de botânica conhecidos na época (especialmente a obra de Plínio), e descreveu a flora a partir da observação, especialmente a da Índia para onde partiu em 1534. Orta é autor do *Colóquio dos Simples e Drogas e Cousas Medicinais da Índia* (Goa 1563), onde apresentou a descrição dos espécimes na forma de diálogo. A importância dessa obra, além do rigor e precisão da descrição, reside no fato de testemunhar o que foi visto, descrito e estudado pelo autor. No que diz respeito ao método, Orta utilizou o recurso da comparação dos espécimes descritos com espécimes europeus. Sua obra foi traduzida para diversas línguas e é citada por Clusius (Charles de l'Escluse [1526-1609]).

Clusius, que viveu boa parte de sua vida na Holanda, fundou um jardim botânico atrás da Universidade de Leiden, em 1587, com a finalidade de ensinar aos estudantes de medicina o conhecimento sobre as plantas medicinais registrado até então. A instalação de estufas e o cultivo de plantas exóticas transformaram esse jardim botânico em importante centro de pesquisas que inspirou a criação de outros semelhantes em outras universidades e escolas (cf. Zumthor 1989: 140-141). Os documentos holandeses que constituem os *corpora* deste trabalho fazem menção aos trabalhos de Clusius e de Orta.

A criação de 'gabinetes' de anatomia, de matemática e de física marcou o desenvolvimento do experimentalismo holandês — a paixão pelas coleções (minerais, conchas, vegetais, répteis, aves, embriões, etc.) permitiu a constituição de museus e lojas de curiosidades, que abrigaram também objetos que remetiam às culturas das terras longínquas que agora faziam parte das rotas comerciais.

Houve também o desenvolvimento da Meteorologia, estimulado pelos avanços dos estudos de Ótica. Práticos faziam descobertas importantes e as divulgavam em quermesses, como, por exemplo: a lente de vidro, que foi descoberta por um fabricante de lunetas; ou o microscópio, que foi inventado por Anthon van Leewenhoek (1632-1713), de Delft (um médico de Leiden descobriu o aparelho e divulgou-o no meio científico). A descoberta desses instrumentos possibilitou avanços importantes nas ciências, tais como as descobertas de Christiaan Huygens (1629-1695) que, graças ao telescópio, descobriu os anéis de Saturno e a nebulosa de Orion, além de escrever teorias sobre a luz. Botânicos e médicos, como Bontius (esteve em Java em 1627) e Piso (esteve no Brasil em 1647), descreveram a flora e a fauna dos países (até então) exóticos.

Desse modo, uma ciência mais prática ganhava corpo fora das universidades, estimulando a criação de instrumentos importantes para o desenvolvimento da ciência experimental, tais como: o telescópio, o microscópio, o termômetro, o barômetro, o relógio de pêndulo, o cálculo logarítmico, integral e diferencial. Foi, portanto, nesse fervilhar intenso de descobertas, descrições e comparações que a ciência experimental se desenvolveu na Europa. Privilegio os contextos holandês e português devido à natureza deste trabalho, mas, guardadas as especificidades, o cenário era semelhante em outras regiões européias.

O desenvolvimento da História Natural, que tem no século XVII um de seus marcos de desenvolvimento, é tema privilegiado para a delimitação contextual e documental da tese defendida neste trabalho. Por questões de recorte metodológico, os tratados de História Natural foram escolhidos como material de análise privilegiado deste trabalho.

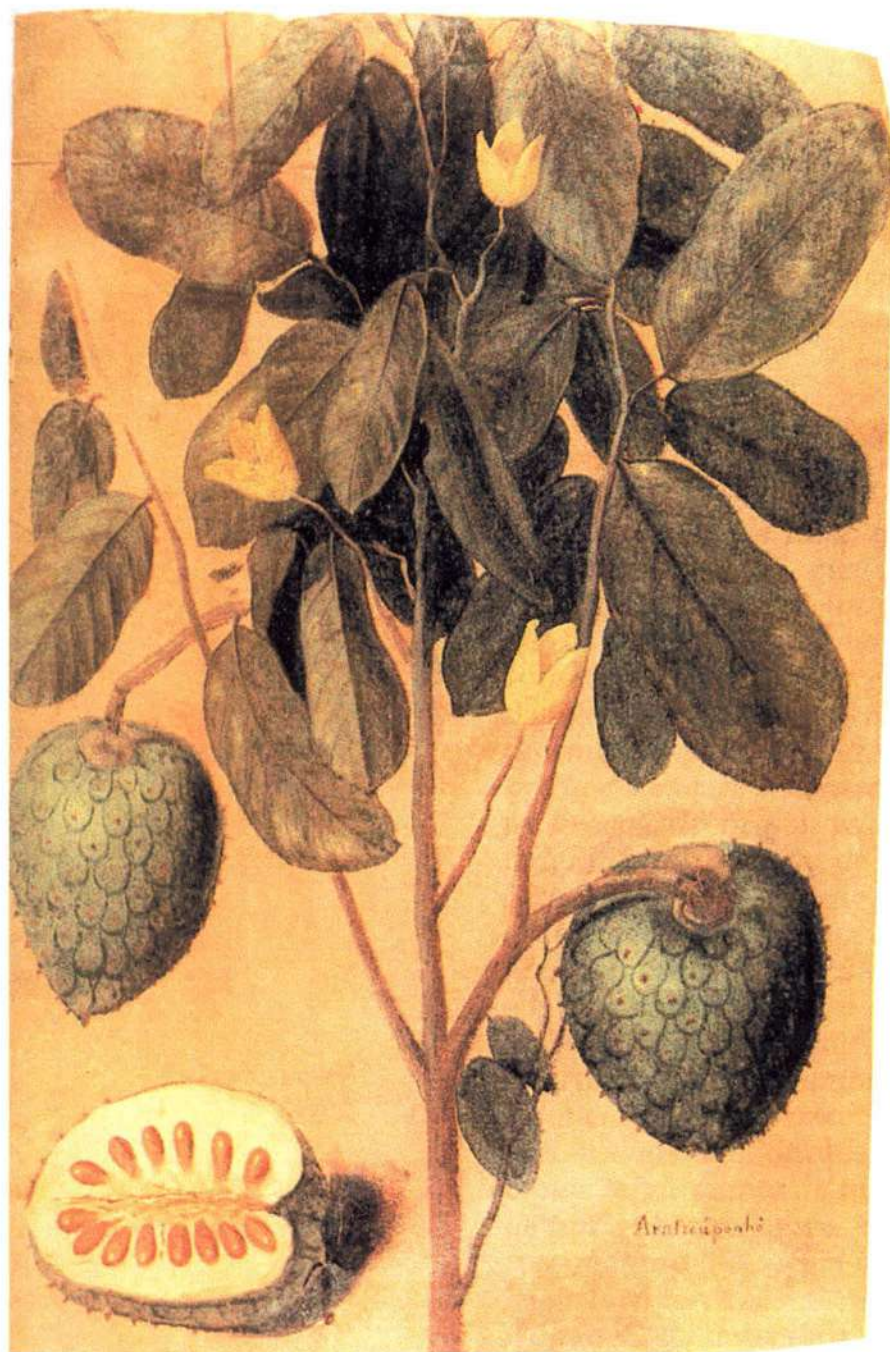


Fig. 7 – *Araticuponha*, in Anônimo 1660-1664

No ano cristão de 1642, quinta-feira, 16 de outubro no meu calendário, embarquei em Texel juntamente com outros soldados, em número de 36 homens e 4 mulheres, sem a tripulação do navio. [...] No dia 10 [de dezembro], pela manhã, deitamos a sonda e somente encontramos terra a 15 braças de profundidade e pouco tempo depois a mais de 100 braças. Segundo nosso cálculo, estávamos somente a 3 milhas além da Paraíba e não distantes da terra continuamos em nosso caminho para chegarmos à latitude de Pernambuco, em norte quarta a leste. Tínhamos bom vento, ao meio-dia estávamos a 6 graus e oito milhas de latitude. No dia 11 vimos terra diante de nós e na parte de tarde chegamos aos Recifes. Nosso comandante e comerciante nos levaram à terra.

No dia 12 de dezembro também fui a terra, juntamente com os outros soldados.

Deus seja louvado e agradecido por esta viagem!

Schmalkalden 1998: I: 32.

Capítulo III

Os ‘agentes’ da produção sobre o Brasil Holandês

São inúmeras as fontes para o estudo do Brasil Holandês. A administração pública, efetivada por meio da Companhia das Índias Ocidentais, bem como a administração eclesiástica, exercida pelo Sínodo e Classes do Brasil (extensão da Igreja Reformada Holandesa) foram extremamente zelosas no registro de suas decisões, solicitações, etc. Cronistas especialmente indicados pela administração da WIC no Brasil registraram a guerra, as incursões pelo sertão nordestino, as viagens de exploração que promoveram à Amazônia e a outras regiões brasileiras, bem como ao Chile. Não devemos nos esquecer de que o interesse holandês no Brasil era, antes de tudo, comercial, e quanto melhor administrada a colônia, maior a possibilidade de lucro.

Por outro lado, o grande florescimento cultural que acompanhou esse período (especialmente durante o governo de Maurício de Nassau) estava perfeitamente inserido em todo esse complexo contexto que descrevi até o momento, contexto esse que envolvia interesses políticos, econômicos, religiosos, comerciais. Os interesses comerciais, estavam mais fortemente associados à sociedade urbana — a corte, a moda, o conforto, geram demandas que têm de ser supridas pelo comércio; a presença de um governador da linhagem dos Orange, por si, gera a demanda do conforto, da vida aristocrática, se assim podemos chamar. Tudo isso associado ao momento filosófico e cultural. A presença de artistas e cientistas no nordeste brasileiro foi um fato, até certo ponto, previsível. A descrição da flora e da fauna brasileira, a geografia deste território e o modo de vida dos nativos não fizeram parte de um empreendimento apenas científico, ou artístico. Foi uma atividade, também, de interesse econômico.

Com isso não pretendi subestimar o empreendimento cultural holandês. Pelo contrário, deve-se compreender que a quantidade e a qualidade de dados e registros revelam, além da preocupação do especialista com a execução de sua tarefa, o fato de que se tratava de um empreendimento bem patrocinado. Vieram para o Brasil administradores e cientistas de renome na Holanda, cuja produção teria (como teve) toda aceitação no círculo intelectual — trabalho que deveria ser bem remunerado, como, aliás, o foi.

Os itens abaixo pretendem apresentar o estudo do parâmetro externo ‘agente’, de acordo com os critérios explicitados no item 3.1.1 do Capítulo I desta Tese. Os dados referem-se ao estudo de dados dos autores das obras estabelecidas neste trabalho como fontes primárias e fontes secundárias. Para orientar a leitura e contribuir para o estabelecimento de correlações, a apresentação da análise foi subdividida em itens pelo critério da atividade exercida pelo agente durante sua estada no Brasil, acrescentando-se, ao final, os dados referentes aos dois eruditos europeus que nunca estiveram na colônia. A organização dos itens deste capítulo é a seguinte:

- integrantes da WIC – administração;
- integrantes da WIC – missão científica;
- integrantes da WIC – soldados;
- missionário da Igreja Reformada Holandesa;

- eruditos europeus.

A apresentação interna de cada item seguiu a ordem alfabética dos sobrenomes dos autores.

1. Integrantes da WIC – administração

Estão catalogados como participantes da administração da Companhia, neste trabalho, os autores de documentos que estiveram no Brasil, contratados (em geral, ainda na Europa) para o trabalho nos gabinetes, ou para missões políticas e diplomáticas.

É importante ressaltar dois aspectos: 1) esses homens não foram, necessariamente, ‘administradores’ do Brasil Holandês, ainda que pudessem ter funções relacionadas à administração — o estudo detalhado mostra as diferenças de atuação de cada um deles durante sua estada na colônia; 2) os documentos que produziram não são, necessariamente, documentos oficiais da WIC — o Capítulo IV trata especificamente do estudo da produção lingüística e mostra suas especificidades.

Os ‘agentes’ da produção lingüística no Brasil Holandês, cujos documentos foram selecionados como fontes primárias e secundárias deste trabalho, são:

- Roulox BARO;
- Pierre MOREAU;
- João Maurício de NASSAU-Siegen;
- Joan NIEUHOF.

Todos esses vieram para o Brasil Holandês exercendo cargos na administração da colônia.

1.1 - Baro, Roulox

Roulox Baro é o autor da *Relação da Viagem ao País dos Tapuias* (Paris 1651). Relatos como esses nem sempre têm uma historiografia bem definida. São poucas as informações sobre a obra e sobre o autor, mas é possível extrair alguns dados sobre Baro nos documentos lidos.

Roulox Baro, nome francês, tal como ficou traduzido para a obra, é holandês e nasceu aproximadamente em 1610. Veio para o Brasil com sete anos em uma frota da Companhia; apesar do fato de que a WIC foi fundada em 1621, não nos parece, exatamente, uma contradição a data de chegada de Baro ao Brasil. Se conferirmos os dados de criação das companhias de comércio holandesas, veremos que estava devidamente constituída e operante a Companhia das Índias Orientais; Baro poderia ter viajado em alguma de suas frotas. Assim como é fato que, antes da primeira investida holandesa contra o território brasileiro (1624, na Bahia), há o registro de ataques ou desembarque de corsários nas regiões norte e nordeste do Brasil (então colônia portuguesa) — outra possibilidade de presença de Roulox Baro em um navio da ‘Companhia’. De qualquer maneira, Baro, que em alguns documentos aparece com o nome de Rodrigo Pero (nome português), teria sobrevivido aos ataques portugueses justamente por ser criança. Tais circunstâncias justificam a ausência de informações a seu respeito nos documentos da época. Aprendeu “a língua do país”, como diz Morisot (Morisot 1979: 111), provavelmente o Tupi, e viveu entre os tapuias em uma aldeia perto do Rio de Camaragibe, chamado Potengi, no Rio Grande. Trabalhou como intérprete na WIC e é citado por historiadores do período como o descobridor do Quilombo dos Palmares, em 1644. Morreu no Brasil, aproximadamente em 1648.

Os dados abaixo evidenciam a aplicação dos parâmetros externos:

- a) Formação - Não há registros de qual tenha sido sua formação. Acredita-se, entretanto, que participou das escolas mantidas pela WIC na colônia. É possível, também, que tenha recebido instrução nas escolas missionárias das tribos por onde passou ou viveu.
- b) Profissão - Funcionário da Companhia das Índias Ocidentais, foi intérprete da língua falada pelos nativos e embaixador holandês entre as tribos indígenas localizadas no território do Brasil Holandês.
- c) Publicações/obras - O documento *Relação da Viagem ao País dos Tapuias* é o único relato de sua autoria que se tem conhecimento. Foi publicado em Paris, em 1651 (cf. Cap. IV).



Fig. 8 – Portrait of Johan Mauritz van Nassau. Barlaeus, *Rerum in Brasilia gestarum historia*, 1647.

d) Relações com o Brasil Holandês - Já relatadas acima, juntamente com sua pequena biografia. Viveu no Brasil por mais de trinta anos e nos parece ser o autor desse período que melhor conhecia a terra, a cultura e a língua brasileira.

1.2 - *Moreau, Pierre*

Pierre Moreau é autor da *Histoire des Derniers Troubles du Brésil Entre les Hollandais et les Portugais* (Paris 1651). Há poucos registros sobre o autor (agente) e, apesar dessas citações, ainda não foi possível reconstituir com detalhes a vida e a obra de Pierre Moreau (cf. Rodrigues, José Honório 1979).

Sabe-se, apenas, que Pierre Moreau era francês e que foi para a Holanda motivado pelo desejo de viajar e de conhecer outras nações. Veio para o Brasil como secretário de Michel van Goch, que fora nomeado para compor o governo no Brasil Holandês, em 1645, juntamente com Walter van Schonenburgh e Hendrick Haecxs. Poderia voltar quando quisesse, mas permaneceu aqui por dois anos. Não há registros sobre sua formação anterior, nem sobre quaisquer outras publicações (cf. Rodrigues, José Honório 1979: 7-9)

1.3 – *Nassau-Siegen, João Maurício de*

Apesar de ser identificada como uma obra anônima, para efeito da nossa análise, podemos considerar Maurício de Nassau como ‘agente’, pois é o autor dos comentários acrescentados às aquarelas e desenhos que compõem os *Libri Principis*, ou *Manuais*. A nomenclatura presente na tela, identificando o espécime retratado, foi coletada e registrada, muito provavelmente, por algum integrante da equipe científica (Marcgrave, Piso ou Wagener).

Johan Maurits van Nassau-Siegen (Maurício de Nassau) nasceu em Dillenburg, Alemanha, em 1604 e morreu em Cleves, em 1679. Era filho de Johan VII, homem culto e que dominava a teoria militar, tendo lutado como capitão do exército dos Países Baixos; era, também, sobrinho-neto de Guilherme I de Orange, líder que trabalhou para a constituição dos Estados independentes. Maurício de Nassau professava a religião protestante, de linha calvinista, e era reconhecido como possuidor de grande tolerância para com os praticantes de

outras religiões (fato que também se faz presente na biografia de seu pai). Expressava um grande interesse pela arquitetura, o que se comprova através do incentivo às obras arquitetônicas edificadas em Recife durante o seu governo no Brasil.

Os itens abaixo destacam os dados analisados sob os critérios elencados como parâmetro externo ‘agente’:

a) Formação - Maurício de Nassau recebeu excelente formação, compatível com a origem nobre da família. Seu pai possuía uma academia para a formação de jovens da nobreza, o que deveria garantir bons oficiais para o exército. Bijl escreve que “o acampamento da família de Nassau funcionava como a escola militar superior de toda a Europa.” (Bijl 1995: 37). Seu grande interesse por arquitetura permitiu que acumulasse grande conhecimento, também, na ciência e a arte.

b) Atividades – Atuou, entre 1620 e 1621, na guerra contra a Espanha integrando o regimento de cavalaria do Príncipe Frederico Henrique. Seu bom desempenho nas expedições de guerra colocou-o em situação de destaque diante do Príncipe Frederico. A convite deste, veio para o Brasil com a tarefa de organizar, expandir e tornar lucrativa a colônia. Governou o Brasil Holandês entre 1637 e 1644, sendo responsável pelo período de maior florescimento cultural, político e econômico da colônia. Quando retornou para a Europa, Maurício de Nassau foi o governador (*stadhouder*) das regiões de Cleves e Marck (“um governador bem pago”; cf. Bijl 1995: 39), a serviço do eleitor de Brandemburgo.

c) Publicações/obras - No caso específico de Maurício de Nassau, é possível afirmar que seu legado à sua e às demais gerações foi o resultado de seu próprio governo. Muitos dos documentos que temos hoje são fruto não das suas mãos, diretamente, mas do apoio, incentivo e patrocínio à ciência e às artes durante a sua administração do Brasil Holandês. Pode-se citar: o palácio Vrijburg, na Ilha Antônio Vaz, no Recife; a casa Prinsenhof, na Alemanha; as obras dos pintores Frans Post e Albert Eckhout, dos cientistas Guilherme Piso e George Marcgrave, entre outras — artistas e autores financiados pela administração de

Maurício de Nassau. Deixou um legado político na história da Holanda, tendo apoiado Guilherme III nos acordos que culminariam na *Paz de Utrecht*, em 1713.

d) Relações com o Brasil Holandês - Maurício de Nassau foi governador do Brasil Holandês entre 1637 e 1644. Foi aclamado Príncipe do Brasil e era querido pela população. O Rev. Soler registra em uma de suas cartas a André de Rivet:

Esqueci-me de dizer-vos uma coisa estranha. Dirigi-me a alguns índios para ver se tinham algum conhecimento de Deus, dizendo-lhes que era Quem eles deviam servir. “Não conheço — me disseram — senão o Senhor Príncipe de Orange, e sou seu servidor de bom coração.” “Isso é muito bom — lhes disse eu—, mas Deus está por acima do Príncipe.” A isso ninguém não me disse nada; todos ficaram maravilhados, olhando-me fixamente. Até agora não tenho podido tirar nenhuma conclusão disso. Por certo que o nome de Orange está cheio de glória neste país. (Soler 1999: 24)

A manutenção de toda essa estrutura numa cidade colonial custou muito dinheiro aos cofres da Companhia, o que era usado por dissidentes do governo de Nassau como justificativa para as dificuldades financeiras pelas quais passavam a maior parte dos soldados e dos missionários — fato verdadeiro, mas que se justifica também pelo fato de que, ao lado das transformações culturais trazidas por Nassau, pode-se acrescentar que as grandes conquistas militares e territoriais que permitiram a expansão e a consolidação do Brasil Holandês não foram gratuitas, pelo contrário, custaram muito aos cofres públicos.

1.4 - Nieuhof, Joan

Joan Nieuhof é alemão, autor da obra *Gedenkweerdige Brasiliaense zee-en Lant-Reize*. (Amsterdam 1682). Nasceu em Ulsen, condado de Bentzen, na Westfália em 1618, e morreu em Madagascar, em data não identificada. Seu nome tem sido grafado de formas diferentes: Johan Nieuhof, Johan Nieuhoff, Johann Neuhof, sendo que a mais freqüente é a que adotei neste trabalho. Depois de voltar do Brasil para a Europa (julho de 1649), continuou a trabalhar para a Companhia das Índias Orientais, tendo estado na Batávia (Indonésia), China, Ceilão, Malabar, Malaca, Sumatra e na Costa do Coromandel. Na Holanda, quando do retorno do

Brasil, esteve com Nassau e Piso. Sua última viagem foi para Madagascar (1672) e, depois de sair em viagens pelo interior da região, nunca mais foi visto ou dele se obteve notícias.

Os critérios de análise do parâmetro externo ‘agente’ destacam os seguintes itens:

- a) Formação - Não há identificação específica de qual tenha sido sua formação. Entretanto, tendo em vista a ocupação de cargos de confiança dentro da WIC, inferimos que teve uma boa formação geral, senão acima da média. Sabe-se que era protestante; sua obra registra a situação de cinco igrejas reformadas aqui no Brasil. Falava o holandês e aprendeu a falar, também, a língua portuguesa.

- b) Profissão - Alto funcionário da Companhia das Índias Ocidentais, encarregado de negociar alianças entre a Companhia e as regiões por onde passava.

- c) Publicações/obras – Além do relato sobre a viagem ao Brasil, há registros da publicação dos relatos sobre sua *Viagem às Índias Orientais*, ainda que não tenha as referências bibliográficas completas. O livro de Nieuhof é bastante citado como documento sobre a expansão da Língua Portuguesa no Oriente, tendo em vista os relatos de falantes do português que encontrou em suas diversas viagens com a Companhia das Índias Orientais (cf. Rodrigues, José Honório 1981).

- d) Relações com o Brasil Holandês - veio para o Brasil em 15 de dezembro de 1640 como funcionário da Companhia das Índias Ocidentais, partindo em 23 de julho de 1649. Foi um admirador da natureza e do povo brasileiro, opinião registrada de próprio punho na obra aqui apresentada.

2. Integrantes da WIC – missão científica

Durante a administração de Maurício de Nassau foram organizadas várias expedições científicas ao sertão nordestino e ao interior do continente sul-americano (há notícias de

expedição(ões) ao Chile). Essas missões eram compostas por cientistas das mais diversas especialidades existentes na época — médicos, botânicos, físicos, astrônomos e outros, além de artistas (pintores e desenhistas) — além de guias, intérpretes e carregadores. O trabalho era realizado em conjunto pelos integrantes da equipe científica, sendo que muitos manuscritos guardados nos museus e arquivos europeus e arquivados como de autoria anônima (como é o caso do *Theatrum rerum Brasiliae* e dos *Libri Principis*, estudados neste trabalho) são o resultado desse trabalho coletivo.

Os trabalhos de dois integrantes dessa missão servem de referência para o estudo da flora e da fauna brasileiras seiscentistas até os nossos dias, tendo sido citados pela bibliografia especializada desde a publicação de seus originais. São eles:

- George MARCGRAVE
- Guilherme PISO.

Os tópicos abaixo apresentam os dados levantados sobre esses dois autores durante o trabalho de análise do parâmetro externo ‘agente’.

2.1 - *Marcgrave, George*

George Marcgrave é o autor da *Historia natvralis Brasiliae* (Amsterdam 1648). A quantidade e a qualidade da produção desse jovem (morreu aos trinta e quatro anos) é o que mais tem admirado os pesquisadores durante todos esses séculos. Seu ponto de vista difere do de Piso. Este era um médico; Marcgrave, um naturalista. Não apenas os historiadores do período holandês têm o trabalho de Marcgrave como referência, mas a própria história das ciências biológicas.

O alemão George Marcgrave nasceu em Liebstadt, em 10 de setembro de 1610, e morreu na África Ocidental durante o ano de 1644. Seu nome aparece nos documentos com diversas grafias: Markgrave, Marggrave, Margrave, Markgraf, Marggraf, Marcgraf; adotei neste trabalho é que é mais usada. Era irmão do naturalista Dr. Christiano Marcgrave³¹. Morreu durante uma expedição à África, sem que se soubesse exatamente quando e como.

³¹ Autor da *Opera Medica*, publicado em 1715 em Amsterdam por Francisco van der Plaats (cf. Taunay 1942: III).

Os itens abaixo pretendem apresentar esse autor.

a) Formação - Fez o curso de humanidades clássicas; estudou medicina, química e botânica em Strasburgo, Basiléia, Leipzig, Erfurt, Rostock, Wittenberg, Ingolstadt, Altdorf e Greifswald (cf. Taunay 1942: IV). Teve contato com célebres professores, entre eles Paulli, Eichstadt, Vorstius e Golius, todos reconhecidos na sua época. Aprendeu português no Brasil.

b) Profissão - Trabalhou como pesquisador — astrônomo, botânico, naturalista (e desenhista). Veio ainda muito jovem para o Brasil, integrante da missão científica, sob as ordens de Guilherme Piso. Sua ampla formação cultural não o tornou menos competente por atuar em especialidades diversas. Pelo contrário, como botânico e naturalista descreveu com exatidão os espécimes, utilizando uma linguagem científica e enriquecendo o texto com detalhes. Como astrônomo, descreveu as marés do litoral nordestino brasileiro, fez o registro do ‘céu’ do hemisfério sul, além de ter orientado a construção e ter organizado o primeiro observatório astronômico das Américas, localizado no Recife. É o autor das primeiras notas sobre um eclipse solar nas Américas.

c) Publicações / obras – Boa parte da produção de Marcgrave é inédita. Alfredo de Carvalho organizou a bibliografia abaixo, contendo os títulos dos seus trabalhos (cf. Taunay 1942: V):

- *Historia navuralis Brasiliae, auspicio et beneficio Illvtriis, J. Mavritii Com. Nassav illis, provinciae et maris svmmi profecti adornata. In qua non tantum plantae et animalia, sed et indigenarum morbi, ingenia et moris describuntur et iconibus supra quingentas illustrantur.* Lvgdvnum Batavorum apud Franciscum Hackium et Amstelodam, apud Lud. Elzevirium, 1648.
- IDEM — *Tractatus Topographicus et Meteorologicus Brasiliae cum observatione Eclipsis Solaris.* [Incluída na obra de Piso, *De Indiae utriusque re naturali et medica.* Amisteloedami apud Ludovicum et Danielem Elzevirius. 1658, in-folio]

- IDEM — *Oost-en West-Indische Warande, vervaltende aldaarde lee-en geneskonst. Meteen verhael van de specerijen, boom-en aardgewassen, dieren etc. in Ooost-en Wet-Indien voorvallende. Door Jac. Bontius, Gul. Piso en Geo. Markgraf ... gijus Scheepkist (door Joh. Verbrugge)*. Amsterdam: J. tem Hoorn... 1694, in 8º, 4 fls. n. nums. 304 pp. 4 fls. n. nums. 96 pp. [Tradução holandesa da edição latina de 1658, com acréscimos]
- IDEM — *Ibidem*, 1734, in-8º. [Reimpressão da precedente]
- IDEM — *Progymnastica illa Astronomica Americana*. (s.l.n.d.) [alguns historiadores atribuem o nome de *Progymnastica Mathematica Americana*]

d) Relações com o Brasil Holandês – Marcgrave veio para o Brasil em 1638, integrando a comitiva científica de Maurício de Nassau. Foi do Brasil para a África, integrando uma comitiva de investigação, e lá desapareceu.

2.2 - Piso, Guilherme

Guilherme Piso é o autor da obra *De medicina brasiliensi* (Amsterdam 1648). Nascido Willem Pies (cujo nome depois foi latinizado para Gulielmus Piso; em português, Guilherme Piso) nasceu em Leiden, em 1611, e morreu em Amsterdam, em 1678. Seu pai foi o músico alemão Hermann Pies, natural de Cleves. Conviveu nos círculos intelectuais de seu tempo, freqüentados, por exemplo, por: Justo van der Vondel, reconhecido poeta da língua holandesa; C. van Hoope e Constantino Huyghens, prosadores do século XVII; Nicolau Dirx, médico reconhecido na época e magistrado que combateu a invasão francesa de 1672 na Holanda, entre outros.

A descrição abaixo levanta os dados principais sobre esse autor:

a) Formação - Começou a estudar medicina em Leiden, tendo continuado os estudos na Normandia, onde se doutorou com vinte e dois anos. Conhecia as línguas clássicas, o francês, o espanhol e o português. Não foi possível localizar registros que o vinculassem à Igreja Reformada Holandesa, apenas registros de sua presença em cerimônias, pois foi testemunha de batismo de pelo menos três crianças na Igreja do Recife.

b) **Profissão** – Guilherme Piso exerceu a medicina em Amsterdam. Ainda na Europa, foi convidado para vir ao Brasil como integrante da equipe científica. Aceitou o convite, tendo sido médico pessoal de Maurício de Nassau no Brasil, além de chefiar a equipe científica. Voltou para a Europa por ocasião do retorno de Maurício de Nassau; matriculou-se novamente na Universidade de Leiden, com o intuito de verificar quais teriam sido os progressos da ciência durante sua ausência do Antigo Continente. Em 1655 foi nomeado inspetor do Colégio Médico de Amsterdam.

c) **Publicações / obras** - As obras publicadas por Guilherme Piso são:

- *Historia naturalis Brasiliae, auspicio et beneficio illustrissimi Johani Mauritii Com. Nassau illius Provinciae et Maris summi Praefecti adornata, em Qua no tantum plantae et animalia sed et indigenorum morbu, ingenia et mores describuntur et iconibus supra quingentas illustrantur contin. Guil. Pisonis de Medicina brasiliae liber IV, Georg. Marggrafii historia rerum naturae Brasiliae liber VIII a Joanno de Lae ordim, digesti.* Leiden, por Francisco Hack e Amsterdam, por L. Elzevier: 1648.
- *Gulielmi Pisonis Medici Amstelaedamensis de Indiae utriusque re naturali et medica libri quatuordecim, quorum contenta pagina sequens exhibet.* Amsterdam: 1658.

A ele é atribuído o mérito de ser o autor da primeira descrição de doenças tropicais registrada na História da Medicina, além de registrar a farmacologia nativa.

d) **Relações com o Brasil Holandês** - Guilherme Piso esteve no Brasil por sete anos, tendo chegado aqui entre o final de 1637 e o princípio de 1638. Retornou à Holanda em 1644, juntamente com Maurício de Nassau. Sua atuação no Brasil esteve sempre relacionada ao seu campo de trabalho; sua obra é fonte de maiores comentários do que sua vida ou suas ações em território brasileiro.

3. Integrantes da WIC – soldados

Além do pessoal da administração da colônia, a WIC foi responsável, principalmente, pela vinda de milhares de soldados de diversas procedências, que lutaram como mercenários contra os portugueses no Brasil.

Entre os documentos encontrados por historiadores (em geral, diários de viagem), três foram recentemente publicados em edições diplomáticas. Os autores desses documentos são aqui apresentados, ‘agentes’ responsáveis por parte da produção lingüística no Brasil Holandês:

- Cuthbert PUDSEY;
- Caspar SCHMALKALDEN;
- Zacharias WAGENER.

O resultado da pesquisa efetuada dentro dos critérios estabelecidos como parâmetros externos - ‘agente’ segue abaixo, subdivido em itens por autor.

3.1 - Pudsey, Cuthbert

Cuthbert Pudsey é o autor do *Journal of a Residence in Brasil* (ms. na Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro), publicado pela primeira vez como *Diário de uma estada no Brasil* (Rio de Janeiro 2000). Apesar dos esforços dos pesquisadores da história holandesa no Brasil, ainda não foi possível identificar quem teria sido Cuthbert Pudsey. Sabe-se que era inglês, muito provavelmente um mercenário que se alistou na Companhia das Índias Ocidentais. Há notícias de um marinheiro de Southampton que também se chamava Pudsey. Teria vindo ao Brasil em 1542, onde teria ajudado a construir um fortim em Salvador, Bahia. O fato, entretanto, não deve passar de coincidência, pois o espaço cronológico dos dois registros é bastante grande (cf. Papavero & Teixeira 2000: 9).

Os itens a seguir tentam resgatar algumas informações sobre Pudsey, extraídas muito mais da leitura do texto do que da bibliografia especializada.

- a) Formação - A forma e a redação do texto apontam para um indivíduo com alguma formação escolar ou acadêmica, não se podendo afirmar nada de mais concreto a respeito.
- b) Profissão - As duas hipóteses levantadas pelos historiadores até o momento são: 1) era um aventureiro que veio ao Brasil como viajante; 2) era um soldado que resolveu conhecer novas terras e ganhar sua vida lutando como mercenário (cf. Papavero & Teixeira 2000: 9).
- c) Publicações/obras - Não há registros a respeito.
- d) Relações com o Brasil Holandês - A leitura do documento sugere que esteve no Brasil entre 1630 e 1640. Escreveu sobre o período de tempo limitado entre as lutas travadas no desembarque das tropas holandesas (15 de fevereiro de 1630) e a tentativa de invasão do Espírito Santo pelos holandeses (1º de dezembro de 1640).

3.2 - *Schmalkalden, Caspar*

Caspar Schmalkalden também é autor de diário de viagem, o *Caspar Schmalkalden Ra[...] von Amsterdam [...] Pharnambuco in Brasil* (ms. na “Forschungs un Landesbibliothek” de Gotha), publicado com o título *A viagem de Caspar Schmalkalden de Amsterdam para Pernambuco no Brasil* (Rio de Janeiro 1998). O “Diário de Viagem”, como é chamado, é uma leitura agradável para qualquer pessoa que tenha algum interesse em conhecer aspectos históricos, ou até curiosos, do Brasil no período colonial.

Schmalkalden nasceu em Friedrichroda, Turingia (Alemanha), em data não identificada, compreendida entre o período da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Era um dos filhos de Magdalena e Liborius Schmalkalden, que foi prefeito da cidade onde nasceu Caspar. Foi para a Holanda tentar novas oportunidades de trabalho e de sustento. Depois de servir às Companhias das Índias Ocidentais e Orientais, voltou para a Alemanha em melhores condições financeiras.

Segue abaixo um quadro de referências sobre o autor.

a) **Formação** - A natureza do escrito mostra que Schmalkalden teve algum estudo, mas sem os indícios de formação mais erudita ou mais específica. Nesse fato reside um dos aspectos que acrescentam valor ao documento: é a opinião de um leigo que pode servir de contraponto às opiniões de nobres ou intelectuais.

b) **Profissão** – Schmalkalden foi soldado mercenário da Companhia das Índias Ocidentais, tendo trabalhado muitos anos no Oriente (Companhia das Índias Orientais).

c) **Publicações/obras** - Não há registro de qualquer publicação sua, ou da escrita de qualquer outro documento.

d) **Relações com o Brasil Holandês** - Veio para o Brasil como mercenário em 1642 e retornou para a Europa em 1646. Aqui participou da luta como soldado e, também, da expedição holandesa ao Chile.

3.3 - *Wagener, Zacharias*

Zacharias Wagener é o autor da obra *Thierbuch*. Nasceu na cidade de Dresden, em 1614; morreu em Amsterdam, 1668. Filho de família modesta, alistou-se na Companhia das Índias Ocidentais com vinte anos, servindo como soldado mercenário, mas chegou a ocupar postos de confiança da Companhia, como o de Comandante da colônia do Cabo da Boa Esperança.

Segue abaixo outras referências sobre a vida e a obra desse autor:

a) **Formação** - Não há registros sobre a sua formação, mas sabe-se que quando saiu de Dresden, foi para Amsterdam, tendo ficado quase um ano na casa do famoso livreiro Willen Janszoon Blaeu, onde certamente teve contato com muitas obras editadas (e a editar) no período. Era protestante, provavelmente membro da Igreja Reformada Holandesa. Teixeira

comenta que sua “Autobiografia” é um documento que permite compreender os interesses e a ética protestante que dominava a pequena burguesia no XVII (cf. Teixeira 1997: 11).

b) Profissão - Funcionário da Companhia das Índias Ocidentais, sem formação específica, tendo feito carreira interna – desde a contratação como soldado até cargos de administração de colônias.

c) Publicações/obras - Não há registro de que tenha escrito qualquer outro documento. Sua “Autobiografia”, publicada juntamente com o *Thierbuch* pela Editora Index, é uma autobiografia resumida que relata os trinta e cinco anos de viagens e atividades, período em que a Europa, Ásia, África e América, servindo às Companhias de comércio holandesas.

d) Relações com o Brasil Holandês – Wagener permaneceu no Brasil entre 1634 a 1641, tendo servido em terras brasileiras como soldado e como escrivão-mor da Companhia.

4. Missionário da Igreja Reformada Holandesa

Sem sombra de dúvidas, vieram para o Brasil muitos pastores, oficiais e missionários, acompanhados de esposas e filhos. Alguns deles eram integrantes, também, do Conselho Administrativo da colônia, função que exerciam em concomitância com os interesses da Igreja no Brasil.

Os documentos da Igreja Reformada Holandesa no Brasil (durante o período de vigência do Brasil Holandês) a que tive acesso, entretanto, são muito poucos. Boa parte deles encontra-se depositada nos arquivos e museus da Holanda. Contamos com a tradução das atas do Presbitério organizado no Brasil durante o período estudado, documento que será melhor apresentado no próximo capítulo. Apesar dos nossos esforços, o único documento a que tive acesso e que foi produzido por um desses pastores-missionários foi um relato do Rev. Soler. Já próximo ao encerramento de nosso trabalho de pesquisas chegou-nos às mãos a publicação da correspondência desse pastor com André de Rivet, mas não encontrei nesse documento informações que fossem relevantes para o rumo que a pesquisa tomava então.

Desse modo, o único autor cujo documento foi selecionado para a constituição dos *corpora* de análise neste trabalho e que foi, reconhecidamente, missionário da WIC foi:

- Vicente Joaquim SOLER.

4.1 - Soler, Vicente Joaquim

Rev. Vicente Joaquim Soler é o autor do *Inde vvelcke hy aen eenighe syne Vrienden, daer by aen sebrijft, verhaelt ver scheyden singulariteyten van't Landt* (Amsterdam 1639), traduzido para o português como *Breve e Curioso Relato de Algumas Singularidades no Brasil* (Rio de Janeiro 1997). Soler era espanhol, nasceu em Valência, aproximadamente em 1590, e morreu em Delft, provavelmente em 1665. Soler era um frei agostiniano que se converteu ao calvinismo na França. Tornou-se pastor protestante, tendo servido à Igreja Reformada no Presbitério de Delft. Falava francês e português.

Dentre os poucos dados sobre o autor a que tive acesso, encontram-se os seguintes:

a) Formação – Há notícias de que Soler estudou medicina em Groningen por volta de 1638, não tendo, contudo, completado o curso.

b) Profissão – Foi pastor de diversas igrejas no Brasil, especialmente ministrando os cultos em espanhol, francês e português. Exerceu, também, o cargo de Pastor-capelão dos militares de língua francesa no Brasil, tendo sido nomeado para esse cargo pela Câmara Zelandesa de Middelburg, da Companhia das Índias Ocidentais.

c) Publicações/Obras – Como já foi dito acima, é autor de um texto sobre curiosidades do Brasil, além de ter escrito diversas cartas durante o exercício de suas funções ministeriais na colônia.

- *Inde vvelcke hy aen eenighe syne Vrienden, daer by aen sebrijft, verhaelt ver scheyden singulariteyten van't Landt*. Amsterdam: De Preys: 1639).

5. Eruditos europeus

Muitos dos documentos produzidos no Brasil e sobre o Brasil Holandês tiveram grande circulação na Europa desde a sua publicação. É o caso dos trabalhos de História Natural. Nesse contexto, estudiosos, cronistas, ou até mesmo curiosos, produziram trabalhos sobre o Brasil ou sobre as terras descobertas baseados nas notícias do Novo Mundo que chegavam à Europa. Assim, encontrei trabalhos sobre o Brasil escritos por autores que nunca estiveram no território brasileiro.

É nesse contexto que inserem os autores de dois trabalhos selecionados para a constituição dos *corpora* deste trabalho, especialmente pela contribuição com informações pertinentes à reconstrução do contexto social e intelectual europeu na primeira metade do século XVII. São eles:

- Gaspar BARLÉU;
- Claude Barthomy MORISOT.

Os itens abaixo apresentam os dados obtidos a partir da aplicação dos critérios do parâmetro externo ‘agente’.

5.1 - *Barléu, Gaspar*

Gaspar Barléu é autor do celebrado texto *Rerum per octenium in Brasiliae et alibi nuper gestarum [...]* (Amsterdã 1647), considerado uma das melhores crônicas sobre o Brasil feita durante o período da administração holandesa. Gaspar van Baerle (nome latinizado para Caspar Barlaues; Gaspar Barléu em português) nasceu na Antuérpia, em 1584, e morreu em Amsterdã, em 1648.

Os dados sobre Barléu seguem nos itens abaixo:

a) Formação – Barléu era calvinista, sendo que seu pai fugiu da Antuérpia sob a perseguição feita por Filipe II contra os membros da Igreja Reformada. Foi também por motivos religiosos que Barléu foi expulso da Holanda. Foi para Caen, na Normandia, onde se doutorou em Medicina, já com mais de trinta anos.

b) Profissão - Foi professor de Lógica na Universidade de Leiden. Lecionou também Filosofia e Retórica no *Athenaeum* de Amsterdam. Fazia parte da roda de intelectuais freqüentada por humanistas ilustres, tais como Daniel Heinsius, Vossius, Grócio, Voss, Espinosa e Rembrandt, além de outros artistas e eruditos cristãos e judeus.

c) Publicações/obras – Barléu é autor de várias obras, sobre diversos temas da ciência e das artes de sua época:

- *Poemata* - Leiden: 1628, 1631; Amsterdam 1645) – uma coletânea de escritos latinos em prosa e poesia.
- *Orationes* (? 1643 e 1652).
- *Rerum per octenium in Brasiliae [...]* – Amsterdam 1647; Cleves 1660; [trad. para o alemão] 1659.

Escreveu, ainda, trabalhos sobre física e medicina, sobre os quais não localizei dados detalhados.

d) Relações com o Brasil Holandês - Barléu nunca esteve no Brasil. As fontes para a escrita da *História* foram os documentos oficiais da Companhia; a correspondência de membros da Companhia, inclusive as de Nassau; relatos de amigos e funcionários da WIC que estiveram no Brasil e voltaram para a Holanda, além da troca de informações com o próprio Maurício de Nassau, de quem Barléu era amigo.

5.2 - Morisot, Claude Barthomy

Claude Barthomy Morisot é o autor das notas acrescidas no final da publicação do texto de Roulox Baro, *Histoire des Derniers Troubles du Brésil Entre les Hollandais et les Portugais* (Paris 1651). São conhecidas como as “Notas do Sr. Morisot”, referente à viagem de Roulox Baro à tribo Tapuia.

Morisot nasceu em Dijon, em 1592, e morreu também em Dijon, em 1661. Foi um erudito, autor de diversas obras, boa parte delas esquecidas nas bibliotecas da Europa. É identificado como um “erudito de gabinete” por Rodrigues (cf. Rodrigues 1979: 9).

Os dados que constituem seu perfil, utilizados como parâmetros na análise dos *corpora*, são os apresentados a seguir:

a) Formação: Não há registros a respeito, mas a publicação de diversas obras aponta, no mínimo, para uma educação clássica.

b) Profissão: Exceto pelas suas publicações, não há quaisquer registros a respeito de Morisot.

c) Publicações/obras – Morisot escreveu vários livros em latim, dos quais é possível destacar (apesar da incompletude dos dados):

- *Orbis Maritimus, sive rerum i mari et littoribus getarum generalis historia*. Dijon: 1643.
- *Peruviana* (1645) — história das disputas entre o Cardeal Richelieu, Maria de Medicis e Gastão d’Orléans.
- *Relations véritables et curieuses de l’Isle de Madagascar et Brésil [...] Paris: Augustin Coubé: 1951.*
- registro de publicações de folhetins sobre sua época.

d) Relações com o Brasil Holandês - Não esteve no Brasil.

Encerro, assim, a apresentação dos dados sobre os autores dos documentos selecionados como ‘fontes’ para esta historiografia.

Convém ressaltar que a referência **Souto Maior (trad) 1914** indica o texto traduzido das “Atas dos Sínodos e Classes do Brasil” – instituição representativa da Igreja Reformada

Holandesa no Brasil. As atas são um texto coletivo, redigido por um secretário que executa seu trabalho nomeado pela diretoria. Por esse motivo não há um autor. O ‘agente’ seria a própria instituição, cuja história tem sido lembrada no decorrer do texto deste trabalho.

A título de facilitar a recuperação dos dados, no decorrer da pesquisa ou durante a leitura deste trabalho, acrescentamos abaixo um quadro-resumo da análise do parâmetro externo ‘agente’. Nesse quadro, os autores são apresentados por ordem alfabética de seu sobrenome, sem a distinção utilizada na apresentação do texto. Acrescentamos, também, as fontes consultadas para a obtenção dos dados deste capítulo (além da leitura dos próprios documentos).

Quadro 9: Parâmetros externos – agentes
Quadro-resumo da aplicação dos critérios adotados

AGENTE	Estudo dos critérios selecionados
BARLÉU, Gaspar	Nacionalidade: holandês *Antuérpia, 12/02/1584 / † Amsterdam, 14/01/1648
	Formação: Estudou Medicina em Caen (Normandia) Família calvinista; aderiu depois ao arminianismo
	Profissão / cargos: Foi professor de lógica (Leiden); professor de filosofia e retórica (<i>Athenaeum</i> de Amsterdam); fez parte do “Círculo de Muiden”.
	Publicações / obras: - <i>Poemata</i> (Leiden 1628, 1631; Amsterdam 1645; ed. fac-similar recente) - <i>Orationes</i> (? 1643 e 1652); - <i>Rerum per octenium in Brasilia et [...]</i> (Amsterdam 1647; Cléves 1660; [trad. para o alemão] 1659; [trad. para o holandês] 1923; [trad. para o português] 1940; reimpressão 1974. - trabalhos sobre física e medicina.
	Relações com o Brasil Holandês: não esteve no Brasil Holandês.
	Fonte: Brandão, Cláudio. 1974 “Explicação” in <i>História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil</i> . Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp: 359-365.
BARO, Roulox	Nacionalidade: holandês (?) *Amsterdam, c. 1610 / † 1648
	Formação: não há registros; sabe-se que viveu entre os portugueses (Brasil) e entre os tapuias. Foi catequizado pelos portugueses.
	Profissão / cargos: intérprete dos tapuias (para os holandeses)

BARO, Roulox (cont.)	Publicações / obras: - <i>Histoire des Derniers Troubles du Brésil Entre les Hollandais et les Portugais</i> . Paris: Chez Augustin Coubé: 1651.
	Relações com o Brasil Holandês: veio como grumete num navio holandês (1617); viveu no Brasil até sua morte.
	Fonte: - Rodrigues, José Honório. 1979. “Nota Introdutória” in Moreau, Pierre e Baro, Roulox 1979; Morisot 1979 [1651]; Teensma, B.N. ?? “A Missão de Rodolfo Baro a Nhanduí na Serra de Macaguá, em 1647.”
MARCGRAVE, George	Nacionalidade: alemão * 1610 / † 1644
	Formação: botânica (Univ. de Rostock); medicina (Univ. Leiden)
	Profissão / cargos: astrônomo e biólogo
	Publicações / obras: - <i>Historia natvralis Brasiliae [...] Lvgdvnnum Batavorum apud Franciscum Hackium et Amstelodam, apude Lud. Elzevirium: 1648.</i> - <i>Traictus Topographicus et Meterologicus Brasiliae cum obervatione Eclipsis Solaris.</i> [incluída na obra de Piso, <i>De Utriusque re naturali et medica</i>] Amstelodami apude Ludovicum et Danielem Elzevirius, 1658. - <i>Oost-en West-Indische Warande, vervaltende aldaar de lee-en geneeskonst. Meteen verhael van de specerijen, boom-en aardgewassen, dieren etc. in Oost-en West-Indien voorvallende. Door Jac. Bentijs, Gul. Piso en Geo. Markgraf... Hier nevens is bijgev. De nieuwe verbeterde Chirurgijus Scheepkist (door John. Verbrugge) – Amsterdam, J. tem Hoorn: 1694 (tradução holandesa da edição latina de 1658).</i> - reimpressão da anterior em 1734. - <i>Progymnasmata illa Astronomica Americana.</i> (s.l.n.d)
	Relações com o Brasil Holandês: esteve no Brasil como integrante da equipe científica, durante o governo de Maurício de Nassau.
	Fonte: Affonso de Taunay, “Escorço Bibliográfico” à edição brasileira de Marcgrave (1942)
MOREAU, Pierre	Nacionalidade: francês * ? / † ?
	Formação: [não foram encontrados registros sobre formação intelectual]; exercitou-se nas armas.
	Profissão / cargos: secretário de Michel van Goch (que foi nomeado em 1645 para compor o governo do Brasil Holandês).
	Publicações/Obras: <i>Histoire des Derniers Troubles du Brésil Entre les Hollandais et les Portugais</i> . Paris: 1651
	Relações com o Brasil Holandês: esteve no Brasil de 1646 a 1648. Motivação: viajar e conhecer outras nações.
	Fonte: Rodrigues, José Honório. 1979. “Nota Introdutória” in Moreau, Pierre e Baro, Roulox 1979 [1651].
MORISOT, Claude Barthomy	Nacionalidade: francês * Dijon, 1592 / † Dijon, 1661
	Formação: [não foram encontrados registros] - reconhecido como um erudito de sua época.
	Profissão / cargos: escritor; folhetinista.

MORISOT, Claude Barthomy (cont.)	<p>Publicações / obras:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Peruviana</i> (1645) [história das disputas entre o Cardeal Richelieu, Maria de Medicis e Gastão d'Orléans]. - <i>Orbis Maritimus, sive rerum in mari et littoribus gestarum generalis historia</i>. Dijon: 1643 <p>Relações com o Brasil Holandês: não esteve no Brasil.</p> <p>Fonte: Rodrigues, José Honório. 1979. “Nota Introdutória” in Moreau, Pierre e Baro, Roulox 1979 [1651].</p>
NASSAU, João Maurício de	<p>Nacionalidade: alemão * Dillenburg 1604 / † Cleves 1679</p> <p>Formação: estudou artes militares, ciência e arte (formação do jovem nobre). Reformado, de linha calvinista.</p> <p>Profissão / cargos: militar, governador do Brasil e de Cleves.</p> <p>Publicação / obras: Não deixou obras de autoria publicadas. Escreveu as notas sob as gravuras dos <i>Libri Principis</i>.</p> <p>Relações com o Brasil Holandês: Esteve no Brasil entre 1637-1644.</p> <p>Fonte: Bijl, Murk van der. 1995. “Johan Maurits van Nassau-Siegen” in <i>Brasil Holandês</i>. [Ed: Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M.; Trad. Juliette Rijnsrank] Rio de Janeiro: Index.</p>
NIEUHOFF, Joan	<p>Nacionalidade: alemão * Ulsen, 1618 / † Madagascar, c.1672</p> <p>Formação: [não foram encontrados dados] Era protestante, tendo exercido atividades no presbitério brasileiro.</p> <p>Profissão / cargos: alto funcionário da Companhia das Índias Ocidentais.</p> <p>Publicações / obras</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Gedenkweerdige Brasiliaense zee-en Lant-Reize</i>. Amsterdam: Jacob van Meuri: 1682. - Nieuhof, Joan. <i>Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil</i>. [Trad: Moacir Vasconcelos] Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ Edusp: 1981. <p>Relações com o Brasil Holandês: esteve no Brasil de 1640-1649.</p> <p>Fonte: Rodrigues, José Honório. 1981. “Introdução” in Nieuhof 1981.</p>
PISO, Guilherme	<p>Nacionalidade: holandês * Leiden, 1611 / † Amsterdam, 1678</p> <p>Formação: medicina (Leiden e Caen)</p> <p>Profissão / cargos: médico de Maurício de Nassau no Brasil; chefe da missão científica brasileira durante o governo de Nassau; inspetor do Colégio Médico de Amsterdam (1655). Falava francês, espanhol, português.</p>

PISO, Guilherme (cont.)	Publicações / obras: - <i>De Medicina Brasiliensis</i> [primeira parte da <i>Historia Naturalis Brasiliae</i>] Amsterdam: 1648. - <i>De Indiae utriusque re naturali et medicae. Libri quatuordecim.</i> Amstelodami apud Ludovicum et Danielen Elzevirium: 1658.
	Relações com o Brasil Holandês: Esteve no Brasil entre 1640 e 1647.
	Fonte: Taunay, Afonso de E. 1948. “Escorço Bibliográfico” in Piso 1948.
PUDSEY, Cuthbert	Nacionalidade: inglês. Biodatas desconhecidas.
	Formação: sem registros.
	Profissão / cargos: Ou aventureiro, ou soldado mercenário da WIC (hipóteses).
	Publicações / obras: <i>Journal of a Residence in Brasil</i> (ms – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).
	Relações com o Brasil Holandês: Esteve no Brasil, provavelmente entre 1630 e 1640.
	Fonte: Papavero, Nelson & Teixeira, Dante Martins. 2000. “Cuthbert Pudsey. Diário de uma estada no Brasil” in Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. 2000. <i>Brasil Holandês. Volume III. Cuthbert Pudsey – diário de uma estada no Brasil.</i> Petrópolis: Index.
SCHMALKALDEN, Caspar	Nacionalidade: alemão *Friedrichroda, 1618 / † Gotha (entre 1668 e 1675)
	Formação: [não foram encontrados registros]
	Profissão / cargos: soldado mercenário da Companhia das Índias Ocidentais.
	Publicações / obras: - “Diário de Viagem” [MS catalogado na “Forschungs un Ladesbibliothek” de Gotha – “Chart B 533”]
	Relações com o Brasil Holandês: permaneceu no Brasil de 1642 a 1646.
	Fonte: Teixeira, Dante Martins. 1998. “O “Diário de Viagem” de Caspar Schmalkalden ao Novo Mundo (1642-1645)” in Schmalkalden, 1998 [1642-1645]
SOLER, Vicente Joaquim	Nacionalidade: espanhol * Valência, c.1590 / † Delft, 1665 ?
	Formação: Medicina (incompleto) em Groningen (1638) Convertido ao calvinismo na França; foi pastor protestante (Presbitério de Delft). Falava francês e português.
	Profissão / cargos: Pastor-capelão dos militares de língua francesa no Brasil (nomeado pela Câmara Zelandsa de Middelburg da Cia. Índias Ocidentais)

SOLER, Vicente Joaquim (cont.)	Publicações / obras: - <i>Breve e Curioso Relato de Algumas Singularidades do Brasil</i> . Amsterdam: Balduino de Preys: 1639.
	Relações com o Brasil Holandês: Esteve no Brasil de 1636 a 1644, como pastor de igrejas protestantes.
	Fonte: B.N. Teensma “Vincent Joachim Soler’s seventeen letters, 1636-1643” – introdução à edição utilizada.
WAGENER, Zacharias	Nacionalidade: holandês * Dresden, ? † Amsterdam 1668
	Formação: [não foram encontrados registros]
	Profissão / cargos: livreiro, trabalhou com Willen Janszoon Blaeu; soldado e escrivão-mor da Companhia das Índias Ocidentais.
	Publicações / obras: - <i>Thier Buch</i> . [MS depositados no “Kupferstich-Kabinett” de Dresden, nº Ca 226a]. - <i>Lurße Beschreibung</i> . [“Autobiografia” MS depositados no “Kupferstich-Kabinett” de Dresden, nº Ca226b]
	Relações com o Brasil Holandês: esteve no Brasil de 1634 a 1641.
	Fonte: Teixeira, Dante Martins. 1997. “O “Thierbuch” e a “Autobiografia” de Zacharias Wagener” in Wagener 1997.

Encerra-se aqui a análise do parâmetro externo ‘agente’ – estudo sobre os autores do material selecionado como fontes primárias e secundárias para este trabalho. As observações feitas pelos próprios autores, ou pelos comentaristas das obras, foram extremamente úteis na seleção e organização dos dados para a constituição dos *corpora* de análise lingüística, quer seja como confirmação de identidade documental, pelos critérios de coleta dos dados, quer pela história dos agentes.



Fig. 9 – Caju, in Wagener, ms

Since the time that, by the grace of God the Almighty, I came in 1634 from the Old World to the New World of America, where lies the remote and very famous land of Brazil, as the days passed, I acquired greater knowledge of new marvels, such as strange fish an unknown birds, useful and harmful animal, beautiful, tasty and wholesome fruits, venomous and dangerous beasts, savages with copper-coloured or blackened skins. I decided then that it was not fair just to marvel in the contemplation of these magnificent omnipotence. My journey to Brazil was not in principle designed to examine deeply the country or its little known peculiarities, a task that I leave to the competent naturalists, as it has never crossed my mind to write an extensive treatise descriptions written by Dutchmen on the strange things which do not show lifelike pictures to clarify them, I finally decided, using such free time as my duties permitted, to provide the most accurate illustrations possible of these curiosities [...]

Wagener 1997: 26

Capítulo IV

Documentos do Brasil Holandês

O objetivo deste capítulo é contextualizar o material estudado de acordo com os critérios de uma tipologia da produção lingüística, conforme exposto no item 3.1.2 do Capítulo I deste trabalho.

Dada a natureza do material selecionado para esta pesquisa, bem como a época de produção, deve ficar claro que suas especificidades e limitações geraram outras tantas limitações para o pesquisador, que teve de buscar soluções para a tarefa de catalogação e classificação do material sob análise.

A primeira dificuldade foi, exatamente, a de busca e seleção do material. Tudo que se refere ao Brasil Holandês envolve a necessidade de farta adjetivação. É realmente muito grande a quantidade de documentos produzidos durante o período, o que não quer dizer que todo esse material tenha interesse para o estudo dos aspectos puramente lingüísticos; para a

realização deste trabalho de pesquisa foram selecionados documentos que exerceram o papel de obras de referência, sem contribuições para a formação dos *corpora* lingüísticos. Trata-se, portanto, de material que forneceu subsídios para a reconstituição do período, ou seja, para o estudo dos parâmetros externos.

Outra dificuldade encontrada diz respeito ao acesso a esses documentos. Boa parte deles está arquivada nos museus e arquivos da Europa; alguns foram ‘transcritos’ por pesquisadores (cópias, por vezes, manuais) e encontram-se em arquivos brasileiros, tendo sido utilizados para algumas traduções, especialmente durante a primeira metade do século passado. Tendo em vista a publicação recente de edições diplomáticas de diversos manuscritos holandeses do século XVII (movimento estimulado, em parte, pela comemoração dos “500 anos de Descoberta do Brasil”), julguei mais conveniente a utilização dessas edições, pois permitem ao pesquisador o confronto com o texto original.

Registro ainda outra dificuldade relacionada à pesquisa baseada em documentos do Brasil Holandês: a língua original. Muitos documentos foram escritos em alemão ou holandês da época — segundo especialistas, na língua gótica. O estudo de muitos desses originais, portanto, somente é possível para pesquisadores que dominem esse idioma. Dessa forma, privilegiei a leitura dos documentos originais escritos em latim, inglês, português ou francês; vez por outra confrontei o texto no original alemão (ou gótico, como no caso dos textos de Schmalkalden e Wagener), mas apenas para elucidar alguma passagem cuja tradução fornecida pela edição utilizada (diplomática) não nos parecesse tão clara. A grande contribuição dos documentos selecionados para o trabalho, no entanto, está na transcrição da nomenclatura em Tupi — material essencial para a constituição dos *corpora* para a análise lingüística.

Este trabalho envolveu uma quantidade muito grande de material e de dados, ainda que estes se constituam em pequena parcela do que existe à disposição, de fato, para o estudo do tema. Ressalto, contudo, que a seleção desses documentos implicou, antes de tudo, no critério de **qualidade** da informação que nos fornecia. O material que foi analisado e que é apresentado neste capítulo é, reconhecidamente, representativo do conhecimento e da prática holandesa seiscentista no Brasil.

Muitos dos documentos selecionados ficaram acessíveis ao pesquisador, no Brasil, por meio de um projeto especial que envolveu várias partes. São edições diplomáticas, resultado do trabalho dos editores portugueses Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares, e de um projeto que envolveu a Editora Index, o Ministério da Cultura, a Petrobrás e as Embaixadas do Brasil na Holanda, na Polônia, Alemanha, bem como os Ministérios de Relações Exteriores desses países. A edição é primorosa, resultado de um trabalho cuidadoso de reprodução dos originais (fotografados e reproduzidos com um resultado [quase] perfeito de edição), complementado pelo trabalho de tradução e comentário dos documentos feito por pesquisadores brasileiros, em especial o Prof. Álvaro Alfredo Bragança Júnior (Departamento de Letras Anglo-Germânicas, da Faculdade de Letras da UFRJ) e Prof. Dante Martins Teixeira (Departamento de Vertebrados do Museu Nacional – UFRJ). A qualidade da impressão permite ao pesquisador o acesso aos originais (com raras exceções de manuscritos em mau estado de conservação).

Os itens abaixo apresentam o estudo das fontes primárias e das fontes secundárias selecionadas (cf. item 2, Capítulo I), tendo por base os critérios de análise do parâmetro externo ‘produto’, apresentado no item 3.1.2 do mesmo capítulo. Retomo aqui o conceito de ‘fonte primária’ utilizado neste trabalho, qual seja, o documento que fornece material original; ‘fonte secundária’ identifica o documento que fornece material que passou por algum tratamento, neste trabalho, as traduções dos textos originais. Ainda que o estudo desse parâmetro não tenha sido organizado de acordo com a natureza das fontes, reproduzi abaixo o seu quadro de constituição, bem como as referências utilizadas neste trabalho.

a) Fontes Primárias:

- Anônimo 1633-1644 – *Libri Principis* [ms depositados na Biblioteca Jaguelônica em Cracóvia]
- Anônimo 1660-1664 – *Theatrum rerum naturalium Brasiliae* [ms depositados na Biblioteca Jaguelônica em Cracóvia]
- Piso 1648 [Pisonis, Gulielmi. 1648. “Medicina Brasiliensis” in *Historia Natvralis Brasiliae*. Amsterdam: Lud. Elzevirium, *Liber Tertius e Liber Quartus*]
- Pudsey, ms [ms catalogado na Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro]

- Schmalkalden, ms [ms catalogado na “Forschungs und Landesbibliothek” de Gotha]
- Wagener, ms [ms depositados no “Kupferstich-Kabinett” de Dresden]

b) Fontes secundárias:

- Barléu 1974 [*História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Edusp]
- Baro 1979 [*História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia/Edusp]
- Marcgrave 1942 [*História Natural do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado]
- Moreau 1979 [*História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia/Edusp]
- Morisot 1979 [“Notas do Senhor Morisot sobre a viagem de Roulox Baro ao país dos tapuias” in Moreau 1979, *História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia/Edusp]
- Nieuhof 1981 [*Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia/Edusp]
- Piso 1948 [*História Natural do Brasil Ilustrada*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional]
- Schmalkalden 1998 [“Diário de Viagem”. (Tradução dos manuscritos originais feita por Álvaro Alfredo Bragança Júnior). Rio de Janeiro: Index]
- Soler 1997 [*Breve e Curioso Relato de Algumas Singularidades do Brasil*. Rio de Janeiro: 1997]
- Souto Maior (trad.) 1914 [“Actas dos Synodos e classes do Brasil no século XVII, durante o domínio hollandez” in Revista do IHGB]

- Wagener 1997 [“Livro dos Animais” (tradução dos manuscritos originais feita por Álvaro Alfredo Bragança Júnior) Rio de Janeiro: Index]

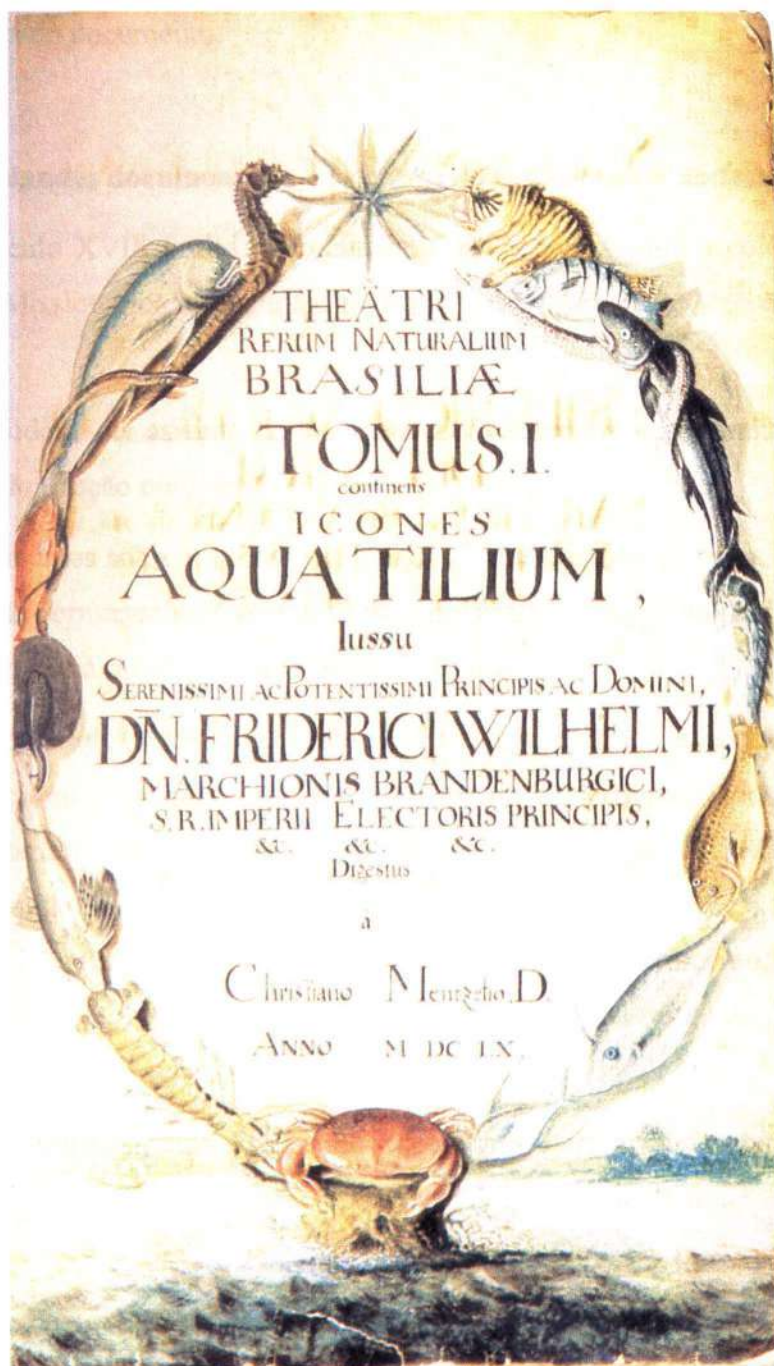


Fig. 10 – Folha de Rosto: *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*

ANONIMO 1660-1664 – TOMO I

Optei por apresentar as conclusões de análise baseadas nesse parâmetro de forma que evidenciasse os critérios utilizados, quais sejam: os dados de edição, o gênero do documento, a forma de apresentação dos dados (ou da informação), o conteúdo, o público-alvo e a recepção e crítica do documento.

1. O Brasil Holandês documentado – os temas da produção holandesa

No início do século XVII, muito já se conhecia, na Europa, sobre a colônia portuguesa no Novo Mundo. Missionários e viajantes já haviam divulgado suas descobertas, descrições, relatórios.

O que poderia ser assunto de tão vasta produção sobre o continente, já com mais de um século de colonização européia?

Os documentos sobre a fauna e a flora brasileira produzidos pelos holandeses durante o período em que permaneceram no Brasil são, em geral, os mais divulgados nos nossos dias. O fato se deve, especialmente, ao valor artístico do material.

Para a constituição dos *corpora* de análise, lingüística e contextual, foram utilizados, entretanto, documentos bastante diversos e que tratam de temas variados. Para o estudo do material sob o critério do ‘conteúdo’ veiculado, cada documento foi catalogado e os temas abordados foram classificados de acordo com as seguintes designações: flora, fauna, sócio-cultural, política, ideologia, lingüística (cf. 3.1.2, Capítulo I). Acrescento, ainda, dados sobre o modo de apresentação desse conteúdo, qual seja, a presença ou ausência de nomenclatura específica, ilustração, narrações e descrições, comentários do autor.

O resultado do estudo desse parâmetro externo é apresentado abaixo, destacado pela referência adotada neste trabalho para a apresentação dos documentos.

- **Anônimo 1633-1644.** Os temas retratados nas telas dos *Libri Principis* são a flora e a fauna brasileiras. De acordo com as designações dadas no documento, a ordem de apresentação dos espécimes nos volumes é a seguinte: a) o primeiro volume trata dos: mamíferos, aves, peixes, crustáceos, tartarugas e outros animais aquáticos, insetos, aracnídeos e répteis; b) o segundo

trata das flores, frutos, sementes, aves, peixes e outros animais aquáticos, anfíbios e répteis, insetos, aranhas e outros invertebrados, mamíferos.

- **Anônimo 1660-1664.** O tema do *Theatrum rerum naturalium Brasiliae* é, também, a flora e a fauna brasileiras. Está subdividido em quatro livros, ou volumes, cujos temas, de acordo com a apresentação dos volumes, são os seguintes:

- primeiro livro: “Icones Aquatiliium”, trata dos peixes e animais aquáticos;
- segundo livro: “Icones Volatiliium”, trata das aves;
- terceiro livro: “Icones Animalium”, contendo imagens de animais terrestres;
- quarto livro: “Icones Vegetabiliium”, que trata das plantas.

- **Barléu 1974.** Os temas abordados por Barléu são diversos: a) descrição geográfica do Brasil; b) descrição de cidades e locais fortificados do Brasil; c) descrição da flora e da fauna brasileiras; d) transcrição de documentos e correspondência da administração holandesa no Brasil; e) relatos de medidas administrativas da WIC no Brasil; f) relatos de guerras e emboscadas; g) relatos de expedições feitas ao interior do território brasileiro e a outras regiões da América do Sul.

- **Baro 1979.** Essa obra é um relatório que conta, dia-a-dia, a viagem feita por Roulox Baro à tribo do cacique Nhanduí, chefe tapuia aliado aos holandeses. Foi acompanhado por um funcionário da WIC, além de “João Straffi, um brasileiro (índio tupi), três tapuias e quatro cachorros” (cf. Baro 1979: 92). No decorrer do relatório, descreve a natureza das regiões por onde passava, flora e fauna, costumes dos nativos, bem como conversas que teve com os índios e decisões que teve que tomar durante a viagem (pernoites, contatos, desvios de rota, etc.).

- **Marcgrave 1942.** Os temas abordados por Marcgrave, em especial, são a flora e a fauna brasileiras. Traz ainda informações sobre a organização social e a cultura dos habitantes do Brasil. São ao todo oito livros, com um apêndice sobre os tapuias e os chilenos. Foi anotado e comentado por Joan de Laet.

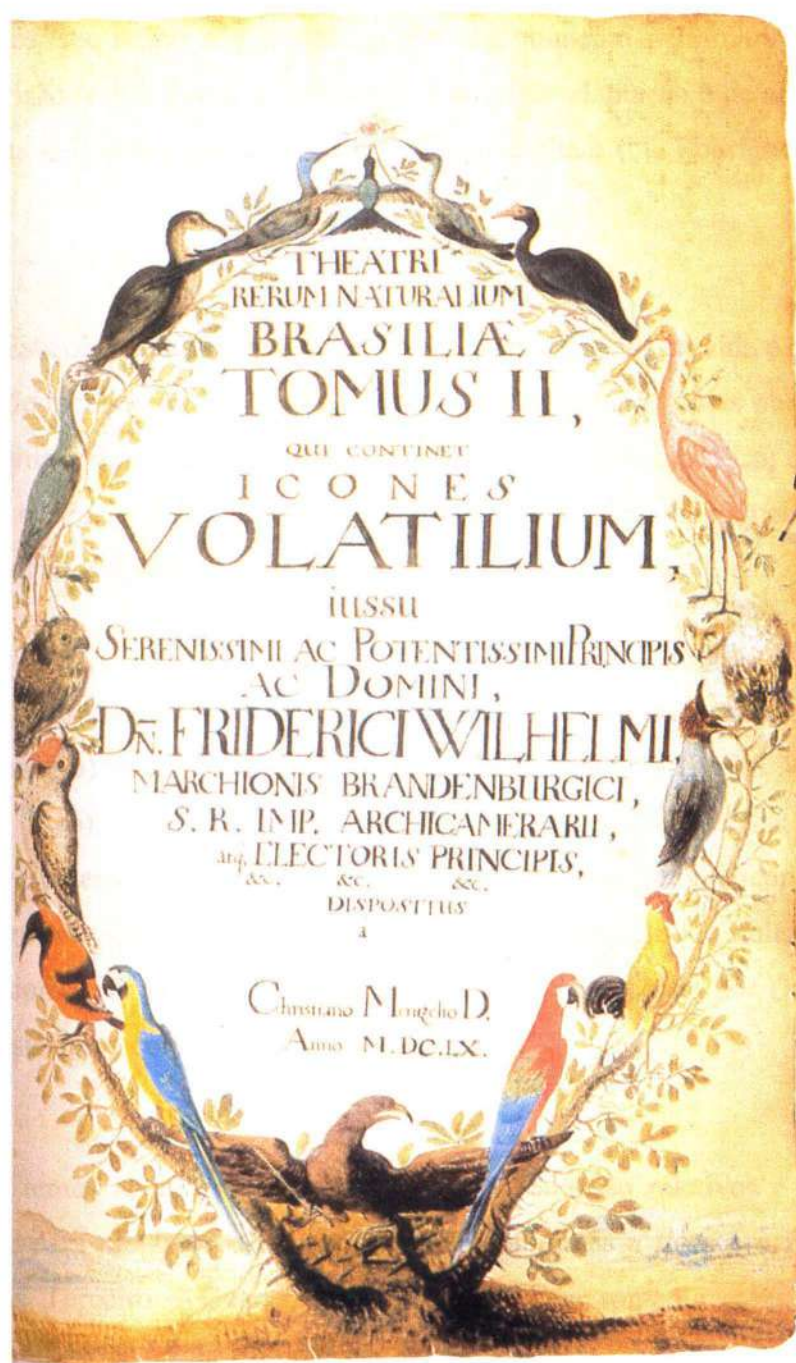


Fig. 11 – Folha de Rosto: *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*

ANONIMO – TOMO II

- **Moreau 1979.** São diversos os temas abordados por Moreau no seu relato: organização política da colônia, a política e o contato inter-racial, questões de convivência religiosa, os costumes dos moradores. Tem uma visão mais pessimista do Brasil. Nos dizeres de José Honório Rodrigues, seu relato não revela grande encantamento pela maravilhosa natureza, mas revela uma visão torturada pelas lutas, dificuldades de adaptação e de alimentação, pelas grandes diferenças culturais e os conflitos que delas resultam (cf. Rodrigues, José Honório 1979: 7-8).

- **Morisot 1979.** Esta obra traz comentários sobre diversos aspectos da vida e da obra de Baro: a) nomenclatura de locais e acidentes geográficos; b) referências a outras obras já publicadas sobre o Brasil, como a de Marcgrave, Laet, Jean de Lèry e Guilherme Piso; c) comentários e acréscimos sobre o Brasil — flora, fauna, constituição geográfica, etc.; d) comentários sobre os nomes das espécies, forma de escrita, origem da nomenclatura, etc.

- **Nieuhof 1981.** São diversos os temas abordados por Nieuhof, dentre os quais destaco: a) noticiário de guerra; b) descrição botânica, zoológica e medicinal (muito semelhante às de Marcgrave e de Piso); c) descrição da população, das relações sociais na colônia; d) informações sobre a terra, o sertão. Um dos temas que parece ter preocupado o autor é a compreensão da revolta dos portugueses e indígenas contra o domínio holandês — Nieuhof descreve a terra como um paraíso terrestre, extremamente abençoado por Deus, e que devia receber com entusiasmo a colonização holandesa.

- **Piso 1648.** Os temas abordados na obra como um todo são relativos à ciência médica. Delimito o tema, para efeito de catalogação, como referentes à flora e à fauna brasileiras, temas dos Livros Terceiro e Quarto, tendo em vista que somente esses dois livros (ou capítulos) foram utilizados na constituição dos *corpora*.

- **Pudsey, ms.** Ainda que de forma menos detalhada que os outros documentos, o *Diário* de Pudsey traz a nomenclatura da flora e da fauna brasileiras; em especial, as que eram

encontradas no litoral do Recife. Trata ainda com mais detalhes a cultura dos índios tupis e tapuias (designação genérica dos habitantes do litoral e do interior do território, de acordo com o uso corrente na época), a organização da sociedade holandesa no nordeste e a política da administração holandesa no Brasil.

- **Schmalkalden, ms.** Os temas abordados nesse documento são, especialmente, a descrição da flora, fauna e habitantes do Brasil. Traz descrições sobre a Capitania de Pernambuco e sobre construções, como o forte Margarethen, na Paraíba. Relata ainda a excursão que fez com a Companhia para o Chile.

- **Soler 1997.** Os temas abordados por Soler, em seu texto, dizem respeito à vida e aos costumes na colônia holandesa no Brasil. Destaco: a) descrição de peculiaridades (geografia, paisagens, vida na cidade, etc.) do território brasileiro; b) descrição do modo de vida dos nativos; c) questões relativas à fé, à religião e à expansão da Igreja Reformada na colônia; d) questões administrativas da colônia holandesa.

- **Souto Maior (trad) 1914.** Os temas abordados nas atas são todos relacionados à vida eclesiástica no Brasil Holandês: a) batismos e casamentos, com discussões sobre a adequação de se realizar esses ofícios a negros e indígenas³²; b) contratação de predicantes (pastores) para os diversos grupos de falantes – holandeses, portugueses, franceses, ingleses e indígenas; c) contratação de professores para lecionar as disciplinas das escolas coloniais para os mais diversos públicos: nativos, portugueses, espanhóis, holandeses e funcionários da Companhia em geral, etc.; d) produção e compra de materiais específicos para o desenvolvimento da tarefa da igreja: catecismos, livros espirituais, cartilhas, vocabulários, etc.; e) pedidos de suprimentos para as necessidades dos pastores e de suas famílias, tendo em vista as grandes dificuldades que passaram no Brasil.

³² As discussões registradas são de grande valor etnológico e antropológico. Refletem o pensamento seiscentista sobre as diferenças raciais e a postura da Igreja Reformada diante do fato.

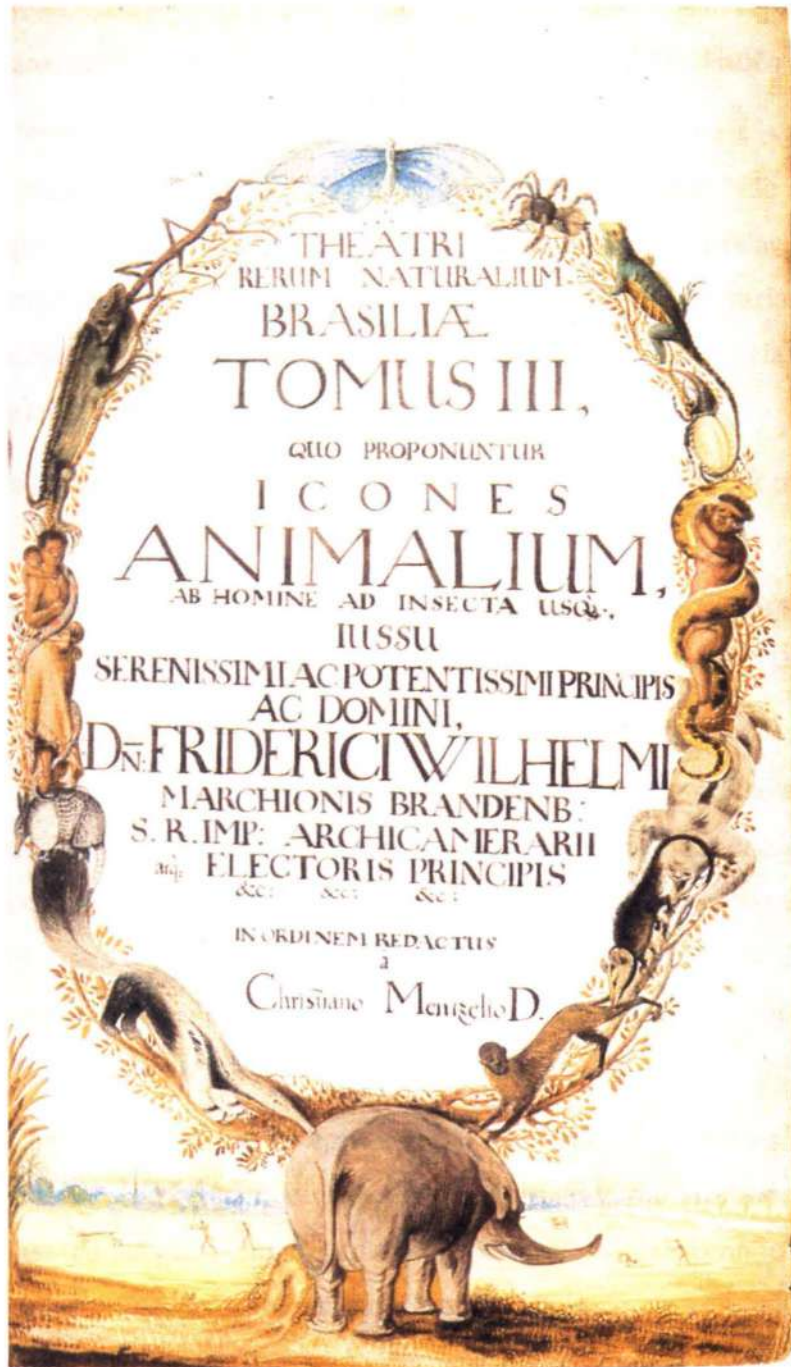


Fig. 12 – Folha de Rosto: *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*
Anônimo – Tomo III

- **Wagener, ms.** O documento traz informações sobre a flora e a fauna brasileira. As pranchas não obedecem a nenhuma subdivisão interna.

2. ‘Contar’ vs ‘mostrar’ – os modos de apresentação do Brasil Holandês

As notícias do Novo Mundo chegavam à Europa através dos mais variados veículos: correspondência, crônicas, trabalho de artistas, estudos de especialistas. Não se deve esquecer, também, do testemunho oral de quem esteve na América ou dela ouviu falar, além das ‘peças’ (exemplares, normalmente empalhados, de espécimes de procedências variadas) que ficavam expostas nos gabinetes de curiosidades, museus, feiras, etc. As notícias sobre o Brasil Holandês reproduziam a mesma dinâmica.

Mas **como** contar ou mostrar esse mundo? Como reproduzir suas formas, cores, contar seus detalhes?

Tendo em vista a área específica deste estudo, a Historiografia Lingüística, opto neste item por apresentar o estudo dos modos de apresentação do Brasil Holandês sob duas perspectivas:

1ª) mais geral, descreve o material de análise como um todo, ou seja, classifica cada documento dentro de um **gênero** da escrita, tendo por base os critérios expostos na metodologia que orientou esta pesquisa. A importância dessa classificação está no fato de ter fornecido subsídios para a análise contextual dos documentos, como: auxiliar a reconstrução dos objetivos do agente com a escrita do documento; indicar seu possível público-alvo (caso não esteja explícito no texto) (cf. item 3.1.2., Capítulo I);

2ª) mais restrito, descreve a forma de apresentação dos dados lingüísticos no documento de onde foram extraídos. A importância desse estudo residiu no fato de fornecer subsídios para o estabelecimento de correlações entre parâmetros externos (tais como o gênero da obra, público-alvo, temas e conteúdo) e parâmetros internos (tais como a classificação dos textos definitórios ou o estudo do vocábulo – traduções, entradas, variantes, etc.).

Os itens abaixo descrevem, portanto, o resultado da análise dos dois modos de apresentação descritos acima: o da obra e o dos dados de língua.

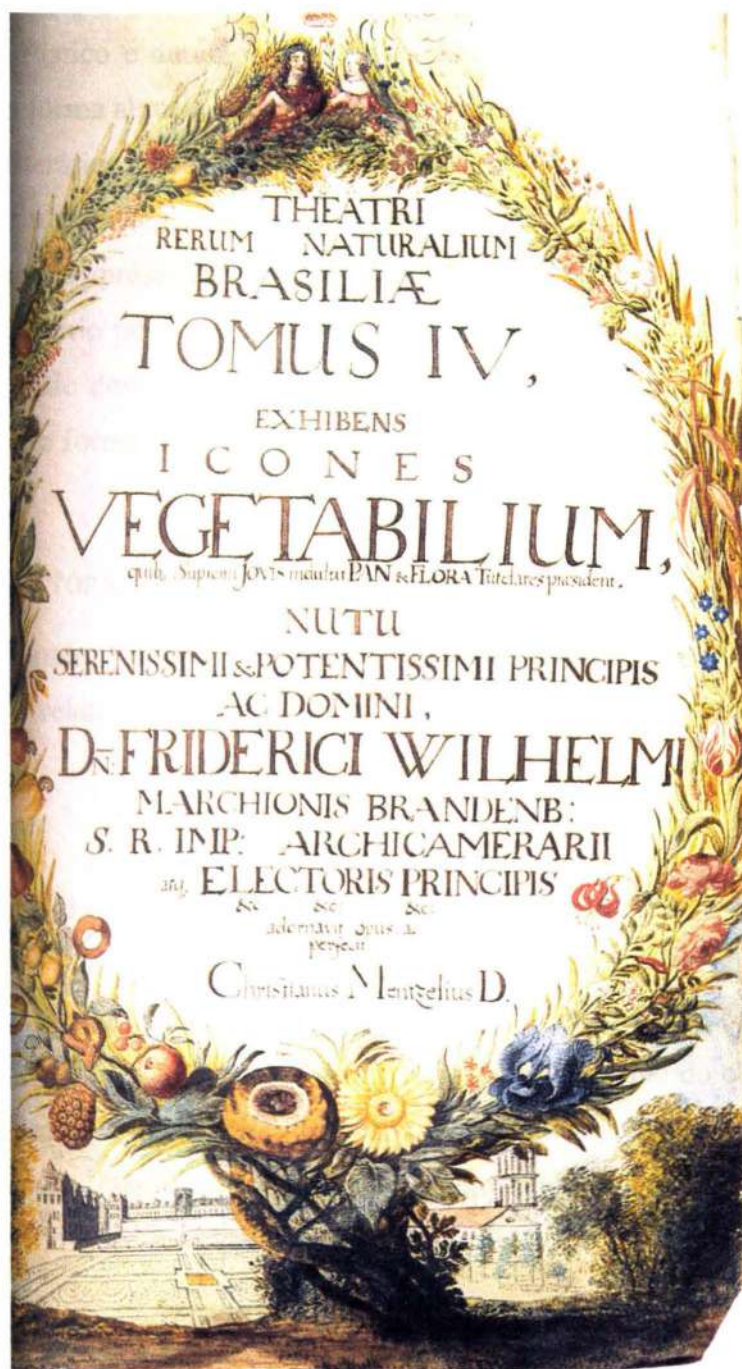


Fig. 13 – Folha de Rosto: *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*

Απόλλιο – Τόμο ἼV

2.1 - Os 'gêneros' de escrita dos documentos

Os documentos selecionados como 'fontes' neste trabalho podem ser classificados, basicamente, em seis gêneros: relatórios oficiais, textos científicos, relatos de viagem, crônicas, material artístico e autobiografia. Devo salientar aqui, que essa classificação não esteve vinculada, de forma alguma, a qualquer corrente de estudo ou classificação do ponto de vista dos aspectos literários. Essa, também, é tarefa muito importante e necessária, tendo em vista o ineditismo e a riqueza de boa parte do material. Não foi, entretanto, o foco de nossa análise. As justificativas apresentadas para a classificação do material pretendem dar conta de especificidades do critério por nós utilizado. Esse é o motivo por que mantive entre glosas o termo 'gênero' no título deste subitem, bem como a designação desses 'gêneros' (por vezes utilizei o negrito como forma de enfatizar ou salientar a classificação atribuída).

2.1.1 – RELATÓRIOS OFICIAIS

Dois documentos, fontes para a constituição dos *corpora* deste trabalho, podem ser classificados como 'relatórios oficiais': o relato de Roulox Baro e as *Atas do Sínodo do Brasil*.

a) O texto Roulox Baro, *História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias* (Belo Horizonte/São Paulo: 1979), foi classificado como um **relatório oficial** tendo em vista as circunstâncias de escrita do texto e seus aspectos formais. Ainda que, na sua forma, seja muito diferente do que hoje se conhece por um 'relatório oficial', a *Relação de Viagem*, como chamada pelo autor, traz elementos que nos orientam para essa classificação, a começar pelo título e subtítulo de publicação do trabalho:

Relação da Viagem de Roulox Baro – Intérprete e Embaixador Ordinário da Companhia das Índias Ocidentais, da parte dos Ilustríssimos Senhores das Províncias Unidas, ao país dos tapuias, na terra firme do Brasil. Começada no dia três de abril de 1647 e terminada

no dia quatorze de julho do mesmo ano. Traduzida do holandês para o francês por Pierre Moreau, de Paray em Charolois (Baro 1979: 91)³³.

A folha de apresentação do documento o identifica como uma “Relação da Viagem” de um intérprete e embaixador da Companhia, portanto, o relato oficial de uma expedição.

O texto inicia com dados que identificam o autor e a comissão à qual dava curso:

No dia 3 de abril de 1647 recebi dos nobres e poderosos Senhores Presidente e Conselheiros que representam o alto e soberano governo do Brasil, em nome dos altíssimos e poderosíssimos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, Sua Alteza o Príncipe de Orange e a nobre Companhia das Índias Orientais, ordem de dirigirme ao país dos tapuias, vizinhos do governo do Rio Grande, a fim de com eles tratar, seguindo as instruções contidas na minha comissão. (Baro 1979: 92).

Após essa introdução, que reproduz os termos oficiais da comissão, o texto segue descrevendo em detalhes a viagem, dia a dia. O autor reproduz as dificuldades de acesso ao local, encontros com informantes no decorrer da viagem, diálogos com chefes, em especial, com Nhanduí (no texto, Janduí), um dos chefes indígenas, muito citado em documentos da época (holandeses e portugueses).

O texto de Baro, a nosso ver, foi escrito como um relato oficial da viagem que fez, investido da autoridade que lhe foi oficialmente conferida. No que diz respeito aos seus aspectos textuais, o rigor dos detalhes na descrição da viagem, bem como as justificativas dadas para decisões (as mais simples que foram tomadas, como a travessia de rios, o pernoite neste ou naquele local, etc.) também nos auxiliaram nessa classificação.

b) As *Actas dos Synodos e classes do Brasil (Souto Maior (trad) 1914)*, referentes ao domínio holandês durante o século XVII, são um **relato oficial eclesiástico**. O trabalho de classificação desse material foi facilitado pela natureza do documento: tal como designadas, constituem-se em **atas** das reuniões, escritas e apresentadas de modo semelhante ao que, ainda hoje, se reconhece como características do gênero. O documento reúne as atas das reuniões

³³ Utilizei, neste trabalho, a tradução do original para o português, que pretendeu reproduzir o texto na íntegra, inclusive com a tradução da folha de apresentação da publicação.

realizadas entre o período de 16 de dezembro de 1636 a 18 de julho de 1644 (reunião encerrada em 26 de julho), organizadas por seções. Cada uma delas traz a relação dos presentes à reunião (ou sessão), dos elementos da liturgia que antecediam a reunião propriamente dita e, por fim, o registro das discussões e resoluções tomadas pela assembléia ali constituída.

2.1.2 – PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

Dois documentos selecionados como fontes para a constituição dos *corpora* deste trabalho podem ser classificados como ‘publicações científicas’, para efeito de análise dos parâmetros externos: o tratado de Piso e o de Marcgrave.

a) O trabalho de Guilherme Piso utilizado como fonte de pesquisa, *Medicina Brasiliensis* (Amsterdam: 1648), foi classificado como um **texto científico**, devido ao fato de ter sido composto por um especialista da área que está sendo descrita — um médico, integrante da equipe científica holandesa no Brasil. A forma como foi redigido e as características das informações veiculadas pelo documento deixam claro ao leitor que é um texto de especialista para especialista. A obra está dividida em quatro livros (ou quatro grandes capítulos), assim constituídos:

- LIBER PRIMUS *agit de Brasilia aere, Aquis et Locis*. – escrito como um texto narrativo-descritivo, sem subtematização, em que descreve a natureza brasileira, recuperando informações históricas e hipóteses de formação do continente americano. Esse capítulo não foi utilizado como fonte para este trabalho.
- LIBER SECUNDUS *de Morbis Endemiis: nimirum Cap.* — escrito como um texto narrativo-descritivo, subdivido em vinte e dois capítulos. Cada um deles foi escrito como texto de caráter científico, apresentando várias doenças e seus sintomas, o histórico da sua descrição (obras clássicas), e a terapêutica apropriada para os males descritos. Esse capítulo não foi utilizado como fonte para este trabalho.



Fig. 14 – Folha de Rosto: Piso 1648

- LIBER TERTIUS *agit de Venenis eorumque Antidotis: in quo sunt Icones novem.* — após uma grande introdução em que o autor faz um comentário geral sobre o tema e a sua historiografia (citação de obras de Plínio, Galeno, Cesalpino), há a descrição dos espécimes venenosos encontrados no Brasil, muitas vezes responsáveis por acidentes, infecções, doenças e até mortes (cobras, insetos, peixes, anfíbios). Cada descrição é apresentada como um verbete de dicionário. Esse capítulo faz parte dos *corpora* constituídos para este trabalho.
- LIBER QUARTUS *agit de Facultatibus Simplicium: in quo sunt Icones decem supra centum: et haec Capita.* — Esse livro concentra a maior parte da obra, sendo constituído por cento e quatro capítulos. Os dois primeiros capítulos apresentam de forma narrativa-descritiva os conhecimentos sobre o açúcar e a mandioca, desde as características do plantio da cana até à produção do açúcar e da farinha de mandioca (organização e funcionamento dos engenhos, nome dos apetrechos utilizados no preparo dos produtos, dificuldades, etc.). Terminam descrevendo as aplicações médicas dos dois produtos. Os demais capítulos são, em geral, bem menores e são apresentados como verbetes de dicionários, quase sempre acompanhados da ilustração do espécime. Esse capítulo faz parte dos *corpora* constituídos para este trabalho.

O conteúdo é apresentado sob a forma de verbetes, assim constituídos: a) o número e o título do capítulo, centralizados; b) o texto definitório logo abaixo, de forma narrativa-descritiva; c) na edição utilizada, sem ilustrações, pois estas foram impressas junto ao texto traduzido para o português — na edição original, o texto vinha acompanhado de ilustrações.

b) O tratado de George Marcgrave que forneceu material para a constituição dos *corpora* deste trabalho, *História Natural do Brasil* (São Paulo: 1942), foi classificado como **publicação científica** pelos mesmos motivos elencados no item anterior. A obra de Marcgrave está dividida em oito capítulos, tal como apresentados abaixo:

- *Livro Primeiro* – trata das Ervas.
- *Livro Segundo* – trata das plantas frutíferas e dos arbustos.

- *Livro Terceiro* – trata das árvores em quatorze capítulos.
- *Livro Quarto* – trata dos peixes do Brasil.
- *Livro Quinto* – trata das aves.
- *Livro Sexto* – trata dos quadrúpedes e serpentes.
- *Livro Sétimo* – trata dos insetos.
- *Livro Oitavo* – que trata da região e dos habitantes.

Observa-se que a seleção de temas indica o trabalho de um especialista, neste caso, de História Natural. Os sete primeiros capítulos apresentam as informações como num dicionário enciclopédico: a entrada contendo o nome do espécime, seguida do texto descritivo, contendo a ilustração ao lado. Cada livro é subdividido em capítulos que organizam os espécimes: ou um capítulo inteiro para um espécime, ou um capítulo para vários representantes de uma mesma espécie vegetal ou animal. O volume contém um índice alfabético no final.

2.1.3 – RELATOS DE VIAGEM

Foram classificados como ‘relatos de viagem’ os documentos que, tendo sido escritos por viajantes que estiveram no Brasil (por quaisquer motivos ou motivações), denotavam um ponto de vista de escrita aparentemente não compromissado com um destinatário imediato. As informações contidas no documento escrito por Schmalkalden, especialmente, poderiam ser interpretadas como ‘científicas’ não fosse as características do próprio texto – descrevem a perspectiva daquele que conta o que vê, normalmente acompanhado de apreciações ou juízos sobre o que é visto – como costuma ser o ponto de vista de um viajante.

Dois documentos foram classificados como ‘relatos de viagem’, a saber, os trabalhos de Pudsey e Schmalkalden.

a) O documento escrito por Cuthbert Pudsey, *Journal of a residente in Brazil* (ms. depositados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro), é um **relato de viagem**. O texto não está organizado cronologicamente, mas a leitura abrange acontecimentos do Brasil Holandês

ocorridos entre 1630 e 1640. Está dividido em duas partes: o “livro primeiro”, que descreve a natureza e os habitantes do Brasil; o “segundo livro”, que conta a história da invasão holandesa no nordeste brasileiro.

b) O documento de Caspar Schmalkalden é um **relato de viagem**: *Caspar Schmalkalden [...] Pharnambuco in Brasil* (ms. na “Forschungs un Landesbibliothek” de Gotha). O documento foi classificado, pelos seus aspectos gerais, como ‘relato de viagem’ por suas características próprias, já ressaltadas acima. O texto traz, entretanto, uma parte distinta em que Schmalkalden descreve flora e fauna brasileiras, como verbetes de uma enciclopédia (o assunto será retomado neste e no próximo capítulo).

Encadernado num único volume, o manuscrito é constituído de 489 folhas que contêm, além do texto escrito, 128 desenhos feitos à pena e mapas. Muitas dessas imagens parecem ser cópias das imagens de Eckhout e Wagener, apesar de revelar muito menor aptidão para o desenho (apenas curiosidade, talvez).

2.1.4 – CRÔNICAS

A designação ‘crônica’ é muito ampla, envolvendo caracterizações diversas dependendo do enfoque, ou da corrente literária. Neste trabalho, utilizei o termo ‘crônica’, também, dentro de um conceito bastante amplo: todo texto que ‘contou’ ou registrou aspectos sobre o Brasil, de forma narrativa. Esses documentos, em geral, contam a história da presença holandesa no Brasil a partir do recorte estabelecido por seus respectivos autores, os quais normalmente redigiram seus textos a partir de: a) a leitura de documentos (oficiais ou não) do Brasil Holandês; b) e/ou, da experiência pessoal em terras brasileiras.

São cinco os documentos classificados como ‘crônicas’ para efeito de análise dos parâmetros externos neste trabalho: os trabalhos de Barléu, Moreau, Morisot, Nieuhof e Soler.



Fig. 15 – Folha de Rosto: Barleu 1647

a) Gaspar Barléu é o autor da *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* (Belo Horizonte/São Paulo 1974), texto que conta a história da administração de Maurício de Nassau. Foi classificado como **crônica** - a crônica oficial do período recortado pelo texto. Seu trabalho foi feito sob a solicitação de Maurício de Nassau, tendo recebido dele boa parte dos documentos que reproduziu em seu livro (cf. Brandão 1974:365).

A forma de apresentação do texto é a narrativa, contínua, sem subdivisão em itens ou capítulos. O texto original foi enriquecido com imagens do Brasil, as famosas telas brasileiras feitas por Frans Post. Infelizmente, a edição brasileira não reproduziu essas imagens.

b) O francês Pierre Moreau escreveu a *Histoire des Derniers Troubles du Brésil Entre les Hollandais et les Portugais* (Paris 1651), um texto que conta aspectos da administração da WIC no Brasil e os contatos entre holandeses, portugueses, índios e negros. O texto foi classificado como uma **crônica**, tendo em vista seu caráter essencialmente descritivo-narrativo. Sua importância reside no fato de contar a história do ponto de vista de um funcionário da Companhia (alto funcionário), visão bastante diversa da que pode ser encontrada em outros documentos do período.

A forma de apresentação é um texto contínuo contendo: a) uma dedicatória; b) um prefácio, escrito pelo próprio autor; c) dois capítulos: “Descrição do Recife” e “Relação verdadeira do que se passou na guerra travada no país do Brasil entre os portugueses e holandeses desde o ano de 1644 até o ano de 1648”.

c) O documento de Claude Barthomy Morisot, *Notas do Senhor Morisot sobre a viagem de Roulox Baro ao país dos tapuias* (Belo Horizonte/São Paulo: 1979), foi classificado como **crônica**, ainda que suas características sejam, exatamente, as que seu título denota: são notas numeradas, escritas por Morisot, que foram publicadas quando da primeira edição do trabalho de Baro e Moreau, em Paris, 1651. Os motivos da classificação residem no fato de que Morisot fez uma leitura do trabalho de Baro, acrescentando informações bibliográficas relacionadas aos fatos descritos, comentários sobre a vida do autor (aliás, a melhor fonte sobre a vida de Roulox Baro) e sobre os acontecimentos narrados.

d) Joan Nieuhof é o autor da *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil* (Belo Horizonte/São Paulo: 1981), documento classificado como uma **crônica** do Brasil Holandês. Seu livro descreve regiões do Brasil Holandês, flora, fauna, além de examinar a situação de igrejas reformadas da colônia. Além desses temas, descreve o período de declínio da administração holandesa no Brasil. Seu texto não parece seguir uma organização previamente elaborada, misturando temas, o que pode indicar ou que não havia intenção de publicação da obra, ou que não houve tempo de revisar o texto (por parte do autor). De qualquer forma, é uma crônica, excelente fonte para o estudo de diversos aspectos da história do período de dominação holandesa no Brasil.

e) O Rev. Vicente Joaquim Soler é autor do *Breve e Curioso Relato de Algumas Singularidades do Brasil* (Rio de Janeiro: 1997), um pequeno texto que conta algumas particularidades do Brasil. Seria difícil sua classificação quanto ao ‘gênero’, pois parece fazer parte de uma carta, ou é a resposta a uma carta. De qualquer forma, foi classificado como **crônica** pelos seus aspectos textuais (texto descritivo-narrativo de aspectos da colônia holandesa) que, ainda que fizessem parte, originalmente, de correspondência, constituem-se como um texto independente - tanto que foi publicado em Amsterdam, no ano de 1639. O texto apresenta, ainda, ilustrações sobre a vida na colônia.

2.1.5 – MATERIAL ARTÍSTICO

Foi classificado como ‘material artístico’ todo documento escrito com predominância de material produzido por artistas (pranchas, aquarelas, desenhos, *crayons*). Sabe-se que alguns desses documentos, ou conjunto de documentos, foram produzidos, a princípio, unicamente como material iconográfico; outros, após a execução do artista, receberam a nomenclatura que identifica o espécime, acrescido ou não de textos descritivos. São o resultado de diversos artistas e autores, conhecidos ou não, que constituem coleções cujos originais estão arquivados em museus e arquivos europeus, agrupados para edição diplomática conforme já foi explicado no início deste capítulo.

Os documentos que foram classificados como ‘material artístico’, para efeitos de estudo do parâmetro externo ‘produto’, neste trabalho, são: Anônimo 1633-1644, Anônimo

1660-1664, as pranchas de Schmalkalden, inseridas em seu *Diário de Viagem* e o *Thierbuch* de Wagener.

a) O conjunto de pranchas identificado neste trabalho por Anônimo 1633-1644 (*Libri Principis*; ms depositados na Biblioteca Jaguelônica em Cracóvia) pode ser classificado, sem dúvida, como **material artístico**. São dois volumes encadernados, sendo que o primeiro contém 193 aquarelas e desenhos, e o segundo volume, 158 imagens. É material sincrético, mas classificado dentro do gênero como artístico de acordo com os critérios já expostos. Não parece seguir uma organização prévia, assunto que será melhor explorado em outros itens deste capítulo, e analisado com detalhes no próximo capítulo.

Quanto à forma de apresentação do conteúdo, as páginas apresentam, além da ilustração, os seguintes elementos: a) numeração, possivelmente feita em data posterior à da execução da imagem; b) nomes populares das espécies, normalmente em Tupi, anotação feita por autor desconhecido; c) comentários em alemão, feitas pelo próprio Maurício de Nassau; d) comentários em holandês, atribuídos, por alguns estudiosos, a George Marcgrave, Zacharias Wagener ou Guilherme Piso. Algumas telas apresentam a nomenclatura científica (escrita mais recentemente, com outra caligrafia e instrumento), normalmente atribuída a pesquisadores do Museu de Berlim, local que abrigou a coleção por algum tempo (cf. Teixeira 1995: 100-104).

b) O conjunto de pranchas identificado neste trabalho como Anônimo 1660-1664 (*Theatrum rerum naturalium Brasiliae*; ms. depositados na Biblioteca Jaguelônica em Cracóvia) foi classificado **material artístico**, tendo em vista a importância da iconografia na obra. É composto de quatro volumes, sendo:

- primeiro livro: “Icones Aquatiliium” (“Liber Picturatus” A 32, 390 páginas) - contendo imagens de peixes, crustáceos e outros animais crustáceos; sessenta e cinco pinturas a óleo e quatro desenhos em *crayon*;
- segundo livro: “Icones Volatiliium” (“Liber Picturatus” A 33, 382 páginas) – contém imagens de animais voláteis; cento e dez pinturas a óleo e um desenho em *crayon*;

- terceiro livro: “Icones Animalium” (“Liber Picturatus” A 34, 364 páginas) – contém imagens dos tetrápodos, insetos e gentios; um desenho a nanquim com guache, nove *crayons* e cinquenta e seis pinturas a óleo;
- quarto livro: “Icones Vegetabilium” (“Liber Picturatus” A 35, 744 páginas) – trata das plantas; cento e setenta e duas pinturas a óleo e um guache.

Além das imagens, as pranchas apresentam ainda: a) legendas e numeração das páginas, o(s) nome(s) de cada espécime e referências que remetem aos *Libri Principis* e/ou às obras de Marcgrave e Piso (provavelmente feitas por Christian Mentzel [1622-1701], médico do príncipe-eleitor de Brandemburgo); b) notas a lápis, iguais às legendas, provavelmente notas de trabalho feitas por Mentzel; c) nomes populares, feitos em diversas caligrafias e que parecem ter sido escritas pelos artistas ou seus colaboradores, sendo que a maior parte dos termos foi escrita em Tupi (além de utilizar o quibundo, francês, etc.) — nomes muitas vezes não encontrados em outras obras do período, inclusive nos *Libri Principis*; d) observações fragmentárias, também em diversas caligrafias, de autoria anônima, sugerindo aos pesquisadores que podem ser, também, da mesma autoria de seus artistas; e) comentários em holandês, atribuídos pelos pesquisadores do documento a Albert Eckhout; f) referências à África, em várias pinturas (“Angola”, “Congo”, “Guinea”) — parecem ser originais, mas é impossível dizer se o próprio artista participou de alguma expedição ou quais seriam suas fontes; g) numerações a tinta, cuja finalidade ainda não foi determinada (não aparece em todas as imagens), mas que remete à hipótese de que as pinturas assim identificadas já fizeram parte de outra coleção; h) numeração a lápis, feita bem depois, provavelmente no século XIX por algum pesquisador das instituições por onde passou o documento; i) nomenclatura científica, acrescentada posteriormente pelos pesquisadores do material (cf. Teixeira 1995: 95-100).
Cumpramos ressaltar que nem todas as páginas apresentam todos os itens descritos.

c) Retomo a informação de que Caspar Schmalkalden inseriu, no decorrer de seu *Diário de Viagem*, pranchas de elementos da flora e fauna brasileiras, bem como mapas e plantas de edificações do Brasil Holandês. Destaco essa parte do trabalho de Schmalkalden como um documento (ainda que inserido num outro documento) com a finalidade de facilitar o estudo

dos parâmetros, externo e interno. Esse conjunto de pranchas, material sincrético, foi classificado como **material artístico**.

d) O *Thierbuch* (ms. depositados no “Kupferstich-Kabinett” de Dresden), escrito por Zacharias Wagener, constitui-se de diversas pranchas, nomeadas. A elas Wagener acrescentou o texto definitório. Devido às especificidades do documento e tendo por base os critérios expostos no Capítulo I deste trabalho, foi classificado como **material artístico**.

As folhas medem aproximadamente 218 x 90mm, contendo uma imagem no centro. Logo acima as páginas são marcadas por um sistema de numeração, cuja anotação é atribuída ao próprio Wagener. A numeração acaba por indicar uma seqüência adotada pelo autor que indica uma subdivisão temática das pranchas: a) peixes, crustáceos e outros animais aquáticos - pranchas 1 a 27; b) pássaros – pranchas 28 a 44; c) vegetais – pranchas 45 a 63; d) “animais terrestres” – pranchas 64 a 92 – incluindo mamíferos, répteis, anfíbios, insetos e aracnídeos; e) figuras humanas, incluídas no final do livro - pranchas 93 a 100; f) imagens diversas, incluindo mapas, cenas da vida diária de negros e tapuias, etc. - pranchas 101 a 110.

Há discussões sobre a autoria das imagens, ou mesmo sobre as informações que serviram de base para o texto escrito. Todavia, há registro também de que Wagener era um dos artistas da administração de Nassau (todos os artistas eram funcionários da Companhia), e que, provavelmente, teria obtido muitas das informações nas anotações de Piso e Marcgrave (além das que sejam provenientes de informantes brasileiros).

2.1.6 – AUTOBIOGRAFIA

Um único documento foi classificado dentro do gênero **autobiografia**. Trata-se da *Autobiografia* (Rio de Janeiro 1997) de Zacharias Wagener. O texto foi escrito de acordo com as especificidades do gênero, relatando os trinta e cinco anos de viagens e atividades de seu autor (inclusive o período em que esteve no Brasil Holandês). A narrativa em subitens que organizam a apresentação do texto pelos fatos acontecidos anualmente – do ano de 1633 a 1668.

Encerro aqui a apresentação dos documentos sob a perspectiva de sua classificação por ‘gêneros’. Foi uma solução parcial (não é uma classificação definitiva), fruto de reflexão sobre a produtividade dessa categorização, mas que se mostrou vantajosa, ou facilitadora do processo de análise dos parâmetros, conforme se pretendeu demonstrar nos itens e capítulos que se seguem.

2.2 - Modos de apresentação dos dados lingüísticos

Nem todos os documentos citados até o momento forneceram dados para a análise lingüística. É o caso, por exemplo, dos trabalhos de Nieuhof ou de Moreau. Outros foram essenciais para a constituição dos *corpora* de análise lingüística (textos definitórios, vocábulos), como os Anônimos e o trabalho de Piso. Este item descreve o modo de apresentação dos dados de língua no interior dos documentos, tendo por base os critérios expostos no item 3.1.2 do Capítulo I deste trabalho.

Foram identificados três modos de apresentação dos dados. Em primeiro lugar, ‘comentários’ dispersos no decorrer dos textos, que fornecem dados lingüísticos como: vocábulos, textos definitórios, comentários sobre a(s) língua(s) do Brasil e informações para o estudo de parâmetros externos (por exemplo, sobre a coleta de dados, sobre política(s) lingüística(s), etc.). Há, também, ‘vocabulários bilíngües’ inseridos no interior de alguns documentos (Barléu, Marcgrave, Schmalkalden). Devidamente identificados como reprodução de um documento, esses vocabulários foram objeto de uma análise específica, apresentada no Capítulo V. Por último, chamo de ‘texto enciclopédico’ aos textos sincréticos (classificados como material artístico no item anterior). Esses documentos forneceram dados para o estudo dos vocábulos e dos textos definitórios.

Os subitens abaixo apresentam o estudo das formas de apresentação dos dados lingüísticos baseados nos critérios expostos acima. Apresento o resultado dessa análise por meio das referências adotadas, neste trabalho, para a identificação das fontes.

2.2.1 – COMENTÁRIOS

Os documentos que forneceram dados lingüísticos no decorrer do texto, ou seja, sob a forma de ‘comentários’ foram os seguintes:

- a) **Barléu 1974** – Forneceu dados, sob a forma de ‘comentários’, para o estudo dos parâmetros externos (agente, produção e contexto) e internos (vocábulos, textos definitórios).
- b) **Moreau 1979** – Forneceu dados, sob a forma de ‘comentários’, para o estudo dos parâmetros externos (contexto) e internos (representação da diversidade lingüística).
- c) **Nieuhof 1981** – Forneceu dados, sob a forma de ‘comentários’, para o estudo dos parâmetros externos (agente, contexto) e internos (representação da diversidade lingüística).
- d) **Pudsey, ms** – Forneceu dados, sob a forma de ‘comentários’, para o estudo de parâmetros externos (contexto) e internos (vocábulos).
- e) **Schmalkalden 1998** – Forneceu dados, sob a forma de ‘comentários’, para o estudo de parâmetros externos (contexto) e internos (representação da diversidade lingüística).

Apresentei, assim, de forma resumida a importância desses documentos no que diz a sua contribuição para a constituição dos *corpora* para a análise lingüística. Os dados extraídos de cada um desses documentos são apresentados, especificamente, nos capítulos V e VI deste trabalho.

2.2.2 – VOCABULÁRIOS BILÍNGÜES

Nenhum dos documentos é um vocabulário bilíngüe, enquanto gênero de publicação. Entretanto, alguns trouxeram reproduções de vocabulários inseridos no interior do documento, devidamente identificados e destacados do restante do texto. Foram encontrados em três documentos:

- a) **Barléu 1974** - Barléu incluiu no texto a lista de nomes intitulada “Vocábulos Chilenos” (cf. Barléu 1974: 296-303; reproduzido na íntegra na p. 249, fig. 28), contendo 511 entradas em língua chilena (dialecto araucano, à esquerda), seguidas da tradução para o português (à direita). Nesta edição a tradução das palavras é para o português; tendo em vista que o original do texto escrito por Barléu é em latim, presumo que a tradução das palavras chilenas, no original, tenham sido para o latim.
- b) **Marcgrave 1942** – Marcgrave transcreveu um vocabulário bilíngüe no interior de seu texto. Trata-se do “Pequeno Dicionário dos nomes e verbos da Língua dos Brasileiros principalmente comuns”, com um subconjunto intitulado “Dicionário dos verbos mais comuns” (cf. Marcgrave 1942: 276-277; reproduzido na íntegra na p. 255, fig. 29), contendo 286 vocábulos na língua Tupi (à esquerda), traduzidos, na edição utilizada, para o português (são válidas as mesmas observações sobre o texto original feitas para o “Vocabulário” encontrado em Barléu).
- c) **Schmalkalden, ms** – Schmalkalden transcreveu dois vocabulários bilíngües. O primeiro, intitulado “Vocabula Brasiliana” (cf. Schmalkalden ms, 49-51; reproduzido na íntegra na p. 261, fig. 30), contendo 101 entradas em alemão (à esquerda), seguidas do termo correspondentes em tupi (à direita) — em colunas duplas na folha. O segundo, “Vocabula” (cf. Schmalkalden ms, 155-157), contém 93 entradas em alemão (à esquerda), seguidas do termo correspondente em língua chilena (muito provavelmente a língua araucana dos moradores do Chile). A tradução feita para a edição diplomática acrescentou ao primeiro vocabulário os termos em português, correspondentes às entradas. O segundo vocabulário, alemão-chileno (ou araucano), não foi objeto de estudo neste trabalho.

2.2.3 – TEXTO ENCICLOPÉDICO

Os documentos que, por apresentarem os dados de língua de forma sincrética (texto verbal e não-verbal) foram classificados como ‘textos enciclopédicos’ são os seguintes:

- a) **Anônimo 1633-1644** - Essa obra está constituída como enciclopédia (nome, seguido de texto definitório, reunidos em grupos temáticos). A maior parte das imagens está,

normalmente, centralizada e acompanhada da nomenclatura e de comentários — neste caso não há um texto definitivo. Tais características aproximam esta obra do que defini como um **texto enciclopédico**.

- b) **Anônimo 1660-1664** - A obra foi classificada como **texto enciclopédico** pelas mesmas justificativas dadas para o documento acima. Trata-se de pinturas e desenhos montados em recortes de papel, contendo anotações nas páginas onde foram coladas, ou no papel original das próprias pinturas.
- c) **Piso 1648** – Os Livros III e IV do volume *Medicina Brasiliensis* forneceram dados para a análise lingüística. Esses dados foram representados como verbetes de um **texto enciclopédico**, ou seja, entradas contendo o nome do espécime descrito (normalmente em Tupi), seguidas do texto definitivo (ou descritivo) desses espécimes.
- d) **Schmalkalden ms / Schmalkalden 1998** – As pranchas inseridas pelo autor no interior do seu *Diário de Viagem* forneceram dados para a análise lingüística sob o formato classificado como **texto enciclopédico**, ou como verbetes ilustrados de uma enciclopédia. As entradas são, normalmente, feitas em três línguas — Tupi, holandês e português —, seguidas de textos definitivos (ou descritivos).
- e) **Wagener, ms** – A forma de apresentação dos dados lingüísticos no texto de Zacharias Wagener foi classificada, neste trabalho, como **texto enciclopédico**. Exceto pela página de introdução, cada folha do *Thierbuch* apresenta a imagem do espécime (normalmente no centro), acompanhado de seu nome e de pequeno texto descritivo.

A forma de apresentação dos dados lingüísticos contribuiu, via de regra, de forma significativa para a análise lingüística dos *corpora*. Seu estudo detalhado é objeto dos próximos capítulos.

3. Notícias do Brasil Holandês – produção e divulgação do conhecimento

Muitas das publicações feitas no período tiveram seus originais escritos na colônia; outras, na Europa, a partir das anotações e observações feitas no Brasil, que foram feitas de diversas maneiras: a) pelos próprios autores dos documentos que, na Europa, organizaram seu material

para publicação (caso do texto de Piso, por exemplo); b) por membros da missão científica (trabalho, em geral, anônimo) e depois organizadas pelos integrantes da WIC, no Brasil ou na Europa; c) pelos próprios autores, mas organizadas por amigos, parentes e/ou editores em virtude de seu falecimento ou desaparecimento.

Este item apresenta os resultados da pesquisa do parâmetro externo ‘produto’ no que diz respeito aos dados de edição dos documentos selecionados como fontes para este trabalho, acrescidos das informações sobre qual teria sido o público-alvo de cada um deles, respectivamente. Para melhor orientação da leitura, repeti a apresentação dos documentos, tal como apresentados no primeiro item deste capítulo, qual seja: a organização alfabética baseada nas referências de cada obra adotadas neste trabalho.

- **Anônimo 1633-1644** - Conhecidos como *Libri Principis* ou “Manuais”, os manuscritos desse documento fazem parte do acervo cedido a Frederico-Guilherme (1620-1688), Eleitor de Brandemburgo, em troca de dignidades nobiliárquicas e terras nos arredores de Cleves. Juntamente com os volumes do *Thearum rerum naturaliaum Brasiliae* (Anônimo 1660-1664), foram posteriormente catalogados sob a designação de “Libri Picturati” sob os números A 36 – A 37. Esses manuscritos já estiveram sob os cuidados da Biblioteca Real (“Königliche Staatsbibliothek”) e da Biblioteca Prussiana (“Preussische Staatsbibliothek”), onde ficaram até o século XX. A coleção foi transferida para a Biblioteca Jaguelônica da Universidade de Cracóvia entre 1946 e 1947, onde permaneceu oculta. Tendo em vista referências anteriores a esse material, feitas por pesquisadores desde o século XVIII³⁴, além do interesse contemporâneo de pesquisadores por essa obra, a República Popular da Polônia reconheceu a posse dos documentos, liberando-os para consulta em 1981 (cf. Teixeira 1995).

A coleção dos *Libri Principis* foi identificada neste trabalho como ‘Anônimo 1633-1644’ pelo fato de que, até hoje, não foi possível identificar, com exatidão, os autores das imagens. Alguns estudiosos atribuem a autoria a George Marcgrave, a Zacharias Wagener ou até mesmo a Albert Eckhout, entretanto nada se pode afirmar seguramente. As anotações encontradas nas pranchas foram feitas de próprio punho por Maurício de Nassau. O conjunto da obra (imagens e texto) foi composto aqui no Brasil, entre os anos de 1633 e 1644.

³⁴ Referências nos trabalhos de J.G. Schneider (1786), Bloch (1785/1795), Martius (1853) e Lichtenstein (1818, 1819, 1822 e 1826) – cf. Teixeira 1995.

JOHAN NIEUHOF'S
Gedenkweerdige
BRASILIAENSE
ZEE- en LANT-
REI Z E.

Bezelzende

Al het geen op dezelve is voorgevallen.

Briefvens

Een bondige beschrijving van gantsch
NEERLANTS BRASIL,

Zoo van lantschappen, steden, dieren, gewassen, als
draghten, zeden en godsdienst der inwoonders:

En inzonderheit

Een wijtloopig verhael der merkwaardigste voorvallen
en geschiedenissen, die zich, gedurende zijn negenjarigh
verblijf in Brasil, in d'oorlogen en opstant der Portugezen,
tegen d'onzen, zich kiert het ier 1640. tot 1649.
hebben toegedragen.

Leetgens voorpiers met verbeelde afbeeldings, na 't leven aldaer geskent.



AMSTERDAM.

Voor de Weduwe van JACOB VAN MEURS, op de Keizers-gracht. 1682.

Fig. 17 – Folha de Rosto: Nieuhof 1681

A edição utilizada neste trabalho foi publicada pela Editora Index, editada por Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares, com publicação no Rio de Janeiro em 1995.

As anotações de próprio punho de Maurício de Nassau levam a crer que os *Libri Principis* foram organizados com a finalidade de ser uma espécie de cartilha (daí porque serem conhecidos também como “Manuais”), destinados à instrução (e também recreação) do próprio Maurício de Nassau, que provavelmente seguia uma tendência comum na época de que os reis e/ou autoridades de Estado pudessem ser reconhecidos também como filósofos (cf. Teixeira 1995: 102).

- **Anônimo 1660-1664.** A referência identifica os quatro fólios do *Thearum rerum naturalium Brasiliae*, uma coleção de pinturas a óleo, guaches, desenhos a nanquim e *crayons*. A história da coleção é semelhante à dos *Libri Principis*. A coleção contém: 15 desenhos em *crayon*, um desenho a nanquim com guache, um guache e 402 pinturas a óleo, num total de 419 itens. Adquirida em 1652 pelo Eleitor de Brandemburgo. Foi organizada por Christian Mentzel entre 1660-1664. Estão documentados na série “*Libri Picturati*” sob os números A 32 a A 35 (cf. Teixeira 1995).

A estrutura da obra está baseada nos escritos de George Marcgrave, ainda que seu autor não tenha sido identificado até o momento. A edição utilizada neste trabalho foi publicada pela Editora Index, editada por Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares, com publicação no Rio de Janeiro em 1995, sob a organização científica do Prof. Dante Martins Teixeira, do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Não há referências sobre os objetivos da composição dessa obra. São, inegavelmente, obras feitas no Brasil por artistas da equipe de Maurício de Nassau. Sua organização e utilização parecem identificá-la como material para uso particular, sem que houvesse intenção de publicá-la.

- **Barléu 1974.** A referência identifica a segunda edição da tradução para o português da obra de Gaspar Barléu. A primeira edição da obra de Gaspar Barléu foi publicada em Amsterdam, 1647, por João Blaeu. Seu título original é: *Rerum per octenium in Brasilia et alibi nuper*

gestarum sub, praefectura Illustrissimi Comitis J. Mauritii, Nassoviae, & c. Comitis, nuc Vesaliae Gubernatoris & Equitatus Foederatorum Belgii Ordd. Sub Auriaco Dctoris historia. Poucos exemplares dessa edição chegaram aos nossos dias, pois um incêndio destruiu a editora e quase todos os exemplares dessa primeira edição, que ainda estavam ali. A segunda edição foi feita em Cleves, em 1660, com alguns acréscimos feitos por Guilherme Piso. Apenas três traduções foram feitas do original dessa obra: Tobias Silberling traduziu para o alemão em 1659; S.P. l'Honoré Naber traduziu para o holandês em 1923 e Cláudio Brandão para o português em 1940 (cf. Brandão 1974: 361-2).

A edição utilizada neste trabalho é a tradução de Cláudio Brandão. Totalmente esgotada, a obra foi reeditada em 1974 — fac-símile da primeira edição brasileira.

Esse documento parece indicar que seu público-alvo era a intelectualidade européia.

- **Baro 1979.** A referência identifica a obra de Roulox Baro, *Relação da Viagem ao País dos Tapuias*. Roulox Baro escreveu em holandês (sua língua materna) o relatório da viagem feita à tribo (ou região) dos tapuias. Pierre Moreau traduziu o texto e publicou-o juntamente com a sua obra. Assim, a primeira edição continha as duas obras: *Relations veritbales de l'isle de Madagascar et du Brésil* (Roulox Baro) e *Histoire des Derniers Troubles du Brésil Entre les Hollandais et les Portugais* (Pierre Moreau). A primeira edição foi feita em Paris por Augustin Coubé, 1651.

A edição utilizada neste trabalho é a tradução brasileira feita por Lêda Boechat Rodrigues e publicada conjuntamente pela Editora Itatiaia e Edusp em 1979 — *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da viagem ao país dos tapuias*.

Os diretores da Companhia das Índias Ocidentais são o público alvo deste documento — é um relato oficial.

- **Marcgrave 1942.** A referência identifica a obra de George Marcgrave, *História Natural do Brasil*. A primeira edição da obra de Marcgrave foi em 1648, em Amsterdam, *Historia rerum Natvralis Brasiliae [...]*. Tendo Marcgrave morrido de forma desconhecida na África, foram

seus originais enviados à Companhia e a Guilherme Piso. Este encarregou Jean de Laet (cronista da WIC) da decodificação e ordenação dos originais. Por esse motivo, a primeira publicação da obra é póstuma, em conjunto com a de Piso — *A Historia Natvrallis Brasiliae*, Amsterdam 1648, é a edição conjunta da *Medicia Brasiliensi* de Guilherme Piso e da *Historia rerum naturalium Brasiliae* de George Marcgrave (organizada e anotada por Laet).

A edição utilizada neste trabalho é comemorativa do cinquentenário da fundação da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, traduzida do original pelo Mons. Dr. José Procopio de Magalhães, em 1942.

Trata-se de anotações científicas e, com certeza, foram feitas com a intenção de divulgação de conhecimentos nos centros acadêmicos europeus.

- **Moreau 1979.** Esta referência identifica a obra de Pierre Moreau, *História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses*. A primeira edição da obra de Pierre Moreau foi em Paris, Chez Augustin Coubé, em 1651: *Histoire des Derniers Troubles du Brésil Entre les Hollndais et les Portugais*, um volume contendo 212 páginas e um mapa. Foi traduzida para o holandês em 1652 por J.H. Glazemaker e publicada em Amsterdam — *Klare en Waarachtige Beschryving van de leste Beroerten en Afval der Portugeezen in Brasil*. Em 1923 foi publicada a primeira versão da obra em português, no *Boletim do Estado Maior do Exército* (vol. XXII, janeiro a março de 1923, pp. 123-140), com tradução feita pelo Major Mário Barreto.

A primeira edição brasileira (dados acima) apresentou algumas distorções do texto original, o que motivou José Honório Rodrigues (pesquisador brasileiro, especializado no tema — Brasil Holandês) e a Universidade de São Paulo a unirem esforços para nova tradução e edição. É esta última que serviu de base para este trabalho: publicação da Itatiaia e Edusp em 1979, reunindo a obra de Moreau e Baro (além das notas de Morisot) — *História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*.

O autor dedicou sua *História* ao Príncipe Cesar, Duque de Vendome (chefe e superintendente geral da navegação e comércio de França e países conquistados). Nessa dedicatória, Moreau diz que sua intenção era comunicar ao público essa história tão pouco

conhecida do seu tempo. Tendo sido publicada pouco tempo depois, sua intenção era, realmente, divulgar ao público em geral sua experiência de trabalho no Novo Mundo.

- **Morisot 1979.** Identificação das “Notas do Senhor Morisot” sobre a viagem de Roulox Baro. Claude Barthomy Morisot escreveu notas para a edição de Roulox Baro, *Relations véritables et curieuses de l’Isle de Madagascar et du Brésil, avec l’histoire de la dernière faite au Brésil entre les Portugais & les Hollandois, trois relations d’Égypte, & une royaume de Perse* (Paris: Augustin Corbé: 1651).

A edição utilizada é a primeira tradução para o português, feita por Lêda Boechat Rodrigues e publicada juntamente com as obras de Moreau e Baro, *História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias* (Itatiaia e Edusp, 1979).

O público alvo dessa obra é a intelectualidade européia, tendo em vista as circunstâncias da publicação e da história do autor.

- **Nieuhof 1981.** A referência identifica a obra de Joan Nieuhof, *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. A primeira edição da crônica de Nieuhof foi feita com o título *Gedenkweerdige Brasiliaense zee-en Lant Reize* (Amsterdam: Jacob van Meurs: 1682).

A edição utilizada é a tradução para o português feita por Moacir N. Vasconcelos (tradução do texto inglês, cotejada com a primeira edição holandesa). Foi publicada pela Itatiaia e Edusp, em 1981, com o título *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*.

Quando voltou à Holanda em 1670, entregou os originais do relato de sua viagem às Índias Orientais a seu irmão, Hendrick Nieuhof. Diante desse fato, é razoável concluir que pretendia a publicação de sua obra (não era um diário de viagem), que provavelmente foi elaborada como divulgação da história e do conhecimento adquirido sobre as terras por onde passou.

- **Piso 1648.** Essa referência identifica a obra *De medicina brasiliensi* escrita por Guilherme Piso, no Brasil, e publicada como a primeira parte da *Historia Naturalis Brasiliae* em Amsterdam, 1648. A organização dos originais foi confiada a Joan de Laet, um dos melhores cronistas da Companhia das Índias Ocidentais.

Mais tarde, Piso criticou o trabalho de Laet e organizou uma segunda edição, que foi bastante modificada e que chegou a ser considerada uma outra obra (na qual foi acusado, inclusive, de plágio do trabalho de Marcgrave). A segunda edição foi publicada em 1658 sob o título *De Indiae Utriusque re naturali et medicae. Libri quatuordecim* [Amsterdam: Ludovicum et Danielen Elzevirium].

A edição utilizada neste trabalho não é a original. Trata-se de uma edição comemorativa, publicada pelo Museu Paulista (1948), que apresenta na primeira parte a tradução do original, seguida da cópia do texto original. O documento original foi dedicado a Maurício de Nassau. Seu público-alvo era os intelectuais e estudiosos da época. Era um tratado de divulgação científica, escrito dentro dos procedimentos habituais da época.

- **Piso 1948.** A referência identifica o texto traduzido para o português dos originais de Guilherme Piso. Tendo em vista a situação específica, reproduzi abaixo somente os dados da edição em português (cf. dados completos no item 2.1.3 deste capítulo). A edição brasileira foi comemorativa ao cinquentenário da fundação da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, por iniciativa do Museu Paulista. A tradução do texto original foi feita pelo Prof. Alexandre Correia (Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo). Acrescentaram-se ainda comentários biográficos e científicos (botânica, medicina e zoologia) feitos por especialistas brasileiros da época: Prof. Fernando São Paulo (Faculdade de Medicina da Faculdade da Bahia), Dr. Olivério M. de Oliveira Pinto (Diretor do Departamento de Zoologia do Estado de São Paulo), Prof. Olympio da Fonseca Filho (Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil), Dr. Joaquim de Sampaio Ferraz (antigo diretor do Serviço Meteorológico do Brasil) e Dr. Hermínio de Brito Conde (oftalmologista do Departamento Nacional de Saúde). O projeto foi liderado por Affonso de Taunay, e a obra foi lançada pela Companhia Editora Nacional em 1948.

– **Pudsey, ms.** A referência identifica o documento *Journal of a residence in Brasil* (*Diário de uma estada no Brasil*), escrito por Cuthbert Pudsey. Os manuscritos desse diário estão catalogados na Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro sob o número de tomo “I.12.3.17” — um tomo contendo 36 folhas escritas por Pudsey (além de outras 37 folhas do mesmo papel utilizado na guarda e nas folhas de guarda, estas adicionadas ao volume com o objetivo de resguardar o manuscrito). Esse documento se tornou público no início do século XX, através da casa de leilões londrina Philips. Foi arrematado pela Maggs Brothers de Londres e vendido à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 1947 (cf. Papavero & Teixeira 2000: 6-7).

A edição utilizada é diplomática, contendo a íntegra fac-similar dos manuscritos, acrescida da tradução e de comentários feitos por Nelson Papavero (prof. do Instituto de Ciências Biológicas e Ambientais da Universidade Santa Úrsula, no Rio de Janeiro – pesquisador associado do Departamento de Vertebrados do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Dante Martins Teixeira (Departamento de Vertebrados do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro). A edição foi organizada por Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares e publicada pela Editora Index, em 2000.

De acordo com as observações de Papavero e Teixeira, parece haver indícios de que o diário foi escrito algum tempo depois dos eventos, como se fossem memórias do autor (as correções do texto sugerem a escrita posterior, baseada num rascunho inicial). Não é possível dizer se havia um público-alvo quando da escrita do documento.

- **Schmalkalden, ms.** A referência identifica o documento “Caspar Schmalkalden Ra[...] von Amsterdam [...] Pharnambuco in Brasil” (“A viagem de Caspar Schmalkalden de Amsterdam para Pernambuco no Brasil”. O documento está catalogado na “Forschungs un Landensbibliothek” de Gotha, sob o número “Chart. B 533”. Os manuscritos teriam sido adquiridos por Ernest II, duque de Gotha, em 1798.

A edição utilizada é diplomática, contendo o fac-símile do documento original (em alemão ou gótico), acompanhado da tradução do texto feita pelo Prof. Álvaro Alfredo Bragança Júnior, do Departamento de Letras Anglo-Germânicas da Faculdade de Letras – UFRJ. A organização científica foi feita por Dante Martins Teixeira e a edição por Cristina

Ferrão e José Paulo M. Soares. A edição foi publicada em dois volumes pela Editora Index, em 1998.

Não há indícios de interesses acadêmicos ou políticos. Schmalkalden parece ter se preocupado com a divulgação do Novo Mundo, como um viajante o faz.

- **Schmalkalden 1998.** A referência identifica a tradução feita para o português dos manuscritos originais de Caspar Schmalkalden (cf. item 2.1.5 deste Capítulo). A edição é conjunta com o fac-símile dos originais. O responsável pela tradução do documento foi o Prof. Álvaro Alfredo Bragança Júnior, do Departamento de Letras Anglo-Germânicas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- **Soler 1997** – A referência identifica o texto *Breve e Curioso Relato de Algumas Singularidades do Brasil*. O documento foi editado pelo livreiro Von Boudevvyn de Preys e publicado em Amsterdam, em 1639.

A edição utilizada é diplomática, com tradução do texto original para o inglês feita por Richard Trewinnard. Os responsáveis pela edição foram Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares, com publicação pela Editora Index, em 1997.

Por hipótese, esse documento foi escrito tendo em vista a leitura por parte dos integrantes da Igreja Reformada na Holanda, num primeiro momento.

- **Souto Maior (trad) 1914.** A referência indica o texto traduzido das *Atas dos Sínodos e Classes do Brasil* – instituição representativa da Igreja Reformada Holandesa no Brasil. Os dados relacionados abaixo dizem respeito às próprias atas e à organização em si (não ao tradutor). É prática comum nas reuniões dos sínodos e presbitérios da Igreja Reformada o registro em atas da pauta da reunião: data, local, presentes, pauta, discussões, comentários, decisões, votações, etc. A Classe do Brasil foi organizada quando da invasão holandesa no nordeste brasileiro, diretamente ligada ao Sínodo Provincial da Holanda do Norte, ou ao Sínodo de Utrecht. Os originais das atas estão sob a guarda dos arquivos da Igreja Reformada Holandesa e a tradução foi feita a partir dos documentos identificados como *Kronick van het Historisch Genootschap Gevestingd te Utrecht — Zesde Serie Vierde Deel*.

A edição utilizada neste trabalho foi a tradução feita pelo Dr. Pedro Souto Maior e publicada com o nome de “A Religião Christã Reformada no Brasil, no século XVII” na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, no tomo especial do I Congresso de História Natural (volume I, de 1914, pp. 707-780).

Os integrantes dos presbitérios, público-alvo desse documento, deveriam acusar o recebimento dos itens solicitados, as decisões eclesiásticas e os debates teológicos realizados na colônia, aos Sínodos da Holanda.

- **Wagener, ms.** A referência indica a obra *Thierbuch* de Zacharias Wagener, cujos manuscritos estão catalogados no “Kupferstich-Kabinett” de Dresden, sob o número “Ca 226a”. Não há registros da existência desses manuscritos até 1738, quando apareceu no primeiro inventário do “Kupferstich-Kabinett”. Presume-se que ficou sob a guarda de diversos proprietários ou que tenha sido adquirido pelo Príncipe-Eleitor de Dresden — talvez das mãos do próprio Wagener ou de outro membro da Companhia (cf. Teixeira 1997: 11-18).

A edição utilizada é diplomática, contendo o fac-símile do original, acompanhado do texto traduzido para o português, com introdução e comentário de Dante Martins Teixeira. A edição foi feita por Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares e a publicação pela Editora Index, em 1997.

O autor faz uma pequena introdução ao leitor (“An den Leier”). Inicia seu texto exaltando a natureza enquanto criação de Deus, a quem louva a graça e a onipotência. A seguir, diz que seu objetivo é mostrar, através das figuras cuidadosamente desenhadas e das descrições detalhadas a natureza digna de admiração que pôde observar no Brasil. Ou seja, apesar de não ter sido publicado, seu objetivo era divulgar as curiosidades do Novo Mundo.

- **Wagener 1997.** A referência identifica o texto em português dos originais de Wagener, o *Thierbuch*. Serão acrescentados aqui somente os dados da edição em português. Em 1964, houve uma outra edição brasileira, sob o título *Zoobiblion, livro dos animais do Brasil* (Coleção Documenta IV, Empresa Gráfica dos Tribunais – em São Paulo). A tradução para o português foi feita pelo Prof. Álvaro Alfredo Bragança Júnior, do Departamento de Letras

Anglo-Germânicas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os dados em português foram objeto do estudo dos traços definitórios.

4. A circulação do saber – recepção e crítica da produção sobre o Brasil Holandês

O interesse por informações sobre o Novo Mundo foi um fato na Europa seiscentista. Esse interesse, entretanto, não garantia a publicação do material, empreendimento nem sempre acessível aos autores da época, pois envolvia custos elevados. O gosto pela polêmica, especialmente na Holanda, também aumentava o público leitor desse tipo de documentos.

Reconstituir o processo de recepção e crítica da produção holandesa sobre o Brasil, no século XVII, é tarefa que, por si, demanda um projeto de pesquisa. Sempre que possível, foram feitas tentativas de recuperar informações sobre a recepção e crítica dessas obras, com o intuito de aferir a aceitação e credibilidade da obra entre seus contemporâneos. Os dados obtidos foram recuperados ou inferidos da própria leitura dos documentos. Catalogados e analisados, o resultado desse estudo é apresentado nos itens abaixo — em ordem alfabética das referências adotadas neste trabalho.

- **Anônimo 1633-1644.** Partindo dos dados transcritos nos itens anteriores, é possível acreditar que a recepção dessa obra foi bastante limitada na época. A falta de dados sobre a circulação desse documento corrobora a hipótese de que tenha sido composta para Maurício de Nassau, e não para o público em geral. Entretanto, ganhou importância ao longo do tempo, especialmente a partir do final do século XVIII, quando os tratados de História de Natural começaram a ser estudados sob outros pressupostos científicos.

- **Anônimo 1660-1664.** Não houve circulação do material. Os comentários são os mesmos feitos ao Anônimo 1633-1644.

- **Barléu 1974.** Não é possível avaliar o impacto desse trabalho no seu contexto de edição, tendo em vista os dados à nossa disposição durante a execução deste projeto. Contudo, essa é uma das obras mais divulgadas sobre o Brasil Holandês, especialmente aqui no Brasil, nos

dias de hoje. Já foi objeto de exposições, como as diversas exposições comemorativas aos quinhentos anos de descoberta do Brasil, além de ser um dos documentos mais citados pelos historiadores especializados do período.

- **Baro 1979.** O texto ganhou alguma importância na época, tanto que foi traduzido e publicado juntamente com os registros de Pierre Moreau. Despertou interesse até mesmo entre eruditos de gabinete, pois Claude Morisot escreveu notas sobre o trabalho de Baro, notas essas que foram publicadas como adendo à edição brasileira. O trabalho de Baro desperta curiosidade e é visto como relato respeitável, tendo em vista a história de seu autor (cf. item 1.1, Capítulo III).

- **Marcgrave 1942.** A primeira edição da *História Natural* de George Marcgrave, póstuma, foi acrescida dos comentários de Jean de Laet — um especialista comentando o trabalho de outro. Esse fato enriqueceu sobremaneira a primeira edição, o que tornou a obra valiosa para os estudiosos da disciplina desde a sua publicação. Os estudos de Marcgrave são citados em boa parte dos trabalhos de História Natural das Américas no século XVII, mais tarde estudos de Biologia. Um dos mais citados trabalhos de crítica sobre o trabalho de Marcgrave (assim como o de Piso) foi feito pelo zoólogo alemão Martinho Lichtenstein [1780-1857]. Os estudos de Marcgrave são citados em diversos tratados de História Natural desde a sua publicação, e mais especialmente a partir do XVIII. Seu trabalho serviu de inspiração para outros, contemporâneos seus (como o *Theatrum Rerum*, o de Wagener, etc.).

- **Moreau 1979.** Não há indicações claras de como teria sido recebida essa obra. Entretanto é fonte bastante citada na historiografia brasileira. Sua importância reside, inclusive, no fato de apresentar o ponto de vista de um francês que via o Novo Mundo com olhos menos extasiados e mais pessimistas (ou realistas?).

- **Morisot 1979.** Não há registros de comentários sobre as anotações de Morisot. José Honório Rodrigues critica sua limitada e incompleta referência bibliográfica, bem como a deturpação

na transcrição dos nomes em Tupi (cf. Rodrigues, José Honório 1979). Entretanto, penso que se foi escolhido para comentar a obra na sua primeira edição, contava com o respeito de seus contemporâneos. Muitas poderiam ser as justificativas dos problemas de edição, tais como a incompetência, o fato de que não esteve no Brasil e, até, justificativas contextuais relativas à prática de edição da época. Laet, ao comentar o trabalho de Marcgrave, o fez com o *status* do especialista que comenta outro especialista. Morisot não se enquadra exatamente nesse perfil.

- **Nieuhof 1981.** Os relatos de Nieuhof são normalmente citados em trabalhos (nossos) contemporâneos sobre o Brasil Holandês. Não foi possível recuperar a recepção e crítica desse texto no seu contexto de publicação.

- **Piso 1648.** Foi muito bem recebida a obra de Guilherme Piso, exceto pela polêmica de sua segunda edição (observamos que a primeira edição é normalmente a mais comentada pelos que o seguiram). Esse tratado de Medicina (e de História Natural) foi fonte de inúmeros estudos durante os séculos seguintes, sendo reconhecido como o primeiro tratado de doenças tropicais da história da literatura médica. Ainda é reconhecida, nos dias de hoje, a sua importância como documento que registra a medicina indígena praticada no Brasil.

- **Pudsey, ms.** Dadas as peculiaridades do manuscrito, não é possível avaliar a recepção e crítica desse documento (sua descoberta é bastante recente). Não há registros nem citações sobre esse diário em outros documentos sobre o Brasil Holandês.

- **Schmalkalden, ms.** O documento tem sido utilizado por pesquisadores das biociências, trazendo contribuições para o conhecimento da biota americana. O documento não havia sido publicado anteriormente e as referências a este trabalho são mais recentes (século XX).

- **Soler 1997** – O documento foi publicado em 1639 e circulou entre a sociedade holandesa da época. Não foi possível verificar a aceitação desse documento.

60

Cort ende sonderlingh
VERHAEL

Van eenen Brief van Monsieur SOLER,
Bedienaer des H. Euangelij inde Gherefor-
meerde Kercke van BRASILIEN.

*Inde welcke hy aen eenighe syne Vrienden,
daer hy aen scrijft, verbaelt verscheyden singula-
riteyten van 't Landt.*

Dyt de franconfsche in onse Nederlantfsche tale otergeset.



Tot **AMSTERDAM,**
Voor **BOUDEVVYN de PREYS,** Boeckvercooper wo-
nende op de hoeck van de Vygen-dam inde Faem, Anno 1639.

Fig. 19 – Folha de Rosto: Soler 1639

- **Souto Maior 1914.** (*Atas do Sínodo do Brasil*) - Devido à especificidade do texto, não há exatamente uma recepção da obra. Sua publicação no Brasil, no início do século passado, tornou as informações acessíveis a historiadores e pesquisadores, o que permitiu que fosse um documento, também, bastante citado na literatura especializada – história do Brasil Holandês.

- **Wagener, ms.** A crítica de seu trabalho é mais recente (século XX). Desde a sua localização no inventário do “Kupfestich-Kabinett”, a crítica especializada reconhece o valor da obra especialmente no fato de revelar a percepção da natureza brasileira, no século XVII, escrita por um não-especialista (crítica baseada em valores nossos, contemporâneos). O texto de Wagener possui ‘erros’ (segundo a crítica dos tradutores e editores) ou na transcrição do latim, ou na maneira como identifica e descreve alguns dos espécimes. De qualquer forma, o *Thierbuch* de Zacharias Wagener é livro de referência para os historiadores e pesquisadores do Brasil Holandês.

O Quadro 10, abaixo, resume as informações obtidas por meio da utilização desses parâmetros. Mantive a apresentação em separado, na tabela, das fontes primárias e secundárias.

Quadro 10: Parâmetros externos - produto
Quadro-resumo da aplicação dos critérios adotados

PRODUTO	CRITÉRIOS
FONTES PRIMÁRIAS	
Anônimo 1633-1644	Dados de edição: “Libri Principis”. in <i>Brasil Holandês</i> [Ed. fac-similar. (ms depositados na Biblioteca Jaguelônica em Cracóvia) Ed: Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares] Rio de Janeiro: Index: 1995.
	Gênero: material artístico
	Forma de apresentação: texto enciclopédico
	Conteúdo: Temas: flora, fauna Apresentação: nomenclatura + ilustração + descrição
	Público-alvo: Nobreza e intelectualidade holandesa (entre eles, Maurício de Nassau)
Anônimo 1660-1664	Dados de edição: “Theatrum rerum naturalium Brasiliae” In <i>Brasil Holandês</i> . [Ed. fac-similar. (ms na Biblioteca Jaguelônica na Cracóvia) Editores: Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares] Rio de Janeiro: Index: 1995.
	Gênero: material artístico

Anônimo 1660-1664 (cont)	Forma de apresentação: texto enciclopédico
	Conteúdo: Temas: flora, fauna Apresentação: nomenclatura + ilustração
	Público-alvo: [não identificado]
Barléu 1647	Dados de edição: - <i>Rerum per octenium in Brasilia et alibi nuper gestarum sub, praefectura Illustrissimi Comitis J. Mauritii, Nassoviae, & c. Comitis, nuc Vesaliae Gubernatoris & Equitatus Foederatorum Belgii Ordd. Sub Auriaco Ductoris historia.</i> Amsterdam: 1647. - <i>Rerum per ocetnium [...]</i> Amsterdam: 1647. - <i>Rerum per octenium [...]</i> [tradução para o alemão] Cléves: 1660. - <i>Rerum per octenium [...]</i> [tradução para o holandês] 1923. - <i>História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil.</i> [Trad. Cláudio Brandão] Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp: 1974.
	Gênero: crônica
	Forma de apresentação: texto narrativo + vocabulário bilíngüe [inserção]
	Conteúdo: Temas: flora, fauna, toponímia, sócio-cultural, político-ideológico Apresentação: nomenclatura + descrição + comentários + ilustração
	Público-alvo: Intelectualidade e nobreza holandesa
Piso 1648	Dados de edição: - “Medicina Brasiliensis” in <i>Historia Natvralis Brasiliae.</i> Amsterdam: Lud. Elzevirium: 1648. - <i>História Natural do Brasil Ilustrada.</i> [Texto original acompanhado de tradução para o português feita pelo Prof. Alexandre Correia] Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional: 1948.
	Gênero: texto científico
	Forma de apresentação: texto enciclopédico
	Conteúdo: Temas: medicina, flora, fauna Apresentação: nomenclatura + ilustração + descrição
	Público-alvo: Intelectualidade científica holandesa
Pudsey ms	Dados de edição: “Journal of a residence in Brazil” in <i>Brasil Holandês</i> [Ed. fac-similar. (ms depositados na Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro sob o nº de tomo “I.12.3.17”) Editores: Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares. Trad.: Nelson Papavero e Dante Martins Teixeira] Rio de Janeiro: Index: 2000.
	Gênero: Relato de viagem
	Forma de apresentação: comentário
	Conteúdo: Temas: flora, fauna, sócio-cultural, político-ideológico. Apresentação: nomenclatura + comentários
Público-alvo: não identificado	
Scmalkalden ms [Schmalkalden 1998]	Dados de edição: - <i>Caspar Schmlakalden [...]</i> <i>Pharnambuco in Brasil.</i> [ms catalogado na “Forschungs un Ladesbibliothek” de Gotha – “Chart B 533”] - Schmalkalden, Caspar. 1998 [Edição fac-similar: Cristina Ferrão José Paulo M. Soares. Trad: Prof. Álvaro Alfredo Bragança Jr] Rio de Janeiro: Index.
	Gênero: relato de viagem
	Forma de apresentação: texto enciclopédico + texto narrativo + vocabulário bilíngüe [inserção]

Smalkalden ms [Schmalkalden 1998] (cont)	Conteúdo: Temas: flora, fauna, sócio-cultural Apresentação: nomenclatura + ilustração + descrição + comentários Público-alvo: população europeia [tendência do enciclopedismo vigente]
Wagener ms [Wagener 1997a]	Dados de edição: - <i>Thier Buch</i> . [ms depositados no “Kupferstich-Kabinett” de Dresden, nº Ca 226a]. - “Thier Buch” In <i>Brasil Holandês</i> [Edição fac-similar (depositados no “Kupferstich-Kabinett” de Dresden) Ed. Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares. Trad: Prof. Álvaro Alfredo Bragança Jr.] Rio de Janeiro: Index: 1997. Gênero: material artístico Forma de apresentação: texto enciclopédico Conteúdo: Temas: flora, fauna Apresentação: nomenclatura + ilustração + descrição Público-alvo: população europeia [tendência do enciclopedismo vigente]
FONTES SECUNDÁRIAS	
Baro 1979	Dados de edição: - <i>Relations veritables et curieuses de l'isle de Madagascar et du Brésil</i> . Paris: Augustin Courbé: 1651. - <i>Klare en Waarachtige Beschryving van de Ieste Beroeren en Afval der Portugeezen in Brasil</i> . [Trad: J.H. Glazemaker] Amsterdam 1652. - Moreau, Pierre, e Baro, Roulox. <i>História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias</i> . [Trad: Lêda Boechat Rodrigues] Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp: 1979. Gênero: relato oficial Forma de apresentação: texto narrativo Conteúdo: Temas: sócio-cultural, político-ideológico Apresentação: comentários Público-alvo: Não foram encontrados registros. Pelas circunstâncias e apresentação destinava-se, provavelmente, a servir de relatório da tarefa da qual foi incumbido pela direção da Companhia das Índias Ocidentais.
Marcgrave 1942	Dados de edição: - <i>Historia naturalis Brasiliae, auspicio et beneficio Illvstriis, J. Mavrittii Com. Nassav illis, provinciae et maris svmni profecti adornata. In Qua non tantum plntae et animalia, sed et indigenarum morbi, ingnia et moris describuntur et iconibus supra quingentas illustrantur. Lvugdvnnum Batavorum apude Franciscum Hackium et Amstelodam, apud Lud. Elzevirium. Amsterdam 1648.</i> - <i>História Natural do Brasil</i> . [Trad: Mons. Dr. José Procópio de Magalhães] São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: 1942. Gênero: texto científico Forma de apresentação: texto enciclopédico + texto narrativo + vocabulário bilingüe [inserção] + texto lingüístico Conteúdo: Temas: flora, fauna, sócio-cultural, lingüístico Público-alvo: Intelectualidade científica holandesa

Moreau 1979	Dados de edição: - <i>Histoire des Derniers Troubles du Brésil Entre les Hollandais et les Portugais</i> . Paris: Chez Augustin Coubé: 1651. - <i>Klare en Waarachtige Beschryving van de leste Beroeren en Afval der Portugeezen in Brasil</i> . [Trad: J.H. Glazemaker] Amsterdam: 1652. - <i>História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias</i> . [Trad: Lêda Boechat Rodrigues] Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp: 1979.
	Gênero: crônica
	Forma de apresentação: texto narrativo
	Conteúdo: Temas: sócio-cultural, político-ideológico Apresentação: comentários
	Público-alvo: Intelectualidade europeia
Morisot 1979	Dados de edição: - <i>Relations véritables et curieuses de l'isle de Madagascar et du Brésil, avec l'histoire de la dernière faite au Brésil entre les Portugais & les Hollandais, trois relations d'Égypte, & une royaume de Perse</i> . Paris 1651. - "Notas do Senhor Morisot sobre a viagem de Roulox Baro ao país dos tapuias" in Moreau, Pierre e Baro, Roulox. <i>História das Últimas lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias</i> . [Trad: Lêda Boechat Rodrigues] Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp: 1979.
	Gênero: crônica
	Forma de apresentação: texto narrativo
	Conteúdo: Temas: flora, fauna, sócio-cultural, político-ideológico Apresentação: comentários + nomenclatura
	Público-alvo: Intelectualidade europeia
Nieuhof 1981	Dados de edição: - <i>Gedenkwaardige Brasiliaense zee-en Lant-Reize</i> . Amsterdam: Jacob van Meuri: 1682. - Nieuhof, Joan. <i>Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil</i> . [Trad: Moacir Vasconcelos] Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ Edusp: 1981.
	Gênero: relato de viagem
	Forma de apresentação: texto narrativo
	Conteúdo: Temas: flora, fauna, toponímia, sócio-cultural, político-ideológico Apresentação: comentários + nomenclatura + descrição
	Público-alvo: pessoal. A publicação é póstuma, organizada pelo irmão
Soler 1997	Dados de edição: - Soler, Vicente Joaquim. Amsterdam: Balduino de Preyes: 1639. - Soler, Vicente Joaquim. "Breve e Curioso Relato de Algumas Singularidades do Brasil" in <i>Brasil Holandês</i> . [Ed: Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. Trad: B. N. Teensma] Rio de Janeiro: Index: 1997.
	Gênero: crônica
	Forma de apresentação: texto narrativo
	Conteúdo: Temas: sócio-cultural, político-ideológico Apresentação: comentários + ilustração
	Público-alvo: não definido; provavelmente um amigo com quem se correspondia na Europa

Souto Maior (trad) 1914	Dados de edição: - <i>Kronick van het Historisch Genootschap Gevestinged te Utrecht — Zesde Serie Vierde Deel.</i> [ms entregues pelo Synodo provincial da Holanda do Norte ao Synodo provincial de Utrecht]. - Souto Maior, Pedro (trad.). “A Religião Christã Reformada no Brasil no Século XVII. Actas dos Synodos e classes do Brasil, no século XVII, durante o domínio hollandez” In <i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</i> . Tomo especial do I Congresso de História Natural: vol I: 1914: 707-780.
	Gênero: relatório oficial – atas
	Forma de apresentação: texto narrativo
	Conteúdo: Temas: político-ideológico, sócio-cultural. Apresentação: [característica ao gênero]
	Público-alvo: membros das classes do Brasil (presbitério da Igreja Reformada Neerlandeza, organizado no Brasil durante o período de dominação)
Wagener 1997	Dados de edição: - <i>Lurße Beschreibung.</i> [“Autobiografia” - ms depositados no “Kupferstich-Kabinett” de Dresden, nº Ca226b]. - “Autobiografia” In <i>Brasil Holandês</i> [Edição fac-similar (ms depositados no “Kupferstich-Kabinett” de Dresden) Ed. Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares. Trad: Prof. Álvaro Alfredo Bragança Jr.] Rio de Janeiro: Index: 1997.
	Gênero: relato de viagem
	Forma de apresentação: texto narrativo
	Conteúdo: Temas: sócio-cultural, político-ideológico Apresentação: comentários
	Público-Alvo: pessoal

Encerra-se, aqui, a apresentação do estudo dos parâmetros externos do material selecionado como fontes primárias e secundárias para este trabalho. Apesar de extensa, a descrição foi necessária. A partir desse estudo foi possível o levantamento de dados para a constituição dos *corpora* da análise lingüística, parte essencial deste trabalho. As observações feitas pelos próprios autores ou pelos comentaristas das obras foram extremamente úteis na seleção e organização dos dados, quer seja como confirmação de identidade documental, quer seja pela história das edições ou dos agentes.

O próximo capítulo descreve os *corpora* tal como ficaram constituídos a partir desse material, bem como explicita a análise lingüística à qual serviram de base.

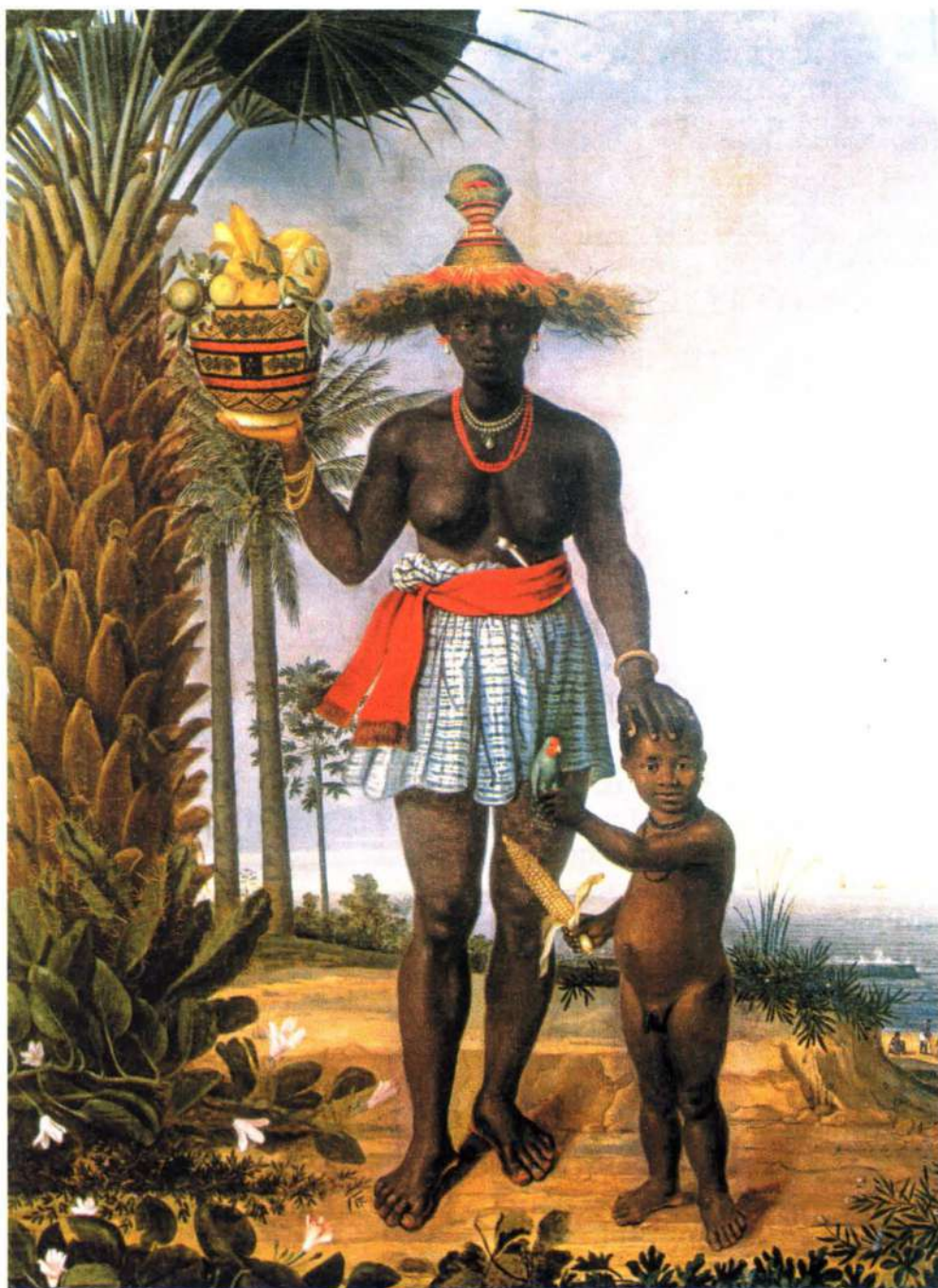


Fig. 20 – *Negra*, Albert Eckhout

A partir do século XVII, a relação da linguagem com o tempo se inverte: este não deposita mais as falas por etapas na história do mundo; são as linguagens que desenrolam as representações e as palavras segundo uma sucessão cuja lei elas mesmas definem. É por essa ordem interna e pelo lugar que reserva às palavras que cada língua define sua especificidade. E não mais pelo seu lugar numa série histórica. O tempo é para a linguagem seu modo interior de análise; não seu lugar de nascimento.

Foucault 1992:105.

Capítulo V

O registro da diversidade lingüística

Este projeto de Historiografia foi desenvolvido com base em treze documentos, selecionados como ‘fontes’ — primárias e secundárias — de acordo com critérios definidos. Cada um desses documentos tem características próprias, fruto dos interesses e estilo de seus autores, das circunstâncias de produção e da própria natureza das informações que veiculam. Todavia, guardam algumas semelhanças entre si, algumas já destacadas em capítulos anteriores, outras que serão estudadas neste e no próximo capítulo. Se, num primeiro momento, as semelhanças nos permitiram perceber um todo que caracteriza o período e o contexto de produção, favorecendo a construção de uma ‘moldura’, ou de um perfil (expresso genericamente como ‘colonização holandesa no Brasil’ ou ‘produção holandesa no Brasil’), são as diferenças, entretanto, que nos permitiram o estabelecimento de relações, classificações, tipologias. Nesta Historiografia, a análise dos aspectos ‘externos’, ou

o contexto, é tão importante quanto a análise dos aspectos ‘internos’, ou lingüísticos. Mas esta é imprescindível.

Este capítulo tem por objetivo apresentar a análise dos parâmetros internos no que diz respeito ao registro dos dados lingüísticos. O tema será abordado em dois aspectos: o registro da diversidade lingüística e o registro do ‘vocábulo’ como uma unidade de representação.

1. Critérios de registro da diversidade lingüística – as línguas do Brasil

Entre os documentos estudados nesta pesquisa, muitos trazem informações sobre as características gerais do Novo Mundo, tais como: a descrição geográfica de seus terrenos e acidentes; descrição da flora e fauna; descrição física de seu clima e regimes meteorológicos e marítimos; descrição de sua população nativa através de dados como suas características físicas, costumes, sistema de crenças. Obras como as de Piso, *Medicina Brasiliensis*, de Marcgrave, *Historia Natvralis Brasiliae*, e Nieuhof, *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, trazem esse tipo de informação numa forma mais detalhada. Mas nem sempre os documentos desse período falaram sobre as línguas nativas brasileiras de forma direta; quando o fizeram, foi através de breves comentários.

O trabalho de descrição lingüística está mais diretamente relacionado à escrita de gramáticas e vocabulários por iniciativas dos missionários — especialmente jesuítas, no caso do Brasil. O contexto específico da administração holandesa não nos deixou por herança tal literatura sobre as línguas do Brasil. As poucas referências encontradas no material por nós utilizado são importantes, entretanto, para um mapeamento das concepções possíveis que orientaram sua prática lingüística, seja no registro do léxico, seja na forma como lidaram com os dados coletados.

A leitura dos documentos (fontes secundárias, especialmente) sugere, a princípio, a existência de critérios bastante heterogêneos (ou a inexistência de um único critério compartilhado e satisfatório) para a identificação e caracterização da diversidade lingüística. Autores como Guilherme Piso, Zacharias Wagener e Roulox Baro não fizeram nenhum comentário a respeito das línguas faladas no Brasil (no que diz respeito às línguas em geral), mas ao descreverem elementos da flora ou da fauna muitas vezes remetem à(s) língua(s) na qual estão sendo identificados os espécimes. É nítido que observaram a diversidade, mas o

fizeram diretamente no registro do léxico — tema do próximo item deste capítulo. Outros autores descreveram os nativos em geral, momento em que teceram comentários sobre a(s) língua(s) falada(s) no Brasil.

Após a leitura, esses comentários, devidamente catalogados, constituíram um *corpus* que foi objeto de análise lingüística balizada pelos critérios definidos nos parâmetros internos (cf. 3.2.1, Capítulo I). A análise desse *corpus* nos permitiu identificar possíveis critérios utilizados pelos autores para o registro da diversidade lingüística observada nas regiões com as quais tiveram contato. Esses critérios teriam por base as concepções de língua/linguagem que circulavam na época. Observamos os seguintes critérios possivelmente utilizados no registro da diversidade lingüística: a) identidade língua e ‘nação’; b) identidade língua e ‘raça’; c) relações entre língua e política; d) relações língua e gênero; e) relação língua e história. Os subitens a seguir pretendem exemplificar e justificar cada um desses critérios. Foram ‘fontes’ para esta análise os textos em língua portuguesa, traduções dos originais.

1.1 - Busca de identidade língua e nação

A busca da identidade entre língua e nação não é específica do contexto europeu seiscentista. Pelo contrário, tem sido identificado em documentos no decorrer da história, desde a Antigüidade até os nossos dias. Alguns dados do *corpus* sugerem uma concepção de língua intimamente relacionada à noção de ‘nação’ como demonstram os exemplos comentados abaixo.

a) Caspar Schmalkalden, o soldado e aventureiro que descreve o Brasil em seu *Diário de Viagem*, escreveu um capítulo sobre a “Descrição dos brasileiros” (“Beschreibung der Brasilianer”, no original; cf. Schmalkalden, ms [1998]: 35). Para ele, a noção de língua parece estar intimamente ligada às noções de ‘nação’ e ‘região’. Vejamos a transcrição dos comentários, feita a partir da fonte secundária, ou seja, da tradução do manuscrito:

Os americanos no Brasil estão, na verdade, divididos em diversas nações a partir da diferenciação entre suas línguas e regiões e cada nação é denominada com um nome especial, de acordo com sua região. Em parte possuem também seus reis, como os Tupinambás, Petiguam, Tapoyam, Cariri, Caririvasu e Tarayrien. Assim, eles são

chamados pelos holandeses e portugueses genericamente de brasileiros ou tapuias. Os brasileiros, com efeito os tupinambás, residem nas cercanias de S. Vicente e os potiguares, nas cercanias da Paraíba, sendo de estatura mediana, pardos de cor [...]. (Schmalkalden 1998: 34; grifo adicionado neste trabalho)

Nesses comentários, Schmalkalden aproxima a diferenciação lingüística da diferenciação das nações designadas, uma a uma, com localização geográfica própria. Esse critério paralingüístico propõe uma equivalência entre os fatos de língua e a identificação geográfica ou etno-cultural.

No capítulo seguinte, Schmalkalden faz uma descrição dos tapuias, ressaltando que são diversos grupos que “se diferenciam no Brasil devido a suas paragens, caciques extravagantes e diferenças nas línguas” (Schmalkalden 1998: 52). De certa forma está presente aqui a noção de subdivisão a partir, provavelmente, de outros critérios. Os tapuias possuíam características físicas diversas das dos brasileiros e semelhanças que os agrupavam, genericamente, como tapuias; características mais específicas ainda os distribuíam em subgrupos menores, diferenciados entre si a partir de critérios, também, geográficos, além de outros (políticos, lingüísticos).

b) Gaspar Barléu, ao descrever a região do sertão nordeste do Brasil, escreveu:

As nações disseminadas por elas e pelo sertão diferem no natural, nos dialetos e nos nomes: “Potigares, Viatãs, Tupinambás, Caetés, Tupiniquins, Tupiguais, Apigapigtangas, Muriapigtangas, Itatis, Temiminós, Tamóios, Carijós e os célebres Tapuias, Tucanuços, Nacais, Cuxares, Guaianás, Gaianás, Pigrús, Canuçuiaras” e mais algumas enumeradas em particular por outros escritores. (Barléu 1974: 26; grifo adicionado neste trabalho)

Aqui, o registro dos nomes das nações, as quais foram diferenciadas entre si por meio de características físicas, pelos nomes e pelos dialetos, evidenciando uma idéia comum na época: os indígenas do sertão eram, genericamente, chamados de ‘tapuias’, identificados como uma só nação (ou um grande tronco). A relação que o autor propõe como forte, ou a relação que é ‘saliente’ para o autor, nesta citação, é a relação entre língua e ‘nação’, ou entre língua e ‘região’ (localização geográfica). Ressalto que a concepção de ‘nação’ não estava ligada somente à de língua, mas também estava relacionada à concepção de ‘localização geográfica’

(e ainda o são até os nossos dias), especialmente nesse momento de constituição dos Estados Nacionais.

Descrevendo a presença dos negros no Brasil e seus costumes, Barléu registra mais um fato de importância para o estudo das línguas do Brasil: “A língua destes negritos varia com as terras, sendo também diversa a religião” (Barléu 1974: 64). Importante não apenas pelos seus aspectos históricos — os negros que chegaram ao Brasil como escravos eram provenientes de regiões diferentes da África —, esse registro é significativo, também, porque: a) destaca o fato de que a diferença lingüística não foi observada apenas entre os nativos, mas era um fato também entre os escravos que conviviam nas cidades, aldeias, engenhos e, muito provavelmente, entre as tropas holandesas; b) é o único registro sobre a diversidade lingüística entre os escravos encontrado nos documentos estudados neste trabalho (há referências a palavras oriundas da África, mas não comentários específicos sobre ‘línguas diferentes’ faladas pelos escravos no Brasil).

Apesar de não especificar, na citação acima, a que terras se refere, Barléu explicita a relação língua/região como critério explicativo para a diversidade lingüística entre os negros. O mesmo acontece quando descreve as regiões dos tapuias, “longe do litoral”, afirmando que: “Distinguem-se por suas designações, línguas, costumes e territórios.” (Barléu 1974: 260).

Este último comentário de Barléu evidencia a primeira classificação das línguas brasileiras, e que resulta da aplicação desse critério — a equivalência entre língua/nação/região geográfica —, qual seja: Tupis, os habitantes do litoral, e Tapuias, os habitantes do interior (“longe do litoral”). Essa classificação é recorrente nos documentos, holandeses e portugueses, parecendo evidenciar um senso comum na época, construído a partir dessa concepção geográfica de língua. Constituíram-se, então, dois grandes grupos de nativos, assim como dois grandes grupos lingüísticos. Os exemplos encontrados em vários documentos durante esta pesquisa mostram uma segunda etapa de subdivisão das línguas do Brasil, ou um outro nível, se pensarmos numa organização hierárquica: os dialetos. O exemplo acima (Barléu 1974: 26) fala dos ‘dialetos’ dos naturais, e o exemplo a seguir (uma citação de Maurício de Nassau transcrita no texto de Barléu) sugere, de forma indireta, a existência de dialetos tapuia:

Há por estas regiões um gentio feroz, bárbaro, de costumes inteiramente rudes, da raça dos antropófagos. Chamam-lhe Tapuias, dos quais há perto de 700 a duas léguas dos meus arraiais; acampam aqui alguns, enviados pelos seus pra nos pedirem paz e aliança contra os portugueses. São de corpo robusto, de boa compleição e de porte elevado. Falavam uma língua que não podiam entender nem os portugueses, nem os brasileiros, nem outros tapuias que estavam entre nós. Todavia, com visagens e ademanos exprimimos mutuamente os nossos pensamentos, principalmente este: que impedissem os portugueses moradores da outra banda do rio de o atravessarem e trucidassem aqueles que o tentassem. (Barléu 1974: 45; grifo adicionado neste trabalho)

Barléu citou os ‘tapuias’, os quais falavam uma língua não compreendida nem por “outros tapuias”. Ou seja, eram tapuias porque estavam distantes do litoral, falando uma língua diferente do Tupi, língua falada no litoral; mas, mesmo sendo tapuias, não eram entendidos por outros tapuias. Tratava-se, portanto, de um dialeto tapuia.

O exemplo de Nieuhof, abaixo, salienta melhor essa relação.

c) Joan Nieuhof também deixa claro em seu documento que as nações indígenas são identificadas pelas suas línguas e pelas suas designações:

Os nativos do Brasil agrupam-se em diversas nações, que se distinguem pelos seus nomes próprios: Tupinambás, Tobajaras, Petiguarás e Tapuias e Tapuyers ou Tapoeyers. As três primeiras nações usam a mesma língua que difere apenas nos dialetos. Todavia, a última se subdivide em diversas tribos que se distanciam tanto nos costumes quanto na língua. (Nieuhof 1981: 347; grifo adicionado neste trabalho)

Em primeiro lugar, Nieuhof diferencia as nações indígenas através de seus nomes. A seguir, destaca que as três primeiras nações falam uma mesma língua com variações dialetais que as distinguem entre si. Parece que o autor tem em mente que não é apenas o nome que distingue um grupo do outro, pois mais adiante afirma: “Os tapuias denominados Cariris fazem redes bem grandes [...]” (Nieuhof 1981: 350). Daí a importância da distinção entre língua e dialetos, ou entre o nome genérico de um grupo e os nomes dos subgrupos que o compõem – estes com suas línguas e/ou dialetos próprios.

Língua, nação e dialeto são, neste comentário de Nieuhof, concepções que se entrecruzam; servem mutuamente de critério de classificação.

d) George Marcgrave, o grande cientista da administração de Nassau, apontou alguns dados sobre os habitantes e as línguas que falavam. As noções de nação, língua e dialeto também parecem intimamente relacionadas:

Os habitantes desta terra constituem quatro nações de nomes distintos a saber: *Tupinambu, Tabajara, Petiguara, Tapuiya*. Esta última nação ainda se subdivide em muitas outras de diferentes nomes e línguas. As outras têm uma só língua com pequenas diferenças dialetais que explicaremos brevemente no capítulo da língua dos brasis. (Marcgrave 1942: 268; grifo adicionado neste trabalho)

Língua está associada a nação, sendo que diferenciam-se entre si por seus respectivos nomes; os dialetos, por sua vez, são tratados como pequenas diferenças dentro de uma mesma língua. O capítulo VIII do Livro III de Marcgrave trata “Da língua dos indígenas, conforme a gramática do Pe. José de Anchieta S.J.” (Marcgrave 1942: 274-275). Apesar da referência ao “capítulo da língua dos brasis”, Marcgrave não menciona diferenças dialetais ou classificação lingüística de qualquer ordem. Tendo em vista que seus originais foram organizados e publicados postumamente, é possível que fosse sua intenção registrar suas observações sobre o tema, mas não conseguiu realizar tal projeto.

Os exemplos retirados dos documentos desses quatro autores, Schmalkalden, Barléu, Nieuhof e Marcgrave, evidenciam que a relação entre língua e nação era, também, um critério de classificação lingüística, ou um critério de registro da diversidade de línguas faladas no Brasil Holandês.

1.2 - Busca de identidade língua e raça

Os comentários sobre a busca de identidade entre língua e nação são os mais numerosos entre os dados coletados para análise. Mas é evidente a existência, também, da busca de identidade entre língua e ‘raça’. As diferenças entre raças constituem tema que levantou muita polêmica no decorrer da história, e que é retomado com novos enfoques e argumentações a partir dos séculos XV e XVI, diante da variedade de povos encontrada pelos europeus após a descoberta das Américas. Da mesma forma, a busca de identidade entre língua e raça.

O exemplo de Pudsey evidencia relação das concepções entre ‘língua’ e ‘raça’ como um critério de registro da diversidade lingüística utilizado na época. Cuthbert Pudsey fala dos nativos do Brasil e, de forma não explícita, das línguas nativas. Classifica-os em duas grandes espécies, diferenciadas entre si por fatores naturais, ou, critérios raciais:

Os nativos deste país são povos de duas espécies, tão diferentes na proporção dos corpos como igualmente em suas disposições naturais. Um é chamado de tapuias o outro de brasileiros. Os tapuias são imensos de estatura, e uma gente extraordinariamente ativa e forte. Uma gente de uma estranha natureza desumana, de nenhuma maneira possível de ser trazida a sujeição ou a qualquer modo regular de vida. [...] Destes há duas sortes de povos. Uns são os chamados tapuias, os outros os cariris. Estes cariris diz-se que antes foram franceses. Havendo vivido num lugar chamado Baía [do Rio] Grande e tendo sido expulsos por ocasião de guerras de seus redutos para os matos, no processo do tempo tornaram-se selvagens. E tendo-se cruzado com as mulheres tapuias hoje em dia se tornaram um só povo, exceto por não cortarem seu cabelo de uma só feição. [...] Esta geração de tapuias e cariris considero-as uma só, porque suas mulheres fizeram-nas, com o passar do tempo, uma só mistura. (Pudsey 2000: 16; grifo adicionado neste trabalho)

As características físicas, naturais, são tomadas como critério para a diferenciação de raças, e conseqüentemente, das línguas faladas pelas respectivas tribos. A narração de uma possível origem francesa para o grupo dos cariris também sugere critérios raciais: a ‘mistura’ de raças e povos, a ‘mistura’ de línguas ou dialetos. Pudsey não faz menção explícita à língua dos nativos, exceto quando transcreve elementos da fauna e da flora, citando-os na língua nativa (Tupi). Ainda que evidenciado de forma indireta, é possível dizer que o critério de diferenciação das nações, a ‘raça’, seria o mesmo da diferenciação lingüística (língua e raça são noções fortemente ligadas no período, como salientei no item anterior).

1.3 - Relações língua e política

Outro critério de classificação lingüística identificado nos dados do *corpus* é o que relaciona a língua com questões de ordem política. Assim, entendiam por ‘carência’ as diferenças lingüísticas que impossibilitassem ao falante de uma língua européia a reprodução de traços específicos de sua própria língua. A inexistência de um fonema, ou de uma palavra para designar um referente qualquer, ou quaisquer outras diferenças gramaticais eram interpretadas como ‘carências’, indicadoras de uma inferioridade lingüística diretamente

proporcionais à sua inferioridade política e cultural. O comentário extraído do *Diário de Viagem* de Caspar Schmalkalden, onde descreve características dos “brasileiros” (ou tupinambás) habitantes de S. Vicente, exemplifica essa relação:

Finalmente, no que se refere à sua língua, esta não tem nada em comum com qualquer outra. Ninguém que se dedique a ela, aprende a mesma facilmente, a não ser que algum dos mestres-escolas ou leitores tencionasse prestar serviço em uma aldeia, onde morassem cristãos brasileiros. Não têm nenhuma escrita ou alfabeto próprio em sua língua para copiar ou anotar alguma coisa [e] quanto aos algarismos, não podem passar de cinco. [...] Todavia, para que esse povo possa chegar a conhecer alguma coisa sobre Deus, primeiramente os portugueses e, após estes os holandeses, aplicaram-se com muito zelo a conhecer a língua [nativa], à tradução – por seus religiosos – do Pequeno Catecismo para o brasileiro, onde deve-se tomar cuidado, para que as letras F, L e as dobradas RR nunca apareçam juntas, de onde se conclui não impropriamente, o porquê de carecerem da fé, da lei e do rei. (Schmalkalden 1998: 46; grifo adicionado neste trabalho)

Após identificar a língua dos “brasileiros” como diferente de qualquer outra conhecida, Schmalkalden começa a relatar uma série de ‘faltas’, ou ‘carências’ dessa língua: não tem escrita nem alfabeto; seu sistema numérico é sensivelmente reduzido diante do sistema conhecido e utilizado na Europa.

Em seguida, o autor repete a citação latina recorrente em vários documentos da época: a ausência de letras (entendidas aqui, também, como unidades sonoras) refletiria não apenas a inferioridade lingüística desse povo, mas uma inferioridade política que justificaria sua ‘carência’ de fé, de lei e de rei (ou governo). Em seu texto original, Schmalkalden utiliza a expressão latina “quod Fide Lege et Rege careant”³⁵ (cf. N. do T, 34 – Schmalkalden 1998: 164). Essa citação é encontrada em diversos textos da época, dentre os quais, os dos portugueses Gabriel Soares e Pe. José de Anchieta, autores do *Tratado Descritivo do Brasil* (Lisboa 1625) e da *Arte de Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil* (Coimbra: 1595), possíveis fontes para a citação e o comentário de Schmalkalden. Gaspar Barléu também transcreve a mesma citação ao falar da língua dos tupis. A recorrência da citação apenas confirma a produtividade do critério.

³⁵ Sobre essa citação latina, registra Cláudio Brandão (tradutor do original de Gaspar Barléu para o português) que a citação é uma referência a Gabriel Soares, retomada por Petri Maffei Bergomati: “Trium ex alphabeto elementorum F. L. R. nullus apud eam gentem est usus: minime absurda quorundam animaduersione factum id esse diuinitus quod Fide, Lege, Rege, sicut dictum est, careât.” (cf. N. do T. 41, Barléu 1974: 372-373)

Relacionar língua a questões políticas implica, quase sempre, no estabelecimento de juízos de valor. A língua de um povo inimigo parece mais rude ou mais difícil de ser aprendida, enquanto as línguas dos aliados guardam semelhanças com as próprias. Nesses casos, a diferença é vista como negativa, enquanto as semelhanças são positivamente avaliadas — o **outro** é o diferente, o inimigo; se for semelhante, é porque é **próprio**, ou seu aliado. Exemplifico com dois trechos extraídos de documentos portugueses (cf. Gimenes 1999: 126), onde a língua falada pelos tupis, aliados dos portugueses, é descrita positivamente, enquanto a dos tapuias, inimigos dos portugueses, vem acompanhada de juízos negativos:

Tupinaês é uma gente do Brazil semelhante no parecer, vida e costumes dos Tupinambás, e na linguagem não tem mais diferença uns dos outros, do que tem os moradores de Lisboa dos de entre o Douro e o Minho, mas a dos Tupinambás é a mais pulida; e pelo nome tão semelhante d'estas duas castas de gentio se parece bem claro que antigamente foi esta gente toda uma, como dizem os índios antigos d'esta nação... (Sousa 1938 [1825]: 406)³⁶

Sua habla [dos Tapuyas] es muy bárbara, y ellos muy carniceiros... (Navarro *in* Leite 1956b: 247)³⁷

Nesses dois exemplos a língua dos tupis é comparada à dos próprios portugueses, enquanto a dos tapuias é uma língua “muito bárbara”. Convém ressaltar que, nos documentos holandeses estudados durante esta pesquisa, os tapuias são descritos, via de regra, como amigos dos holandeses. Vale ressaltar que o registro da diversidade lingüística na colônia holandesa refere-se, invariavelmente, às tribos tapuias. Ainda que haja referências à rudeza desses povos, são descritos como aliados.

O comentário extraído do texto de Nieuhof exemplifica o que foi exposto:

Os tapuias habitam o interior, ao poente das regiões que se acham sob o domínio dos portugueses e holandeses, entre o Rio Grande, o Rio Ceará e o São Francisco. Dividem-se eles em diversas nações que se distinguem tanto pela língua como pela denominação: os tapuias que viviam nos limites extremos de Pernambuco chamavam-se *Cariris* e eram

³⁶ Sousa, Gabriel Soares de. 1938 (1625). *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. [Comentários de Francisco Adolpho de Varnhagem, 3ª ed]. São Paulo: Cia. Editora Nacional/Edusp *in* Gimenes 1999.

³⁷ Leite, Serafim. 1956b. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil I (1538-1553)*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo *in* Gimenes 1999.

governados pelo rei Ceriou Keiou, seus vizinhos eram os Caririvasu cujo chefe se chamava Carapoto; a seguir vinham os Caririjou e depois os Tararijou, muito conhecidos nossos. Seu rei era Janduí, não obstante alguns deles viverem sob a autoridade de um Karakara. Outras tribos eram governadas por vários reis a saber: Prityaba, Arigpaygh, Wanasewajug, Tsering e Dremenge. (Nieuhof 1981: 354-355; grifo adicionado neste trabalho)

No texto de Nieuhof, os tapuias são designados como os que “habitam o interior”, como já foi exposto anteriormente, mas suas tribos são devidamente descritas, nomeadas e identificadas pelo nome de seus governantes, todos “conhecidos” dos holandeses. Aos aliados, os créditos. Ou seja: as nações tapuias, aliadas, são politicamente estruturadas e governadas por reis, segundo a perspectiva holandesa; enquanto os “brasilianos” (ou tupis), aliados dos portugueses e, conseqüentemente, inimigos dos holandeses, falam uma língua diferente das outras conhecidas, muito difícil de ser apreendida (cf. exemplo no início deste item: Schmalkalden 1998: 46).

As relações entre língua e política são, como as demais apresentadas até o momento, um critério igualmente produtivo de registro da diversidade lingüística no contexto do Brasil, na primeira metade do século XVII.

1.4 - Relações língua e gênero

O critério de classificação lingüística baseado nas relações entre língua e gênero ressalta, ou evidencia, as diferenças entre a língua falada pelos homens e pelas mulheres³⁸. Diferenças desse tipo talvez não sejam muito citadas nos documentos, pois requerem, via de regra, uma observação apurada por parte de quem registra os dados de língua. Entretanto, no mesmo contexto em que Barléu comenta a carência lingüística dos indígenas brasileiros, há um registro que evidencia a presença desse critério no registro da diversidade lingüística:

A língua dos indígenas é difícil de aprender, e mostra-se quase a mesma para todos os que ali até hoje se conhecem, ainda que para certas cousas existam vocábulos diferentes, usados uns pelos homens e outros pelas mulheres. Os costumes, o caráter, o trajar dos brasileiros ou são comuns a todas as nações ou peculiares a algumas, conforme a sua diversidade. Se damos crédito a Maffeu, falta a essa língua o uso das três letras F, L, R,

³⁸ Note-se que utilizei a palavra ‘gênero’, neste contexto, com sentido diverso da que foi empregada no capítulo anterior, onde ‘gênero’ identificava uma tipologia de textos.

porque, segundo observam alguns com agudeza, carecem de fé, de lei e de rei. (Barléu 1974: 22; grifo adicionado neste trabalho)

Já destaquei outros aspectos dessa citação, mas é inegável que o critério que diferencia as línguas, tal como percebidas pelo autor do comentário, é relativo ao gênero: homens e mulheres falam “quase” a mesma língua. Ou seja, apesar das semelhanças, são línguas diferentes entre si no que diz respeito ao uso do léxico.

Em geral, a diversidade linguística explicada por relações entre língua e gênero são relativas ao léxico.

1.5 - *Relações entre língua e história*

O critério histórico para a classificação linguística é aquele que explica a(s) diferença(s) dentro de uma perspectiva diacrônica. É um critério igualmente produtivo, especialmente no contexto dos séculos XVI e XVII, quando as discussões sobre a língua babélica estão (novamente) em evidência.

Barléu, ao apresentar a transcrição que faz de um vocabulário chileno coletado por uma missão holandesa no Chile, escreveu:

Podem dar aos estudiosos das línguas ensejo de examinar se o idioma dos chilenos é primitivo, se oriundo de outros, e, a ser isto verdade, qual a língua que deve mais, qual a que deve menos ou nada. Além disso poderão servir de nomenclatura e intérprete aos que por acaso fizerem a mesma viagem. Observo que, pela mescla e convivência com os espanhóis, insinuaram-se vozes de origem espanhola e latina, as quais provam que ali subsistem não só certas virtudes e vícios, mas também os seus nomes. (Barléu 1084: 296; grifo adicionado neste trabalho)

O cronista holandês deixa clara, aqui, a concepção de que a língua pode sofrer mudanças no tempo. A noção de língua “primitiva”, designada como ‘língua matriz’ por outros autores, e de línguas “oriundas” ou ‘dialetos’, está, via de regra, associada às noções de trocas ou empréstimos linguísticos — as “vozes de origem espanhola e latina”. São essas etimologias (no sentido dado ao termo naquela época) efetivadas através de estudos do léxico baseados em analogias.

A diversidade lingüística foi, portanto, saliente ao olhar holandês, e registrada em seus documentos. A forma de registro dessa diversidade, quase que invariavelmente, inicia-se com a designação da língua, ou do povo. Se nomear e classificar são processos inseparáveis, como ressalta Hartog (cf. Hartog 1999), nomear a diversidade lingüística foi, simultaneamente, um processo de classificação.

Esse processo de classificação não foi aleatório, mas fundamentado em critérios pertinentes à visão de mundo de seus autores, coerentes com o seu contexto. Todos os critérios descritos faziam parte de discussões acadêmicas, aparecem em registros de diversos documentos da época e têm raízes históricas facilmente recuperáveis.

Invariavelmente, todos os critérios relacionam aspectos lingüísticos a noções outras, chamadas de para-lingüísticas. Com maior ou menor grau de explicitude, a língua está sempre presente, seja, por exemplo, na percepção de questões fonético-fonológicas (como o que foi exposto no estudo do critério da ‘carência’ lingüística), ou na percepção de questões do nível do léxico (como as descritas no estudo das relações entre língua e gênero). A relação que determina o critério parte sempre da percepção de diferenças lingüísticas, salientes aos ouvidos do observador (autor ou informante). Esses critérios, retomados de forma recorrente ao longo dos séculos XVII e XVIII, adaptados às transformações advindas com as mudanças de concepções e de paradigmas, acabaram por estabelecer ‘linhas’ de continuidade que culminam, por exemplo, com o desenvolvimento de tipologias lingüísticas no século XIX (cf. Kuhn: 1995)³⁹. É o caso, por exemplo, dos trabalhos de Lorenzo Hervás, que retomam esses critérios, seja para negar, seja para confirmar — associando, via de regra, um aspecto lingüístico a questões de natureza externa à língua (cf. Parada 2002).

O estudo das relações entre língua/nação e entre língua/história tem como consequência uma outra relação, estabelecida quase que de imediato: a relação língua/dialeto. Autores como Barléu, Nieuhof e Marcgrave registraram essa relação hierarquizada entre línguas que guardavam mais semelhanças entre si do que diferenças. Assim, num sistema de classificação que ganhava força naquele momento — por motivos históricos, tais como o aumento considerável do número de línguas desconhecidas — o estabelecimento de níveis de subdivisão no processo classificatório contribuiu para a construção de níveis de representação.

³⁹ Para as noções de ‘paradigma’ e ‘continuidade’.

É o que se observa na classificação das línguas do Brasil. Se, num primeiro momento, a diversidade lingüística observada foi classificada em dois grandes grupos (tupis e tapuias), num segundo momento (muito provavelmente esse, o da dominação holandesa no Brasil seiscentista) esses grupos passaram a ser vistos como designações genéricas a partir de um critério geográfico, mas que se subdividiam em outros tantos grupos, por esse ou outros critérios. Nessa segunda etapa de divisão, ou de classificação, as línguas são designadas e diferenciadas entre si pelos termos ‘língua’ (“língua oriunda”, por exemplo) ou ‘dialeto’. Mais específicos, os termos deste segundo nível de classificação remetem, também, a critérios que, por sua vez, são constituídos por elementos lingüísticos e para-lingüísticos. Não estou dizendo, aqui, que a noção de ‘dialeto’ surgiu nessas circunstâncias — Brasil Holandês, primeira metade do século XVII; mas, no âmbito da Historiografia Lingüística Brasileira, o início do século XVII se configura como contexto produtivo do registro da diversidade lingüística dentro dessa perspectiva de classificação das línguas, qual seja, de uma subdivisão das línguas do Brasil.

2. O vocábulo como unidade de representação lingüística

A partir dos dados constituintes dos *corpora* lingüísticos estudados para a escrita desta Historiografia, é possível dizer que a unidade de representação lingüística foi o vocábulo. Considerei o vocábulo: a) como uma **unidade**, pois foi a partir do vocábulo que os agentes desenvolveram sua produção lingüística (textos definitórios, vocabulários, enciclopédias temáticas); b) como unidade de **representação**, processo independente do processo (ou modos) de **percepção**. Assim, o fato de considerarmos o vocábulo como unidade de representação não implica que somente o nível do léxico (em detrimento dos níveis morfosintático ou fonético-fonológico) tenha sido saliente ao observador holandês no Brasil seiscentista. Pelo contrário, o estudo da representação da diversidade lingüística registrada nos documentos holandeses (item anterior) destacou que diferenças fonético-fonológicas, por exemplo, foram percebidas e utilizadas como critérios de diferenciação lingüística.

Cumprе ressaltar que essa afirmação não pode, e não deve, ser estendida a toda a produção lingüística do Brasil Holandês. Isso pelos motivos já mencionados diversas vezes neste trabalho: os documentos sobre o Brasil Holandês são muito numerosos e os que foram

estudados neste trabalho, ainda que representativos, constituem pequena parte do acervo disponível ao pesquisador. Os resultados estão vinculados, sempre, ao material analisado; as conclusões que permitem generalizar a prática lingüística holandesa no Brasil são devidamente demonstradas e explicitadas no texto.

Feitas as ressalvas necessárias, pode-se constatar que, no processo de registro do léxico, os holandeses (agentes, ou autores dos documentos-fonte deste trabalho) registraram, também, aspectos da(s) língua(s) falada(s) no Brasil, os quais são de suma importância para o pesquisador da Historiografia Lingüística Brasileira.

Foram transcritos e contabilizados todos os vocábulos, tal como retirados dos textos originais, bem como as variantes desses vocábulos, inseridas ou junto à entrada ou no corpo do texto definatório (cf. Quadro 7: Parâmetros internos - Exemplo de estudo dos vocábulos em Piso 1948 [1648]). O total contabilizado de vocábulos constituintes do *corpus* para esta análise é de 437 vocábulos, e o total de variantes, aproximadamente 1.100. Esses vocábulos foram estudados tendo por base três aspectos principais, que serão discutidos neste item: a) as relações entre o vocábulo e a representação da diversidade lingüística; b) as relações entre o vocábulo e o registro de questões/conceitos gramaticais; c) relações entre o vocábulo e a coisa nomeada.

2.1 - *Relações entre o vocábulo e a representação da diversidade lingüística*

O Tupi foi a língua privilegiada como entrada, ou como língua de registro dos nomes transcritos nas pranchas. Corresponde à totalidade das entradas no Anônimo 1633-1644; quase totalidade no Anônimo 1660-1664 e mais de noventa por cento das entradas em Piso 1648 e Pudsey ms. Schmalkalden ms privilegia os nomes em alemão (pouco mais de cinquenta por cento), e em seguida o Tupi (com pouco mais de quarenta por cento). Wagener privilegia a transcrição dos nomes em português (quase sessenta por cento das entradas), seguido do Tupi (quase trinta por cento). Poucos espécimes descritos (ou retratados) não foram nomeados. Segue abaixo um quadro contendo as línguas de entrada e as línguas nas quais esses nomes foram traduzidos:

Quadro 11: Línguas constituintes do *corpus* utilizado para o estudo dos vocábulos nas fontes primárias

Referência	Entrada	Tradução
Anônimo 1633-1644	Tupi	(sem tradução)
Anônimo 1660-1664	Tupi, português	(sem tradução)
Piso 1648	Tupi, português, latim	português, holandês, espanhol, latim, francês, árabe, turco, persa, língua da Índia Oriental, língua de Angola, língua da Nova Espanha, língua do Peru, língua do México.
Pudsey ms	Tupi, inglês, holandês	
Schmalkalden ms	alemão, Tupi	português, holandês, espanhol, latim, língua das Índias Orientais, língua das Índias Ocidentais
Wagener ms	português, Tupi, holandês, latim, francês, espanhol, “língua do negro”	Tupi, holandês, português.

Esse é o quadro de línguas representadas, o que não quer dizer que todas essas línguas fossem faladas no território brasileiro, governado por portugueses ou holandeses. Sabemos que muitas dessas línguas eram faladas especialmente pelos soldados, além de colonos, funcionários da Companhia, missionários, viajantes. As *Actas dos synodos e classes do Brasil* registram que havia celebração de cultos em holandês, francês, espanhol, inglês e português. Além disso, várias vezes fazem menção da necessidade de buscar predicantes para a evangelização “dos índios e negros” em sua própria língua, como era o princípio da Igreja Reformada Holandesa (cf. Souto Maior [trad] 1914).

De qualquer forma, não é possível precisar até que ponto as entradas desses documentos, bem como as traduções feitas, estão relacionadas às línguas faladas de fato no Brasil Holandês. Penso que as entradas privilegiaram a língua nativa (nesse caso o Tupi), como nome do espécime. As traduções podem estar diretamente relacionadas a dois fatores: a) ao conhecimento do agente; b) às línguas e/ou ao conhecimento dos informantes.

A leitura do Quadro 11, acima, nos permite as seguintes observações:

- O material artístico, Anônimo 1633-1644 e Anônimo 1660-1664, que registrou apenas os nomes do espécime, como legenda do material iconográfico, privilegiou a língua nativa – o Tupi. Essa combinação nos leva a pensar que, apesar de artísticas, essas imagens buscavam a representação da ‘diferença’ — o espécime diferente, ainda não conhecido no Novo Mundo. Nesse caso, a representação lingüística dessa diferença (ou dos nomes dessa diferença) na língua nativa nos sugerem as seguintes hipóteses: a) não se encontrava o termo equivalente nas línguas conhecidas; b) o ‘nome’, em si, também era uma ‘diferença’ – a língua e a nomenclatura dos espécimes naturais – e, como tal, foi registrado.
- O trabalho de Pudsey apresenta os nomes associados a espécimes vegetais e animais sem, contudo, apresentar traduções. A descrição feita por Pudsey, no que se refere à flora e fauna (material que forneceu dados para a análise lingüística nesse documento), é bastante breve. O autor descreve a natureza brasileira citando os nomes, sem trechos descritivos ou imagens que os acompanhe. Associa essa forma de apresentação dos dados lingüísticos, em primeiro lugar, à natureza do documento — um relato de viagem — , com probabilidade de ter sido escrito quando da volta do autor à Europa. O objetivo dos registros estaria associado mais diretamente à memória dos fatos, ou às impressões que estes causaram ao autor; a escrita nos nomes do Novo Mundo estaria associada a esses objetivos. O registro dos nomes dos espécimes pode indicar, ainda, vestígios da concepção de nome ainda bastante vinculada à coisa nomeada (hipótese a ser discutida com base maior de dados, mas, ainda assim, possível).
- O trabalho de Piso 1648, mais completo, traz o nome do espécime, a descrição e a imagem. O que chama a atenção é a quantidade de línguas para as quais foi traduzida a nomenclatura, o que parece indicar: a) que ao descrever o espécime, o autor (um cientista) o espécime estabeleceu relações com a literatura especializada da época, citando os nomes pelos quais já era conhecido; b) um maior rigor na representação – do espécime e da nomenclatura que o identifica.
- Schmalkalden utilizou como línguas de entrada a sua própria e a da ‘diferença’ – o Tupi, quando não conhecia o nome alemão do espécime – traduzindo essa nomenclatura para outras línguas, provavelmente as das regiões de onde se originavam os espécimes.

- Wagener parece ter se orientado por uma dinâmica inversa à de Schmalkalden: registrou os nomes ou nas línguas de onde se originavam o espécime, ou nas línguas em que esses nomes eram mais conhecidos no local de coleta (hipóteses mais provável). A tradução para o Tupi, o holandês e o português trazem o nome e o espécime representado para o mundo conhecido: o Tupi, língua falada na costa brasileira e à qual todo viajante estava exposto; o holandês, língua com a qual teve contato desde a ida para Amsterdam; o português, também bastante falado no Brasil Holandês (língua dos primeiros colonizadores, dentre os quais os donos de engenho que continuaram seu trabalho durante a dominação holandesa, índios missionados e escravos).

Não se deve esquecer do fato de que muitos dos informantes (e intérpretes) que serviram, tanto à administração quanto aos missionários — e acredito que à população em geral, nas circunstâncias em que se fez necessário — eram índios missionados pelos jesuítas⁴⁰. As alianças políticas feitas pelos holandeses, durante a invasão da colônia, foram, via de regra, com nações tapuias — ou indígenas que não habitavam o litoral. As tribos tupis, em geral, permaneceram ao lado dos portugueses. Além desses, creio que muitos escravos africanos também podem ter servido de intérpretes, inclusive porque é sabido que muitos deles vieram de Lisboa para o Brasil, já desde o descobrimento — o que nos fez levantar a hipótese de que muitos africanos serviram de intérpretes de português para aquele misto de povos e línguas que se formava na colônia (cf. Stutz 2002).

As formas de registro do vocábulo no material de análise representam a diversidade lingüística não apenas na utilização de diversas línguas. A presença de variantes também evidencia a (co)existência de línguas e dialetos. A diversidade foi, assim, direta e indiretamente registrada. O quadro 12, a seguir, resume o total de dados constituintes do *corpus* desta análise.

⁴⁰ Apesar de se ter conhecimento da presença de outras ordens da Igreja Católica no território brasileiro durante o processo de colonização por parte dos portugueses, é comum atribuir-se o trabalho de evangelização, ao menos de forma genérica, aos missionários jesuítas.

Quadro 12: Total de vocábulos registrados nas fontes primárias

Referência	Vocábulos	Variantes
Anônimo 1633-1644	237	249
Anônimo 1660-1664	307	325
Piso 1648 [1948]	358	512
Pudsey, ms	77	94
Schmalkalden, ms	51	115
Wagener, ms	103	164
Total:	1133	1459

Com base no Quadro 12, é possível observar que a diferença entre a quantidade de vocábulos e a quantidade de variantes é um fato em todos os documentos. Muitas dessas variantes revelam uma forma de registro da diversidade lingüística observada e/ou registrada pelo agente. Tome-se, por exemplo, os casos abaixo:

- **Piso 1648:** para o vocábulo [caju], encontramos as seguintes transcrições:

- ‘acaju’ (p.151)
- ‘acajú’ (p.180)
- ‘acajû’ (p.152)
- ‘acayaiba’ (p.179)

As três primeiras transcrições podem ser entendidas como oscilações de escrita, mas a última, tendo em vista a grande diferença no corpo do vocábulo, pode representar uma variante dialetal ou lingüística. Não se deve descartar a possibilidade de ser uma outra espécie do mesmo fruto, registrada pelo agente como diferença apenas de nomenclatura (ainda que Piso tenha sido um dos mais zelosos nessa espécie de registro).

- **Piso 1648:** para o vocábulo [mangue] (relativo a uma das espécies do mangue):

- ‘mangue’ (p.200)
- ‘mangle’ (p.151)
- ‘guaparaiba’ (p.151, 200)

Neste caso é bem nítida a diferença entre a segunda e a terceira formas, o que certamente nos leva a crer que o registro das variantes captam formas dialetais equivalentes.

- **Piso 1648:** para o vocábulo [tupaipi] encontramos as seguintes variantes:

- ‘tupaipi’ (p.202)

- ‘urucatu’ (p.202)
- ‘cebola’ (p.202)

Este último termo refere-se à tradução para o português, mas os dois primeiros com certeza são variantes dialetais ou lingüísticas do nome do espécime.

- Schmalkalden ms: para o vocábulo [guainumbi]:
 - ‘guainumbi’ (p. 77)
 - ‘guaragijaba’ (p.77)

Além das transcrições acima, as traduções para o português, ‘pezjafrol’ (beija-flor), e para o holandês, ‘blumenmspecht’. Os dois primeiros nomes com certeza registram variantes lingüísticas do nome do espécime.

O documento que registra com maior detalhe esse tipo de variantes é Piso 1648. Com certeza isso se deve à natureza do documento (um tratado científico) e à formação do agente (médico, formação acadêmica). Os demais documentos privilegiaram o registro da diversidade através da tradução, como comentado acima.

Além desses registros, é possível observar a transcrição de outras formas que guardam diferenças menos perceptíveis e que poderiam, também, estar relacionadas à captação da diversidade lingüística. É o caso das formas abaixo, transcritas na forma de tabela para tornar mais perceptível a diferença:

Quadro 13: Exemplos de registro de vocábulos com suas variantes

Vocábulos	Variantes	Referências
[amendoim]	<i>mündiy</i> <i>amenduinas</i> <i>nandubÿ</i>	Anônimo 1633-1644: 25 Piso 1648: 193 Wagener, ms: 81
[boicininga]	<i>boicininga</i> <i>boicinininga</i>	Piso 1648: 171; Schmalkalden, ms: 127 Piso 1648: 171; Anônimo 1660-1664: 57
[caju]	<i>Acaju</i> <i>Cashowes</i> <i>Caju Appfel</i> <i>Acajaiba</i> <i>Caju</i>	Anônimo 1660-1664: V: 82 Pudsey, ms: 36 Schmalkalden, ms: II: 31 Schmalkalden, ms: II: 231 Wagener, ms: 103
[ipecacuanha]	<i>ipecacuanha</i> <i>pecacuanha</i>	Piso 1648: 174 Piso 1648: 174
[iperuquiba]	<i>iperúquiba</i> <i>piruquiba</i>	Schmalkalden, ms: 91 Schmalkalden, ms: 91

A leitura do quadro anterior possibilita o levantamento de algumas hipóteses que justificariam a presença e/ou origem dessas variantes:

1) As diferenças de registro estariam relacionadas à percepção, por parte do agente e/ou informante, de variantes. No quadro acima, as variantes encontradas para o vocábulo [boicininga] parecem não deixar dúvidas de que se trata realmente de **variantes dialetais**: 1º) porque foram registradas pelo mesmo agente, o que significa que ele percebeu as duas formas para o mesmo referente; 2º) as duas formas ('boicininga' e 'boicinininga') aparecem nomeando o mesmo referente registradas por dois outros agentes.

As variantes para [ipecacuanha] e [iperuquiba], registradas pelo mesmo agente, também evidenciam que se tratam de **variantes**, ou **dialetais** ou **fonéticas**. Piso usa ora uma forma, ora outra, comprovadamente referindo-se ao mesmo espécime — fato que também pode ser interpretado como o registro de **idioletos**. Schmalkalden une as duas variantes com a conjunção alternativa, o que confirma não apenas a sua equivalência, como a existência de ambas as formas —“Ein Suÿger Iperuquiba or Piruquiba” (Schmalkalden ms: 91).

2) As diferenças de registro estariam relacionadas ao agente, e não à língua, resultado das diferenças de percepção na recepção da informação e/ou diferenças relacionadas aos códigos de escrita da língua materna.

As variantes para [caju], registradas por autores diferentes, guardam semelhanças entre si que justificariam o tratamento como variantes relacionadas ao agente, e não à língua.

Outros exemplos semelhantes comprovam que, ao registrarem o léxico, os autores desses documentos registraram também a diversidade lingüística brasileira naquele contexto histórico:

- registro da diversidade lingüística através da tradução de formas equivalentes;
- registro de variantes lexicais, que apontam para a diversidade lingüística proveniente do contato do agente (ou responsável pela coleta de dados) com falantes de tribos diferentes. Esse contato para a coleta de dados aconteceu, certamente, ou na cidade, onde a maior

parte das informações foi colhida, ou nas viagens pelo sertão, onde o observador coletou a fala de tribos diferentes, à medida que avançava pelo território;

- registro de variantes dialetais;
- registro de idioletos.

O estudo do registro do léxico, portanto, permite ao pesquisador, hoje, dizer que houve uma preocupação com o registro das variantes lingüísticas, bem como com a diversidade lingüística. A diversidade lingüística não ficou atestada apenas nas crônicas ou nos documentos que falavam sobre a terra, seus costumes e seus habitantes, mas no registro do léxico que, via de regra, associou essas diferenças a fatores geográficos e sociais.

É importante observar, mais que tudo, que registros dessa natureza denotam alguma relevância para os dados de língua, ou sobre a(s) língua(s) em um contexto que não privilegiava os aspectos lingüísticos. Essa observação se fundamenta, especialmente, na diversidade de registro dos nomes diferentes e (possíveis) variantes para designar o mesmo espécime, mesmo quando as variantes são, aparentemente, muito próximas na pronúncia. De qualquer forma, com base nos documentos estudados para a realização deste trabalho, não é possível afirmar que o interesse que motivou a coleta e o registro desses dados fosse, tão somente, o ‘vocábulo’ — ainda que não se possa, também, descartar tal hipótese.

As formas de registro do léxico encontradas no material deixado pelos holandeses no Brasil revelam uma **prática** que, sem dúvida, envolveu uma **metodologia** de trabalho; este, foi tanto essencialmente lingüístico quanto essencialmente biológico (se assim chamarmos essas ciências nesse momento histórico). Essa metodologia, ou essa prática, envolveu etapas como: a) a pesquisa de campo; b) a coleta de dados; c) a catalogação (ou organização, ou arquivamento) dos dados para — posterior — utilização no trabalho de descrição.

2.2 - Relações entre o vocábulo e o registro gramatical

Como já foi dito acima, houve uma preocupação da administração holandesa no Brasil com a elaboração de gramáticas. Os missionários protestantes chegaram a contratar um professor, que falava a língua dos nativos (Rev. Doorenslaer), para realizar a tarefa, mas nunca foi localizado o produto desse trabalho (cf. item 2.2, Capítulo II). Suspeita-se que, se

porventura essa gramática foi escrita, os exemplares foram queimados pelos jesuítas juntamente com todo o material que ficou estocado nos depósitos da Companhia (cf. Schalkwijk 1989). Paralelamente a essa informação, os documentos estudados confirmam que os holandeses utilizaram a gramática do Pe. José de Anchieta.

George Marcgrave trata “Da língua dos indígenas, conforme a gramática do Pe. José de Anchieta S.J.” (Marcgrave 1942: 274-275). Nesse capítulo, o autor não tece nenhum comentário sobre as línguas nativas brasileiras, mas transcreve trechos da Gramática de Anchieta⁴¹ (cf. Fig. 21), extraídos de um exemplar que lhe foi cedido por um morador de Recife.

Pierre Moreau, o francês que também fez parte da administração holandesa no Brasil, deixa claro que os holandeses conheciam e utilizavam o material dos jesuítas:

Os jesuítas são dignos de louvor por terem organizado uma ortografia que exprime todas as palavras e dicções de sua língua, muito próxima da pronúncia nativa, em letras de nossos caracteres, e foram os primeiros que os ensinaram a ler e a escrever. Os holandeses, depois, também sempre mantiveram pregadores e mestres-escolas para evangelizá-los e ensinar-lhes a religião nessa mesma língua. (Moreau 1979: 86; grifo adicionado neste trabalho)

A transcrição de parte da Gramática do Pe. José de Anchieta, feita por Marcgrave, e o comentário de Moreau nos leva a concordar com Schalkwijk quando afirma que os holandeses utilizaram o material produzido pelos jesuítas, apesar de, ao menos em projeto, pensarem em escrever uma gramática.

Entretanto, é possível verificar que no processo de registro do léxico houve, também, uma preocupação com aspectos gramaticais, diretamente ligados à ortografia dos vocábulos. Numa primeira etapa, tive o cuidado de excluir do estudo os casos de interpretação mais óbvia e que pudessem embaçar a análise que se pretendia. É o caso das diferenças ortográficas relacionadas à:

⁴¹ Anchieta, S.J. Pe. Joseph de. 1595. *Arte de Grammatica da Lingva mais vsada na costa do Brasil*. Lisboa.

CAPÍTULO VIII

Da língua dos indígenas, conforme a gramática do Pe. José de Anchieta S. J.

ESTE capítulo preparado pelo autor foi abandonado, mas chegou-me às mãos a gramática muito usada no Brasil, composta e ordenada pelo Pe. José de Anchieta, S. J. editada em Coimbra, no ano CIO IO XCV da qual extraímos umas poucas cousas para têmos algum sabor da língua.

I. *Letras*—Esta língua não tem *f, l, s, z, rr* (duplo) nem muda com líquida, como *cra, pra*, etc. para o *s*, no princípio ou meio da dicção emprega-se o *c* com *cedilha*.

Não se liga uma consoante ou outra na mesma dicção, excetuando-se *mb, nd, ng*, como *Acmonder, Aimondo, Aimeeng*. Os Petiguaros, junto a Paraíba e os demais indígenas até os Tamoiós do Rio de Janeiro, pronunciam integralmente as palavras terminadas por consoantes. Os Tupís, porém de S. Vicente nunca pronunciam a última consoante no verbo afirmativo; assim em vez de *apab*, dizem *Apá*, etc. Nos verbos compostos, geralmente rejeitam a última consoante do primeiro verbo.

II—*Da ortografia*: *P. m. mb.* se empregam umas por outras. As dicções tomadas separadamente se pronunciam com *m* ou *mb*; como *Mo* ou *mbo* mão; quando porém, estão precedidas de adjetivo muda-se em *p* como *Xepo*, minha mão, excetua-se *Mbae*, nunca se muda, como *Xembae*, minha cousa. O *b*, porém, no princípio da dicção, nunca se pronuncia sem *m*, embora às vezes não venha escrita por incúria; no meio da dicção comumente põe-se *b* depois de *n*; *b* e *p* no fim da dicção, quasi sempre se muda em *m* ou *mb*, etc.

III—*Do Acento*. Tôdas as dicções, terminadas nas quatro últimas vogais, tem acento na última e são notadas com acento circunflexo. Algumas terminadas em *e* parecem ter o acento na penúltima, o que sucede por serem compostas. As terminadas em *a*, umas tem o acento na última e são notadas com o acento circunflexo; outras o têm na penúltima, e são notadas com o acento agudo; os monossílabos porém, com acento grave. Os verbos enfim, na sua maior parte, têm o acento na última sílaba, pouco importa se terminam em consoante ou vogal.

IV—*Os Nomes*. Os nomes não têm casos ou números distintos à exceção do vocativo, com esta diferença que não mudam o acento os que o têm, na última sílaba.

V—*Composição dos nomes*. Os nomes substantivos se ligam aos adjetivos, que sempre precedem os substantivos e, quando têm o acento, na última sílaba, permanecem íntegros. Se, porém, o têm, na penúltima, e concorrem vogais, perdem a última vogal, como *Tuba, etc., Tubete*, pai verdadeiro. Se concorrem com consoante, perdem tôda a última sílaba; os substantivos, enfim, se unem a outros substantivos, da mesma maneira.

VI—*Os Pronomes*. Os pronomes têm alguns casos, como Eu (nomin.) *yxé, xé*. Dativo, *yxebe, yxebo, xebe, xebo*, para mim. Nominat. Pl. *oré, yandé*, nós. Dativo, *orebo, orebo, yandebe, yandebo*, para nós. Tu (nom.), *ende, nde, ne*. Dat. *endebé, endebo, ndebe, ndebo*, para ti. Nominat. Pl. *peé* ou *pe*, vos. Dat. *Peéme* ou *Peémo*, para vós. Acus. *opô* ou *pé*. Voc. *peé*, ou *pé*. *Oré, yandé*, existem também os adjetivos nosso, nossa. Tem a mesma declinação *Acé*, como Nominat. *Acé*. Dat. *Acébe*, ou *Acebo* e significa homem, servindo para a terceira pessoa, em ambos os números, e sem o outro sexo. O *c* com *zeura* e *i* são pronomes relativos, em todos os casos e número e significam *este, esta, isto*. O recíproco *o, isto é, se, seu, sua*, é empregado só, quando se refere ao agente, como sucedem em latim. Por exemplo, Pedro *oiucá oguba*, Pedro matou seu próprio pai.

VII—*Os Verbos*. Embora todos os verbos tenham uma só conjugação, pode-se dizer que são duas as conjugações, porque o negativo toma certas partículas. Por exemplo: *Aincú*, eu mato; *Namcái*, não mato. São assim os tempos presente, imperfeito, perfeito, mais que perfeito. No futuro, *Aincâne*, matarei; *Naamcaixorene*, não matarei. Várias outras cousas se devem observar nas conjugações que omito para não alongar.

VIII—*Preposições*. Suas principais preposições são: *Mô* em, *Pé* junto, em favor de, com Dativo; *Bé* em, por; *Supé*, em favor de, com Dativo, *Cui* de, (significando procedência), além de *Coce* acima, *Tobaque, çobaque*, na presença de; *Tenondi* ante, de tempore. *Cupí* por de loco lugar, donde. *Cotí*, em direção de, *Cecé*, à força, com, por causa, a favor de, em, a. *Porupí* longe; *Pocé* com, por meio de, em, dentro. *Pabé* com, de sociedade. *Nai*, o mesmo. No singular porém muitas cousas devem ser observadas, poucas cousas das quais aqui somente reunirei. *Pe* se for acrescentado aos nomes que terminam em *ba*, com acento na penúltima, faz perder a última sílaba, como *Taba* aldeia, *Tape* na aldeia. *Bo* sempre é plural. *Coce* significa o lugar e ultrapassar algum lugar, e assim serve para o comparativo como *Itácoé* sobre a pedra ou mais do que a pedra.

- a) nacionalidade do autor do documento, como o registro do vocábulo [timbu], que nomeia um espécime animal, normalmente ‘timbug’ ou ‘timbuc’ em Tupi, mas transcrito pela forma “taÿimbúgh” por Wagener (p.121) — sinal provável de preocupação com a transcrição exata do vocábulo, mas com interferência da escrita alemã materna do autor;
- b) alternância no uso de letras que pode ser compreendida à luz da história da língua portuguesa (pois boa parte desses vocábulos já tinha sido registrada também pelos portugueses). É o caso de: ‘maracajâ’ e ‘maracaiâ’⁴², para [maracujá]; ou ‘iaçaná’, ‘yassana’ e ‘jaçaná’⁴³ para [jaçanã];
- c) possíveis adequações da escrita dos vocábulos, compatíveis com as gramáticas da língua Tupi conhecidas e utilizadas na época (especialmente quanto ao uso dos diacríticos), como as do Pe. José de Anchieta e a do Pe. Luís Figueira (cf. Anchieta 1990 [1595], Figueira 1621).

Feitas essas ressalvas, observou-se, ainda, um número elevado de casos de multiplicidade de grafia e/ou formas de representação (responsável pela maior parte das variantes registradas na tabela no início deste item), fato que acarretou na elaboração de pelo menos duas hipóteses que servissem de suporte para a compreensão do fato (cf. Stutz 2003):

a) A primeira hipótese relaciona as diferenças de ortografia ao **registro de diferenças reais de pronúncia**. Como já foi definido no item anterior, havia uma percepção da diversidade lingüística — facilmente verificável nos exemplos transcritos, mas que poderia estar presente em formas distintas entre si através de uma ortografia mais próxima. É o caso das formas:

- ‘panamá’ e ‘panâme’ (Anônimo 1633-1644: 121 e 127, respectivamente)
- ‘cogado’ e ‘cógado’ (Wagener ms: 131)

⁴² Anônimo 1633-1644: 37 e Anônimo 1660-1664: 23, respectivamente.

⁴³ Anônimo 1660-1664: 113, Wagener ms [1997]: 71 e Anônimo 1633-1644: 96, respectivamente.

b) A segunda hipótese está relacionada ao uso dos diacríticos, que estariam assinalando a **fronteira dos vocábulos (ou morfemas)** de uma composição. É o que se pode observar nos fatos e exemplos abaixo:

b.1) Para a designação de uma espécie de araticu, o [araticu-ponhe] (espécime da flora brasileira), encontramos os seguintes registros:

- ‘araticû-ponhe’ e ‘araticu-ponhe’ (Piso 1648 [1948]: 184 e 181, respectivamente)
- ‘araticûponhê’ (Anônimo 1660-1664: 97)

É possível observar que existe uma ‘zona’ de variação na ortografia da palavra — marcada ou pelo emprego do diacrítico, ou pelo uso do hífen, ou pelo emprego de ambos. Por hipótese, explico o fato como uma marca da fronteira entre os dois vocábulos que compõem o nome desse espécime (‘araticu’, nome genérico + ‘ponhe’, nome específico).

b.2) Para a transcrição das várias espécies de ‘camara’ (planta da flora brasileira) feita por Piso, observamos a seguinte seqüência textual:

- o nome genérico é apresentado sob a forma ‘camara’;
- os nomes das diversas espécies desse vegetal, são transcritos das seguintes formas: ‘camara iuba’, ‘camara-miri’.

Esse exemplo nos confirmaria a hipótese descrita no exemplo anterior. Comparando-o com as transcrições das designações de espécies do mesmo vegetal feita no Anônimo 1633-1644:

- ‘camarâapena’, ‘camarâguaçû’, ‘camarâjúba’ e ‘camarâuna’

é possível afirmar que, apesar de não ter sido utilizado o hífen, reconhecemos a fronteira dos morfemas através dos diacríticos, que indicariam a composição: ‘camara’, nome genérico, + ‘apena’ / ‘guaçû’ / ‘júba’ / ‘una’, nomes específicos.

A transcrição dos nomes de outras espécies parece seguir o mesmo princípio, tais como: para [sabiá], as variantes ‘cabia’ e ‘çabiâ’, o que permitiu a nomeação das espécies de sabiá através das formas:

- ‘çabiâgoaçû’, ‘çabiâguaçû’, ‘çabiâpitanga’ (cf. Anônimo 1633-1644: 92, 144, 145)

que privilegiam a forma acentuada na composição dos nomes formados por dois morfemas: ‘çabiâ’ + ‘goaçû’ / ‘guaçû’ / ‘pitanga’.

Para encerrar a exemplificação, os nomes das espécies de tamanduá, registrados nas seguintes formas:

- ‘tamandúa asú’(Wagener ms [1997]: 143)
- ‘tamanduâguaçû’ e ‘tamanduâ~i’(Anônimo 1633-1644: 27 e 22, respectivamente)
- ‘tamandua-guasú’ (Schmalkalden ms [1998]: II: 55)
- ‘tamanduâ~i’ e ‘tamanduâpitanga’ (Anônimo 1660-1664: 36)

nas quais todos os autores registraram através de hífens e/ou diacríticos a fronteira entre os morfemas (bastante explícita no exemplo de Wagener): ‘tamandua’ (e variantes) + ‘asú’ / ‘guaçû’ / ~i / ‘pitanga’.

Muitos outros exemplos confirmam a hipótese, ainda que não estejam transcritas no trabalho para que se evite a redundância⁴⁴.

O que se pretendeu com este item foi comprovar que a tarefa de registro dos dados de língua realizada pelos agentes, autores das fontes primárias, não foi aleatória. A forte motivação pragmática que tem sido comprovada e atestada nos estudos dos documentos holandeses obedecia, por hipótese, a uma lógica de estruturação peculiar, resultante da formação e motivação de seus autores. Concluo, também, que as soluções encontradas para a representação do léxico serviram de espelho da metodologia empregada para a coleta, organização e apresentação dos dados.

2.3 - *Relações entre o vocábulo e a coisa nomeada*

Conhecer o Novo Mundo implicou em conhecer os nomes do Novo Mundo — refiro-me aos séculos XVI, especialmente, e XVII. A narrativa bíblica em que Adão nomeia os

⁴⁴ As transcrições de muitos vocábulos feitas por Marcgrave confirmam esta hipótese. Não utilizei exemplos dessa fonte por ser secundária — foi critério metodológico a não utilização de fontes secundárias para o estudo de formas lexicais, ainda que em nota do tradutor tenha confirmado as formas originais dos vocábulos.

animais e os seres do Jardim do Éden, comissionado diretamente por Deus para tal obra, parece ficar impregnada no saber do homem sobre a linguagem, muitas vezes reduzido ao estudo das motivações e relações entre as palavras e as coisas. Mais que atribuir nomes ao seres e coisas, **nomear** constitui-se ao longo da história como um processo de **dar à existência**, no sentido de que só podemos falar sobre o que conhecemos, e só conhecemos de fato aquilo que nomeamos, ou que conhecemos o nome. Segundo Foucault, “No século XVI, considerava-se que os signos tinham sido depositados sobre as coisas para que os homens pudessem desvendar seus segredos, sua natureza ou suas virtudes; [...]” (cf. Foucault 1992: 74). Até então, o mundo era visto, normalmente, por sistemas de semelhanças, de similitudes, através de analogias que, via de regra, ressaltavam o **outro** como extensão do **próprio**. O século XVII, por diversas razões das quais já expus algumas, pode ser identificado como o momento histórico em que a diferença é percebida como tal.

Se nomear é um ato de trazer à existência, é também um ato de compartilhar o saber, ou revelar um saber já compartilhado. Se, ao definir um espécime, o autor escreveu “[...] é uma raposa”, quando na verdade o animal não era uma raposa (tal como designamos o espécime ‘raposa’, hoje), “uma raposa” passou a ser o elemento de similitude, o termo da comparação e também o termo da nomeação — mecanismo que podemos chamar de **tradução**. A tradução, nestes casos, é realmente um procedimento de trazer o outro ao próprio, ou um processo de dupla nomeação (cf. Hartog 1999: 260).

Na verdade, a diferença começa a ser percebida não só quando é vista, mas especialmente quando não pode ser dita ou traduzida. A impossibilidade de tradução de alguns nomes (e foram muitos os casos nos *corpora* analisados), ou a ausência de nomes que possam identificar determinados espécimes (como em Marcgrave ou em Wagener, por exemplo), começa a abrir “espaços em branco” (cf. Hartog 1999: 258) nos esquemas de correspondências (ou de similitudes), que só poderão ser conhecidos — tal como o pensamento da época — através de outros mecanismos, que não somente os de nomear/traduzir.

Conhecer um ser/objeto implica em um processo que pressupõe a classificação, o trabalho de separar traços universais e traços específicos. Dentro deste raciocínio, é possível dizer que, num primeiro momento, o nome de um espécime — um espécime ainda não observado — traduzido ou definido através do nome de seu semelhante europeu comporta-se

como ‘sinônimo’, dentro de um quadro de nomes comuns ao espécime. Mas, seguindo o mesmo raciocínio, também é possível dizer que a descrição detalhada e excessiva que se faz necessária para estabelecer as peculiaridades, assim como a adjetivação farta e exacerbada que tende para o maravilhoso (ou fantástico, curioso), acabam por fazer daquele ‘nome comum’ do espécime, um ‘nome próprio’. Esse jogo que se estabelece entre comum e próprio, ou entre geral e particular, também contribui para a reflexão e a busca da exatidão: a) do nome, porque é necessário conhecê-lo, como parte do processo de (re)conhecimento do objeto; b) da classificação — porque apesar das semelhanças, existem diferenças que podem permitir um reagrupamento das coisas, numa outra ordem ou princípio.

No momento privilegiado neste estudo (primeira metade do século XVII), bem como na situação específica (a presença holandesa no nordeste brasileiro) é possível sugerir que nomes e coisas já estabelecem entre si relações de outra ordem, com “espaços em branco” nos esquemas de correspondência, como disse Hartog. Esses espaços permitem a classificação, a hierarquização do conhecimento e dos nomes que surgem com esse conhecimento, dentro de um esquema ou estrutura que comporta generalizações e especificações. Tanto as generalizações quanto as especificidades são nomeadas, passíveis de representação através de esquemas que privilegiam a visualização dos níveis — processo que se desenvolve durante o século XVII e ganha forma e expressão no decorrer do século XVIII.

O material coletado e que constituiu os *corpora* para o estudo do vocábulo evidencia o fato para o pesquisador hoje, ainda que não possamos dizer que a distinção entre os nomes e as coisas constituía-se num saber já compartilhado pelos intelectuais e/ou no mundo acadêmico. Reconheço o processo, que se desenvolvia entre polêmicas e publicações sobre o tema. Assim, a distinção entre os nomes e as coisas já se constituía como um pressuposto, por exemplo, em obras como as de Piso e Marcgrave.

O objetivo central deste capítulo foi estudar os dados do *corpus* lingüístico sob a perspectiva da sua forma de representação. Ainda que não se possa dizer que tenha havido uma preocupação especificamente lingüística orientando os processos de representação, também não podemos afirmar que o processo de registro do léxico, especialmente o da História Natural do Brasil, não é representativo de uma **prática** lingüística. Como tal, foi

critérios de: a) seleção e organização de dados; b) identificação e classificação de dados; c) representação de dados e/ou reflexões sobre a língua e dados de língua.

Ou seja, tendo por base a análise apresentada neste capítulo, a prática lingüística holandesa no Brasil pode ser descrita como portadora de características próprias, pragmática ou funcionalmente orientada e com metodologia (contextualmente) adequada aos seus objetivos.



Fig. 22 – *Japûi*, in *Libri Principis*

O que um homem vê depende tanto daquilo que ele olha como daquilo que sua experiência visual-conceitual prévia o ensinou a ver.

Kuhn 1995: 148

Capítulo VI

A organização do saber — produção lingüística no Brasil Holandês

A forma de representação do Novo Mundo foi especialmente sincrética, ou seja, envolveu um ‘contar’, através de textos, e um ‘mostrar’, através de imagens. Dada a diversidade — e a diferença — já não era possível unicamente nomear, ou listar as coisas vistas ou percebidas. O olhar dos viajantes, governantes e estudiosos do XVII (num processo que toma forma a partir do XVI) já não encontrava apenas semelhanças. O impacto da diferença estimulou a busca de novas formas de representação, exigindo um texto (em seu contexto) mais específico sobre o que se via: ganharam formas e estruturas baseadas em novos critérios que, acrescentando e/ou transformando os antigos, deveriam conferir maior credibilidade ao que era relatado. Os textos científicos, textos maravilhosos, relatos de feitos de reis e príncipes (que cresciam ou deveriam crescer aos olhos de suas nações), tendiam a perseguir, ou construir, a credibilidade, num contexto em que a dúvida surgia como parte essencial do método — se a dúvida e a polêmica colocavam em xeque os fundamentos da fé, ‘verdade’ cultivada inquestionavelmente durante séculos, como conferir credibilidade aos fundamentos da ciência que, então, se desenvolvia com a experiência?

Uma das respostas a essa situação veio através do ‘ver’ — não como o resultado do ‘olhar’ relatado, mas trazendo-se ao público, para o que ouve/lê, aquilo que se diz ter sido visto: surgiram os gabinetes de curiosidades, os jardins botânicos e zoológicos ganharam nova importância, e a iconografia do ‘novo’ ganhou um espaço privilegiado. Textos e imagem, juntos, noticiavam o Novo Mundo ao Velho. E a imagem, por sua vez, ganhou novas formas de representação, ao lado do texto — resultado dos estudos de perspectiva e de reflexão/refração da luz que, também, se desenvolviam rapidamente.

A organização do saber sobre o Novo Mundo privilegia, portanto, a representação sincrética (‘sincrético’ dentro do ponto de vista explicado acima). Esse material descritivo foi estudado sob dois enfoques: a) o da constituição do material como um gênero de escrita ou representação; b) o da constituição do texto definitório, como uma unidade de produção, também com características específicas.

Para maior comodidade do leitor, retomo alguns dos critérios expostos no Capítulo I, os quais tratam da classificação da produção lexicográfica (cf. McArthur 1986).

McArthur propõe algumas oposições, sendo que a primeira pode ser estabelecida entre **enciclopédia e dicionário** ou **livro de palavras**. A enciclopédia traz o registro das coisas do mundo através de entradas que indicam seus nomes, organizando-os em ordem alfabética ou temática. O dicionário, ou livro de palavras, trata do vocábulo e seu(s) significado(s) e pode ser organizado das mesmas formas que a enciclopédia. Hoje em dia, o que se encontra com mais frequência são: a) enciclopédias gerais, que procuram dar conta dos temas mais comuns do saber contemporâneo (natureza, história, geografia, política, sociedade, biografias, etc.), apresentados em ordem alfabética e normalmente ilustrados; b) enciclopédias de uma determinada área do saber (medicina, natureza, fenômenos físicos, etc.), normalmente organizados pelos seus grandes temas encadeados de forma lógica, em geral fartamente ilustrados; c) dicionários de língua, das mais diversas extensões (mini-dicionários, dicionários de bolso, etc.), com entradas em ordem alfabética — os mais completos procuram trazer os contextos de uso dos vocábulos, permitindo o entendimento mais dos significados possíveis do vocábulo; d) dicionários de áreas específicas do conhecimento (informática, botânica, marketing, lingüística, etc.), normalmente também organizados em ordem alfabética.

Tomar uma obra, de início, como ‘dicionário’ ou ‘enciclopédia’ permite estabelecer o seu foco, ainda que não se possa esquecer de que se trata, aqui, da leitura do pesquisador, quatro séculos depois. Independentemente das intenções do autor, explícitas ou não, o que fiz aqui é uma interpretação a partir dos dados levantados sobre o autor, obra, contexto intelectual, político, etc. No caso deste trabalho, classifiquei boa parte desse material sincrético como ‘enciclopédias temáticas ilustradas’, o que deve contribuir para o estudo da prática lingüística holandesa no Brasil seiscentista.

A organização das enciclopédias temáticas ilustradas é o tema que dá início ao estudo dos processos de produção lingüística holandesa no Brasil. A análise apresentada neste capítulo é a tentativa de responder a uma outra questão: houve tratamento aos dados lingüísticos (coletados, percebidos, registrados) no Brasil Holandês?

1. A organização das enciclopédias temáticas ilustradas

Entre as fontes dessa pesquisa, seis obras são responsáveis por fornecer quase a totalidade dos dados para a análise lingüística. São justamente as que podem ser classificadas como enciclopédias temáticas ilustradas:

- Anônimo 1633-1644 [*Libri Principis*];
- Anônimo 1660-1664 [*Theatrum Rerum naturalium Brasiliae*];
- Marcgrave 1642 [*História Natural do Brasil*];
- Piso 1648 [1948, *História Natural do Brasil ilustrada*];
- Schmalkalden, ms [1998, *Diário de Viagem*];
- Wagener, ms [1997 – *Livro dos Animais*].

Além desses seis documentos, os dados para a análise lingüística foram extraídos também de Pudsey ms (para o estudo dos vocábulos, conforme o que foi apresentado no Capítulo V) e Barléu (para o estudo dos textos definitórios, objeto do próximo item neste capítulo). Tendo em vista a classificação dessas obras como diário de viagem e crônica, respectivamente, não serão objeto de análise neste item, que pretende apresentar o resultado

do estudo das seis obras indicadas, justificando sua classificação como ‘enciclopédias temáticas ilustradas’.

A primeira justificativa para a classificação dessas obras como enciclopédias temáticas é a sua correspondência imediata com o critério adotado e exposto na introdução deste capítulo: a) são obras que apresentam descrições das coisas do mundo, como verbetes, ou seja, entradas que remetem aos nomes dos espécimes e/ou coisas descritas; b) são temáticas porque, sem exceção, foram organizadas ou de acordo com um tema geral (apresentado no título), ou de acordo com subtítulos no decorrer da obra; c) neste caso, os seis livros são ilustrados — os anônimos seriam ‘ilustrações nomeadas’, para manter o rigor da descrição.

Um estudo minucioso da constituição dessas obras com vistas à sua classificação quanto ao gênero de escrita, entretanto, deve passar pela descrição e análise dos seguintes constituintes: a organização interna (capítulos, ilustrações), os títulos e os índices.

1.1 - Descrição da organização interna das obras

Cada uma dessas obras obedece a uma organização interna distinta, ainda que mantenham pontos de semelhanças entre si. Destaco: a) nenhuma delas apresenta seu material — textual ou iconográfico — em ordem alfabética; b) os livros são nomeados de tal forma que já indicam o tema a ser tratado no volume, ou têm um nome genérico que seleciona, no contexto possível e indefinido de assuntos a serem tratados, o tema central a ser abordado no(s) volume(s) — o próximo item trata dos títulos desses documentos.

Entretanto, considero que a organização interna pode denunciar com maior precisão os princípios de organização do material disponível para o autor. O estudo dessa organização é apresentado a seguir:

a) Anônimo 1633-1644 — O **Anônimo 1633-1644**, *Libri Principis*, chegou às mãos do Eleitor de Brandenburgo em 1652 sob o formato de dois volumes, já encadernados, contendo aquarelas e desenhos. Qualquer análise que tente relacionar a organização dos volumes tal como estão, hoje, disponíveis para o pesquisador, não seria adequada, pois os volumes sofreram várias alterações desde a sua chegada a Brandenburgo. Uma das últimas alterações

foi feita já no início do século XX, na Biblioteca Real de Berlim, quando houve a troca da capa original e uma possível retirada de páginas (cf. Teixeira 1995: 101). Há indícios dessas mudanças em descrições e citações encontradas em bibliografia especializada dos séculos XIX e XX. Os volumes não parecem obedecer a uma ordem clara. Como já foi dito no capítulo III, o primeiro volume, que contém um total de 193 ilustrações, trata dos mamíferos, 37 figuras; aves, 85 figuras; peixes, crustáceos, tartarugas e outros animais aquáticos, num total de 42 figuras; insetos, aracnídeos e répteis, 29 figuras. O segundo volume contém 158 aquarelas e desenhos, cuja seqüência inclui: 21 ilustrações de flores; 16 ilustrações de frutos e sementes; 16 figuras de aves; 50 figuras de peixes e animais aquáticos; 6 figuras de anfíbios e répteis; 47 figuras de insetos, aranhas e outros invertebrados; e mais 2 figuras de mamíferos. As imagens não estão subdivididas ou classificadas de acordo com os termos aqui utilizados, embora estejam reunidas na seqüência tal como apresentei neste parágrafo.

Ou seja, quem quer que tenha organizado os volumes para a encadernação, parece ter obedecido a alguma classificação, ainda que não a tenha explicitado no texto. O documento, portanto, é uma obra que pressupõe a classificação: a descrição de flores antecede a descrição de frutos e sementes (do todo para as partes); a seqüência das classes animais inicia com a dos mamíferos (volume I), seguida pela das aves, depois peixes e animais aquáticos, encerrando com os insetos, organização utilizada desde a antigüidade para a o estudo dos seres vivos (e que também parece manter o princípio sinalizado na descrição das plantas, qual seja, do maior e/ou mais completo para o menor e mais simples). Sem dúvidas, uma organização temática, não explícita, o que certamente pode ser explicado pelo próprio objetivo de execução dessa obra (para a leitura de Maurício de Nassau).

b) Anônimo 1660-1664 — O **Anônimo 1660-1664**, *Theatrum rerum naturalium Brasiliae*, apresenta-se de forma significativamente diversa. Esse documento constituía-se, a princípio, num conjunto de pinturas — a grande maioria é de óleo sobre papel, mais alguns guaches, desenhos em nanquim e *crayons* — que foi organizado posteriormente por Christian Mentzel, o médico do Eleitor de Brandenburgo (adquiriu o conjunto do espólio de Maurício de Nassau em 1652). Dessa forma, toda a organização dos quatro volumes que compõem o *Theatrum* refletem a organização de Mentzel, que parece ter seguido o sistema aristotélico, ou seja, agrupou os seres vivos em quatro grandes categorias, compostas pelos animais aquáticos,

voláteis, terrestres e plantas. Os volumes apresentam-se exatamente nessa ordem e são chamados: “*Icones Aquatilium*” (peixes, crustáceos e animais aquáticos), “*Icones Volatilium*” (aves), “*Icones Animalium*” (tetrápodos, insetos e gentios) e “*Icones Vegetabilium*” (plantas). Essa seqüência, que tem início com os animais aquáticos e não com os mamíferos como normalmente acontece, reflete o pensamento seiscentista a respeito da organização dos seres vivos, ou seja, a ordem de apresentação das espécies de acordo com a ordem da criação dos animais descrita no livro de Gênesis (Bíblia Sagrada, *Gênesis* 1: 20-30): primeiro foram criados os animais aquáticos, em seguida os que voam e por último os terrestres. As plantas, apesar de terem sido criadas **antes** dos animais, normalmente eram apresentadas **depois** destes por serem consideradas, na época, seres ou organismos inferiores; os insetos ainda não tinham uma classificação bem definida, ora assemelhando-se a animais, ora a plantas, por isso acabam sendo inseridos com os animais terrestres, normalmente (cf. Teixeira 1995: 95-97; 119).

Dessa forma, fica claro que houve uma organização temática das pranchas, orientada por princípios de catalogação definidos e explícitos, pois todos os livros contêm um frontispício, identificando seu conteúdo, seguidos por um prefácio escrito por Mentzel, que apresenta a coleção. Nesse prefácio, o médico tenta explicar ao Príncipe Eleitor o método que utilizou para realizar seu trabalho:

No modo de ordenar as imagens, duvidava entre seguir o meu projeto ou antes o já conhecido e publicado do Nobilíssimo Piso. Por um lado, os nomes originais brasileiros começaram a causar-me muito tédio. Por outro, como foi feito outrora em relação a Faros e, nos nossos dias, a Estrômboli, era preciso ter em conta os testemunhos de Piso e de Marcgrave, que viram as coisas com seus próprios olhos. [...] Nos livros da história do Brasil e de ambas Índias daqueles nobilíssimos autores, algumas vezes as imagens não correspondiam às descrições; os nomes eram os mesmos que os nossos, mas as figuras nem sempre correspondiam. Em suas obras faltavam algumas coisas que tínhamos ou eram diferentes; a nós faltavam algumas coisas que eles possuíam. Sem seguir sempre e exatamente os passos do Exmo. Piso, não separei, como se diz, os venenos dos contravenenos, mas antes os misturei atentando, ainda que com diligente observação, para a aparência das coisas naturais e daí deduzindo suas afinidades, o que nos parecia mais importante e mais de acordo com a ordem natural das coisas. [...] (Mentzel 1995 [1664], in Anônimo 1660-1664 [1995]: 20-22)

Apesar de ter tido por modelo os trabalhos de Piso e de Marcgrave (fontes de muitas de suas observações), Mentzel tentou seguir seus próprios critérios de classificação, baseado na

aparência das coisas, ou na ordem natural, como afirma. A presença de folhas em branco, outras apenas nomeadas, como que aguardando as imagens, ou o contrário (folhas com imagens, mas sem identificação), denotam que realmente houve uma organização prévia da obra, com um plano de elaboração pré-definido, e que por qualquer motivo não se realizou totalmente.

O *Theatrum rerum naturalium Brasiliae*, portanto, apresenta-se como uma **enciclopédia temática ilustrada** — no sentido mais amplo do termo —, constituída por pranchas coloridas e muito bem executadas, todas nomeadas, organizadas de acordo com princípios explícitos e coerentes. Não possuem textos, o que muito provavelmente não fazia parte do projeto. Como diz Mentzel, ainda no Prefácio:

Esta é, pois, a magnificência deste “Teatro”, este o seu esplendor, esta a sua recomendação: o de poderes perceber de imediato com um só olhar a verdade e a autenticidade das coisas, sem necessidade de longas e minuciosas descrições, não havendo nessa matéria nada mais que se possa desejar. (Mentzel 1995 [1664], in Anônimo 1660-1664 [1995]: 22)

Um teatro das coisas, devidamente nomeado, dentro da tradição mais conservadora da época. Uma enciclopédia temática, classificada de acordo com princípios tradicionais e conservadores (do ponto de vista de que se orientava por princípios religiosos) se levarmos em conta as discussões que já aconteciam sobre o assunto (os estudos de História Natural, sinalizando novos princípios descritivos e organizadores das espécies), mas que não deixava de acompanhar as novas tendências de edição e organização dos dados disponíveis.

c) Piso 1648 — O tratado de medicina tropical escrito por Guilherme Piso — **Piso 1648** — segue também uma organização lógica, decorrente do grande tema de sua obra, a Medicina Brasileira. São quatro livros, que tratam dos temas indicados em seus títulos. Transcrevo abaixo os títulos desses livros que compõem a obra de Piso, traduzidos para o português pelo Prof. Alexandre Correia (cf. Piso 1848 [1648]: XIX) — os títulos originais desses capítulos já foram citados no Capítulo IV deste trabalho, acompanhados de um breve comentário sobre sua organização interna. Os livros II e IV estão subdivididos em capítulos, dos quais

transcrevo os títulos no original e em português (também com tradução do Prof. Alexandre Correia).

- *Livro primeiro, que trata dos ares, das águas e dos lugares do Brasil* — uma descrição das características físicas do Brasil: topografia, vegetação, clima, marés, população nativa (organização social, modo de vida, costumes, medicina nativa), as diferenças de costumes observadas entre os que vivem entre os europeus e os que ainda permanecem no sertão. Este texto apresenta-se único, sem subdivisões temáticas.

- *Livro segundo, das doenças endêmicas* — uma descrição das doenças mais comuns encontradas no Brasil. Esse livro subdivide-se em vinte e dois capítulos, que tratam, cada um, de uma doença específica. São eles:

Quadro 14: Organização interna do Livro Segundo, Piso 1648

Piso 1648	Piso 1948 [1648]
I. De Febribus.	I. Das febres.
II. De Oculorum vitiis.	II. Das doenças dos olhos.
III. De Spasmo.	III. Do espasmo.
IV. De Stupore.	IV. Do estupor.
V. De Catharris.	V. Dos catarros.
VI. De prolapsu Cartilaginis mucronatae.	VI. Do prolapso da cartilagem mucronada.
VII. De obstructionibus Viscerum naturaliu.	VII. Das obstruções das vísceras naturais.
VIII. De Oppilatione Hepatis et Lienis.	VIII. Da opilação do fígado e do baço.
IX. De Hydrope.	IX. Da hidropsia.
X. De Lumbricis.	X. Das lombrigas.
XI. De Ventris fluxibus.	XI. Dos fluxos do ventre.
XII. De Tenesmo.	XII. Do tenesmo.
XIII. De Cholera.	XIII. Da cólera.
XIV. De Dysenteria.	XIV. Da disenteria.
XV. De fluxu Alvi hepatico.	XV. Do fluxo hepático dos intestinos.
XVI. De Ulcere et Inflammatione ani.	XVI. Da úlcera e da inflamação do ânus.
XVII. De Morbis mulieribus et infantibus familiaribus.	XVII. Das doenças comuns às mulheres e às crianças.
XVIII. De Morbis contagiosis.	XVIII. Das doenças contagiosas.
XIX. De Lue Venerea.	XIX. Do mal venéreo.
XX. De Vulneribus et Ulceribus.	XX. Das feridas e das úlceras.
XXI. De Papulis et Impetigine.	XXI. Das pápulas e da impetigo.
XXII. De externis malis.	XXII. Dos males externos.

O *Livro segundo* do tratado escrito por Piso descreve a sintomatologia das doenças, alguns casos observados, e o tratamento mais comum para os males descritos, normalmente utilizando a vegetação nativa (sem ilustrações).

- *Livro Terceiro, trata dos venenos e seus antídotos e contém nove figuras* — O autor, num primeiro momento, faz uma introdução geral sobre os envenenamentos, quer seja pela ingestão de produtos nocivos, quer pela picada e mordida de insetos e víboras. Após comentar alguns casos fantasiosos relatados pelos nativos, Piso descreve alguns animais venenosos encontrados no Brasil, especialmente serpentes, sapos e alguns insetos. Nesse ponto, como subitens, apresenta cada um deles como um pequeno verbete contendo: a) o nome do espécime ao centro; b) a figura, se houver; c) um texto em que o animal é descrito, bem como os males que pode causar ao homem e os antídotos que podem ou devem ser aplicados. São vinte e oito subitens, não numerados, e destacados da seguinte forma:

Quadro 15: Organização interna do *Livro Terceiro*, Piso 1648.

Piso 1648	Piso 1948 [1648]
BOICININGA	BOCINININGA
CUCURUCU	CUCURUCU
BOIGUACU	BOIGUACU
IARARACA	IARARACA
BOITIAPO	BOITIAPO
IBIARA	IBIARA
IBIBOCA	IBIBOCA
BOIOBI	BOIOBI
CANINANA	CANINANA
IBIRACOA	IBIRACOA
TAREIBOYA ET CACABOYA	TAREIBOYA E CACABOYA
CROCODILUS	CROCODILO
BIBORA	BIBORA
SCOLOPENDRAE. AMBUE. SCORPIO.	SCOLOPENDRA. AMBUE. ESCORPIÃO
NHANDUGUACU	NHANDUGUACU
PISCES VENENATI	PEIXES VENENOSOS
MOUCICU	MOUCICU
NIQUI	NIQUI
CURURU	CURURU
COTORA	COTORA
PISCES VENENATI	PEIXES VENENOSOS
FUNGI	FUNGOS
TANGARACA	TANGARACA
HERBA CASTA SIVE MIMOSA	ERVA CASTA OU MIMOSA

MANIPUERA	MANIPUERA
ARATICU PANA	ARATICU PANA
MUCUNA GUACU	MUCUNA GUACU
AHOAY	AHOAY

Os primeiros animais descritos são as serpentes (de ‘boicinga’ a ‘tareiboya’); seguem-se-lhe a descrição dos outros animais, sem uma ordem tão definida. Independente disso, a apresentação é feita dentro de um princípio que subdivide o tema central do capítulo.

- *Livro Quarto, trata das facultades do simplices e contém cento e dez figuras e os capítulos seguintes* — esse é o título do quarto e último livro da obra *De Medicina Brasiliensi*, de Guilherme Piso. O texto é narrativo-descritivo, sem introdução, subdividido em cento e quatro capítulos que descrevem os espécimes brasileiros e suas propriedades terapêuticas, todos acompanhados por ilustrações. Os títulos desses capítulos foram transcritos detalhadamente abaixo: o título original e a tradução para o português feita pelo Prof. Alexandre Correia (cf. Piso 1948 [1648]).

Quadro 16: Organização interna do Livro Quarto, Piso 1648.

Piso 1648	Piso 1948 [1648]
I. De Saccharo.	I. Do açúcar.
II. De Mandihoca.	II. Da mandihoca.
III. De Melle Silvestri..	III. Do mel silvestre.
IV. De Coapiba.	IV. Da copaíba.
V. De Cabureiba.	V. Da cabureíba.
VI. De Acaja arbore.	VI. Da árvore acaja.
VII. De Icariba, et illius resina Icaica.	VII. Da icariba e da sua resina icica.
VIII. De Ietaiba et ejus lachryma.	VIII. Da ietaíba e da sua resina.
IX. De Caopia arbore.	IX. Da árvore caópia
X. De Palmis, earumque variis speciebus.	X. Das palmeiras e das suas várias espécies.
XI. De Aroeira.	XI. Da aroeira.
XII. De Urucu.	XII. Do urucu.
XIII. De Zabucayo arbore.	XIII. Da árvore zabucayo
XIV. De Gueticoroya.	XIV. Da gueticoroya.
XV. De Ianipaba.	XV. Da ianipaba.
XVI. De Acaia seu Ibimetara.	XVI. Da acaia ou ibimetara.
XVII. De Tapia arbore.	XVII. Da árvore tapia.
XVIII. De Araticu speciebus.	XVIII. Das espécies de araticu.
XIX. De Caaroba.	XIX. Da caaroba.
XX. De Embira, seu Pindaiba.	XX. Da embira ou pindaíba.

XXI. De Ibirae.	XXI. Do ibirae.
XXII. De Ambaiba.	XXII. Da ambaíba.
XXIII. De Anda.	XXIII. Da anda.
XXIV. De Guabiraba.	XXIV. Da guabiraba.
XXV. De Araca Iba.	XXV. Da aracajiba.
XXVI. De Guajaba.	XXVI. Da guajaba.
XXVII. De Bacoba et Banana.	XXVII. Da bacoba e da banana.
XXVIII. De Mangaiba.	XXVIII. Da mangaíba.
XXIX. De Abaremo temo.	XXIX. Da abaremo temo.
XXX. De Umbu.	XXX. Do umbu.
XXXI. De Cebipira guacu.	XXXI. Da cebipira guacu.
XXXII. De Mureci.	XXXII. Do mureci.
XXXIII. De Iito, vel Urape guacu.	XXXIII. Da iito ou urape guacu.
XXXIV. De Guabi poca iba.	XXXIV. Da guabi poca iba.
XXXV. De Zamouna.	XXXV. Da zamouna.
XXXVI. De Andira Ibaiariba.	XXXVI. Da andira ibaiariba.
XXXVII. De Cambui.	XXXVII. Do cambui.
XXXVIII. De Loco Arbore.	XXXVIII. Da árvore loco.
XXXIX. De Cupouna.	XXXIX. Da cupouna.
XL. De Pinhones do Brasil.	XL. Dos <i>pinhones do Brasil</i> .
XLI. De Iurepeba.	XLI. Da iurepeba.
XLII. De Mamanga.	XLII. Da mamanga.
XLIII. De Manaca.	XLIII. Do manaca.
XLIV. De Pagimirioba.	XLIV. D pagimirioba.
XLV. De Camara juba.	XLV. Da camara juba.
XLVI. De Ananas.	XLVI. Do ananas.
XLVII. De Betiis, vel Betre.	XLVII. Do betiis ou betre.
XLVIII. De Nhambi.	XLVIII. Do nhambi.
XLIX. De Caa-apia.	XLIX. Da caa-apia.
L. De Acaricoba, seu Erva do Capitaon.	L. Da acaricoba ou <i>erva do capitaon</i> .
LI. De Nhambuaguacu.	LI. Do nahmbuaguacu.
LII. De Tangaraca.	LII. Da tngaraca.
LIII. De Ieticucu, seu Mechoacan.	LIII. Do ieticucu ou mechoacan.
LIV. De Caapeba.	LIV. Da caapeba.
LV. De Tajoaba.	LV. Da tajoaba.
LVI. De Inimbaja, seu Silva de praya.	LVI. Da inimbaja ou <i>Silva da praya</i> .
LVII. De Nhandi, seu Pipere longo.	LVII. Do nahndi ou pimenta comprida.
LVIII. De Iacape, vel Sape.	LVIII. Do iacape ou sape.
LIX. De Iaborandi.	LIX. Do iaborandi.
LX. De Iacuacanga.	LX. Da iacuacanga.
LXI. De Sassafras.	LXI. Do sassafrás.
LXII. De Iupicanga.	LXII. Da iupicanga.
LXIII. De Iamacaru.	LXIII. Do iamacaru.
LXIV. De Potincoba, seu Pulgera.	LXIV. Da poticoba ou purgera.
LXV. De Ipecuanha.	LXV. Da ipe cuanha (sic)
LXVI. De Caacica.	LXVI. Da caacica.
LXVII. De Iuricuara.	LXVII. Da iuricuara.
LXVIII. De Capypuba.	LXVIII. Da capiipuba.
LXIX. De Salsa de praya.	LXIX. Da <i>salsa de praya</i> .
LXX. De Aninga.	LXX. Da aninga.
LXXI. De Aguaxima, seu Malua d'Isco.	LXXI. Da aguaxima ou <i>malua d'Isco</i> (sic)

LXXII. De Caapomonga.	LXXII. Da caapomonga.
LXXIII. De Murucuja.	LXXIII. Do murucuja.
LXXIV. De Murucuja-miri.	LXXIV. Do murucuja-miri.
LXXV. De Quiya.	LXXV. Do quiya.
LXXVI. De Aguaracuiya.	LXXVI. Do aguaracuiya.
LXXVII. De Aguaraciunha.	LXXVII. Do aguaraciunha.
LXXVIII. De secunda Caapomonga.	LXXVIII. Da segunda caapomonga.
LXXIX. De Canna Silvestri.	LXXIX. Da cana silvestre.
LXXX. De Basourinha.	LXXX. Da basourinha.
LXXXI. De Caa-ataya.	LXXXI. Da caa-ataya.
LXXXII. De Caraguata.	LXXXII. Do caraguata.
LXXXIII. De Trevo, seu Erva d'amor.	LXXXIII. Do trêvo ou <i>erva d'amor</i> .
LXXXIV. De Tapyrapecu.	LXXXIV. Do tapyra pecu.
LXXXV. De Herba lanuginosa.	LXXXV. Da erva lanuginosa.
LXXXVI. De Vite Arbustina.	LXXXVI. Da vide arbustina.
LXXXVII. De Mangles.	LXXXVII. Do mangles.
LXXXVIII. De Cururu-ape.	LXXXVIII. Do cururu-ape.
LXXXIX. De Timbo.	LXXXIX. Do timbo.
XC. De Paratura.	XC. Da paratura.
XCI. De Ibirarema.	XCI. Da ibirarema.
XCII. De Aninga peri.	XCII. Da aninga peri.
XCIII. De Meeru.	XCIII. Do meeru.
XCIV. De Albara, seu Pacivara.	XCIV. Do albara ou pacivira.
XCV. De Tupaipi.	XCV. Do tupaipi.
XCVI. De Inquiri, seu Caaeo.	XCVI. Do inquiri ou caaeo.
XCVII. De Erva d'Impige.	XCVII. Da <i>erva d'Impige</i> .
XCVIII. Faisons d'Impige.	XCVIII. <i>Faisaons d'Impige</i> .
XCIX. De Masaranduba.	XCIX. Da masaranduba.
C. De Amongeaba.	C. Da amongeaba.
CI. De Ibipitanga.	CI. Da ibipitanga.
CII. De Ianiparandiba.	CII. Da ianiparandiba.
CIII. De Globulo bovino, illiusque usu.	CIII. Do glóbulo bovino e do seu uso
CIV. De Corallio albo Brasiliae	CIV. Do coral branco do Brasil.

Os dois primeiros capítulos do *Livro Quarto* foram dedicados à descrição do açúcar e da mandioca: características dos vegetais, do plantio e todas as etapas do processo de produção. O terceiro capítulo trata do mel, descrevendo as abelhas encontradas na região e as características de cada uma e das qualidades do mel que produzem. Do quarto capítulo em diante, cada um deles descreve um espécime vegetal, suas características e aplicações na alimentação ou na farmacologia. Não há indícios de que tenha havido alguma organização da seqüência de apresentação dos espécimes⁴⁵.

⁴⁵ Foram consultadas as notas e comentários dos especialistas, além de analisadas todas as entradas. Se existe uma organização interna, será perceptível, certamente, ao olhar do especialista em botânica.

Ainda assim, a obra de Guilherme Piso apresenta-se como uma **enciclopédia médica ilustrada**, mais estritamente, sobre a medicina brasileira no século XVII, com dados recolhidos diretamente no local a que se refere o autor. Essa obra ainda é fonte de referência entre os especialistas, por ter sido a primeira descrição sobre doenças tropicais das Américas.

d) **Marcgrave 1942 [1648]** — Ainda que não esteja utilizando o texto original de Marcgrave, e sim uma tradução para o português, é possível utilizá-la para o estudo dos aspectos de organização interna do texto, tendo em vista que a edição da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo foi totalmente baseada em textos originais e guardou a mesma estrutura desses documentos. Os manuscritos de Marcgrave foram organizados e publicados postumamente por Joan de Laet, por sugestão de Piso numa edição conjunta com o *De Medicina Brasiliensi*. A *Historiæ Rerum Natvralium Brasiliæ* de George Marcgrave constitui-se de oito livros; transcrevo abaixo o sumário da obra, tal como apresentado na primeira página do documento, na edição original e na edição utilizada.

Quadro 17: Organização interna de Marcgrave 1942 [1648]

Marcgrave 1648	Marcgrave 1942 [1648]
Tres priores agvnt de Plantis.	Os três primeiros tratam das plantas.
Quartus de Piscibvs.	O quarto dos peixes.
Quintus de Avibvs.	O quinto das aves.
Sextus de Quadrupedibvs, et Serpentibvs.	O sexto dos quadrúpedes e serpentes.
Septimus de Insectis.	O sétimo dos insetos.
Octavus de ipsa regione, et illivs incolis.	O oitavo da região e seus habitantes.
cvm Appendice de Tapuyis, et Chilensibvs.	Com apêndice sobre os tapuias e chilenos.

Após uma introdução feita pelo editor, Joan de Laet, o texto segue a disposição interna organizada pelo próprio Marcgrave. O oitavo livro é uma exceção, tendo sido inteiramente composto por Laet a partir do material deixado por Marcgrave, ou seja, o editor baseou-se nos títulos e subtítulos deixados pelo autor, que morreu antes de concluir a obra. Laet acrescentou aos verbetes inúmeros comentários baseados nos autores da época, especialmente Ximenes⁴⁶. Para a tranquilidade do pesquisador, Laet deixou explícitos na edição os seus comentários,

⁴⁶ Não foram localizadas referências exatas sobre Ximenes, vida ou obra. Entretanto, seus comentários sobre os espécimes são constantemente citados nas notas Laet, acrescentadas ao trabalho de Marcgrave.

separados do texto original de Marcgrave. Assim, cada verbete é apresentado da seguinte forma: a) título, geralmente contendo o nome do espécime que está sendo descrito; b) texto descritivo; c) ilustrações em boa parte dos verbetes; d) notas do editor, Joan de Laet. Não transcrevo aqui os títulos de todos os capítulos que compõem cada livro de Marcgrave, tendo em vista a extensão da obra . Seu conteúdo foi resumido na descrição abaixo:

- *Livro Primeiro* – trata das Ervas. Contém vinte e seis capítulos e oitenta e seis ilustrações. São ao todo dezoito notas assinadas por Laet.
- *Livro Segundo* – trata das plantas frutíferas e dos arbustos. É composto por dezesseis capítulos e trinta e nove ilustrações, acrescidos de onze notas de Laet.
- *Livro Terceiro* – trata das árvores em quatorze capítulos, ilustrados com setenta e cinco figuras, aos quais Laet acrescentou dezessete notas.
- *Livro Quarto* – trata dos peixes do Brasil. São vinte e dois capítulos, cento e seis figuras e dezenove notas explicativas de Laet.
- *Livro Quinto* – trata das aves. O livro é composto por quinze capítulos, contendo cinquenta e quatro figuras e oito notas de Laet.
- *Livro Sexto* – trata dos quadrúpedes e serpentes. São quinze capítulos, trinta e três figuras e dezoito notas de Laet.
- *Livro Sétimo* – trata dos insetos em doze capítulos contendo vinte e nove figuras e oito notas de Laet.
- *Livro Oitavo* – que trata da região e dos habitantes. Apresento seus títulos, tendo em vista a especificidade deste livro e sua importância para os dados contextuais. São oito capítulos assim denominados:

Quadro 18: Organização interna do Livro Oitavo, Marcgrave 1942 [1648]

Livro VIII: Que trata da própria Região e dos indígenas	
CAPÍTULO I	<i>Do nome da região, sua grandeza, posição e divisão</i>
CAPÍTULO II	<i>Breve descrição do Rio S. Francisco e viagem de Guilherme Glimmer pelos Sertões do Brasil</i>
CAPÍTULO III	<i>Da temperatura do ar e das estações do ano</i>
CAPÍTULO IV	<i>Os habitantes do Brasil</i>
CAPÍTULO V	<i>Da estatura e dos hábitos, do corpo dos brasileiros, e da idade destes e costumes</i>
CAPÍTULO VI	<i>Vestes e ornatos dos homens e das mulheres indígenas</i>
CAPÍTULO VII	<i>Dos utensílios caseiros dos brasileiros</i>
CAPÍTULO VIII	<i>Da língua dos indígenas, conforme a gramática do Pe. José de Anchieta S.J.</i>

Os oito capítulos do *Livro oitavo* tratam dos habitantes da região, descrevendo com detalhes seus hábitos, os modos de produção do açúcar e de derivados da mandioca. Além disso descrevem danças, instrumentos musicais, utensílios utilizados pelos indígenas, etc. O capítulo termina com breve comentário sobre a língua dos nativos, seguido da transcrição de parte da Gramática de José de Anchieta (cf. Figura 21, p.206).

Observa-se que a organização deixada por Marcgrave é, em parte, semelhante à de outras obras já mencionadas; segue a ordem da criação, tal como narrada no Gênesis: em primeiro lugar as plantas, a seguir os peixes, aves e animais terrestres (incluindo-se aqui os insetos, pelos motivos já citados), terminando com o homem e o que este mesmo organizou (sociedade, cultura, língua, etc). Outras especificidades da obra de Marcgrave são apresentadas no próximo item deste capítulo, pois têm a ver com a estrutura de seu texto e o ponto de vista das suas observações. Até o momento, o que se pode dizer é que seu tratado de História Natural foi constituído segundo os critérios de uma **enciclopédia temática ilustrada**, tal como apresentados neste capítulo.

e) Schmalkalden ms — O *Diário de Viagem* de Caspar Schmalkalden apresenta muitas semelhanças com os textos de Piso, Marcgrave e Wagener (descrição a seguir). Entretanto, sua organização básica é sob a forma de um diário de viagem. Não se sabe o destino do documento depois da morte de seu autor, mas foi adquirido em 1798 pelo Duque de Gotha, Ernst II, sendo que faz parte até hoje da “Forschungs un Landesbibliothek” de Gotha. A edição diplomática em português organizou os manuscritos em dois volumes.

e.1 – Organização do Volume I – Schmalkalden ms

- *Índice dos Desenhos e Pinturas nesta Descrição de Viagem* — índice que pode ter sido adicionado pelo Duque de Gotha. As indicações de páginas correspondem às do original depositado na Biblioteca de Gotha.

- *A Viagem de Caspar Schmalkalden de Amsterdã para Pernambuco no Brasil* — Início da descrição da viagem, desde a saída de Schmalkalden do porto de Texel (numa quinta-feira, 16 de outubro de 1642), na Holanda, seguida das anotações diárias de viagem. O capítulo (se assim podemos chamar, tendo em vista estar organizado sob um título) encerra-se com a chegada do navio em Recife (em 10 de dezembro do mesmo ano).

- *Descrição dos Brasileiros* — capítulo onde Schmalkalden fala sobre as nações, línguas, características físicas e costumes dos habitantes do Brasil. O texto vem acompanhado de duas ilustrações (“Ein Brasilianer” [um brasileiro] e “Eine Brasilianim” [uma brasileira]). São desenhos que trazem uma particularidade: vêm acrescidas de textos escritos em primeira pessoa, como se os nativos retratados se apresentassem aos leitores. O capítulo termina com a transcrição de um vocabulário alemão-Tupi: “Vocabula Brasiliana” (objeto de estudo no item 2 deste capítulo).

- *Descrição dos Tapuias* — semelhante à descrição feita dos brasileiros. O texto também vem acompanhado de duas ilustrações (“Tapoÿar” [um tapuia] e “Tapoÿarises Heib” [mulher tapuia]).

- *Descrição do Brasil Holandês e das Cidades Aldeias, e Moinhos de Açúcar nele localizadas, bem como Portos Marítimos, Rios, etc.* — Um mapa do Sergipe e um de Pernambuco (“Capitania Cirirí vel Seregippe Del Rey”, “Capitania Pharnabuca”) antecedem o texto, que descreve a região. O texto apresenta pequenos parágrafos sub-organizados da seguinte forma: “Sobre a Capitania de Sergipe”, “Sobre a Capitania ou Província de

Pernambuco”, “Olinda”, “Recife”, “Sobre o Fortim Friedrich”, “Sobre a Cidade Maurícia”, “Sobre o Palácio Boa Vista”. A descrição vem acompanhada de mapas: o da cidade de Olinda, uma vista de Recife, o selo e a planta da cidade Maurícia, o Forte de Boa Vista e o mapa das capitanias da Paraíba e do Rio Grande. São particularmente interessantes as ilustrações de Recife e da Cidade Maurícia por apresentarem números localizando as construções representadas, acompanhadas de legendas que as identificam.

- *Sobre a Ilha de Itamaracá e sobre a Fortaleza de Orania.* — descrição acompanhada de mapa.

- *Sobre a Região ou Província da Paraíba.* — descrição acompanhada de ilustração do Forte Margarethen, no rio Paraíba. Possui um subitem que descreve o Forte, seguido de um mapa, também marcado por legendas que identificam os cômodos e alojamentos da construção.

- *Sobre a última Capitania ou Província do Rio Grande.* — descrição e mapa da capitania.

- *Viagem de Pernambuco para Valdivia no Chile.* — Schmalkalden trabalhou na expedição que saiu em 12 de janeiro de 1743 para o Chile. O relato segue na forma de diário. Em determinada data (18 de março), tendo encontrado um espécime que provavelmente não conhecia, descreve-o com detalhes, inclusive ilustração: o “Pinguim”. Segue logo depois o relato da viagem, entremeado por mapas e ilustrações: a) do Mar do Sul (Oceano Pacífico, “Das große [sieder] Meer”); b) do rio que vai para a cidade de Valdivia e suas ilhas; c) do Chile e do Golfo de Ancud; d) um chileno; e) uma mulher chilena. Após a descrição na forma de diário, seguem-se subtítulos nos quais descreve aspectos do Chile: “Curta descrição sobre a situação da Terra do Chile”, “Valdivia”, “Porto de Braouwer”, “Castro”, “Sobre os Chilenos”, “Viagem de volta de Valdivia para Pernambuco”.

Com a descrição da viagem ao Chile, encerra-se o primeiro volume.

e.2 – Organização do Volume II – Schmalkalden

O segundo tem início com o fôlio 78 (número marcado no canto superior direito) e uma ilustração da cana-de-açúcar. Em seguida, pequenos capítulos que falam da produção das duas riquezas brasileiras, assim constituídos:

- *Sobre os Engenhos de Açúcar nas Índias Ocidentais e Orientais* — descrição do modo de funcionamento dos engenhos.
- *Como o açúcar é Cozido* — descrição do processo de preparo do açúcar, contendo duas ilustrações.
- *Sobre a raiz da farinha, chamada em brasileiro mandioca*. — descrição, com ilustrações, sobre o preparo da farinha de mandioca.
- [Descrição da flora e da fauna brasileiras] – Como verbetes de um dicionário, mas inseridos no texto, sem um subtítulo que ressalte ou justifique sua presença, tem início a descrição de espécimes da flora e da fauna brasileiras, seguindo a mesma organização que orientou as outras obras já descritas anteriormente (Piso, Marcgrave): a) nome do espécime em Tupi, seguidos da tradução para o português e/ou alemão; b) texto descritivo do espécime; c) ilustração, muito provavelmente cópia inspirada nas ilustrações feita por Eckhout e outros artistas para as obras de Marcgrave, Piso e Wagener.

O texto apresenta-se como entradas de um **dicionário enciclopédico**, ainda que inserido dentro de uma enciclopédia temática mais ampla⁴⁷. As entradas estão distribuídas da seguinte forma:

- a) 10 descrições de vegetais;
- b) 11 descrições de animais terrestres;
- c) 6 descrições de aves;
- d) 19 descrições de peixes e animais aquáticos;
- e) 2 descrições de anfíbios;
- f) 4 descrições diversas, contendo um verme, duas serpentes e um aracnídeo.

Observa-se algum princípio de organização no agrupamento das pranchas: organização temática, por subtemas. No capítulo posterior à apresentação dos espécimes, Schmalkalden retoma a narrativa de seu diário de viagem.

⁴⁷ Os capítulos que apresentam o Brasil, suas principais cidades e marcos territoriais, seu povo e seus costumes assemelham-se a uma crônica, ou uma pequena enciclopédia temática inserida no interior do texto que motivou o trabalho — um “diário de viagem”.

- *Viagem a partir de Pernambuco nas Índias Ocidentais*. — O último subitem retoma a narrativa na forma de diário, com a descrição da viagem de volta de Schmalkalden à Holanda narrada dia a dia, desde a partida de Recife até a chegada a Gröningen.

Um anexo à narrativa sobre a viagem às Índias Ocidentais encerra a apresentação dos manuscritos. Esse anexo contém os seguintes itens:

- I. *Beschreibung der Insel Fernando* — Descrição da Ilha de Fernando de Noronha.
- II. *Von Brasilian [...] ernsten En[...]kung* — Sobre o Brasil e sua primeira descoberta.
- III. *Von [...] Landes Brasilian und von ihn Capitanien* — Sobre a divisão da terra do Brasil e suas capitânicas.
- IV. *Von der ersten Capitania Seregippe* — Sobre a primeira capitania de Sergipe.
- V. [...] — Quando e como os holandeses chegaram no Brasil [e] também o que os levou a esta expedição.
- VI. [...] — Sobre a qualidade [e] a fertilidade da terra do Brasil e especialmente sobre o açúcar e suas diferentes espécies.

Encerra-se, com esse anexo, o documento de Caspar Schmalkalden. Ainda que não tenha sido um funcionário especializado da Companhia das Índias Ocidentais, seu registro é bastante amplo, tratando de diversos aspectos da colônia brasileira. Até mesmo no que diz respeito à questão do gênero: 1º) inicia a narrativa sob a forma de **diário**; 2º) passa a uma descrição detalhada da terra, seu povo, seus costumes, como subtemas dentro de um tema amplo, qual seja, a descrição do Brasil – uma **crônica**; 3º) descreve uma outra expedição realizada a partir do Brasil, repetindo o esquema: diário de viagem, descrição da terra, povos, costumes, alguns espécimes da fauna; 4º) descreve as duas maiores riquezas econômicas do Brasil (açúcar e mandioca, também descritas dessa forma por vários outros autores), passando em seguida à descrição geral dos animais e plantas do Brasil; 5º) encerra com a narrativa de viagem de volta; 6º) acrescenta anexos ao final do manuscrito, como crônicas de temas específicos das realizações portuguesas e holandesas no Brasil.

Ainda que o autor não tenha sido um especialista, seu trabalho (ou a forma como apresentou parte do seu trabalho) pode ser classificado como uma **enciclopédia temática**

ilustrada sobre o Brasil, dividida em capítulos temáticos e verbetes, organizados de forma clara e objetiva para os objetivos a que se propunha o autor.

f) Wagener ms — O *Thierbuch* de Zacharias Wagener, escrito provavelmente entre 1634 e 1641, só veio a público em 1738 quando apareceu no primeiro inventário do “Kupferstich-Kabinet”. Apresenta uma folha de capa contendo o título e o resumo de seu conteúdo, autoria e dedicatória. A seguir um Prefácio (*An den Lejer*) do autor, seguido imediatamente pela apresentação das pranchas, todas elas contendo: a) o nome do espécime; b) uma ilustração; c) texto descritivo. A seqüência adotada por Wagener é a seguinte:

- pranchas 1 a 27 — peixes, crustáceos e animais aquáticos;
- pranchas 28 a 44 — plantas;
- pranchas 45 a 63 — animais terrestres;
- pranchas 64 a 92 — diversas categorias, envolvendo alguns mamíferos, répteis, anfíbios, insetos e aracnídeos;
- pranchas 93 a 100 — figuras humanas (etnias que compõe a população brasileira);
- pranchas 101 a 110 — ilustrações diversas, contendo cenas da vida nas aldeias, no engenho, em tribos nativas, do trabalho escravo, da cidade, mapas e plantas de construções da época.

O trabalho de Wagener parece obedecer a uma organização mais objetiva, qual seja, expor ao leitor o modo de vida brasileiro e as peculiaridades da terra. O princípio organizador não fica claramente definido, pois não segue a ordem da criação, como o fizeram outras obras da época, mas agrupa os espécimes numa seqüência que os organiza em subgrupos nitidamente delimitados. Trata-se, portanto, de **uma enciclopédia temática ilustrada**, de acordo com os critérios expostos no início desta seção.

No que diz respeito ao gênero de escrita e organização, esses seis documentos podem ser classificados como enciclopédias temáticas ilustradas. O ponto de vista de elaboração dos textos é o da descrição das coisas do mundo - textos organizados através de entradas que

remetem à sua nomenclatura específica. No que se refere ao modo de apresentação, cada item que compõe a obra, como um todo, é um texto que se destaca, ou como um verbete, ou como um capítulo (o que não deixaria de ser considerado um verbete) – são textos independentes que obedecem a um princípio de organização, nesse caso, temático.

1.2 - Estudo dos títulos conferidos aos documentos

A rigor, nenhuma dessas obras se apresenta ao leitor como ‘enciclopédia’ ou ‘dicionário’. A tentativa de entender os títulos desses documentos deriva do fato de que estes podem contribuir para a reconstrução das perspectivas do autor quando da escrita e organização das obras.

O **Anônimo 1663-1644**, coleção conhecida como *Libri Principis* ou “Manuais”, deve esse nome especialmente à presença das anotações feitas por Maurício de Nassau. Constituíam-se, a princípio, num conjunto de aquarelas e desenhos de vários espécimes da flora e fauna brasileiras, sobre os quais Nassau fez observações, especialmente sobre o tamanho e outras características físicas. Seu nome está diretamente relacionado ao uso provável da coleção: manuais de identificação dos espécimes retratados — praticamente todos baseados em exemplares do jardim botânico criado por Nassau no Recife — e utilizados pelo Príncipe (Maurício de Nassau) tanto para o seu conhecimento sobre a diversidade que o circundava, tanto como livro de leitura e lazer (cf. Teixeira 1995: 101-102). O **Anônimo 1660-1664**, *Theatrum rerum naturalium Brasiliae*, deve seu nome ao seu organizador, o médico Christian Mentzel. Este reuniu as imagens avulsas e deu-lhes o nome do que parecem, realmente, representar: um teatro das coisas brasileiras — como um gabinete de curiosidades tal como vários existentes na época, só que transcritos para o papel. Essas duas obras têm um cunho mais artístico do que enciclopédico, ao menos no que se refere à sua elaboração; a forma como foram organizadas as pranchas é que nos permitem identificá-las como pequenas enciclopédias ilustradas. As anotações de Nassau nos *Libri Principis* podem ser vistas como pequenos textos descritivos dos espécimes. A importância do *Theatrum rerum naturalium Brasiliam* está mais diretamente relacionada à transcrição dos nomes dos espécimes na língua nativa: é como se as pranchas nos apresentassem o espécime, que é anunciado com seu nome de origem — um desfile natural, diria de forma tosca e popular.

Piso 1648, publicado com o título *De Medicina Brasiliensi* (título original dado pelo autor), foi organizado para a publicação por Joan de Laet. A obra de Piso é temática e seu título remete ao tema das descrições que o compõem: trata de aspectos relevantes para a medicina da época, aspectos que vão desde a identificação das doenças tropicais mais comuns e seus sintomas, até aos remédios utilizados pelos nativos para os tratamentos, todos baseados em produtos naturais do Brasil, tal como detalhadamente descrito no item anterior. **Marcgrave 1648**, publicado em conjunto com o texto de Piso sob a organização de Laet, não teve por objetivo apenas os aspectos medicinais da flora e da fauna brasileira. É uma obra mais ampla e foi nomeada de acordo com a denominação científica utilizada na época: *Historiae Rerum Natvralivm Brasiliae*, ou “História das Coisas Naturais do Brasil”. Mais que o “teatro” ou apresentação da natureza, a História Natural identifica, descreve e classifica os seres vivos, a partir de um critério autorizado e, normalmente, explicitado no decorrer do trabalho (citação de obras e autores exemplares no período, tais como Clúcio, Plínio, Aldrovandi, Ximenes, etc.). A publicação dos dois volumes em 1648 foi feita sob o título *Historia Natvraliis Brasiliae* - uma enciclopédia ilustrada, identificada pelo nome mais genérico possível no contexto da época e que reunia dois grandes temas: a natureza brasileira e a medicina brasileira.

O relato de viagem de Schmalkalden (**Schmalkalden ms**), cujos originais trazem o título *Caspar Schmalkalden [...] Pharnambuco in Brasil*, é conhecido como “Diário de Viagem de Caspar Schmalkalden” ou o relato de “A Viagem de Caspar Schmalkalden de Amsterdã para Pernambuco no Brasil” (cf. Schmalkalden 1998: 14-15). Dentro da tradição clássica, os relatos de viagem eram os grandes responsáveis pela descrição do novo (ou do que era semelhante, mas diferente em outro contexto). Assim, não é novidade que um viajante europeu — que realizou sua aventura como mercenário de uma Companhia de Comércio, modo eficaz de financiamento para os sonhos e desejos de aventuras de muitos outros viajantes na época — inserisse em seu diário de viagem uma descrição detalhada de tudo o que viu e ouviu no Novo Mundo.

Zacharias Wagener, outro soldado mercenário que veio ao Brasil, reuniu várias pranchas, algumas do famoso pintor holandês Albert Eckhout, sob o nome de *Thierbuch*, ou “Livro dos Animais” (**Wagener ms**). Esse livro teve uma edição brasileira em 1964, com o título *Zoobiblion, livro dos animais do Brasil* (Coleção Brasiliensia Documenta IV. São

Quadro 19: Índices nas enciclopédias temáticas ilustradas

Características	Documentos	Observações
Sem Índice	Anônimo 1633-1644 – <i>Libri Principis</i>	
	Schmalkalden ms – <i>Diário de Viagem</i>	
	Wagener ms – <i>Thierbuch</i>	
Com índice	Anônimo 1660-1664 – <i>Theatrum rerum naturalium Brasiliae</i>	Índice alfabético no final de cada um de seus livros, com indicação de fôlio.
Com índice + sumário	Piso 1648 – <i>De Medicina Brasiliensis</i>	<i>Summaria Librorum Sequentium</i> (início do documento) <i>Index Rerum et Verborum</i> (final do documento), com indicação de fôlio
	Marcgrave 1642 – <i>Historiæ rerum natvralivm Brasiliæ.</i>	Sumário (início do documento) Índice (final do documento), com indicação de fôlio.

A existência de índices e sumários nos parece indicar que os termos apresentados no interior dos documentos, mais que simples ‘nomes das coisas representadas’, começam a ganhar importância como vocábulos. Facilitar o acesso do leitor à informação não justificaria, por si, a presença dos índices, tendo em vista que a língua de entrada da maior parte dos espécimes descritos é o Tupi — língua pouco conhecida na Europa e que, a meu ver, não estimularia a procura de qualquer item pelo seu nome. Pelo contrário, a presença do índice denota a possibilidade de obtenção de informações a partir de um nome dado (conhecido ou não).

Se não se pode dizer que há uma preocupação em teorizar, é evidente a existência de uma preocupação em organizar.

Configura-se, dessa forma, importante indicação dos mecanismos de registro de dados que ora se desenvolviam ou se estabeleciam, enquanto recurso organizacional, descritivo e, também, metodológico. Isso porque, ao se apresentarem como enciclopédias temáticas, organizadas como tal, contendo títulos e subtítulos que remetem aos temas e sub-temas do conhecimento que divulgam, essas obras apontam para um interesse cuja dinâmica se estabelece numa direção ou sentido: **da coisa para o seu nome.**

Verzeichniß
Der Reise und gemäße in dieser Reise
Beschreibung

Fol. 5. - In Land Natal.
- 8 - In Insel Fernando
- 11 - In Brasilianer
- 13 - In Brasilianer
- 18 - In Topoyer
- 20 - In Topoyer Ueb
- 22. 23. In Landcharte von Capitania.
- 24. 25. In Landcharte von Capitania
- 26. 27. In Landcharte von Capitania
- 30 - Grundriß von Stadt Olinda
- 33. 34. Reciff.
- 35. - Mauritz Stadt.
- 36 - Landcharte Saton.
- 38. 39. Boa Vista
- 40. 41. Capitania Rio Grande.
- 43. 44. Orangien von Tamarica
- 47. 48. In Fort Margaretha an fließ Parrita
- 49 - Grundriß In Fort Margarethon
- 51. 52. Cantonburg an fließ Rio grande

Fig. 23 – Índice – Schmalkalden, ms

INDICES DUO ICONUM
 IN HOC TERTIO TOMO CONTENTARIUM,
 QUORUM PRIOR
 est de

ANIMALIBUS BRASILIÆ
 juxta Incolarum appellationes

Acuti 67.	Eirara 75.	Taibi 65.
Aguaja 63.	Ememe 147.	Taibi 66.
Aguara 91.	Equus Bras. 127. 129. 151.	Tayaquate 111. 113. 115.
Aguara-guacu 91.	Guabini 67.	Tajaçucaigoara ibid.
Aguti 57.	Guariha 39.	Tajeçu ibid.
Aguticotia 67.	Jaguara 81.	Tamandui 97.
Al 99.	Jaguarete 83.	Tamandua-guacu 93. 95.
Bos Brasiliensis 125.	Jupatima 67.	Tamandua-pitinga 97.
Brasilienses viri & mul: 237.	Liça 75.	Tapeti 73.
Çabuya 71.	Maracaji 57.	Tapyrete 107. 109.
Çagui & minor 97.	Muamaacoquo 143.	Tapuyarum vorator 19.
Çai & Cay 49. 141.	Muraranous Brasil. 61.	Tapuyarum vir. 17.
Çai macajuba ib.	Nigrita 9. 11.	Tapuyarum mul: 21.
Çitaja 49.	Ovis Chilovis 133. 135.	Tatu 101. 103.
Çapybara 107. 109.	Paca 71.	Tatuapara ibid.
Çapra Guinocns: 139.	Pagella 129.	Tatuete 105.
Çariguaba 75.	Porcus Brasil. 117.	Tatu-guacu 105.
Çariguaja 65.	Porcus Guinocns: 117.	Tatupeba 161.
Çaricuoca 63.	Princps Chilenr: 13.	
Çavia 71.	Regulus Chilenr: 5.	
Cercopithecus Augul: 43. 45.	Sciurus Brasil: 59.	
Cercopithecus Guinocnsul: 51.	Simia major 31. 33. 35.	
Cercopit: Guin: non barb: 47.		
Cercop: ordinarius 41.		
Civetia vel Hiena Guin: 77.		
Civeta Brasil: 79.		
Coandi 105.		
Coati 87.		
Coati-monde 89.		
Coquo 143.		
Cuandú 105.		
Çuguaçu 123.		
Çuguaçu-guarana 85.		
Çuguaçue 119. 121.		
Çuguaçu-papura ibid.		
		Zombe 145.
		Zuru 147.

Fig. 25 – Índice – Anônimo 1660-1664, vol. III – pág. 1

INDEX ALTER ICONUM
DE
INSECTIS BRASILIÆ
Juxta pronuntiationes Brasiliensium.

Ambua 218. 217. 219. ¹⁴⁵	Forcipula ¹⁴⁹ 227.	Nhamdu ¹⁴⁵ 237. 238.
Amerguaça 178.	Fusus alius 301.	Nhamobi-guaçu 237.
Americima 178.		Nhasiu 238.
Amejuã 161.	Guayara 265.	Paipal-guaçu 240.
Amorepinima 208.	Guapiaguara 189.	Panama 277. 279. 281. 283. 285.
Ançu 173.	Guon 189.	Panama-guaçu 249.
Anomya 205. 208. 209.		Panapanama 277.
Apcare 21. 267. 269.		Panapanamuçu 277.
Apepe. Apepe 209.		Panamobi 285.
Arabe 247. 257.	Itaçiyã 231.	Teapogaçu 243.
Aranej 237.	Itaçara 278.	Tercar 247.
Arumatia 24.	Itaçatã 247.	
	Itacurandi 263.	
	Itateba 231.	
	Itatara. Itataram 228.	Quici 249.
Bira 217.	Itapurua 209. 211. 213.	Quiciguaçu 249.
Boianiningã 191.	Itacumiri 187.	Quitingã 239.
Boiguaiã 207.	Itapogaçu 163. 165. 207.	
Bojebi 103.	Itatara. Itatiningã. Itatara 165.	
Boiguasu 197.	Itatara. Itapeba 167.	Senenbi 161. 163. 165. 167.
Boipeba 198.	Itatara. Itatara 191.	
Boitricanga 208.	Itatara 191.	
Boitapo 208.	Itatara. Itatara 288.	Tapitai 229.
	Itatara 197.	Tambeve spei 251. 257.
Caajara 241. 243.	Itatara. Itatara 199.	Itaraguã 177.
Cacaboja 223.	Itatara 188. 189. 189.	Itarouço 179.
Caçiciguaçu 207.	Itatara 221.	Itaradoja 203.
Caminã 223.	Itatara 221.	Tataurana 219.
Carapobeba 170.	Itatara 219.	Teapogaçu 257.
Çenombi 161. 163. 165. 167.	Itatara. Itatara 218.	Tegu 173.
Çenombi-una 163.		Tejuguasu 169.
Çenombi-juba 164.	Locusta nigra 227.	Tejunhã 173.
Çieçieç 200.		Temapora 169.
Çuçuçitã 201.	Mangaguã 297. 298.	Tucurobi 261.
Cupã 230.	Manima 203.	Tucuruã 262.
Curucutingã 189.	Micruubi 249.	
Curuca 191.	Moma 265.	
Culex elegans 209. 211. 212.	Meru 247.	
	Millepeda 227.	
Enema 251. 252.	Mutuca 289. 291. 293.	
Enombi 247. 249. 271.	Mutuca-una 295.	

Fig. 25A – Índice – Anônimo 1660-1664, vol. III – pág. 2

Entretanto, a ‘diferença’ é também responsável por mudanças no sistema de referências do público-alvo, o que abre espaço para que essa dinâmica ocorra na direção inversa, auxiliando o processo de recuperação da informação, qual seja: **do nome à coisa nomeada**. Se o primeiro movimento favorece o desenvolvimento do estudo das espécies, suas classificações e, por conseguinte, o desenvolvimento da taxonomia, o segundo movimento favorece o estabelecimento do vocábulo como unidade de representação — mais ligada à língua do que ao ser nomeado.

A identificação dessa dinâmica nos permite afirmar que, por hipótese, esses dois movimentos são complementares para o desenvolvimento de processos e metodologia favoráveis à construção de um saber lingüístico autônomo, tanto quanto são favoráveis à construção de um saber natural (mais tarde biológico) também autônomo.

As enciclopédias temáticas do século XVII constituem-se em importante documento, auxiliar na compreensão do processo de construção da metodologia científica que ganhará forma e *status* nos séculos seguintes.

2. A organização dos vocabulários bilíngües

Três autores acrescentaram em seus trabalhos a transcrição de um conjunto vocabular, sob a forma de lista — um pequeno dicionário bilíngüe, com título, inserido na obra. São eles:

- “Vocábulos Chilenos” – *in* Barléu 1974 [1647]: 296-303 – contendo 513 vocábulos em dialeto chileno (muito provavelmente o araucano) traduzidos para o português (na edição utilizada);
- “Pequeno Dicionário dos nomes de verbos na Língua dos Brasileiros principalmente comuns”; “Dicionário dos verbos mais comuns” – *in* Marcgrave 1942 [1648]: 276-277 – contendo 286 vocábulos em Tupi, traduzidos para o português (na edição utilizada);
- “Vocábulos brasileiros” (*Vocabula brasiliana*, no original, em latim) *in* Schmalkalden 1998: 48-51 – contendo 102 vocábulos em alemão, traduzidos para o Tupi (no original).

Utilizei esses vocabulários como fontes primárias para esta análise, ainda que tenham sido estudados a partir de traduções. O uso de traduções se justifica pelo fato de que o foco desta análise não é o vocábulo em si, ou a forma como cada um deles foi transcrito, mas a organização dessas listas, ou, as possíveis formas de sua estruturação.

Em primeiro lugar, retomo a afirmação de que o princípio de organização alfabética já era conhecido (como vimos no item anterior), mas nenhum desses vocabulários foi organizado alfabeticamente. O estudo dessas listas de vocábulos revela, entretanto, que não se trata de um conjunto desordenado de palavras, mas que houve, sim, um princípio organizador das entradas. Em segundo lugar, reforço a afirmação de que essas listas foram inseridas no contexto das obras, fato evidenciado por: a) sua organização espacial diferenciada do restante da obra; b) presença de título que identifica o conjunto vocabular, destacando-o de seu contexto.

Apresento, a seguir, o estudo desses vocabulários, ressaltando suas respectivas peculiaridades através dos seguintes itens: a) a constituição desses conjuntos vocabulares; b) os critérios de organização desses conjuntos; c) relações entre a língua de entrada e a de tradução.

2.1 - A constituição dos conjuntos vocabulares

Num primeiro momento, meu estudo pretendeu identificar que vocábulos foram selecionados para compor esses conjuntos.

A primeira hipótese levantada apontava para uma seleção vocabular semelhante à descrita por Bathia (cf. Bathia: 1986) sobre o vocabulário de Jean Josua Ketelaar (1659-1716), *Instructie off onderwijsinge der Hindostane en Persiane talen evens hare diclinatir en conjungatie [...]*, 1698⁴⁸ — um vocabulário da língua hindi, escrito (juntamente com uma gramática) quando o autor serviu a Companhia das Índias Orientais. Bathia ressalta que o vocabulário escrito por Ketelaar foi composto por palavras normalmente presentes nas listas da época (parentesco, numerais, referências temporais, partes do corpo), além de outras bastante singulares (no contexto): listas de venenos, profissões, metais e pedras preciosas, etc.

⁴⁸ Ms. n° C-75, The Hague: Royak Archieves, cf. Bathia 1986: 15.

Tendo em vista o fato de que Ketelaar também era holandês, servindo uma companhia de comércio em terras remotas, haveria a possibilidade de que houvesse um princípio comum para a prática, neste caso, o trabalho com o léxico.

A leitura desses três vocabulários confirmou a hipótese, ainda que parcialmente. Os três vocabulários estudados contêm palavras comuns nos vocabulários da época, quais sejam, as que pertencem aos seguintes campos semânticos: referência temporal, referência sensorial, referência espacial, parentesco, partes do corpo, elementos da natureza. Entretanto, possuem especificidades que os tornam, de certa forma, semelhantes ao vocabulário do hindi escrito por Ketelaar, quais sejam:

a) Era uma prática comum que esses vocabulários incluíssem vocábulos de referência espiritual. Sendo que boa parte deles foi escrita, ou composta, por missionários, era comum que buscassem no léxico da língua em processo de descrição os termos que os auxiliasse na tarefa de evangelização. Os vocabulários produzidos pelos holandeses, porém, apresentam algumas peculiaridades sobre esse aspecto.

A lista “Vocábulos Chilenos” (Barléu 1974 [1647]) não inseriu nenhum vocábulo de referência espiritual (cf. Fig. 26; p.249). Vários outros campos semânticos estão ali representados, conforme comentários abaixo, mas nenhum vocábulo remete aos termos utilizados pelos cristãos (católicos ou protestantes) no contexto de catequização, como: Deus, anjo, céu, inferno, diabo, etc.

As outras duas listas, o “Pequeno Dicionário dos nomes e verbos da Língua dos Brasileiros principalmente comuns” (Marcgrave 1942 [1648]; Fig. 27, p.255) e “Vocábulos brasileiros” (Schmalkalden 1998; Fig. 28, p.261) contêm, cada uma, apenas três vocábulos de referência espiritual, quais sejam:

- “Pequeno Dicionário [...]”: Tupâna – Deus / Caraibebê, Apiabebê – anjo / Ceteimibaê - Espírito
- “Vocábulos brasileiros”: Gott – Túpâna / Engel – Cetecimibaèi / Christ – Caraïbebèi.

Os dois vocabulários iniciam com essas palavras, e continuam com outras, relativas a outros temas.

b) Os vocabulários transcritos nos documentos de Marcgrave e Schmalkalden apresentam palavras relacionadas ao ‘vocabulário essencial’. Os temas que, normalmente, são considerados como constituintes do ‘vocabulário essencial’ são: a) partes do corpo; b) elementos da natureza; c) referência temporal; d) referência espiritual; e) referência sensorial; f) referência espacial; g) parentesco. A leitura das listas desses dois autores (Fig. 27 e 30, p. 255 e 261, respectivamente) confirma que esses são os campos de referência dos vocábulos que as constituem.

Em se tratando de inserções no texto de seus respectivos autores, é possível sugerir que a fonte desses trabalhos foi a literatura da época, provavelmente de autoria de missionários jesuítas. O documento escrito por Marcgrave transcreveu partes da Gramática de Anchieta, o que prova que o material dos jesuítas foi utilizado pelos holandeses.

c) A lista denominada “Vocábulos Chilenos”, transcrita por Gaspar Barléu, difere das outras duas no que se refere ao seu conteúdo. Essa lista de “palavras e vocábulos vazios”, como escreveu Barléu, foi enviada à Holanda por integrantes da missão científica holandesa que saiu do Brasil com destino ao Chile. Tal como no vocabulário de Ketelaar, a lista “Vocábulos Chilenos” contém, além dos constituintes do ‘vocabulário essencial’, outros campos semânticos bastante singulares, tais como:

- referências a atividades profissionais, cargos e funções administrativas e relacionadas ao poder nacional: “*Penienboe* – parteira / *Apó curaca* – governador / [...] *Pulmen* – nobre / *Leptoque* – imperador / *Machi* – médico / *Cona* – soldado / *Retave Caman* – ferreiro / *Guító Woc* – tecelão [...]”
- termos ligados à navegação: “*Butawampo* – nau / *Picchuampo* – bote, batel / [...] *Wyta* – remo”
- termos relacionados às atividades econômicas: “*Tassaquido* – tributo / *Derenoculÿn* – dívida / *Culÿn* – mercadorias / *Nillawÿn* – preço de resgate, resgate [...]”

São muitos os subgrupos que se pode identificar por meio da leitura desse vocabulário. Além dessas referências, chama a atenção o nível de detalhamento, ou seja, a quantidade de nomes relacionados ao mesmo tema. Por exemplo, no que remete às partes do corpo, registrou termos que designam as vísceras, os órgãos genitais, as partes que compõem os membros, etc. Além dos vocábulos, a lista contém, ainda, expressões que são usadas, normalmente, para contatos pessoais, tais como: “*Juei pingeimi – como te chamas?*” ou “*Ale prungi tam ruca – Tua casa é muito longe?*”.

A lista dos “Vocábulos Chilenos” transcrita por Barléu é, portanto, bastante diferente das outras duas mencionadas neste item. Pelas suas singularidades, pode-se sugerir, com base no estudo de Bathia sobre a gramática de Ketelaar, que a composição desse vocabulário reflete uma visão pragmática ou funcional da linguagem, fruto de uma prática baseada numa percepção colonial dos fatos de linguagem (cf. Bathia 1986: 10-11).

Esses são, em linhas gerais, os constituintes desses conjuntos vocabulares.

2.2 - Critérios de organização dos conjuntos vocabulares

Se não foram organizados em ordem alfabética, houve algum outro critério de organização dos conjuntos vocabulares? Dada a variedade de temas abrangidos pelos vocábulos (ou de campos semânticos), a primeira resposta que surge é que, aparentemente, não houve nenhum princípio organizador para a transcrição dos vocábulos.

O estudo dessas listas, entretanto, possibilitou levantar alguns aspectos que podem nos sugerir a existência de critérios para a sua elaboração. Em primeiro lugar, é possível observar que esses conjuntos vocabulares apresentam regularidade significativa na seqüência de apresentação (ou de inserção) dos vocábulos — formam subconjuntos que denotam, exatamente, os contextos de referência dos vocábulos. Assim é que:

a) O dicionário transcrito por Marcgrave (Fig. 27, p.255) apresenta os vocábulos na seguinte seqüência: referência espiritual, elementos da natureza, partes do corpo, novamente ciclos da natureza, parentesco, elementos da natureza, partes do corpo, referências sensoriais (a lista termina com um “dicionário de verbos”). A alternância de subconjuntos, como temas que são

retomados, pode ser atribuída a problemas na transcrição: o material pode ser proveniente de listas que, no original, apresentariam esses subgrupos uniformemente seqüenciados, sem recorrências, mas foram separados no processo de ‘cópia’ (ou transcrição), fruto de repaginação do material — por hipótese. Ou não, essa seria a seqüência original, que retoma grupos temáticos, por algum critério de organização. Penso que um critério possível é o mnemônico, que será melhor explicado no decorrer da argumentação.

O “Dicionário de verbos mais comuns”, que sucede o “Pequeno Dicionário” comentado acima, também parece seguir a uma seqüência de subconjuntos. Inicia com os verbos que dizem respeito aos sentidos (“*Cepiaca* – ver / *Cenduba* – cheirar / *Cetûna* – cheirar [...]”); a continuidade da apresentação aponta para uma organização estabelecida a partir de uma relação de proximidade de sentidos, como nos exemplos abaixo:

- “*Nheenga* – falar / *Capucaya* – clamar”
- “*Menbirara* – dar à luz / *Tecobe* – viver / *Caron* – esperar”
- “*Maramonhanga* – guerrear / *Monberaba* – ferir / *Apîna* – raspar / *Mondoca* – cortar, tirar [...]”

Esses exemplos, entre outras seqüências observáveis na leitura da lista, sugerem seqüências organizadas a partir de relações, também, mnemônicas.

A lista dos “Vocábulos Brasileiros” de Schmalkalden, da mesma maneira, parece sugerir uma organização seqüencial por subconjuntos de referência. Como em Marcgrave, após os termos de referências espirituais, sucedem-se: elementos da natureza, referências monetárias (ou econômicas), partes do corpo, parentesco, referência sensorial, alimentos, referências temporais. A lista termina com vocábulos que indicam os nomes de ações, seguida de frases de contato. No vocabulário encontrado em Schmalkalden, os subgrupos apresentam-se de forma seqüencial, sem retomada dos temas.

b) Um critério semelhante de organização do vocabulário parece ter orientado a lista “Vocábulos Chilenos”, transcrita por Barléu. A seqüência dos subconjuntos observados já foi comentada no item anterior (cf. 2.1 deste capítulo), mas apresenta uma peculiaridade: existem vocábulos que parecem exercer a função (ou papel) de elos encadeadores dos subconjuntos. Observe os exemplos a seguir, (conferindo também a fig. 26, p.249):

Fig. 26 – Vocabulário Chileno

In Barléu 1974: 296-303.

VOCÁBULOS CHILENOS - BARLÉU

<i>Tipanto</i>	ano	<i>Lyl</i>	escôlho
<i>Tien</i>	mês, lua	<i>Milla mappu</i>	minério de ouro
<i>Toninco</i>	semana	<i>Alyquen</i>	árvore
<i>Ante</i>	dia, sol	<i>Cahu</i>	erva
<i>Paun</i>	noite	<i>Nebo</i>	amêndoas, nozes
<i>Tabuyo</i>	tarde (subst.)	<i>Pino</i>	colmo, palha
<i>Eppeun</i>	manhã	<i>Cairon</i>	feno
<i>Rangiante</i>	meio-dia	<i>Wento</i>	homem, varão
<i>Urle</i>	amanhã	<i>Domo</i>	mulher
<i>Eppoê</i>	depois de amanhã	<i>Quidungen</i>	jovem
<i>Vya</i>	ontem	<i>Yecho</i>	mocinha
<i>Putcy</i>	anteontem	<i>Penien</i>	menino
<i>Bachiante</i>	hoje	<i>Domo penien</i>	menina
<i>Mintay</i>	agora	<i>Chou</i>	pai
<i>Weitiva</i>	Então	<i>Nenque</i>	mãe
<i>Wantarulei</i>	Alta manhã, no fim da manhã	<i>Cheche</i>	avô
<i>Taptou</i>	tarde (adv.)	<i>Domo cheche</i>	avó
<i>Biliente</i>	sempre	<i>Weuco</i>	tio materno
<i>Chumel</i>	quando	<i>Mama</i>	tia materna
<i>Chem chuem</i>	como, assim como, tal qual	<i>Pelcuchau</i>	padrasto
<i>Hueno</i>	céu	<i>Caulla</i>	madrasta
<i>Quereb</i>	ar, vento	<i>Botum</i>	filho
<i>Tomo</i>	nuvem	<i>Neaque</i>	filha
<i>Wangelen</i>	estrêlas	<i>Penu</i>	irmão
<i>Pilan</i>	trovão	<i>Lamoên</i>	irmã
<i>Gualio</i>	raio	<i>Guempo</i>	sogro
<i>Buta que quereb</i>	vento forte, tempestade	<i>Vilca</i>	sogra
<i>Maoni</i>	chuva	<i>Choupo</i>	genro
<i>Pirén</i>	neve	<i>Weuro</i>	parente
<i>Verqumao</i>	orvalho	<i>Wama</i>	menino
<i>Pilingei</i>	gêlo	<i>Cunewa</i>	velho
<i>Quetal</i>	fogo	<i>Buytha</i>	velha
<i>Kô</i>	água	<i>Cude</i>	parteira
<i>Tue</i>	terra	<i>Penienboe</i>	governador
<i>Mappo</i>	campo, solo	<i>Apo curaca</i>	senhor
<i>Pele</i>	gleba, cola, argila	<i>Curaca</i>	generalíssimo
<i>Cura</i>	pedra	<i>Apô</i>	regedor
<i>Maviel</i>	madeira	<i>Nentoque</i>	eminente, de primeira dignidade
<i>Aluven</i>	madeira de construção	<i>Ulmen</i>	nobre
		<i>Pulmen</i>	imperador
		<i>Leptoque</i>	médico
		<i>Machi</i>	

<i>Millia</i>	ouro	<i>Cona</i>	soldado
<i>Lien</i>	prata	<i>Retawe Caman</i>	ferreiro
<i>Paila</i>	metal	<i>Guito Woc</i>	tecelão
<i>Titi</i>	estanho	<i>Challo acaman</i>	pescador
<i>Pavillue</i>	ferro	<i>Nilla cabôe</i>	mercador
<i>Qutal cura</i>	pederneira	<i>Turintawe</i>	tintureiro
<i>Chadi</i>	sal	<i>Chumpiro caman</i>	barrete, chapéu
<i>Tultunça caman</i>	tocador de tambor	<i>Cachal</i>	machadinha
<i>Nichetaniweni</i>	criado	<i>Wita</i>	enxada
<i>Voêrquin</i>	mensageiro	<i>Juisue</i>	crivo, peneira
<i>Langan Cheboe</i>	homicida	<i>Chilca</i>	carta
<i>Chuguiboê</i>	ladrão	<i>Quido</i>	vestido
<i>Illuiboe</i>	mendigo	<i>Macum</i>	camisa
<i>Alvee</i>	diabo	<i>Charawilla</i>	ceroulas
<i>Rucca</i>	casa	<i>Chompiro</i>	barrete, chapéu
<i>Ullin</i>	porta	<i>Tariwe loun</i>	faixa, diadema
<i>Chaquama</i>	escada	<i>Icla</i>	vestido de mulher
<i>Pylca</i>	parede	<i>Domo ruida</i>	túnica
<i>Wana ruca</i>	telhado	<i>Couchon</i>	saco
<i>Pithe ruca</i>	cabaninha	<i>Congi</i>	alimento, comida
<i>Gueltaluange</i>	fogão, lar	<i>Cobque</i>	pão
<i>Lolcura</i>	comestíveis	<i>Nul cobque</i>	miolo de pão
<i>Cawijto</i>	leito, cama	<i>Liquangue</i>	luz
<i>Deptuaruca</i>	cárcere	<i>Dumingei</i>	trevas
<i>Weltelve</i>	patíbulo	<i>Oun</i>	bocadinho
<i>Pengal</i>	sepulcro	<i>Quemeiquen</i>	doces, confeitos
<i>Louquen</i>	mar	<i>Medda</i>	polme, suco, papas
<i>Levo</i>	rio	<i>Core</i>	caldo, ôlha
<i>Butawampo</i>	nau	<i>Ilon</i>	carne
<i>Pichuampo</i>	bote, batel	<i>Cuicha ilon</i>	carne de ovelha
<i>Dolio</i>	canoa	<i>Wara ilon</i>	carne de vaca
<i>Wampo</i>	barca, escaler	<i>Cuchi ilon</i>	carne de porco
<i>Aliwen</i>	mastro	<i>Cuchi cham</i>	presunto, pernil
<i>Mou</i>	cabos, cordas	<i>Chaditues ilon</i>	carne salgada
<i>Vela</i>	vela	<i>Caucan</i>	carne assada
<i>Wyta</i>	remo	<i>Avaun</i>	carne cozida
<i>Guetal</i>	fogo	<i>Puytscha</i>	tripas, intestinos
<i>Tubquen</i>	cinza	<i>Curam</i>	ovo
<i>Cuju</i>	carvão	<i>Quecuram</i>	gema de ovo
<i>Ale</i>	chama	<i>Ly curam</i>	clara de ovo
<i>Aypel</i>	brasa, tição	<i>Iwyn</i>	manteiga
<i>Lucaton Guetal</i>	acendalha	<i>Ylu</i>	leite
<i>Wietun</i>	fumo, fumaça	<i>Puulco</i>	bebida
<i>Catila</i>	candeia	<i>Uino</i>	vinho
<i>Wino</i>	faca	<i>Chiche</i>	cerveja chilena
<i>Witi</i>	colher	<i>Cutan</i>	doença, dor
<i>Guidi</i>	panela	<i>Aren cutan</i>	febre
<i>Paila</i>	bacia	<i>Towongen</i>	cabeça
<i>Lepôe</i>	vassoura	<i>Lanco cultano</i>	dor de cabeça
<i>Couwwe</i>	fusos	<i>Veno aren</i>	sarna, gafeira
		<i>Pituw</i>	sarna da cabeça

<i>Lepo boruwe</i>	palito	<i>Albungien</i>	ferida
<i>Pavilla Lonco</i>	capacete	<i>Molbuen</i>	sangue
<i>Waiqui</i>	lança	<i>Touma</i>	cego
<i>Pylqui</i>	seta	<i>Cawinto</i>	banquete
<i>Pulqui Tuboi</i>	arco	<i>Colchou</i>	variola, bexigas
<i>Tultunca</i>	tambor	<i>Wocubo</i>	fera
<i>Macane</i>	maça de ferro	<i>Pangi</i>	leão
<i>Naguel</i>	tigre	<i>Quin pilon</i>	ostra
<i>Cavallô</i>	cavalo	<i>Chapes</i>	mexilhões, mariscos
<i>Cuchy</i>	porco	<i>Melon</i>	caracol
<i>Michun</i>	novilho	<i>Coinouw</i>	caranguejo
<i>Dewe</i>	rato	<i>Quichiquinchio</i>	falcão
<i>Waren</i>	arganaz	<i>Manco</i>	águia
<i>Tuwe dewe</i>	toupeira	<i>Choroi</i>	papagaio
<i>Tewa</i>	cão	<i>Poo</i>	ramo
<i>Pulpeo</i>	raposa	<i>Kempo mamel</i>	tronco
<i>Noquen</i>	ursa	<i>Bope mamel</i>	lenho sêco
<i>Lame</i>	foca	<i>Nebue</i>	avelã
<i>Lemo cuchi</i>	javalí	<i>Nido Iwas</i>	videira
<i>Chuman</i>	veado	<i>Nidu</i>	estaca, haste
<i>Puedo</i>	bode marinho	<i>Uaguen</i>	morango
<i>Quelen</i>	cauda	<i>Chouchouw</i>	groselha preta
<i>Chiliwequi</i>	ovelha chilena	<i>Litue</i>	cogumelos
<i>Zunen</i>	ave	<i>Cachu</i>	herva
<i>Lyppe</i>	pena	<i>Pilun Proque</i>	tanchagem
<i>Mepoi inem</i>	asa	<i>Calicai</i>	trevo
<i>Guelen inem</i>	veste de penas	<i>Curi</i>	urtiga
<i>Dani inem</i>	ninho	<i>Pragyn</i>	flôres
<i>Achawal</i>	galinha	<i>Manen</i>	semente
<i>Alchahawal</i>	galo	<i>Methen</i>	farinha
<i>Pylken</i>	adem	<i>Chiquelen</i>	farelo
<i>Pilo</i>	surdo	<i>Gueli Uanca</i>	coral
<i>Hilca</i>	que vê com um só olho	<i>Kispy</i>	vidro
<i>Topilgen</i>	zarolho	<i>Cudi</i>	mó de moinho
<i>Topil</i>	coxo	<i>Pel</i>	limo, grude, gluten
<i>Jeca</i>	corvo	<i>Tassaquido</i>	tributo
<i>Buica</i>	perú	<i>Quengu</i>	dote
<i>Guereo</i>	tordo	<i>Dereno culÿn</i>	dívida
<i>Tuco</i>	coruja	<i>Culÿn</i>	mercadorias
<i>Gogo</i>	cuco	<i>Nillawÿn</i>	preço de resgate, resgate
<i>Uullyn</i>	abelha	<i>Aucantupain</i>	gracejos
<i>Pulli</i>	môscas	<i>Quyn</i>	um
<i>Uulgn muskÿ</i>	rainha das abelhas	<i>Eppo</i>	dois
<i>Petar</i>	piolho	<i>Quila</i>	três
<i>Nerem</i>	pulga	<i>Meli</i>	quatro
<i>Piro</i>	verme	<i>Quechu</i>	cinco
<i>Culculla</i>	formiga	<i>Cuyn</i>	seis
<i>Cunincunin</i>	cigarra	<i>Relgi</i>	sete
<i>Vilo</i>	cobra	<i>Pura</i>	oito
<i>Bylcum</i>	lagarta	<i>Ailla</i>	nove
<i>Ponon</i>	sapo		

<i>Challua</i>	peixe	<i>Maripataco</i>	cem
<i>Cawel</i>	delfim	<i>Warama</i>	mil
<i>Jene</i>	baleia	<i>Guiltui</i>	caroço
<i>Uouqui</i>	anchova	<i>Tapel</i>	fôlhas, frondes
<i>Vilo chalva</i>	enguia	<i>Nul</i>	casca, cortiça
<i>Chadituel chalva</i>	peixes salgados	<i>Aliquem</i>	árvore
<i>Anquen chalva</i>	peixes defumados	<i>Wul</i>	raiz
<i>Juei pingei</i>	como te chamas?	<i>Calel</i>	corpo
<i>Juam pingem</i>	chamo-me João	<i>Lai calel</i>	cadáver
<i>Cheo Ruaimi</i>	aonde vais?	<i>Vên</i>	carne
<i>Moppo Muruam</i>	vou ao campo	<i>Molvin</i>	sangue
<i>Cheo tui mi</i>	onde vens?	<i>Boro</i>	perna
<i>Niro comotoun</i>	venho de casa	<i>Telqui</i>	pele
<i>Chumel quipa tuai mi</i>	quando virás?	<i>Uen</i>	nervo
<i>Ale prungi tam ruca</i>	Tua casa é muito longe?	<i>Uen moluin</i>	veia
<i>Picherungei</i>	É perto	<i>Lonco</i>	cabeça
<i>Ale prungei</i>	É mais longe	<i>Tol</i>	fronte
<i>Inchi quiparum camappumu</i>	Penso em outras regiões	<i>Lenglen</i>	crânio
<i>Chemnibla quiparui mi camappumu</i>	Por que pensas em outras regiões?	<i>Lonco</i>	cabelo
<i>Merelya tiva mappumu</i>	Nenhumas vitualhas há aqui.	<i>Teren lonco</i>	cabelos brancos
<i>Aleibelaitwachi tipanto benibla ale geniepayn</i>	Este ano foi estéril, por isso temos falta.	<i>Lolo</i>	cérebro
<i>Cheo mappungen tamichau</i>	em que região vive teu pai?	<i>Angen</i>	rosto, semblante
<i>Alueiei</i>	o demônio levou	<i>Taun</i>	faces
<i>Aieimi ruaju inchio</i>	Queres acompanhar?	<i>Ne</i>	olhos
<i>Ailan</i>	não quero.	<i>Tacune</i>	membros
<i>Aien</i>	quero	<i>Denen</i>	sobrancelhas
<i>Chuben quecken neieimi tania</i>	tens que comer	<i>Ua Wingne</i>	cílios, pestanas
<i>Cancon achawal neem</i>	Tenho galinhas assadas quantos? quantas?	<i>Ju</i>	nariz
<i>Mu wy</i>	bastar-nos-ão	<i>Peloju</i>	narinas
<i>Munalei enchintavia</i>	onde beberemos?	<i>Merum</i>	monco
<i>Chuben putuayn?</i>	agradeço-te	<i>Pilum</i>	orelhas
<i>Aile mangunmeinis</i>	quem é esta mulher?	<i>Oun</i>	bôca
<i>Chuben domo triva</i>	é minha espôsa	<i>Adem</i>	suor
<i>Inchi tan Curi</i>	minha filha	<i>Quewen</i>	língua
<i>Ni nave</i>	minha concubina	<i>Melbue</i>	lábios
<i>Ni domo</i>	é uma mulher bonita	<i>Boru</i>	dentes
<i>Ale teminigei vei domo</i>	vem cá	<i>Ilga</i>	dente molar
<i>Quipangnei</i>	vai-te	<i>Bida bida</i>	palato
<i>Amotunge</i>	vamos deitar	<i>Coun</i>	cuspo
<i>Umatuayn</i>	ergamo-nos	<i>Rulmewe</i>	garganta
<i>Utajuca</i>	os espanhóis invadiram	<i>Neên</i>	espírito
<i>Wira Cuchay Compay tam mapumu</i>	estas terras	<i>Quette</i>	mento, queixo
		<i>Paiun</i>	barba
		<i>Pylco</i>	pescoço, cerviz, cachaço
		<i>Lipan</i>	ombro
		<i>Puilpa</i>	braço
		<i>Cue</i>	mão
		<i>Mancue</i>	mão direita
		<i>Wele cue</i>	mão esquerda
		<i>Puley cue</i>	palma da mão

<i>Quipa waicha laimi</i>	queres lutar juntamente?	<i>Changelcue</i>	dedos
<i>Waiquinagelan</i>	careço de armas	<i>Buta changel</i>	polegar
<i>Ina ên peain Waiqui</i>	Segue-me, apoderar- nos-emos das armas	<i>Wili</i>	unhas
<i>Ali teum inche</i>	estou contente	<i>Zevo</i>	peito
<i>Pelli</i>	alma	<i>Moju</i>	maminha
<i>Cadi</i>	costelas	<i>Pue</i>	ventre
<i>Buri</i>	dorso	<i>Weddo</i>	umbigo
<i>Anca</i>	lombos	<i>Uei mai</i>	seja (sê)
<i>Quichio</i>	nádegas	<i>Wei</i>	êste, aquele
<i>Penem</i>	penis	<i>Temunei</i>	bonito
<i>Collu</i>	testículos	<i>Waranei</i>	feio, disforme
<i>Metu</i>	partes pudendas da mulher	<i>Newonei</i>	forte
<i>Chan</i>	coxas	<i>Leptungei</i>	célere, ligeiro
<i>Lucu</i>	joelho	<i>Chouwo</i>	preguiçoso
<i>Whethuntoy</i>	panturrilha	<i>Alilonconeï</i>	muito sábio
<i>Toy</i>	canela	<i>Wentannei</i>	grave
<i>Hemum</i>	pernas	<i>Queunei</i>	soberbo
<i>Namon</i>	pés	<i>Culenei</i>	rico
<i>Changil Namen</i>	artelhos	<i>Cunewal</i>	pobre
<i>Prencoy Namen</i>	calcanhar	<i>Toucu</i>	tolo
<i>Puley Namen</i>	planta do pé	<i>Molgei</i>	nu
<i>Piuque</i>	coração	<i>Ilungei</i>	vestido
<i>Wocum</i>	pulmão	<i>Queten</i>	estreito
<i>Que</i>	estômago	<i>Anquen</i>	sêco
<i>Curique</i>	figado	<i>Prequin</i>	avarento
<i>Uecaque</i>	baço	<i>Prequiboe</i>	liberal
<i>Quelche</i>	intestinos	<i>Buta</i>	grande
<i>Villin</i>	bexiga, urina	<i>Pichi</i>	pequeno
<i>Mee</i>	excremento	<i>Montingei</i>	gordo
<i>Perquen</i>	traque	<i>Tou Tau</i>	magro
<i>Nomoy</i>	fedor	<i>Pettun</i>	côr
<i>Pelengsley</i>	aranha	<i>Queli</i>	vermelho
<i>Inche</i>	eu	<i>Calbu</i>	azul
<i>Eimi</i>	tu	<i>Carel</i>	verde
<i>Tubei</i>	êle	<i>Choot</i>	louro
<i>Inchen</i>	nós	<i>Curi</i>	negro
<i>Tecengen eimen</i>	vós	<i>Lye</i>	branco
<i>Liengen</i>	êles	<i>Nilla caju</i>	trocar
<i>Emma</i>	assim, sim	<i>Illuwyn</i>	dar
<i>Muh</i>	não	<i>Tuignei</i>	estar alegre
<i>Pichumei</i>	perto	<i>Umatum</i>	dormir
<i>Alerungei</i>	longe	<i>Limen</i>	despertar
<i>Taymen</i>	contra	<i>Tangnune</i>	quebrar
<i>Woecun</i>	fora	<i>Bemgne</i>	ajuntar, amontoar
<i>Compay</i>	dentro	<i>Playn</i>	achar, encontrar
<i>Pulon</i>	em baixo	<i>Uangen bÿn</i>	perder
<i>Wono</i>	em cima	<i>Necul</i>	correr
<i>Buri</i>	depois, atrás	<i>Amon</i>	ir
		<i>Utalenge</i>	estar, estar em pé
		<i>Wi-wÿn</i>	ser
		<i>Chuheleyn</i>	jazer

<i>Junengen</i>	antes, adiante	<i>Tecanen</i>	dançar
<i>Quelleb</i>	junto, ao pé	<i>Padenatum</i>	cair
<i>Munai</i>	bastante, assaz	<i>Utalenen</i>	levantar
<i>Alengei</i>	demasiado	<i>Auinge</i>	sentar, estar sentado
<i>Munalai</i>	muito pouco	<i>Dimgune</i>	falar
<i>Chemibla</i>	por quê?	<i>Temelenge</i>	calar
<i>Ueinibla</i>	por isso?	<i>Puronge</i>	cantar
<i>Pylcunge</i>	clamar, gritar	<i>Guallulueno</i>	entregar
<i>Quipay</i>	vir	<i>Peltenei</i>	pagar
<i>Ien</i>	comer	<i>Lay</i>	morrer
<i>Butun</i>	beber	<i>Rengalgei</i>	sepultar
<i>Mepai</i>	evacuar	<i>Quedau Capay</i>	trabalhar
<i>Willan</i>	urinar	<i>Intunge Milla</i>	extrair ouro
<i>Cudepain</i>	brincar, folgar	<i>Nilla Teubÿn</i>	vender
<i>Quequatum</i>	advogar (uma causa)	<i>Nilla vin</i>	comprar
<i>Locatum</i>	litigar	<i>Chu pipai mi</i>	que dizes?
<i>Langawÿn</i>	matar	<i>Quimla Wi tami piel</i>	não sei o que dizes
<i>Mecowÿn</i>	carregar	<i>Chu pipaimi</i>	que fazes?
<i>Chuquin</i>	furtar	<i>Chumpaila</i>	nada

Fig. 27 – *Pequeno Dicionário dos nomes e verbos da língua dos Brasileiros principalmente comuns.*

In Marcgrave 1942: 276-277.

Pequeno Dicionário dos nomes e verbos da língua dos Brasileiros principalmente comuns

<i>Tupâna</i> , Deus.	<i>Tagira</i> , filha (Dêstes dois nomes, só usa-se o pai; mãe diz <i>Menbira</i>).	<i>Cay</i> , macaco.
<i>Caraibebê</i> , <i>Apiabebê</i> , Anjo.	<i>Tiquera</i> , irmã mais velha.	<i>Eyruba</i> , abelha.
<i>Ceteimibaê</i> , Espírito.	<i>Piquiira</i> , irmã mais nova (Dêstes nomes só usam as mulheres entre si).	<i>Potivi</i> , pato.
<i>Ibatinga</i> , <i>Ibitinga</i> , nuvem.	<i>Tiqueira</i> , irmão mais velho.	<i>Ipeca</i> , ganso.
<i>Amandiba</i> , saraiva.	<i>Tibira</i> , irmão mais moço (Dêstes dois nomes só usam os irmãos entre si. Bem como <i>Quibira</i> , irmão, irmãos somente para com os irmãos.	<i>Capii</i> , grama.
<i>Ara</i> , dia.	<i>Teindira</i> irmã, irmãos somente para com as irmãs.	<i>Iguaba</i> , cálice.
<i>Putuna</i> , noite.	<i>Tûba</i> , <i>Tutira</i> , tio.	<i>Itapigua</i> , cravo.
<i>Coemitanga</i> , aurora.	<i>Cig</i> , <i>Cygra</i> , tia. (Êstes mesmos indicam tio materno e tia materna).	<i>Mbaê</i> , <i>apapuara</i> , feixe.
<i>Ara ibicoquime</i> , meio-dia.	<i>Coya</i> , gêmeos.	<i>Itacira</i> , enxadão.
<i>Abâ</i> , homem.	<i>Termireco</i> , marido e espôsa.	<i>Capii goacu</i> , palha.
<i>Anga</i> , alma.	<i>Mendara</i> , matrimônio.	<i>Mbiû</i> , alimento.
<i>Tatê</i> , corpo.	<i>Abaiba</i> , futuro espôso.	<i>Cobra</i> , cobra.
<i>Pocembuera</i> , membro.	<i>Cunhaiba</i> , futura espôsa.	<i>Apicaba</i> , morada.
<i>Acangapé</i> , crânio.	<i>Cemiraco</i> , <i>aô bae</i> , viúvo.	<i>Piâ</i> , figado.
<i>Tagica</i> , veia.	<i>Ymen eôbae</i> , viúva.	<i>Cebira</i> , nádega.
<i>Canga</i> , osso.	<i>Tubei ima</i> , pupilo.	<i>Mâupiâra</i> , bilis.
<i>Taguî</i> , sangue	<i>Iacitatâ</i> , Estrela.	<i>Tigue perg</i> , intestino.
<i>Pirá</i> , pele.	<i>Opacatumbae</i> , mundo.	<i>Ty</i> , urina.
<i>Tiaya</i> , suor.	<i>Ibutú</i> , vento.	<i>Tyurú</i> , bexiga.
<i>Tendi</i> , escarro.	<i>Amacúnunga</i> , trovão.	<i>Vba</i> , coxa.
<i>Aba</i> , cabelos.	<i>Amaberaba</i> , raio.	<i>Acaya</i> , madre.
<i>Apecum</i> , língua.	<i>Ibi</i> , terra.	<i>Tendipia</i> , joelho.
<i>Tendiba</i> , queixo.	<i>Ara</i> , ar.	<i>Pi</i> , pé.
<i>Ayûra</i> , pescoço.	<i>Ig</i> , água.	<i>Temâ</i> , tibia.
<i>Aceoca</i> , garganta.	<i>Aba</i> , homem.	<i>Micu</i> , dedo do pé.
<i>Atyba</i> , ombro.	<i>Cunha</i> , mulher.	<i>Mitá</i> , calcanhar.
<i>Gibâ</i> , braço.	<i>Tuibaem</i> , velho.	<i>Porucicôbora</i> , pobre.
<i>Mbê</i> , mão.	<i>Guaibino</i> , velha.	<i>Coribae</i> , alegre.
<i>Ecatuaba</i> , mão direita.	<i>Cunumigoacu</i> , moço.	<i>Angaipaba</i> , mau, astuto.
<i>Acu</i> , mão esquerda.	<i>Cunumi</i> , menino.	<i>Yyaibeimmbae</i> , nu.
<i>Puâ</i> , dedo.	<i>Pitanga</i> , criança.	<i>Mbaeaûbora</i> , doente.
<i>Puâ guacu</i> , polegar.	<i>Anâma</i> , parente.	<i>Apara</i> , curvo.
<i>Mua pendaba</i> , articulação.		<i>Tipibae</i> , triste.
<i>Vnha puapem</i> , unha.		<i>Angaturama</i> , agradável.
<i>Atucupe</i> , dorso.		<i>Poranga</i> , belo.
<i>Potia</i> , peito.		<i>Tecobecatu</i> , são.
<i>Cama</i> , mama.		<i>Atapuâtia</i> , veloz.
<i>Tigne</i> , ventre.		<i>Iuba</i> , amarelo.
<i>Purva</i> , umbigo.		<i>Tinga</i> , branco.
<i>Ique</i> , lado.		<i>Mormotara</i> , cólera.
<i>Nhia</i> , coração.		<i>Tecoateima</i> , avareza.
<i>Ibâia</i> , Céu.		<i>Porerobiâra</i> , fidelidade.
<i>Coaracî</i> , Sol.		<i>Tecoacú</i> , felicidade.
<i>Iaci</i> , Lua.		<i>Ibatebae</i> , alto.

<i>Icapî</i> , orvalho.	<i>Iba</i> , árvore.	<i>Boya</i> , servo.
<i>Ara</i> , tempo.	<i>Ibitira</i> , monte.	<i>Atapuana</i> , leve.
<i>Acayúro ig</i> , Ano.	<i>Ceba</i> , fôlha.	<i>Poxi</i> , disforme.
<i>Iaci</i> , mês.	<i>Yá</i> , fonte.	<i>Catú</i> , delicado.
<i>Caruca</i> , tarde.	<i>Ita</i> , ferro.	<i>Pucu</i> , longo.
<i>Tata</i> , fogo.	<i>Itá</i> , pedra.	<i>Angaibara</i> , magro.
<i>Tuba</i> , pais e pai.	<i>Pirá</i> , peixe.	<i>Membeca</i> , mole.
<i>Ay</i> , cig, mãe.	<i>Roig</i> , frio.	<i>Acuabeimbae</i> , bobo.
<i>Tamúa</i> , avô.	<i>Ceo</i> , animal.	
<i>Araya</i> , avó.	<i>Guirarupia</i> , ovo.	
<i>Taíra</i> , filhos e filho.	<i>Mocu</i> , enguia.	

Dicionário dos verbos mais comuns.

<i>Cepiaca</i> , ver.	<i>Anduba</i> , sentir.	<i>Cuu</i> , defender.
<i>Cenduba</i> , ouvir.	<i>Có</i> , ir.	<i>Cauccuba</i> , amar.
<i>Cetúna</i> , cheirar.	<i>Guata</i> , andar.	<i>Pitibó</i> , ajudar.
<i>Caanga</i> , provar.	<i>Moanga</i> , pensar.	<i>Mogiba</i> , cozinhar.
<i>Nheenga</i> , falar.	<i>Maenduara</i> , recordar-se.	<i>Amotareima</i> , odir.
<i>Capucaya</i> , clamar.	<i>Paraboca</i> , escolher.	<i>Caanga</i> , medir.
<i>Igú</i> , beber.	<i>Mopotaya</i> , atar.	<i>Moequima</i> , umedecer.
<i>Pocaucuba</i> , sonhar.	<i>Porára</i> , mentir.	<i>Monguya</i> , desatar.
<i>Mbaeú</i> , comer.	<i>Aroca</i> , diminuir.	<i>Monguy</i> , moer.
<i>Rura</i> , vir.	<i>Angaipaba</i> , delinquir.	<i>Pita</i> , ficar.
<i>Menbirara</i> , dar à luz.	<i>Puaya</i> , mandar.	<i>Puru</i> , usar.
<i>Tecobe</i> , viver.	<i>Potara</i> , desejar.	<i>Tara</i> , tomar.
<i>Carom</i> , esperar.	<i>Meenga</i> , entregar.	<i>Mobibua</i> , coser.
<i>Ayaima</i> , espirrar.	<i>Moenddi, capi</i> , incendiar.	<i>Potareima</i> , recusar.
<i>Ierure</i> , pedir.	<i>Mondoca</i> , entalhar.	<i>Iabába</i> , fugir.
<i>Abiqui</i> , pentear.	<i>Abi</i> , errar.	<i>Moete</i> , louvar.
<i>Cenoyal</i> , chamar.	<i>Ecatu</i> , poder.	<i>Capira</i> , limpar.
<i>Cuába</i> , conhecer.	<i>Nhengara</i> , cantar.	<i>Mbaeraca</i> , comprar.
<i>Nhemboe</i> , aprender.	<i>Porabiqui</i> , operar.	<i>Monhanga</i> , fazer.
<i>Puca</i> , rir.	<i>Yeaóboca</i> , despojar.	<i>Cerúra</i> , carregar.
<i>Ciquiye</i> , temer.	<i>Momiya</i> , mover.	<i>Moyeceára</i> , misturar.
<i>Quera</i> , dormir.	<i>Perá</i> , evitar.	<i>Moropiána</i> , comutar.
<i>Ienumúna</i> , cuspir.	<i>Pituba</i> , ungrir.	<i>Paronduba</i> , indagar.
<i>Caanga</i> , dizer.	<i>Pobána</i> , fiar.	<i>Cupira</i> , levantar.
<i>Nheangeru</i> , suspirar.	<i>Cobaitim</i> , ocorrer.	<i>Yeupira</i> , subir.
<i>Cecarúya</i> , esquecer.	<i>Cenoya</i> , chamar.	<i>Maramonhanga</i> , guerrear.
<i>Gueena</i> , vomitar.	<i>Mondoroça</i> , quebrar.	<i>Monberaba</i> , ferir.
<i>Guapua</i> , assentar-se.	<i>Caameenga</i> , morder.	<i>Apina</i> , raspar.
<i>Queraro</i> , velar.	<i>Coquendaboja</i> , abrir.	<i>Mondoca</i> , cortar, tirar.
<i>Puama</i> , levantar.	<i>Raba</i> , desatar.	<i>Cema</i> , sair.
<i>Caruca</i> , urinar.	<i>Cacába</i> , passar.	<i>Aôba, mondêba</i> , vestir.
<i>Poacêma</i> , gemer.	<i>Tima</i> , plantar, esmagar.	<i>Iecoacuba</i> , abster-se.
<i>Pitêra</i> , sorver.	<i>Pocuába</i> , ter costume.	<i>Cica</i> , arar.
<i>Tiú</i> , envergonhar-se.	<i>Igtaba</i> , nadar.	<i>Cipija</i> , regar.
<i>Yaceô</i> , chorar.	<i>Peá</i> , depor.	<i>Ceyara</i> , abandonar.
<i>Mano</i> , morrer.	<i>Paepúa</i> , responder.	<i>Pitanga rempi</i> , conceber.
<i>Acanhem</i> , eu morro.	<i>Moetê</i> , adorar, honrar.	<i>Moaguêba</i> , extinguir.

<i>Tima</i> , sepultar.	<i>Monbeu</i> , anunciar.	<i>Moabaiba</i> , encantar.
<i>Cenonheca</i> , suplicar.	<i>Tiguioca</i> , deitar sangue.	<i>Monbuja</i> , esburacar.
<i>Cepiaca</i> , repreender.	<i>Moriba</i> , consentir.	<i>Pitêra</i> , oscular.
<i>Mondôca</i> , cortar.	<i>Acoy</i> , cobrir.	<i>Monbuca</i> , perfurar.
<i>Aei</i> , errar.	<i>Yacâ</i> , matar.	<i>Mayaoca</i> , dividir.
<i>Capucaáya</i> , enfurecer-se.	<i>Moperúa</i> , assar.	<i>Ami</i> , oprimir.
<i>Berâba</i> , brilhar.	<i>Caê</i> , curar.	<i>Mogucô</i> , polir.
<i>Rerecô</i> , ter.	<i>Moabaiba</i> , impedir.	<i>Moyarú</i> , brincar.
<i>Momitá</i> , dar hospedagem.	<i>Apition</i> , ligar.	

- a seqüência que inicia com “*Hueno* – céu [...]” e termina com “[...] *Tue* – terra” é sucedida por uma outra seqüência composta por termos relacionados à ocupação da terra: “*Mappo* – campo, solo / *Pele* – gleba, cola, argila / *Cura* – pedra / *Maviel* – madeira / *Aluven* – material de construção”. Desse modo, o vocábulo que designa ‘terra’ funcionaria como um elo entre os subconjuntos: o primeiro, formado por termos que remetem aos elementos da natureza; o segundo, formado por termos que remetem à ocupação da terra pelo homem.
- a seqüência que inicia com “*Wento* – homem, varão” e termina com “*Cude* – velha”, relações de parentesco, continua com outra que remete às atividades ou papéis sociais, encabeçada por “*Peninboe* – parteira” e encerrada por “*Turintawe* – tintureiro”. Entre essas seqüências, o vocábulo que designa ‘velha’ funcionaria como um elo entre os subconjuntos — a palavra ‘velha’, além de remeter ao conceito de família, relaciona-se à idéia de parteira que, em muitos grupos sociais, é função exercida por mulheres mais experientes (‘velhas’) da comunidade.

A leitura do vocabulário permite o reconhecimento de outros subconjuntos relacionados entre si por uma palavra que parece funcionar como um elo encadeador dos temas. Ou, por hipótese, essas palavras funcionariam como o elemento mnemônico que organiza a seqüência de apresentação dos vocábulos (também mnemonicamente organizados entre si).

Não é possível dizer qual foi o critério adotado na organização dessas listas. Mas é possível afirmar que passaram por um processo de organização, ou, que houve algum método na sua elaboração. O estudo apresentado nas alíneas (a) e (b) deste item indicam para o pesquisador um critério possível, que caracterizo como mnemônico. Acrescentaria que, atribuir a organização dessas listas a partir de um critério mnemônico recobre duas possibilidades: o primeiro, no que diz à própria organização, como foi demonstrado acima; o segundo, no que diz respeito à coleta de material – os dados de língua (vocábulos) poderiam ser mnemonicamente ‘guardados’ pelo pesquisador, que ao organizar suas listas reproduziria a mesma ordem /seqüência de vocábulos memorizados. Uma hipótese que desafia a uma continuidade de pesquisa.

2.3 - Relações entre a língua de entrada e a tradução

Os três vocabulários são bilíngües. Como já foi dito anteriormente, o “Pequeno Dicionário” (Marcgrave 1942) contém entradas em Tupi, com tradução para o português na edição utilizada e, possivelmente, também para o português na versão original. Apesar de não ter tido acesso aos originais desse documento, é possível que seja transcrição de documentos dos jesuítas das missões brasileiras. A lista dos “Vocábulos Chilenos”, em Barléu, contém entradas em araucano, com tradução para o português na edição utilizada; como também não tive acesso ao original, é possível sugerir que a tradução tenha sido para o latim, mas não necessariamente, pois foi inserida na crônica de Barléu, o que não nos remete a um ‘autor’ conhecido. Por sua vez, a lista “Vocábulos brasileiros”, em Schmalkalden, contém entradas em alemão, a língua falada pelo autor, com tradução para o Tupi. Schmalkalden escreveu em seu texto que esses vocábulos lhe foram apontados por um brasileiro (um nativo) e um mestre-escola.

Observamos nessa descrição que, com base nas línguas de entrada e traduções dos vocabulários, é possível estabelecer uma relação entre esses vocabulários e seus contextos de produção. Um vocabulário cujas entradas são extraídas da língua do **outro**, num contexto de colonizadores que descobrem/descrem o Novo Mundo, pode indicar um princípio de organização fundamentado na **diferença**. Ou seja, o organizador da lista registrou o ‘dado novo’ em relação ao seu universo de conhecimento, traduzindo-o para a sua própria língua (ou para a língua do destinatário do documento). A dinâmica dessa operação estabelece-se no sentido ‘do outro para o próprio’. É o caso das listas inseridas por Barléu e Marcgrave: ainda que não seja possível determinar a autoria dessas listas, não é muito provável que tenha sido organizada por um nativo brasileiro (falante do Tupi) nem por um nativo chileno (falante do araucano). Qualquer que tenha sido o seu organizador, seria, provavelmente, um europeu.

Ao contrário, um vocabulário cujas entradas são feitas na **própria** língua, no mesmo contexto de colonização do Novo Mundo, pode indicar um princípio de organização fundamentado na **semelhança**. Ou seja, a partir do seu conhecimento de mundo, o organizador do vocabulário seleciona os vocábulos e identifica no universo de chegada os termos equivalentes, registrando-os. É o caso da lista transcrita no documento de Schmalkalden — um viajante. Neste caso, a lista desempenharia um papel mais pragmático,

resolvendo situações imediatas de comunicação, numa dinâmica que, sem dúvida, se orienta do ‘próprio para o outro’.

No que tange à organização dos conjuntos vocabulares, não foi possível fazer afirmações absolutas — são três listas extraídas de seus contextos e inseridas em outros. Mas o estudo dessas listas contribuiu para o desenvolvimento deste projeto de Historiografia, na medida em que, por seu intermédio, foi possível buscar a compreensão de aspectos relacionados à produção lingüística holandesa. Em primeiro lugar, contribuem para demonstrar que houve, de fato, uma prática lingüística holandesa: os vocabulários são o produto final de um trabalho que tem os dados de língua por objeto, inquestionavelmente. Em segundo lugar, porque contribuem para demonstrar que essa prática foi, com forte probabilidade, fundamentada em princípios de organização. Por último, porque a identificação de princípios organizacionais contribui para demonstrar que a prática lingüística holandesa foi resultado do emprego de uma metodologia.

3. Estrutura e classificação dos textos definitórios e/ou verbetes

O primeiro item deste capítulo teve por objetivo identificar o gênero de escrita dos documentos que forneceram a maior parte dos dados de língua para este trabalho. Classificar esses documentos como ‘enciclopédias temáticas’ (ilustradas ou não), nos permite tratar cada um dos textos definitórios encontrados nesses documentos como um verbete. Constituí, portanto, como unidade de análise, neste item, o verbete que acompanha cada vocábulo registrado nos documentos selecionados para fontes desta análise (as enciclopédias temáticas).

Os verbetes e/ou textos definitórios, constituintes do *corpus*, foram compilados dos seguintes documentos:

- Anônimo 1633-1644 (*Libri Principis*) – 215 verbetes;
- Barléu 1974 [1647] (*História dos Feitos Recentemente praticados durante oito anos no Brasil*) – 43 verbetes;
- Marcgrave 1942 [1648] (*Historia Natural do Brasil*) – 604 verbetes;
- Piso ms (*De Medicina Brasiliensi – Liber Tertius, Liber Quartius*) – 132 verbetes;
- Schmalkalden 1998 (*Diário de Viagem*) – 78 verbetes;
- Wagener 1997 (*Thierbuch*) – 118 verbetes.

Fig. 28 – *Vocábulos brasileiros*
 In Schmalkalden ms [1998]⁴⁹

Vocábulos brasileiros

Gott – Túpãna quasi [...] (Deus)	Glied – Pocembúera (membro)
1. Engel – Cetecimibaèi (anjo)	Bein – Caúga (perna)
2. Christ – Caraïbebèi (Cristo)	Blutt – Tagui
Himmel – Ibáia (céu)	Haut – Pirâ (pele)
Sonne – Coracî (sol)	Haar – Aba (cabelo)
Monde – Iaci (lua)	Zunge – Apecúm (língua)
Stern – Incitató (estrela)	Kinn – Tentiba (queixo)
Wolcken – Ibatinga (nuvens)	Halls – Ayûra (pescoço)
Hagel – Amándiba (granizo)	Arm – Gibâ (braço)
Donner – Amacúnúnga (trovão)	Hand – Mbô (mão)
Blitz – Amaberaba (relâmpago)	Rechte Hand – Ecatuaba (mão direita)
Wind – Ig (áuga)	Linke Hand – Acú (mão esquerda)
Berge – Ibitira (montanha)	Daumen – Púâguacú (polegar)
Baum – Ya (árvore)	Finger – Púâ (dedo)
Eisen – Ita (ferro)	Rücken – atúcúpe (costas)
Stein – Itâ (pedra)	Brust – Potia (peito)
Geld – Taiuba (dinheiro)	Bauch – Tigne (abdômen)
Gold – Taiuiuba (ouro)	Nabel – Púrva (embigo)
Mensch – Abâ (ser humano, homem)	Herz – Nhia (coração)
Seele – Anga (alma)	Arsch – Cebira (forma popular de ânus, cú)
Leib – Tetè (corpo)	Knie – Tendipia (joelho)
	Fuß - Pî (pé)
Schienbein – Temá (canela)	Ei – civirarúpia (ovo)
Zahn – Micú (dente)	Euter – Potivi (teta)
Leber – Piâ (fígado)	Jahr – Acay (ano)
Gall – Maúpiâra (bílis)	Monath – Iaci (mês)
Urin – Ty (urina)	Tag – Ara (dia)
Vater – Túna (pai)	Nacht – Pútúna (noite)
Mutter – Cî (mãe)	Abend – Carúca (o entardecer)
Weib – miréco (mulher)	sehen – cépiaca (ver)
Bruder – ribira (irmão)	hören – cendúba (ouvir)
Sohn – raïra (filho)	rúhen – cetúna (descansar)
Tochter – rapira (filha)	schmecken – caanga (saber a, ter gosto de)
Furcht – Boya (medo, temor)	reden – nheanga (falar)
Schelm – Angaipaba (garoto)	essen – Mbaeû (comer)
Zwilling – Coya (gêmeo)	trinken – Igú (beber)
schön – Porange – (belo, bonito)	kommen – Iúra (vir)
weiß - Tinga (branco)	schlaffen – Quera (dormir)
ungestalt – Poxi (amorfo, informe)	haben – rerôco (ter)

⁴⁹ Esta é a transcrição da lista “Vocábulos brasileiros” tal como traduzida na edição de Schmalkalden 1998. As duas primeiras palavras correspondem ao original (confrontado; edição diplomática); a palavra entre parênteses foi acrescentada à edição traduzida, não fazendo parte do manuscrito original.

hoch – Ibatebae (alto)	sitzen – guarúa (estar sentado)
lang – Púcú (comprido)	aufstehen – Lúama (levantar-se)
Speisse – mbiû (refeição)	ich – Yxè (eu)
Brot – miapè (pão)	mein – xè (meu, minha)
Farinha – oriû	Mein Vater – xerúba (meu pai)
Fleisch – soô (carne)	Meine Mutter – xecî (minha mãe)
Fisch – Pyra (peixe)	Mein Bruder – xeribîra (meu irmão)

Wie gehts? – ericobè (como vais?)
Noch recht wohl – ra (muito bem)
Komm her – erorike (venha cá)
Alsbald – crômo (imediatamente, logo a seguir)
Ich will gehen – Assopotâr (eu quero ir)
wohin – Baerema (para onde?)
Es ist gut - `Ycatú (é bom)
Es ist nicht gut – Nicatúí (não é bom)
Wie ist dein Name? – Marandaura (como é o teu nome?)
Das ist mein Haus – co xe roca (esta é minha casa)

São ao todo seis documentos, sendo que dois textos originais e quatro traduções dos originais. Ao lado dos documentos classificados como enciclopédias temáticas ilustradas, acrescentei um trecho do trabalho de Barléu 1974 [1647], que apresenta os espécimes brasileiros utilizando-se de uma maneira bastante peculiar para tal. O Quadro 20, abaixo, resume essas informações:

Quadro 20: Total de verbetes estudados.

Referência	Obra	Gênero	Total de verbetes e/ ou textos definitórios
Anônimo 1633-1644	<i>Libri Principis</i>	enciclopédia temática ilustrada	215
Barléu 1974 [1647]	<i>História dos Feitos Recentemente praticados durante oito anos no Brasil</i>	crônica	43
Marcgrave 1942 [1648]	<i>História Natural do Brasil</i>	enciclopédia temática ilustrada	604
Piso ms	<i>De Medicina Brasiliensi – Liber Tertius, Liber Quartus</i>	enciclopédia temática ilustrada	132
Schmalkald en 1998	<i>Diário de Viagem</i>	diário / enciclopédia temática ilustrada	78
Wagener 1997	<i>Thierbuch</i>	enciclopédia temática ilustrada	118
			TOTAL: 1190

Foi contabilizado o total de verbetes lidos e avaliados apenas como dado estatístico; os dados numéricos não se constituíram, aqui, num critério de análise. A rigor, a análise está fundamentada em critérios qualitativos, já explicitados, mas que retomo a seguir.

Os critérios de análise dos verbetes, estabelecidos com base no texto de Martin (Martin: 1990), partem da oposição entre ‘definição natural’ e ‘definição convencional’. Dessa oposição o autor propõe uma tipologia das definições, qual seja (cf. item 3.2.2; Capítulo I):

- a) ‘definição convencional’ — normalmente breve, está associada a uma atividade prescritiva. A definição natural pode ser *a priori* — caracteriza no momento da denominação; ou *a posteriori* — delimita os sentidos dentro de um contexto mais técnico.

b) 'definição natural' — definição de palavras da linguagem ordinária ou definição de objetos naturais. Pode ser:

- definição metalingüística — definição de palavra;
- definição derivacional — definição de palavra, construída com base na estrutura da própria palavra;
- definição sinonímica ou antonímica — definição de palavra que relaciona o vocábulo com um ou mais sinônimos e/ou antônimos;
- definição mínima — definição da coisa nomeada; visa somente a pertinência da coisa (ser, objeto) a uma determinada classe;
- definição estereotípica — definição da coisa nomeada que, além de ter por objetivo a pertinência da coisa nomeada a uma determinada classe, dispõe-se também a oferecer a sua representação, permitindo uma identificação efetiva. São constituídas de traços descritivos e de traços funcionais.

O estudo dos verbetes que constituem o *corpus* para esta análise, nos permite dizer, antecipadamente, que podem ser caracterizados como definições naturais estereotípicas, favoráveis à taxonomia e que visam à representação da coisa nomeada, conforme demonstrado nos subitens desta seção.

Como parte, ainda, da introdução deste tema, cumpre ressaltar dois aspectos da constituição desses verbetes: a) o ponto de vista da coleta das informações; b) o ponto de vista de sua inserção nos documentos.

Se partirmos do pressuposto de que o falante de uma língua qualquer não fala itens lexicais isolados, torna-se pertinente o conhecimento dos métodos de coleta de dados utilizados pelos autores dos textos em estudo. A partir da leitura dos documentos, bem como da literatura indicada nas referências bibliográficas, parece razoável sugerir que os métodos de coleta de dados envolveram:

- a) a observação dos espécimes nos jardins botânico e zoológico construídos por Nassau em Recife;
- b) a observação dos espécimes durante as missões de guerra e missões científicas empreendidas pela Companhia durante a administração de Nassau, especialmente;

c) a coleta de nomes nativos dos espécimes através das fontes disponíveis, quais sejam: 1) publicações anteriores: européias ou de jesuítas estabelecidos no Brasil; 2) informantes: índios missionados, índios que serviram de guias e intérpretes, negros que trabalhavam nos engenhos e nas residências, intérpretes da administração e, eventualmente, até moradores das cidades ou vilas por onde passaram os que tinham por responsabilidade a coleta dos dados.

O resultado desse trabalho de campo, seja qual for a fonte, são os dados de língua em si, neste caso, os vocábulos. A tarefa de registro desses dados, tanto quanto a tarefa de coleta, é uma prática lingüística, que envolve técnicas, metodologia (como se procurou demonstrar, especialmente nas análises do Capítulo V).

Existe, entretanto, uma segunda etapa nesse processo, qual seja, o tratamento conferido aos dados de língua — coletados e registrados. A tarefa de ‘definir’ esses vocábulos constitui-se, portanto, numa prática lingüística de natureza diversa das que envolveram a coleta e o registro dos dados. Se o registro do vocábulo busca reproduzir a ‘forma’ como o informante pronuncia o nome do ser/coisa nomeados, a escrita do texto definitório busca recuperar o ‘conteúdo’ a que se refere o vocábulo registrado — passa pelo filtro de percepção do autor, constituído pela sua história de vida e pelo contexto político-social-ideológico em que nasceu e viveu. A tarefa de registrar o vocábulo privilegia, num primeiro momento, o ponto de vista do informante — ‘o que’ e ‘como’ falou; informações que são, então, registradas de acordo com os critérios do pesquisador. A tarefa de escrever os verbetes privilegia o ponto de vista do pesquisador, que trata os dados de língua armazenados, organizando-os em textos; esse processo passa pela sua percepção do mundo visto/relatado, além de ser o resultado de estratégias de escrita, também, selecionadas e determinadas por ele.

O verbe (ou o texto definitório) é objeto de análise nos próximos itens, nas seguintes perspectivas: a) o tipo de definição; b) os traços constituintes da definição.

3.1 - *Estrutura e classificação dos textos definitórios*

A classificação dos verbetes em uma tipologia, tal como a que defini no início deste item, implica na análise dos seus constituintes, ou de sua estrutura.

Na metodologia que orientou este projeto de Historiografia Lingüística, defini como critérios para o estudo da estrutura dos textos definitórios quatro aspectos, mais exatamente, quatro traços constituintes dos verbetes: 1) nomenclatura; 2) caracterização do referente; 3) taxonomia; 4) estratégias discursivas. A presença ou ausência de um ou mais traços, ou dos seus constituintes (cada traço é caracterizado por outros elementos), ou a forma que esses traços se organizam no texto, são os fatores que nos orientaram na classificação dos verbetes.

Chamei de textos definitórios os textos deixados por Maurício de Nassau no *Libri Principis* (Anônimo 1633-1644). A rigor, talvez não pudessem ser assim designados, tendo em vista que, na maior parte das vezes, Nassau fez pequenos comentários sobre o espécime retratado, normalmente referentes a aspectos físicos (tamanho, cor). Para efeito de análise, entretanto, serão tratados como verbetes.

Gaspar Barléu introduz o assunto (descrição das espécies da flora e fauna brasileiras) no decorrer de sua crônica. Na verdade, o autor nesse momento transcreve um relatório de Adriaen Van der Dussen (funcionário da Companhia) sobre o Brasil, o que significa que a descrição dos espécimes foi feita por este, e não por Barléu⁵⁰. De qualquer forma, a descrição dos espécimes é introduzida com a seguinte frase: “É imensa no Brasil a multidão dos animais silvestres e mansos” (Barléu 1974 [1647]: 137). A partir de então, são os animais e plantas descritos no decorrer de um texto narrativo (trata-se de um relatório, inserido dentro de uma crônica), não sob a forma de verbetes como nos outros livros já mencionados.

Para efeitos de apresentação da análise realizada, uni as informações obtidas nos documentos de dois autores, Piso e Marcgrave, tendo em vista a grande semelhança de constituição dos textos definitórios por eles escritos, bem como a semelhança de traços encontrados nos referidos textos. Os trabalhos desses autores são mais extensos e bem mais complexos que os demais, tendo em vista os objetivos de sua publicação e a formação bastante específica e aprofundada de seus autores. Ambos parecem seguir a uma organização comum na época para os textos científicos.

Pelo mesmo motivo apresento a análise dos textos definitórios de Schmalkalden e Wagener em conjunto. Os textos são semelhantes, em primeiro lugar, na forma de

⁵⁰ Barléu utilizou-se de muitos documentos originais para fazer sua crônica sobre o governo de Maurício de Nassau, e nisso reside muito do valor de sua obra. Neste trabalho, de acordo com a metodologia descrita, faço

apresentação: desenhos e/ou pranchas, nomeadas e acompanhadas de texto descritivo; em segundo lugar, no modo de apresentação e estruturação do texto.

Os itens a seguir apresentam os resultados da análise dos traços constituintes dos verbetes das seis obras selecionadas para esta análise.

3.1.1 – ESTUDO DO TRAÇO DEFINITÓRIO – NOMENCLATURA

Dadas as características próprias de composição dos documentos selecionados para a análise dos traços definitórios, foi possível definir como aspecto pertinente a ser observado, a princípio, a presença ou ausência de um nome que identifica o espécime — traço indicado genericamente pela letra ‘N’ — (o material artístico, por exemplo, não tem, necessariamente, um nome identificando o espécime retratado). Verificada a presença de nomenclatura, outros traços a ela relacionados se constituíram como subcategorias de análise, a saber: a) a presença ou ausência de tradução desse nome (‘N + Tra’); b) a presença ou ausência de explicações desse nome baseadas em sua morfossintaxe – uma operação metalingüística (‘N + Mor’); c) a presença ou ausência de explicações sobre a etimologia do vocábulo, em geral, origem do nome (‘N + Eti’).

O estudo dos verbetes dos seis documentos revelou os seguintes aspectos no que diz respeito ao traço ‘nomenclatura’:

a) **Anônimo 1633-1644** - Todas as pranchas retratadas estão nomeadas, normalmente com o nome nativo da espécie, em Tupi. Depois de estabelecido o reconhecimento do espécime, ou a sua semelhança com um outro qualquer já conhecido, Nassau parece ignorar o nome transcrito no alto da tela e utiliza expressões que poderia chamar de “metalingüísticas”:

Coatimondè — Uma raposa⁵¹] de porte um pouco menor que o das raposas européias.
(Anônimo 1633-1644 [1995]: I: 31; grifo utilizado neste trabalho)

referência a essa obra (Barléu 1974 [1647]) e não aos documentos que a compõe, ressaltando, sempre que necessário, o nome do autor do documento-fonte de Barléu.

⁵¹ “Ein fuchs” no original (Anônimo 1633-1644 [1995]: 31)

Nassau define classificando de acordo com seu conhecimento prévio, sem quaisquer outras especificações. Poderia dizer que essa é também uma estratégia de tradução, sem que o autor deixe explícito que o faz.

b) **Barléu 1974 [1647]** – Tendo em vista que as descrições dos espécimes que constituem os textos definitórios de Barléu são parte de um texto narrativo-descritivo, uma crônica, é certo que todos os espécimes estão nomeados, de outra forma não poderiam ser identificados pelo leitor. A maior parte dos nomes transcritos está na língua Tupi, poucos em português. Alguns têm seu nome traduzido para outra língua, como o caso de:

BOICININGA, em português cascavel, serpente venenosa, que avisa o homem da sua chegada com sua cauda bastante longa e com um chocalho. (Barléu 1974 [1647]: 138; grifo utilizado neste trabalho)

São excelentes também os **DOURADOS**, a que chamam os índios GUARACAPEMAS. (Barléu 1974 [1647]: 140; grifo utilizado neste trabalho)

As árvores mais notáveis próprias da terra são: [...] a **MUCUITAÍBA**, em português PAU SANTO. (Barléu 1974 [1647]: 141; grifo utilizado neste trabalho)

Há o exemplo de uma descrição que parece buscar a explicação para o nome do peixe apresentado:

Acredita-se existir nestas partes o torpedo, a quem chamam os índios PURAQUÊ⁵², porque produz torpor nos membros, e, quando alguém nele toca, ainda mesmo com um pau, fica-lhe o braço dormente. (Barléu 1974 [1647]: 140; grifo utilizado neste trabalho)

Muitas vezes o texto revela que o nome do animal está relacionado a algum de seus aspectos físicos, ou à sua aparência, ou ao seu uso mais comum, ou a alguma de suas peculiaridades, como no exemplo acima. Exceto por esses dados, os textos não trazem maiores referências sobre a etimologia (relações históricas entre esse nome e outros já conhecidos do espécime) ou sobre o significado dos nomes apresentados.

⁵² “O nome tupi é *poraquê* = porá + kê = a gente adormece ou entorpece, segundo Teodoro Sampaio, ou poro + quer = que faz dormir, adormece ou entorpece, segundo B. Caetano.” (cf. Nota do Tradutor (186) em Barléu, 1647 [1647]: 384)

c) **Marcgrave 1942 [1648]** e **Piso ms** — Todos os seres descritos e/ou ilustrados estão nomeados, salvo algumas espécies apresentadas por Marcgrave. Nesse caso, costuma referir-se ao espécime por um nome genérico, ao qual Laet acrescenta o comentário “o autor não declara o nome”, como no exemplo abaixo:

ARBUSTO (*o autor não declara o nome*). Nasce nos lugares arenosos como o salgueiro anão. Tem o tronco e as folhas como o salgueiro, porém um pouco mais alegres, de cor lustrosa, carregada, tendo no sentido longitudinal um nervo proeminente e umas veias transversais dispostas em ordem. (Marcgrave 1942 [1648]: 76)

Vê-se no exemplo acima que houve preocupação em mostrar as semelhanças com algum espécime conhecido, além das diferenças que (do ponto de vista do autor) não permitem identificá-lo com o mesmo nome. Nesses casos, aparentemente, não houve confirmação (ou busca de confirmação) do nome junto aos informantes ou junto à literatura especializada⁵³.

Observa-se, desse modo, preocupação com a identificação exata dos espécimes. Em primeiro lugar, a identificação na língua nativa (Tupi), seguida das traduções ou correspondentes em outras línguas; sempre que o espécime possuísse descrições anteriores, o texto vem acompanhado das citações pertinentes. Exemplifico os fatos abaixo:

Inhame de S. Thomé, Brasiliensibus Cara, Congensibus Quiquoaquecongo, planta est caule quadrato, et paulum hinc inde contorto longissime repit super terram aut etiam ascendit sepes, longissimeque se propagat: [...] (Piso ms [1948]: 193; grifo utilizado neste trabalho)⁵⁴

DE BACOPA ET BANANA, EARUMQUE FACULTATIBUS — Fructus lippis et tonsoribus noti, tamque familiares, ut nulli prorsus in Brasília jam reperiantur horti, in quibus illi passim non spectentur. [...] *Afris vero atque Asiaticis olim fuisse notas, Serapion et Avicenna tetantur, qui Musas appellant. Hujus itaque planta descriptionem, quam Matthiolus, Clusius et Dodonaeus habent, libentuer amplector, paucis tamen, in quibus hallucinati sint, mutatis.* (Piso ms [1948]: 187; grifo utilizado neste trabalho)⁵⁵

⁵³ Não se deve esquecer que Laet foi o responsável pela publicação póstuma do trabalho de Marcgrave; talvez estivesse no projeto inicial do autor a revisão e confirmação de dados desse tipo.

⁵⁴ “O *Inhame de S. Tomé*, denominado pelos índios *Cará* e pelos congolenses *Quiquoaquecongo*, é planta de caule quadrado e um pouco torto de espaço a espaço; rasteja longe sobre a terra ou também trepa pelas cercas, e propaga-se por grande extensão; [...]” (Piso 1946 [1648]: 104 [Trad. Alexandre Correia])

⁵⁵ “DA BACOPA E DA BANANA E DAS SUAS FACULDADES – Frutos conhecidos de toda gente e tão comuns, que não há nenhuns quintais em todo o Brasil onde não se encontrem a cada passo. [...] Que africanos e asiáticos já antigamente as conheciam e lhes chamavam *Musas*, Serapião e Avicena o atestam. De bom grado repito a

PIRA ACA (termo indígena), é o peixe Monoceros de Clus. (lib. 6, cap. 28). Peixe Porco dos portugueses (a muitos deles dão este nome por causa da figura da cabeça). (Marcgrave 1942 [1648]: 154; grifo utilizado neste trabalho)

Os três exemplos acima, entre muitos encontrados no texto testificam a preocupação com a tradução e a identificação dos animais, buscando os registros na literatura clássica e na literatura da época (Clusius, por exemplo). Diria que essa preocupação é constante nas obras dos dois autores. O exemplo acima (Marcgrave) demonstra também que havia a busca de explicações de natureza morfossintática para os nomes, sempre que possível. Assim o nome português “peixe porco” está relacionado ao formato da cabeça do peixe. Tomem-se outros exemplos:

DE CAAJANDIVVAP, ALIIS CAAPOMONGA — Est Herba silvestris frutescens, Lusitanis ideirco Visqueira et Erva d'Amor dicta, quod philanthropos quase, sua viscositate manibus et vestibus adhaereat. (Piso ms [1948]: 197; grifo utilizado neste trabalho)⁵⁶

Jaguacaguare (termo indígena). Jaqueta (termo português), isto é, espécie de camisa, porque os negros usam uma camisa da mesma cor deste peixe. (Marcgrave 1942 [1648]: 156; grifo utilizado neste trabalho)

É pertinente ressaltar que não foi constatado o registro da etimologia dos nomes tal como conhecemos hoje (identificação das raízes linguísticas, mudanças diacrônicas, etc.). Há, sim, uma preocupação em identificar o nome do espécime na literatura especializada — o ponto de vista é o da ‘coisa nomeada’ e não o do nome.

d) **Schmalkalden 1998 e Wagener 1997** – Praticamente todas as pranchas estão nomeadas (poucas, em Wagener, apresentam-se como “Anônimo”). O *Thierbuch* de Wagener apresenta o nome dos espécimes na parte superior, com destaque caligráfico, em uma língua apenas: mais da metade deles em português, seguidos de tupi, holandês, latim e outras. O *Diário de Viagem* de Schmalkalden apresenta os nomes do espécime em destaque, acima do texto,

descrição desta planta dada por Mattiolo, Clúscio e Dodoneu, mudando apenas o pouco em que se enganaram.” (Piso 1948 [1648]: 85 [Trad. Alexandre Correia])

⁵⁶ “DO CAAJANDUVAN, PARA OUTROS, CAAPAMONGA – É erva silvestre, frutescente, chamada por isso pelos portugueses *Visqueira* e *Erva d'amor*, quási como quem dissesse *filantropos*, pois pela sua viscosidade gruda nas mãos e na roupa.” (Piso 1948 [1648]: 116 [Trad. Alexandre Correia])

normalmente em duas ou três línguas: o nome em Tupi, seguido do nome em português, e em holandês (com menor frequência). Assim, o texto de Schmalkalden traz o nome traduzido já como entrada ou título dos verbetes; Wagener apresenta a tradução dos nomes, quando o faz, no interior do texto, poucas vezes ao lado do título da prancha. Vejamos os exemplos abaixo:

Curvata Pinima, em brasileiro. Bonito, em português. Bonit, em holandês. — Este peixe alcança vários pés de comprimento, tem guelras largas, é liso, sem escamas. [...] (Schmalkalden 1998: 92)

Peixe Porco — Também chamado de Schweinfisch pelos holandeses e com ele é comparado não só pela aparência de seu focinho de aspecto suíno, mas [...] (Wagener 1997: 36)

Paÿaquê ape ou Trÿangel Fisch — Tenho visto inúmeras vezes peixes dessa espécie, mas nunca de tamanho superior ao que mostra esta figura; [...] (Wagener 1997: 34)

Alguns textos apresentam explicações (ou tentativas) para os nomes, normalmente baseadas em características da forma do espécime, ou de algum de seus aspectos que lhe seja bastante peculiar, assim como também foi apresentado em outros autores acima. É o caso de:

Preguiça. Aí, em brasileiro. Preguiça, em português. [Ai Brasilianisch. Pigriza Portugiesisch. Ein Leügart, no original] — Este animal é chamado de *preguiça* pelos portugueses e de *preguiçoso* pelos holandeses, devido a sua lentidão e indolência. (Schmalkalden 1998: 65-65; grifo utilizado neste trabalho)

Peixe porco — Também é chamado de Schweinfisch pelos holandeses e com ele é comparado não só pela aparência de seu focinho de aspecto suíno, mas também por ser de natureza como o porco, inclinando-se a devorar toda a sorte de imundícies. [...] (Wagener 1997: 36; grifo utilizado neste trabalho)

Nesses documentos os comentários sobre a nomenclatura são, via de regra, restritos à tradução — ou pelo nome com o qual é conhecido, ou com explicações sobre a origem (normalmente popular) do mesmo.

Observou-se, portanto, alguma regularidade na distribuição desse traço, 'nomenclatura':

- A grande maioria dos verbetes tem entrada pelo nome do espécime; os verbetes não nomeados são, em geral, material artístico que ficou sem identificação (Anônimo 1633-1644), ou espécime não reconhecido pelo autor.
- Com exceção dos verbetes escritos por Maurício de Nassau (Anônimo 1633-1644), todos os outros autores acrescentaram traduções da nomenclatura de entrada. Dado o contexto da época, não é demais sugerir que tanto melhor seria a compreensão dos leitores (em geral, europeus) quanto mais dados os auxiliassem na tarefa de interpretação dos textos.
- O traço de nomenclatura relacionada à morfossintaxe do nome foi encontrado apenas em Barléu 1974, Schmalkalden 1998 e Wagener 1997 – relatos de não especialistas, nem em História Natural, nem em gramática ou ortografia. De certa forma, apontam para uma prática também comum na época, qual seja, a de buscar na própria composição do vocábulo, relações possíveis entre o nome e a coisa nomeada.
- Ao contrário, Piso e Marcgrave, com formação específica, registram a etimologia conhecida de alguns dos nomes, revelando seu conhecimento sobre o tema e a busca de validação para o trabalho.
- Por fim, ressalto que nenhum desses traços é comum a todos os verbetes.

3.1.2 – ESTUDO DO TRAÇO DEFINITÓRIO: CARACTERIZAÇÃO DO REFERENTE.

Tendo em vista que os verbetes tinham por objetivo, a meu ver, descrever os espécimes da flora e da fauna brasileiras, tal como observados por seus autores, a constituição desse traço — caracterização do referente — também se torna imprescindível, pois indica a presença ou ausência de texto descritivo do espécime. Especificam esse traço as seguintes categorias: a) 'R + Fis': a presença de informações sobre os aspectos físicos do espécime (tamanho, cor, forma, cheiro, etc.); b) 'R + Fun': a presença de informações sobre aspectos funcionais, normalmente associados à utilização do objeto descrito (alimentação, fabricação de produtos medicinais, comercialização, etc.); c) 'R + Hab': a presença de informações sobre o *habitat*, condições de sobrevivência e adaptação do espécime; d) 'R + Pec': a presença de informações sobre peculiaridades do espécime (modo de ataque, ruídos que emite, formas específicas de reprodução, etc.).

O estudo dos verbetes dos seis documentos revelou os seguintes aspectos no que diz respeito ao traço ‘caracterização do referente’:

a) **Anônimo 1633-1644** - A maior parte dos comentários de Nassau é constituída por traços que privilegiam a caracterização do referente. Os comentários mais comuns são sobre os aspectos físicos do espécime, tais como os exemplos abaixo:

Uribacô — 1 ½ pés de comprimento⁵⁷. (Anônimo 1633-1644 [1995]: I: 114; grifo utilizado neste trabalho)

Acaráuna — 2 pés de comprimento; possui colorido amarelo e uma face quase humana. (Anônimo 1633-1644 [1995]: I: 115; grifo utilizado neste trabalho)

Poucos trazem comentários sobre o *habitat* do animal. Outros acrescentam aspectos funcionais, geralmente ligados à comestibilidade do espécime. Acrescento dois dos poucos exemplos:

Aperrâ [ou Apereâ] — Um animal que vive sob o solo e é um pouco maior que um rato. Bom de comer.(Anônimo 1633-1644 [1995]: I: 36; grifo utilizado neste trabalho)

Paca — Este animal vive nas florestas. Possui o tamanho de um leitão. Muito bom de comer. (Anônimo 1633-1644 [1995]: I: 30; grifo utilizado neste trabalho)

Outros comentários descrevem alguma peculiaridade do espécime:

Maracajá — Um gato selvagem muito bonito e feroz, cujo porte não ultrapassa o dos gatos domésticos. Salta de uma árvore para outra. (Anônimo 1633-1644 [1995]: I: 37; grifo utilizado neste trabalho)

Gaumbayacûapê — 2 pés de tamanho ou mais. Sua pele é tão dura que não pode ser perfurada. (Anônimo 1633-1644 [1995]: I: 139; grifo utilizado neste trabalho)

⁵⁷ “1 ½ [fifs] lang. (Anônimo 1633-1644 [1995]: 114).

É comum que os autores registrem como peculiaridades, ou aspectos muito particulares do espécime, ou algum fato que lhes chamou a atenção, seja por experiência própria, seja por ouvir contar.

b) **Barléu 1974 [1647]** - A descrição transcrita por Barléu é bastante curta, daí não podermos dizer que há uma caracterização efetiva do referente. Mas muitos dos espécimes citados são acompanhados de pequeno texto descritivo, normalmente voltado para aspectos físicos, tais como:

As ANTAS lembram mulas, mas têm porte menor. A boca é mais estreita, o beijo inferior oblongo à semelhança de tuba, as orelhas redondas, a cauda curta e o resto do corpo de cor cinzenta. Fogem da luz e só de noite vagueiam em busca de alimento. Em amanhecendo, escondem-se em tocas. A carne é quase do mesmo sabor que a de vaca. (Barléu 1974 [1647]: 137-8)

Observa-se alguma preocupação em registrar dados sobre o *habitat*, a possibilidade de utilização do animal como alimento e algumas de suas peculiaridades. Alguns animais, como o tatu, o serigué e o tamanduá, também tiveram descrições um pouco mais detalhadas.

c) **Marcgrave 1942 [1648]** e **Piso 1948 [1648]** - Todos os textos definitórios de Piso e de Marcgrave, sem exceção, primam pela descrição do espécime, da forma mais completa possível. Assim é possível detectar a presença de praticamente todos os traços descritivos selecionados na apresentação da metodologia deste trabalho. Apresento exemplos para cada um deles, transcritos abaixo:

DE CAAPEBA, ILLIUSQUE FACULTATIBUS, ET USU — Clematiti non absimilis, tenaci ac praelongo sarmento, nunc vicinas arbores ornate conscendit, nunc humi instar colubris repit haec Herba; os similitudinem *Cipo de Cobras*, ob eximias virtutes et praestatiam *Erva de Nossa Senhora* à plebe Lusitanica cognominatur. Tenuissimo est folio, rotundo, laeteque semper virente; Radice tortuosa, è cineritio nigricante, et digitalis circiter crassitiei, si juvenis sit, sin veturstior, brachium adaequat, nigraque existit. Substantia intus est sólida, compacta et pingui, non multi, sed tamen submari saporis, partium calidarum et tenuium. Floret planta mense Iulio, et sēmen fert magnum coloris rosacei, è

capsulis (lúpulo similibus) prominens. (Piso ms [1948]: 194; grifo utilizado neste trabalho)⁵⁸

PIRAUMBU (termo indígnea). *Chayquarona* (termo português). É um peixe do tamanho e figura da Carpa, medindo dez dedos de comprimento, da boca ao princípio da cauda, e um, pouco mais de quatro de largura, onde esta é maior. Pela região da cauda é mais fino e de igual largura, isto é dois dedos. Tem a boca como a Carpa; os olhos são grandes salientes, com a pupila cristalina, rodeada por um círculo áureo com algo de branco. Suas nadadeiras são oito, a saber: uma no meio do dorso, do comprimento de um pouco mais de três dedos e da largura de um, [...] (Marcgrave 1942 [1648]: 167)

Desnecessário grifar o texto de Marcgrave, tendo em vista o teor essencialmente descritivo das características físicas do peixe. Nem sempre há indicações sobre o *habitat* do espécime, apesar de vez por outra encontrarmos a informação. A transcrição das peculiaridades é feita sempre que o autor parece achar realmente uma peculiaridade, isto é, seus parâmetros são outros e as explicações para os fenômenos também; dessa forma, parecem considerar pertinente a apresentação de fatos ainda não documentados, ou documentados como tal (reforçando o registro de estudos anteriores). Para exemplificar a identificação das condições locais de adaptação da espécie o texto de Piso:

DE JUPICAI, SIVE ERVA D'EMPIGE, EJUSQUE QUALITATIBUS — In pascuis iriguis paulo supra graminis altitudinem exurgit caulis tenuis, junceus, ex planta gramini simillima, sed cônica et succo refrigerante referta. (Piso ms [1948]: 202; grifo utilizado neste trabalho)⁵⁹

BOICININGA — Primo Serpens ille, *Boicinininga*, quem *Cascavel* et *Tangedor* Hispani nominant, propterea quod sonitum instar tintinabuli cauda edat, in triviis juxta ac deviis locis cernitur, tamque celeriter proreptans ut volare videatur. Huic tam pernicioso colubro, benigna natura, cationis quase gratia, nolam addidisse videtur, ut illius sonitu admonitus quilibet tempestive sibi caveat à vicinino hoste. (Piso ms [1948]: 171; grifo utilizado neste trabalho)⁶⁰

⁵⁸ “DA CAAPEBA E DAS SUAS FACULDADES E USO – Não diferente da clematite, sarmento tenaz e mui longo, ora trepa elegantemente pelas árvores vizinhas, ora reptando pelo chão, como uma cobra, esta erva; a plebe portuguesa lhe chama *Cipó de Cobras*, pela semelhança com a cobra, e *Erva de Nossa Senhora*, pelas exímias virtudes e prestâncias. Tem fôlhas mui delgadas, redondas, sempre de um verde-gaio; raiz tortuosa, entre cinzenta e escura, cêrca de grossura da digitália quando nova; quando mais velha, é tamanha como um braço, e preta. A substância inerna é consistente, compacta e pingue, de sabor não muito amargoso, partes cálidas e ténues. A planta floresce no mês de julho e produz uma semente grande, côr de rosa, proeminente de uma cápsula (como as do lúpulo).” (Piso 1948 [1648]: 105 [Trad. Alexandre Correia])

⁵⁹ “DO JUPICAI, OU ERVA D'EMPIGE, E DAS SUAS QUALIDADES – Nos pastos úmidos, um pouco acima da altura da relva, surge um caule delgado, júnceo, de uma planta mui semelhante a gramen, mas ôco e cheio de um suco refrigerante.” (Piso 1948 [1648]: 130 [Trad. Alexandre Correia])

⁶⁰ “BOICININGA – Em primeiro lugar, a serpente *Boicinininga*, chamada pelos espanhóis *Cascavel* e *Tangedor*, por emitir da cauda um sonido como de guizo; vê-se tanto pelas estradas como pelos lugares desertos; move-se

Os textos de Marcgrave, abaixo, registram o reconhecimento do papagaio, comparando a espécie com outras já descritas, e a descrição do urucu, planta brasileira:

Há no Brasil uma grande abundância e variedade de papagaios, chamados AIURU, na língua dos indígenas. Aristóteles Lib. IV, Histór. Animal, cap. X, assim escreve: *ea quæ ova pariunt, na somnient incertum est, manifestum vero ea dormire*. Eu afirmo uma e outra coisa com Jul. Scaligero no Comentário; o que ele afirma de seu tordo e das aves de rapina, eu afirmo de meu papagaio, que eu chamava Lauro, porque muitas vezes despertando durante a noite, meio sonolento falava. (Marcgrave 1942 [1648]: 205)

URUCU (termo indígena). Arbusto de tronco branco como o Corylus e de casca fusca. [...] A raiz cozida com carne de galinha ou outra dá uma tintura semelhante à do melhor açafraão e produz bom sabor. Car. Clus. Julga ser a bixa de Oviedo Exoticorum, lib. III, cap. 20. (Marcgrave 1942 [1648]: 61-62)

Definições como essas põem em evidência, mais que a erudição do autor, o trabalho de análise que antecedeu o registro, em que pequenos detalhes são vistos não apenas como peculiaridades (ou curiosidades, até), mas como diferenciais para o registro, comparação e classificação do espécime.

d) **Schmalkalden 1998 e Wagener 1997** - Todos os verbetes apresentam descrições do referente. Os traços mais observados são, em primeiro lugar, os aspectos físicos:

Jaburu, pássaro-negro [Jabiru, Negersvogel no original] — Este pássaro é, ao lado da ema, a maior ave do Brasil. Ele tem um bico longo e negro e nenhuma língua. O pescoço é marrom, o corpo branco e as patas negras. Por isso os holandeses o chamam pássaro-negro, porque de longe parece ser um negro ou um homem escuro, que tenha amarrado um pano branco ao redor do corpo. Quando anda ereto, pode bicar um homem na cabeça. (Schmalkalden 1998: 84-85; grifo utilizado neste trabalho)

Arassarÿ — É também uma ave de tamanho um tanto avantajado, chamada de “arassarÿ”. De bico comprido e encurvado, em vez de língua possui uma verdadeira pena vinda do pescoço e [que se revela] quase do comprimento do bico. [...] Wagener 1997: 67; grifo utilizado neste trabalho)

em tão célere reptação, que mais parece voar. A esta cobra mui perniciososa dir-se-ia ter-lhe a natureza benigna acrescentado uma campainha, a modo de precaução, para cada um, avisado a atempo pelo sonido, preservar-se do inimigo vizinho.” (Piso 1948 [1648]: 47 [Trad. Alexandre Correia])

Percebe-se a semelhança entre os dois textos: apresentam aspectos gerais da aparência física do espécime, sem contudo entrar em detalhes (como acontece nos textos de Piso e Marcgrave). Algumas observações sobre o *habitat* ou sobre os costumes são relatadas, mas de forma mais esporádica. Sobre o *arassary*, no mesmo texto transcrito acima, Wagener acrescenta: “É vista em grande número nas grandes árvores da mata.” (Wagener 1997: 67). O traço que parece tão (ou mais) privilegiado nos textos – em relação às características físicas – é a descrição das peculiaridades do animal, como nos exemplos abaixo:

Papaÿ — Estas frutas nascem em árvores delgadas e fracas; não [crescem] nos galhos, pois cada folha é um ramo (como aqui se observa), mas estreitamente coladas ao grosso caule, ao lado, em cima e em baixo uns dos outros. Se forem colhidas ainda verdes de todo, devem esperar uns dois ou três dias para que fiquem por completo macias e amarelas como o açafraão. [...] (Wagener 1997: 86; grifo utilizado neste trabalho)

Arara. Corvo das Índias Ocidentais — Os corvos das Índias Orientais, ou das Ocidentais têm tamanho maior que os corvos daqui. [...] Aprendem a articular algumas palavras como os papagaios, em especial, quando há muitos aa como em “Irarara” – seu próprio nome -, “bom dia, cunhado” e outras. (Schmalkalden 1998: 78; grifo utilizado neste trabalho)

Em quase todos os textos são descritos detalhes dos animais, de tal forma que pareçam diferentes, ou despertem a curiosidade do leitor.

Sem dúvida, a caracterização do referente é um traço presente em todos os verbetes. Privilegiando um outro aspecto (os que foram selecionados para a categorização), todos os textos definitórios remetem ao referente, resultado das características dos próprios verbetes (definições de coisas nomeadas), do gênero do documento (enciclopédias temáticas) e do contexto histórico e intelectual da época.

3.1.3 – ESTUDO DO TRAÇO DEFINITÓRIO: TAXONOMIA

Os traços relacionados à taxonomia são os que classificam o espécime, tendo por base qualquer forma de classificação utilizada na época, ou propondo uma nova. As subcategorias que explicitam a análise realizada neste trabalho são: a) ‘T + Cien’: a presença de hiperônimo

(ou hipônimo) tendo por base a taxonomia adotada na época e reconhecida, no contexto deste trabalho, como científica; b) ‘T + Pop’: a presença de hiperônimo (ou hipônimo) tendo por base a nomenclatura ou a classificação popular; c) ‘T + Sub’: a presença de hiperônimo (ou hipônimo) que identifique uma subordem a que pertença o espécime descrito.

O estudo dos seis documentos selecionados, no que diz respeito à utilização de uma taxonomia, apresentou os seguintes resultados:

a) **Anônimo 1633-1644** - De certa forma, se o autor atribui, por semelhança, a um dado espécime o nome de outro, não deixa de fazer um certo tipo de classificação taxonômica. Assim, ao dizer que um “coat~imondè é uma raposa”, Nassau (ainda que de forma indireta) colocou o nome desse espécime, muito provavelmente, como um co-hipônimo do nome de outro espécime, no caso, a raposa (pertencente à mesma espécie).

Um outro exemplo: “Muçû — Um tipo de enguia boa para comer.” (Anônimo 1633-1644 [1995]: II: 89), em que a expressão “um tipo de enguia” tem o mesmo efeito comentado anteriormente. Não se trata aqui de uma classificação rigorosa, nem está fundamentada; mas a forma como foi escrito o texto pode ser vista, hoje, como um tipo de classificação.

b) **Barléu 1974 [1647]** - Como nos textos de Maurício de Nassau, alguns animais são classificados de forma indireta, por meio de definições mínimas ou de estratégias de comparação. É o caso dos seguintes exemplos:

O TEIÚ é um lagarto grande, de cores variegadas. (Barléu 1974 [1647]: 138; grifo utilizado neste trabalho)

O OLHO-DE-BOI, peixe marinho, tem este nome por ter os olhos semelhantes aos do boi. (Barléu 1974 [1647]: 139; grifo utilizado neste trabalho)

Os JAGUARETÉS, onça em português, são tigres negros. (Barléu 1974 [1647]: 138; grifo utilizado neste trabalho)

De qualquer forma, a taxonomia não foi um traço definitório privilegiado no texto transcrito por Barléu.

c) **Marcgrave 1942 [1648] e Piso 1948 [1648]** – Outros exemplos destes autores, registrados no estudo dos outros traços definitórios, já revelam a preocupação com uma identificação e classificação mais acurada dos espécimes. Muitos deles já haviam sido descritos e classificados, outros se apresentavam como novos. Ainda assim, ambos os autores apresentam a mesma metodologia: reconhecem uma nomenclatura mais geral, para a espécie, e nomes de representantes que, por suas peculiaridades, podem ser classificados como pertencentes ao mesmo grupo. É o caso dos exemplos transcritos abaixo:

ARATICU, arborum Brasiliae indigenarum diversae dantur species: quarum duae quae Araticu-ponhe, et Araticuapé à Brasiliensibus dicuntur, parum differunt. Araticu-ponhe malo similis, sed folia, flores et fructus differunt. [...] Araticu ape fere per omnia huic est similis: utraeque poma ex acido dulcia proferunt, esculenta, sed silvestria et frigida, et propterea quibusdam non expetita. (Piso ms [1948]: 184; grifo utilizado neste trabalho)⁶¹

IAMACARU (termo indígena), também se diz CAXABU; *Cardon* (em português). Árvore grande. Primeiramente brota da terra uma folha octangular, cujos ângulos são curvilíneos [...] *Cardon* (outra espécie). É semelhante à precedente no tamanho do caule, flor e fruto, excetuando-se serem as folhas triangulares. [...] Quarta espécie *Iamacaru, figueira espinhosa*. De raízes delgadas, não muito profundas, na terra, procedem folhas triangulares ou quadrangulares de um, dois, três ou quatro pés de comprido [...] Marcgrave 1942 [1648]: 126; grifo utilizado neste trabalho)

Observa-se que, neste caso, os dois autores mantiveram os nomes nativos, inclusive na descrição das espécies, e o mesmo acontece na maior parte das descrições feitas em seus livros. Sempre que possível, são identificados o hiperônimo e os hipônimos, numa relação taxonômica bastante favorecida pela formação dos nomes na língua Tupi (composição, neste caso, com um nome mais geral seguido de outro mais específico, cf. já explicado no capítulo anterior).

d) **Schmalkalden 1998 e Wagener 1997** - Poucos verbetes parecem indicar a pertinência dos espécimes descritos a um grupo reconhecido, ou são identificados por hiperônimos. Há um

⁶¹ “DO ARATICU E DAS SUAS ESPÉCIES E QUALIDADES – Do *Araticu*, uma das árvores indígenas do Brasil, há várias espécies; dessas, as duas chamadas pelos índios *Araticu-ponhe* e *Araticuapé* pouco diferem. [...] O *Araticu-ape* é quase completamente semelhante a este; ambos produzem uns frutos agrídoces, comestíveis, mas silvestre e frios, e por isso muitos não nos apreciam.” (Piso 1948 [1648]: 78-79 [Trad. Alexandre Correia])

caso, por exemplo, em Schmalkalden, em que ele registra a diferença de várias espécies de estrela-do-mar, por testemunho próprio: “**Estrela-do-mar**. Estas estrelas são de espécies diferentes, conforme o tamanho e o número de pontas. [...]” (Schmalkalden 1998: 114).

Por vezes, o autor classifica o espécime através de uma definição mínima, como em:

Narinari, em brasileiro. Arraia-pintada, português. Pijlstaartrog, em holandês. Narinari, uma arraia, tem, sem a cauda, quatro pés de comprimento e com ela uns sete pés de comprimento e quatro de largura. [...] (Schmalkalden 1998: 106; grifo utilizado neste trabalho)

Cógado — Esta espécie de tartaruga é encontrada em grande número; vive úmida e sustenta-se de vermes e mosquitos. (Wagener 1997: 130; grifo utilizado neste trabalho)

Cobra de veado — Encontram-se aqui serpentes de seis côvados de comprimento e grossura de um homem. (Wagener 1997: 160; grifo utilizado neste trabalho)

De qualquer forma, a taxonomia não é um traço característico dos textos de Schmalkalden e Wagener, apesar de não aparecer na totalidade dos verbetes.

Este traço apresenta uma distribuição mais específica. Não aparece (senão em dois ou três verbetes) nos textos de Nassau — Anônimo 1633-1644; o mesmo acontecendo nos textos de Barléu 1974, Schmalkalden 1998 e Wagener 1997. Por outro lado, é bastante recorrente nos textos de Piso 1648 e Marcgrave 1942. Em se tratando de um traço que condiz, muito mais, com uma atividade especializada, ou científica, o estudo da pertinência desse traço aos verbetes parece apontar para o mesmo fato: o peso da formação e da atividade do ‘agente’ na forma da sua produção.

3.1.4 – ESTUDO DO TRAÇO DEFINITÓRIO: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

O estudo das estratégias discursivas procura identificar que elementos discursivos teriam contribuído para a construção do texto definitório. As subcategorias observadas durante o estudo desse traço foram as seguintes: a) ‘D + Ex’: a presença de relatos de experiências resultantes da convivência com o espécime (acidentes, envenenamentos, etc.); b) ‘D + Fan’: a presença de relatos que possam identificar como “fantástico” ou “extraordinário”; c) ‘D + Cien’: a presença de informações sobre danos e/ou benefícios que a

convivência ou ingestão do espécime possa trazer aos seres humanos, modos de tratamento, etc.; d) ‘D + Co,p’: a presença de comparações entre o espécime que está sendo descrito e outros (europeus ou brasileiros); e) ‘D + Imp’: a presença de elementos discursivos que indiquem a “impressão”, ou o julgamento, ou a percepção do autor (traços de subjetividade).

Feito o estudo dos documentos, a análise da presença ou ausência do traço ‘estratégias discursivas’ apresentou o seguinte resultado:

a) **Anônimo 1633-1644** - A estratégia discursiva mais utilizada por Nassau é a comparação, como mostram os exemplos abaixo:

Aiaiã — Do tamanho de uma garça. (Anônimo 1633-1644 [1995]: I: 66)

Canindé — Um corvo das Índias [Ocidentais], maior que um corvo ordinário. (Anônimo 1633-1644 [1995]: I: 98)

Aguapoaçóca — Esta é uma galinha d’água tão grande quanto as européias. (Anônimo 1633-1644 [1995]: I: 94)

Nhacundã — Como um lúcio. (Anônimo 1633-1644 [1995]: II: 84)

Ou seja, na comparação com os espécimes conhecidos na Europa, Nassau procura deixar claro para o leitor as características de outro, originário do Novo Mundo. Alguns comentários trazem impressões do autor; é o caso de:

Acaratinga — Este peixe é como se fosse de prata, mesmo comprimento de uma brema. (Anônimo 1633-1644 [1995]: II: 72)

Inambûguaçu — Algo maior que uma perdiz, mas de paladar muito mais delicado. (Anônimo 1633-1644 [1995]: I: 78)

No exemplo acima é possível ver, de forma inconfundível, a subjetividade do autor para definir ou descrever o espécime. Entretanto, todos os textos de Maurício de Nassau poderiam ser classificados como ‘impressionistas’, tendo em vista que não costumam esclarecer os termos utilizados para nomear, para comparar, para descrever, etc. É importante destacar aqui que sua estratégia discursiva é a de associar o espécime do Novo Mundo como muito próximo

do que ele já conhecia — ou seja, nada de tão novo assim. Quando não são desse tipo, os comentários poderiam ser chamados de ‘pseudo-científicos’, quase sempre relacionados ao tamanho do espécime; ou estabelecendo uma relação entre o seu tamanho e um outro traço qualquer (funcionalidade, curiosidade, etc.). Desse modo, Nassau, ao mesmo tempo em que deixou transparente a sua visão sobre o que via, não deixa de acrescentar autoridade ao seu texto. Outros autores utilizaram estratégias diferentes, como se pode ver nos itens abaixo. Tendo em vista a finalidade dessa coleção, o modo pelo qual foi constituída, diria que os comentários de Maurício de Nassau encaixam-se perfeitamente, enquanto construções textuais, ao perfil e às expectativas indicados na análise do contexto de produção.

b) **Barléu 1974 [1647]** —A comparação, explícita ou de forma indireta, foi um dos recursos mais observados no texto de Barléu:

O TUCANO, do tamanho da pega, com o peito amarelo e o resto do corpo preto, o bico grande e longo, [...]Barléu 1974 [1647]: 139)

Encontra-se no Brasil larga cópia do BEJUPIRA, semelhante ao esturjão de Portugal. (Barléu 1974 [1647]: 139)

No relatório transcrito por Barléu, o autor utiliza, em muitas descrições, expressões que exacerbam as qualidades do espécime; outras relatam experiências em que o animal aparece como um ser realmente exótico, quase fantástico, tais como:

Os PIRETAGUARÁS, que deleitam pelo verde extraordinário da plumagem. (Barléu 1974 [1647]: 139; grifo utilizado neste trabalho)

Além disso, maravilham-se mais os Tritões, denominados pelos indígenas IPUPIARAS, visto como lembram em alguma cousa o semblante humano, mostrando as fêmeas uma cabeleira comprida e um aspecto mais gracioso. Vêm-se a sete ou oito léguas da Baía de Todos os Santos, bem como nas proximidades de Porto Seguro. Crê-se que matam os homens, apertando-os com o seu abraço, não de propósito, mas por afeto. Os cadáveres lançados à costa ficam mutilados nos olhos, no nariz e nas pontas dos dedos, tornando-se verossímil que fiquem assim com a sucção e mordedura desses monstros. (Barléu 1974 [1647]: 140; grifo utilizado neste trabalho)

Assim, de forma mais rápida e, aparentemente, informal, o relato de Van der Dussen transcrito por Barléu apresenta seus textos definitórios.

c) **Marcgrave 1942 [1648]** e **Piso 1948 [1648]** - Piso e Marcgrave, normalmente, apresentam um texto dentro do padrão considerado como científico para a época. Vimos num dos exemplos acima o uso de uma experiência pessoal de Marcgrave para ilustrar o que propunha, procedimento que seria visto hoje pelos estudiosos do texto como um procedimento de confirmação de autoridade; na época, tal procedimento indicava o fato ainda de forma mais positiva, tendo em vista que o valor do dito/escrito era sempre acrescido com o peso de verdade se foi testemunhado por quem conta/escreve.

Outro recurso já mencionado acima é o da comparação, que sempre propicia ao leitor a possibilidade de recuperação rápida de informação, através da analogia com o que já era conhecido. São menos frequentes os comentários do tipo ‘impressão’ dos autores, pois ambos procuram fundamentar o que escrevem, conforme já ficou amplamente demonstrado acima.

d) **Schmalkalden 1998** e **Wagener 1997** - Como já deve ser possível perceber, o que mais chama atenção nesses textos são seus aspectos discursivos. Diferentes dos demais, caracterizam-se muito mais por aspectos narrativos que se misturam à descrição do espécime. Nesses textos é possível encontrar muitos verbetes com narrações de experiências de convivência do espécime, ou com o narrador ou com pessoas de sua convivência, como mostram os exemplos:

Tamalú asú — Assim chamada pelos brasileiros, é uma perniciosa criatura aquática munida de dois ganchos dentados que podem ser usados à guisa de tesouras [...] Não têm os nossos querido comê-las, como foram muitas vezes convidados a fazer pelos brasileiros. Os portugueses, porém, disem que têm um gosto como o do camarão da Holanda ou os camarões-de-rio da Alemanha. (Wagener 1997: 52; grifo utilizado neste trabalho)

O peixe-espada. Araguagá, em brasileiro. Peixe-espada [Ein Schwerdtfisch. Araguaga Brasil: Peixe de espada, no original] — O peixe-espada assemelha-se no tamanho a um tubarão – sem escamas, de cor cinza, porém branco no ventre. [...] A grande espada, que eu vi, tinha uns bons cinco pés de comprimento e na parte de trás, onde é mais larga, quase

um pé de largura. Nesse ano, os pescadores da fortaleza Margarida capturaram um, que, [...] (Schmalkalden, 1998: 86; grifo utilizado neste trabalho)

É comum utilizarem-se do recurso da comparação entre espécies (como no exemplo acima) — sempre um recurso descritivo muito utilizado, principalmente para falar “do que é semelhante”, sem ser o mesmo (cf. Hartog 1999). De qualquer forma, o caráter mais ‘impressionista’ (para não chamar de ‘subjetivo’) perpassa os textos desses autores de forma extremamente explícita, e penso que os exemplos acima já indicaram esse aspecto. A título de complementação do estudo, acrescento os verbetes abaixo:

Guainumbi ou Guaracyaba (isto é “raios de sol”). Em português, beija-flor: em holandês, Picapau das flores⁶² — Este é o menor, porém o mais gracioso passarinho entre todos os pássaros. Todo o seu corpo, sem a cauda, tem apenas um dedo de comprimento, sua cor é dourada e verde. Deve ter como característica não viver mais tempo do que as flores duram no campo. Tão logo estas perecem, eles picam com seu biquinho em uma árvore e ficam lá pendurados todo o tempo, até as flores crescerem de novo. (Schmalkalden 1998: 76; grifo utilizado neste trabalho)

Com certeza, o texto transparece as fortes impressões causadas no autor pelo pássaro. O adjetivo “gracioso” ou o diminutivo “biquinho”, sem o risco de anacronia no comentário, indicam ponto de vista do narrador baseado em aspectos muito mais pessoais. A expressão que levanta uma hipótese sobre seu tempo de vida parte da observação, mas não vem corroborada por nenhum outro fato, ou aspecto mais efetivo (como por exemplo os textos de Piso ou Marcgrave). Wagener não inseriu comentários tão fortemente marcados pela primeira pessoa, mas normalmente acrescenta informações sobre usos do espécime na alimentação, geralmente acompanhados de adjetivação:

Peixe Gate — Chamado pelos nossos de Katzfish, são diariamente apanhados em grande quantidade e trazidos para venda. Não possuem escamas e são inteiramente sarapintados de vermelho e preto. Têm sabor delicioso, agradável e adocicado, motivo pelo qual quase todas as tardes mando leva-los para Sua Excelência [Conde Maurício de Nassau]. (Wagener 1997: 41; grifo utilizado neste trabalho)

⁶² Guaiainumbi oder Guaracijaba das ist Sonnenstrahlen, Portugiesisch Pezjafrol: holländisch Blumenspecht – no original. (Schmalkalden ms [1998]: 77)

Fica evidente, dessa forma, que os textos de Schmalkalden e Wagener trazem semelhanças significativas, especialmente em seus aspectos discursivos. Ambos vieram para o Brasil como funcionários da Companhia, ainda que tenham trajetórias diferentes.

Resumindo as informações obtidas através de traços constituintes das estratégias discursivas observadas nos verbetes, é possível observar que:

- Os textos de Piso e Marcgrave, sem exceção, apresentam esse traço, seguido pelos textos de Schmalkalden e Wagener – viajantes, observadores, e membros da Companhia que acompanharam expedições, ainda que não no papel de ‘cientistas’. Esses são os autores que também fazem uso de exemplificação, provavelmente como estratégia discursiva para conferir peso de autoridade ao texto;
- Descrições que contenham traços que tendem para o ‘maravilhoso’ não foram muito encontradas, exceto em Schmalkalden e Wagener – ponto de vista que também remete ao perfil dos aventureiros que ‘contam’ o novo e a diferença como fantásticos;
- Traços de subjetividades, ou de ‘impressões’, estiveram presentes, em maior ou menor grau, nos textos de todos os autores, mas não em muitos verbetes. Foi mais recorrente no texto do Anônimo 1633-1644, escrito por Nassau, e nos textos de Schmalkalden e Wagener, ainda que Piso também permeasse sua descrição, mesmo quando tendia para o científico, com estratégias discursivas mais subjetivas (que as de Marcgrave, por exemplo, onde praticamente não se encontra esse traço);
- O recurso de comparar espécies foi, inegavelmente, o mais utilizado na construção dos verbetes, por todos os autores. Diria que, no processo de estabelecer limites entre o que se reconhece como novo e o que pode ser identificado como conhecido, a comparação é um dos recursos mais utilizados, sempre — ainda que conduza ao risco de trazer o **outro** ao **próprio**, ou seja, descrever de forma especular, traduzindo semelhanças por diferenças, ou vice-versa.

3.2 - Classificação dos verbetes

Depois de estudados os traços definitórios, podemos classificar os verbetes, dentro da tipologia proposta por Martin (Martin 1990).

Os textos definitórios escritos por Maurício de Nassau (Anônimo 1633-1644) podem ser classificados como **definições naturais**, ou definições da coisa nomeada: muitos deles como **definições mínimas** (“Nhand~iguaçu — um avestruz com 6 pés de altura.” [Anônimo 1633-1644 [1995]: I: 58]), outros como **definições estereotípicas** (Potiriguaçu — como um ganso comum, ainda que um pouco menor. [Anônimo 1633-1644 [1995]: I: 76])

O relatório de Adriaen van der Dussen, transcrito por Barléu, contém textos definitórios de espécimes que podem ser classificados como **definições naturais**, sendo mais abundantes as **definições estereotípicas** (ainda que não tão desenvolvidas como a de outros autores, como se verá adiante), poucas **definições mínimas** – talvez pela própria natureza do texto (um relatório) e de seus objetivos (dar contas de atividades desenvolvidas pelo autor do documento aos diretores da Companhia).

No que diz respeito aos textos de Piso e Marcgrave, pode-se concluir a análise dos textos definitórios (neste caso, seguramente verbetes) com algumas constatações. Em primeiro lugar, é de se notar que, ao lado da descrição, da comparação e citação da leitura especializada da época, da identificação e organização dos textos em princípios taxonômicos (numa leitura nossa, quatro séculos depois), os autores pareciam seguir um padrão de procedimento no registro: a) sempre o nome, acompanhado de suas traduções e/ou comentários sobre a nomenclatura; b) a descrição do espécime nos seus aspectos físicos, funcionais e particulares; c) citação de outros autores e discussão da bibliografia especializada; d) citação de exemplos, quando pertinentes. É possível sugerir que a organização do livro em capítulos e, também, do texto definitório demonstram seguir princípios internos (ordenados e padronizados), recuperáveis por meio do estudo de seus traços constituintes.

Em segundo lugar, no que diz respeito à classificação de seus textos definitórios baseados nos critérios expostos neste trabalho, as definições poderiam ser consideradas **definições naturais**, ou da coisa nomeada, claramente direcionadas para a pertinência dos espécimes a classes mais universais (e previamente conhecidas, na maior parte dos casos), e **estereotípicas**, tendo em vista a busca de uma representação mais clara, completa e particularizada dos objetos de estudo. Cabe ressaltar, entretanto, que na obra desses autores é possível identificar o momento específico (e histórico) de construção do método científico, onde a definição natural estereotípica apresenta, ao lado dos traços descritivos, aspectos

metalingüísticos (através da discussão da literatura especializada, citações, etc.) e aspectos da definição *a posteriori*. A descrição detalhada, fruto de análise fundamentada, nos permite sugerir que esses textos apresentam tendência à classificação (ou identificação) voltada para o uso técnico do material (neste caso, dos nomes dos espécimes, das informações bio-descritivas sobre eles, e da construção de uma taxonomia, processo também demonstrado).

Poderia afirmar, no caso dos trabalhos de Piso e de Marcgrave, que seus verbetes **tendem** a apresentar-se como resultado de um trabalho terminográfico (em oposição a um trabalho enciclopédico), ainda que ainda não seja possível fazer tal afirmação de forma definitiva, sob risco de anacronia.

Fica evidente que os verbetes ou textos definitórios de Schmalkalden e Wagener são **definições naturais**, da coisa nomeada. No caso de Schmalkalden, a forma como introduz os verbetes, trazendo a nomenclatura em duas ou mais línguas, coloca em evidência aspectos metalingüísticos que, nos demais autores, aparecem como traços constituintes do texto definitório. Ainda que tenham utilizado estratégias diferentes dos demais autores estudados até aqui, Wagener e Schmalkalden escreveram textos descritivos, com certeza favorecendo a representação do objeto descrito. Tendo em vista o gênero (diário, no caso de Schmalkalden) e os objetivos das obras (registrar as curiosidades e peculiaridades da terra), as definições também poderiam ser classificadas como **definições naturais estereotípicas**.

O estudo da produção lingüística no Brasil Holandês apresentado neste Capítulo, apontou para alguns fatos que serão retomados no próximo. Em primeiro lugar, não foi uma atividade aleatória, mas sugere ser o resultado de uma atividade metodologicamente organizada, recorrente nos autores estudados, orientada por princípios — em processo de construção (novos) e avaliação (antigos) — possivelmente partilhados pelos agentes. Em segundo lugar, a produção sugere que as peculiaridades dos agentes, ainda que caracterizem suas obras, como seria de se esperar, também apontam para a construção e (re)avaliação de características que extrapolam a prática individual. Estas conclusões serão melhor discutidas no próximo, e último, capítulo deste trabalho.



Fig. 29 – Marecūya, in Wagener, ms.

Descrever é ver e fazer ver mas, muito rapidamente, a consideração da descrição como presença do taxionômico na narrativa leva-nos a ajuntar que descrever é também saber e fazer saber – ou ainda, fazer ver um saber.

Hartog 1999: 270.

Capítulo VII

A prática lingüística no Brasil Holandês — um estudo de tendências

O capítulo anterior apresentou o estudo da produção lingüística holandesa no Brasil durante a primeira metade do século XVII — período de colonização holandesa do território brasileiro, especialmente da região nordeste. A classificação de parte dos documentos como ‘textos enciclopédicos’ é resultado, especialmente, da observação de que havia um plano, uma organização do material coletado. Ou seja, não foi aleatória.

Tão importante quanto observar que houve uma preocupação metodológica seria a possibilidade de estabelecer relações entre essa prática e a teoria que a sustentou. Não é esse, porém, o objetivo central desta tese, mas apontar direções ou tendências, a partir da descrição da prática. Para tanto, o estudo dos aspectos do pensamento holandês seiscentista (cf. Capítulo II), associado às análises contextuais (‘agente’ e ‘produto’) e lingüísticas (representação e processamento do material lingüístico coletado) nos permitem fazer um estudo das tendências

órico-metodológicas da prática holandesa no Brasil, tendo por base o estudo qualitativo dos verbetes, ou textos definitórios (descritos no capítulo anterior).

Parti de algumas hipóteses, todas elas relacionadas ao fato de que esse momento histórico caracterizou um processo de construção de novos sistemas de representação. Esses sistemas estariam sendo marcados, em especial, por princípios de organização, ou de ‘ordem’, que agrupavam os seres (ou os fenômenos) não apenas por suas semelhanças, mas, sobretudo, pelas suas diferenças (cf. Foucault 1992).

Então, por hipótese (primeira), os textos descritivos seriam fonte relevante para o estudo da representação dessas semelhanças e diferenças. O pressuposto dessa hipótese é que a percepção humana, social e historicamente construída (cf. Luria 1990), registra o que lhe foi saliente’. Os traços constituintes dos textos descritivos funcionariam como espelho do que era, realmente, saliente aos olhos dos que registraram esse período. Daí a importância de uma seleção de documentos produzidos por agentes diversos — cientistas, viajantes, religiosos, administradores, etc. Se esses documentos guardam especificidades que podem ser atribuídas às características de seus autores e contextos de produção, revelam, também, outras que se justificam muito mais por seu contexto histórico. O estudo dessa produção, feito pelo pesquisador hoje, permite estabelecer linhas de continuidade e de descontinuidade entre o pensamento da época e seus horizontes de retrospectiva e de prospecção.

Também por hipótese, mas com base na leitura de Foucault (acima), os textos descritivos seriam (no contexto dos séculos XVI e do XVII) parte imprescindível para o estabelecimento de ‘ordens’, o princípio que orientava o método científico que, então, se constituía. Se antes (entenda-se aqui, especialmente, até o século XV) era possível conhecer um ser tão somente pela relação que estabelecia com seu nome (relação nome/coisa simples), já não se pode dizer que essa concepção persistia no século XVII. O estabelecimento de limites temporais também é prática duvidosa, principalmente quando estudamos o momento do conflito, da mudança, mas é possível afirmar que o século XVII se caracteriza como momento em que essa relação já não dá mais conta de veicular o conhecimento sobre o mundo. Um princípio que relaciona nome e coisa de forma tão direta tem por pressuposto muito mais as semelhanças, ou similitudes, do que, propriamente, as diferenças. Acontece que as mudanças de pensamento e de concepção do mundo instauradas a partir dos descobrimentos, em especial das Américas, colocaram em evidência a diferença, tornando a

‘coisa’ algo mais complexo; já não é mais suficiente conhecer o nome, ou ‘nomear’, para que se conheça o ser nomeado. A tarefa de nomear é, também, complexa, pois passa necessariamente por um momento de coleta de informações, de identificação de semelhanças e diferenças, de comparação com outros espécimes, coisas e nomes; passa pela dúvida, e esta leva à busca de um método, ou ao estabelecimento de parâmetros, para a nomeação. Nomear a diferença, especialmente através da descrição, evidencia espaços que se ordenam, se organizam, através da taxonomia — uma atividade lexical e metalingüística de quem descreve ou narra a diferença.

Assim, novos sistemas de representação começam a se configurar, tendo a ‘ordem’ das coisas como um princípio; e esta, fundamentada na taxonomia. Também por hipótese, os textos definitórios seriam material relevante para o estudo desse processo. Tomá-los como uma unidade de análise, mais complexa, permite ao pesquisador, hoje, buscar a identificação de alguns dos elementos essenciais da dinâmica descrita acima: os textos definitórios, nesses documentos continham o nome do espécime, traduções desse nome, texto narrativo-descritivo e, muitas vezes, a sua imagem.

Portanto, as soluções descritivas encontradas pelos agentes dos documentos estudados foram interpretadas, neste trabalho, como parte desse processo de construção de um sistema de representação (estudadas no capítulo anterior). Este capítulo apresenta a análise qualitativa dos traços definitórios constituintes dos verbetes das enciclopédias temáticas (Capítulo VI) — uma análise feita a partir da atribuição de valores (ou índices) ao modo de apresentação dos dados, tal como feito pelos autores dos documentos. Foram feitos gráficos analíticos que procuram mostrar as tendências de ‘uso’ desses traços constituintes, bem como as implicações dessas tendências dentro dos quadros contextuais expostos neste trabalho (especialmente, Capítulos II, III e IV).

1. Os critérios da análise qualitativa dos traços definitórios

Um estudo qualitativo dos traços definitórios, ou das soluções compilatórias utilizadas pelos autores dos documentos, se constituiu, neste trabalho, como um critério que permitiu a identificação das tendências de universalidade e de especificidade na construção dos textos

sob análise. Encaixar essas tendências no quadro de referências construído para este trabalho é a última etapa deste projeto.

Para maior comodidade do leitor, retomo os critérios descritos na metodologia desta historiografia para a análise qualitativa.

Em primeiro lugar, atribuí índices de significação aos traços definitórios, relacionados à forma como foram apresentados no decorrer do texto. Esses índices são, a rigor, relativos: a) à presença ou ausência do traço estudado; b) à forma total ou parcialmente positiva/negativa de apresentação do traço.

Se determinado traço não se fez presente, esse fato foi representado pelo índice ‘0’ (**ausência = 0**). Assim por exemplo, no texto de Schmalkalden, foi registrada a ausência dos traços ‘N + Eti’ e ‘N + Mor’ no verbete:

Curvata Pinima, em brasileiro. Bonito, em português. Bonit, em holandês. Este peixe alcança vários pés de comprimento, tem guelras largas, é liso, sem escamas. Do lado de fora, em cada lado, tem no meio um risco amarelo, que vai das guelras até à cauda, com pequenas escamas duplas e pontiagudas. Nas costas e em ambos os lados ele é verde, porém, no ventre é branco, tendo, com a cauda, sete nadadeiras. Das duas nadadeiras nas costas e no ventre saem estreitas nadadeiras até a cauda. É muito bom para comer. (Schmalkalden 1998: 92)

Nesse texto, Schmalkalden registra o nome do espécime na língua nativa (“brasileiro”), bem como suas traduções para o português e holandês. No decorrer do verbete, porém, não faz qualquer outra menção à nomenclatura do espécime, focalizando seu texto na caracterização do referente — aspectos físicos e funcionais, apenas.

A presença de um traço definitório qualquer recebeu dois tipos de índice, em função do seu modo de apresentação no texto: um índice para o que considere ‘certeza’ e outro para o que considere ‘dúvida’.

Atribuí o índice ‘1’ (**certeza = 1**) aos traços cujo texto foi elaborado de forma totalmente positiva ou negativa. Considerei ‘totalmente positivo’ ou ‘totalmente negativo’ o traço que foi apresentado com decisão pelo autor, como se pode observar nos exemplos a seguir:

Nhandiguaçu. Um avestruz com 6 pés de altura. (Maurício de Nassau, in Anônimo 1633-1644 [1995]: 58)

Muciqui, em brasileiro. Caravela, em holandês. Excremento do mar. Esta é apenas uma espuma dos mares, que bóia na água em todas as direções, até aproximar-se da praia costeira, já que, de vez em quando, se detém com água parada e é ressecada pelo calor do sol. Não se apresenta de outra forma a não ser a de uma bexiga de peixe, belamente clara e transparente, de coloração como as bolhas de água ensaboada, feitas por um canudinho, não arredondadas, mas em forma da figura supracitada. Quando se pisa, há um estalo como o de uma bexiga de peixe e caso alguém a pise com pés descalços, envenena os pés de forma que a pessoa sentirá isso por algumas horas. (Schmalkalden 1998: 116; grifo adicionado neste trabalho)

DE IABORANDI, EJUSQUE FACULTATIBUS ET USU. Ita veteribus Incolis et nostris dicitur hodie haec Planta: quae in duas species dispescitur. Utraque illarum nobilis est et salutaris. (Piso 1648 [1948]: 194)⁶³

Os textos de Maurício de Nassau (Anônimo 1633-1644) e de Guilherme Piso (Piso 1648 [1948]) deixam nítida a convicção do autor ao descrever o espécime. No texto de Nassau, considereii totalmente positivo o traço ‘T + Pop’ (taxonomia popular⁶⁴); no texto de Piso, foi considerado totalmente positivo o traço N (‘nomenclatura’). No texto de Schmalkalden grifei uma frase que representa um traço com valoração totalmente positiva (neste caso, classificada como ‘T + Pop’, cf. nota 64) e outra que representa um traço com valoração totalmente negativa (neste caso, ‘R + Fis’, ou, a caracterização de aspectos físicos do referente).

Atribuí ainda o índice ‘0,5’ (dúvida = 0,5) para a apresentação de traços definitórios de forma que evidenciasse dúvida, incerteza, probabilidade, por parte de quem as apresentava. É o caso dos exemplos abaixo:

DE AROEIRA EJUSQUE QUALITATIBUS. Arbor arenosis, littore imprimis et promontorio Olindae frequens, *Aroeira* nuncupatur. Myrto silvestri nostrati qualitate non valde absimilis, ad Lentiscos tamen referri debet. Praeter eximias facultates, quas cum *Araca*, et Myrto, reliquisque, astringentibus et odoriferis arboribus habet communes, hisce peculiaribus pollet, quod resinam fundat fragantissimam instar Lentisci, ex qua emplastrum adversus frigidus affectus componitur. (Piso 1648 [1648]: 182; grifo adicionado neste trabalho)⁶⁵

⁶³ “Do jaborandi, das suas facultades e do seu uso. Assim é chamada hoje esta planta pelos velhos habitantes e pelos nossos; reparte-se em duas espécies, ambas famosas e salutareis.” (Piso 1648 [1648]: 108 [Trad. Alexandre Correia])

⁶⁴ Entendo que ao dizer que um “nhandiguaçu é uma ema”, o autor faz uma classificação, inserindo o espécime dentro de uma categoria já conhecida; ‘popular’ porque reflete um saber de domínio público, e não uma designação científica do espécime.

⁶⁵ “Da aroeira e das suas qualidades. Há uma árvore chamada *Aroeira*, freqüente no litoral sobretudo, e no promontório arenoso de Olinda. Não muito diferente em qualidade da nossa murta silvestre, deve contudo ser

Observa-se nessa citação de Piso que, na primeira frase do texto, a apresentação dos traços ‘N’ (nomenclatura) e ‘R + Hab’ (caracterização do referente, *habitat*) é feita de maneira totalmente positiva. Já a segunda frase, grifada no texto, contém os traços ‘T + Pop’ (taxonomia popular, “*Myrto silvestri*”) e ‘T + Cien’ (taxonomia científica, “*Lentiscos*”), escritos de forma parcialmente negativa (“*non valde absimilis*”). Note-se que estou falando da forma como o texto é construído, o que não indica, necessariamente, que a informação é duvidosa; essa maneira de construir o texto aponta, a meu ver, ou que o autor não está totalmente seguro do que diz, ou que coloca em dúvida algum ‘saber’ já estabelecido. Esse modo de construção textual pode sugerir, ainda, o estilo do autor, ou uma retórica específica para a apresentação do novo — retórica que utiliza mecanismos ou de comparação com o conhecido, ou tentativas de tradução da diferença. A título de exemplo, acrescento outras citações:

“Soco” — É uma ave quase da altura de uma pessoa; é completamente desnuda pescoço abaixo, possui uma cabeça grande, preta e feia e as patas são pretas. Alimenta-se de toda espécie de animalegos da mata e não serve para comer. (Wagener 1997: 66; grifo adicionado neste trabalho)

Nesse texto, para dizer que a ave era grande Wagener a compara com a altura de uma pessoa de forma parcialmente positiva: “quase da altura de ...”. Ele poderia ter dito, simplesmente, que a ave era muito grande, como o faz nessa outra descrição:

[para uma figura anônima] — Os holandeses dão a esta ave o nome de garça. Vêm-se muitas na praia à procura de peixinhos, caranguejos e vermes para comer. É do tamanho de uma cegonha e não serve de alimento (Wagener 1997: 77; grifo adicionado neste trabalho)

Nesse verbete, Wagener descreve a ave de forma totalmente positiva “é do tamanho de uma cegonha”, contrastando com o texto da citação anterior.

referida antes à classe dos lentiscos. Além das suas excelentes virtudes, comuns com o *Araca*, a murta e as mais árvores adstringentes e odoríferas, é dotada da particularidade de difundir uma resina fragrantíssima, como a do lentisco, com a qual se prepara um emplastro contra afecções frias.” (Piso 1948 [1648]: 73 [Trad. Alexandre Correia]).

Os traços inseridos no texto de maneira totalmente positiva ou negativa, foram interpretados como uma tendência à universalidade, ou seja, indicam uma identificação segura de seus componentes, muito provavelmente por critérios de semelhança. Já os traços apresentados de maneira parcialmente positiva ou negativa, foram interpretados como uma tendência à especificidade, indicando: a) ou a busca de critérios descritivos; b) ou busca de metalinguagem para a descrição; c) ou o questionamento do saber que está sendo veiculado.

Reproduzi o Quadro 8 abaixo (cf. item 3.2.2 – b.3, Capítulo I), que resume os índices/valores atribuídos aos traços:

Quadro 8: Índices de significação dos traços definitórios

Valor atribuído	Caracterização do enunciado
1	<i>Totalmente positivo e/ou totalmente negativo (certeza)</i>
0,5	<i>Parcialmente positivo e/ou parcialmente negativo (dúvida / indefinição)</i>
0	<i>Ausência do traço</i>

2. Estudo qualitativo dos traços definitórios.

Todos os verbetes das enciclopédias temáticas ilustradas foram lidos; seus traços constituintes foram identificados, classificados e mapeados. Contudo, como já salientei, não dirigi esta análise para os seus aspectos quantitativos; pelo contrário, o que é realmente relevante neste trabalho é o peso que a ausência e/ou presença de cada um desses traços confere ao todo, ao verbete e/ou à enciclopédia. Partindo, pois, desse princípio, identifiquei e classifiquei os traços definitórios constituintes de todos os verbetes dos documentos selecionados. Retomo para o leitor quais foram esses documentos:

- Anônimo 1633-1644 [*Libri Principis*];
- Barléu 1974 [*História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*]

- Marcgrave 1942 [*História Natural do Brasil*]
- Piso 1648 [1848] – [*De Medicina Brasiliensi*]
- Schmalkalden 1998 [*A viagem de Caspar Schmalkalden de Amsterdã para Pernambuco no Brasil*]
- Wagener 1997 [*Thierbuch*]

Uma vez identificados os traços constituintes dos verbetes, suas características de apresentação (índices de valoração) e colocados em tabelas que pretendem demonstrar os tipos de textos encontrados através dos valores atribuídos. Resumi esses dados no Quadro 21, abaixo:

Quadro 21: Resumo dos traços definitórios encontrados nos verbetes das enciclopédias temáticas e respectivos índices de significação.

Autores Traços	Anônimo 1633-1644	Barléu 1974	Marcgrave 1942	Piso 1648	Schmalkal den 1998	Wagener 1997
N	0 - 1	1	0 - 0,5 - 1	1	1	0 - 1
N + Tra	0 - 0,5	0 - 1	0 - 1	0 - 1	0,5 - 1	0 - 1
N + Mor	0	0 - 1	0	0	0 - 1	0 - 1
N + Eti	0	0	0 - 1	0 - 1	0	0 - 1
R + Fis	0 - 1	0 - 1	0 - 1	0 - 0,5 - 1	0,5 - 1	0 - 0,5 - 1
R + Hab	0 - 1	0 - 1	0 - 0,5 - 1	0 - 0,5 - 1	0 - 0,5 - 1	0 - 0,5 - 1
R + Fun	0 - 1	0 - 1	1	0 - 0,5 - 1	0 - 1	0 - 0,5 - 1
R + Pec	0 - 1	0 - 1	1	1	1	0 - 1
T + Cien	0	0	0 - 0,5 - 1	0 - 0,5 - 1	0	0
T + Pop	0 - 1	0	0 - 1	0 - 0,5	0	0
T + Sub	0	0	0 - 0,5 - 1	0 - 1	0 - 1	0 - 1
T + Cit	0	0	0 - 1	0 - 1	0 - 1	0
D + Cien	0	0	1	1	0 - 1	1
D + Ex	0	0	0 - 1	0 - 1	0 - 1	0 - 0,5 - 1
D + Fan	0	0 - 1	0	0 - 1	0 - 1	0 - 0,5 - 1
D + Imp	1	1	0 - 1	0 - 0,5 - 1	1	0 - 0,5 - 1
D + Comp	0 (Br) 0 - 1 (Eu)	0 (Br) 0 - 1 (Eu)	0 - 1 (Br) 0 - 1 (Eu)	0 - 1 (Br) 0 - 1 (Eu)	0 - (Br) 0 - 1 (Eu)	0 - (Br) 0 - 1 (Eu)

Os dados dessa tabela foram utilizados para a confecção de gráficos de tendências (por autor e por grupos de traços), a partir dos quais foi feita a análise qualitativa dos traços definitórios. Os subitens a seguir apresentam esses gráficos, acompanhados de sua interpretação.

2.1 – Índices de significação dos traços definitórios – tendências por grupos de traços

O objetivo desta análise foi observar a tendência de uso de cada traço, sem associá-la aos documentos de origem. Esse procedimento possibilitou a construção de um perfil dos traços encontrados (ou não) nos documentos. Apresento a análise por grupos, ou seja, os quatro grandes grupos utilizados como critérios:

- a) nomenclatura;
- b) caracterização do referente;
- c) taxonomia;
- d) estratégias discursivas.

2.1.1 – NOMENCLATURA

Retomo a identificação dos traços definitórios, tal como expostos no primeiro capítulo deste trabalho, a fim de organizar a apresentação:

- N = espécime identificado por um nome;
- N + Tra = espécime identificado por um nome, acompanhado de tradução;
- N + Mor = espécime identificado por um nome, cuja significação foi explicada através de um procedimento morfossintático;
- N + Eti = espécime identificado por um nome, cuja origem foi explicada através de uma etimologia qualquer.

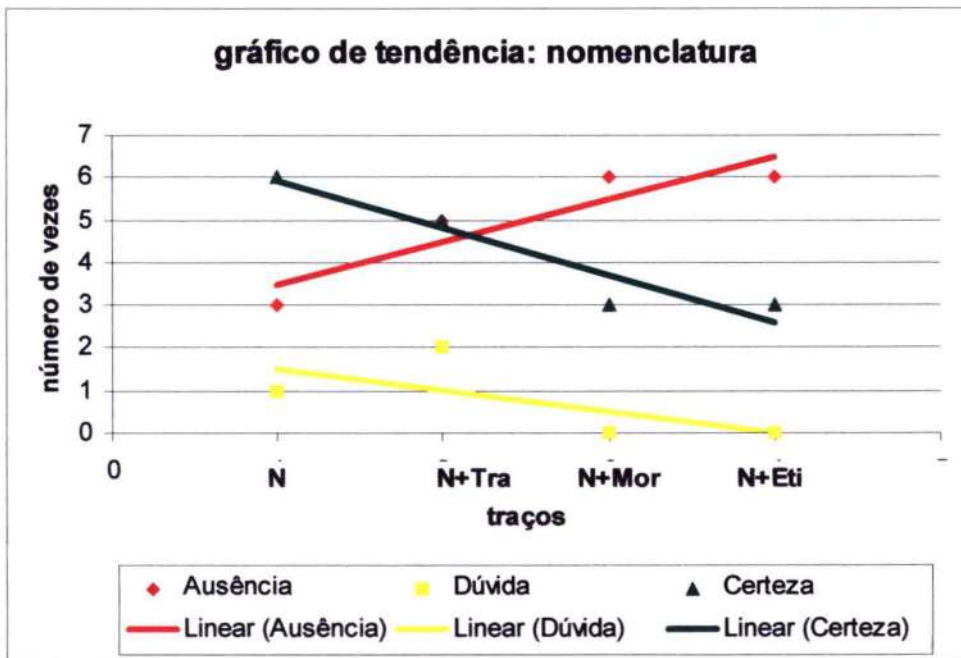
A tabela que deu origem ao gráfico de tendências ficou assim constituída:

Quadro 22: Índices da análise qualitativa dos traços definitórios – Nomenclatura

Autores / Traços	Anônimo 1633-1644	Barléu 1974	Marcgrave 1942	Piso 1648	Schmalkalden 1998	Wagener 1997
N	0 - 1	1	0 - 0,5 - 1	1	1	0 - 1
N + Tra	0 - 0,5	0 - 1	0 - 1	0 - 1	0,5 - 1	0 - 1
N + Mor	0	0 - 1	0	0	0 - 1	0 - 1
N + Eti	0	0	0 - 1	0 - 1	0	0 - 1

Os dados da tabela acima indicam a presença/ausência dos traços definitórios e a forma como foram elaborados no texto. Esses dados foram transportados para um programa de confecção de gráficos de tendências (Excel), de onde resultou a seguinte representação:

Gráfico 1: Tendências de uso dos traços definitórios – Nomenclatura



A leitura do Gráfico 1 nos permite as seguintes interpretações:

a) Em primeiro lugar, houve maior **tendência de ausência** (pontos vermelhos) nos traços ‘N + Mor’ e ‘N + Eti’, ou seja: as explicações morfossintáticas e etimológicas dos nomes dos espécimes representados nas pranchas não foram, no contexto destes documentos, informações muito privilegiadas.

Percebe-se, ainda, que a ausência de traduções (‘N + Tra’) dos nomes tem o mesmo ponto referencial que a presença de ‘certezas’ (pontos verdes), o que demonstra que houve uma tendência de presença desse traço em, no mínimo, 50% do material analisado.

É de se notar, ainda, que houve uma tendência não tão insignificante para a ausência de identificação do espécime (ponto 3 na vertical), o que demonstra que nem todo espécime teve seu nome registrado. O fato pode ser interpretado como resultante do desconhecimento dos nomes desses espécimes (a nomenclatura do novo) por parte de quem fez a coleta.

b) Os traços ‘N’ e ‘N + Tra’ foram os que obtiveram maior índice de **tendência de presença** sob a forma **totalmente positiva e/ou negativa** (pontos verdes). Esses índices confirmam o fato apontado na análise da tendência de ausências, na medida em que, no contexto estudado, o ‘nome’ do espécime é um dado de suma importância para a identificação e classificação do espécime. Assim, sempre que possível, é identificado com convicção por parte do autor do documento.

As tendências mais baixas de presença de traços totalmente positivos e/ou negativos recaem sobre os traços ‘N + Mor’ e ‘N + Eti’, o que confirma a leitura feita acima: são traços menos utilizados no que se refere à nomenclatura do espécime.

c) A **tendência de presença** de traços definitórios sob a forma **parcialmente positiva e/ou negativa** (pontos amarelos) apresentam baixa pontuação, o que indica que poucos textos definitórios apresentaram o espécime com um nome provável, ou suposto — o que confirma a alta pontuação do traço ‘N’ de forma totalmente positiva/negativa (linha verde, pontuação máxima = 6).

Observa-se elevação desse traço no que diz respeito à tradução dos nomes (‘N + Tra’, pontuação 2). Essa elevação indica que a correspondência entre os nomes nativos dos

espécimes e os nomes já conhecidos (tradução, portanto) foi a que apresentou mais ‘incertezas’ ao olhar do autor do documento.

Os traços ‘N + Mor’ e ‘N + Eti’ apresentam pontuação 0 (zero), confirmando o que já foi dito nos itens **a** e **b** acima.

Resumindo a leitura desse gráfico, é possível dizer que houve uma elevada tendência de uso do traço ‘N’ – o nome do espécime retratado ou descrito, seguida de uma tendência de quase 50% de traduções desses nomes. A descrição do novo — ou da diferença — passou, portanto, pela etapa da nomeação, ou da identificação do espécime. O índice de traduções confirma o que já se tem afirmado até o momento: tratava-se de ‘dados novos’, de diferenças, as quais nem sempre são reconhecidas ou têm correspondentes no saber anteriormente estabelecido.

Os traços menos utilizados pelos autores dos documentos selecionados são os que tentam dar explicações sobre esses nomes, morfossintáticas ou etimológicas. Abaixo, duas explicações possíveis para esse fato:

1ª) trata-se, em sua maioria, de nomes da língua Tupi — portanto, desconhecida para a maior parte dos autores. A tarefa de buscar explicações sobre a constituição ou origem desses nomes seria, portanto, bastante complexa. Uma explicação morfossintática exigiria um conhecimento mais profundo da língua, o que não me parece ter sido um fato entre esses autores. Convém ressaltar que, nos textos produzidos pelos jesuítas, o procedimento de ‘traduzir’ os nomes dos seres e objetos por meio de explicações de natureza morfossintática foi um procedimento mais produtivo. Os jesuítas, em geral, conheciam a língua nativa, tendo escrito não apenas dicionários, como também gramáticas da língua Tupi (cf. Gimenes 1999); além disso, essas gramáticas tinham por finalidade contribuir para a formação ou o treinamento dos missionários. Nesse caso, esses traços teriam sido mais ‘salientes’ nos textos dos jesuítas, e menos ‘salientes’ nos textos de autores do Brasil Holandês — por questões práticas.

2ª) o estudo das formas de registro do léxico (Capítulo V), apontou para a possibilidade de uma representação de aspectos morfossintáticos (relações entre o uso de diacríticos e as fronteiras dos morfemas constituintes dos nomes, em Tupi). Sabe-se, também, que havia uma tendência de estudos de aspectos etimológicos das palavras, ao menos no que concerne ao

contexto intelectual europeu (por exemplo, a busca da língua adâmica). Desse modo, não é possível dizer que aspectos morfossintáticos ou etimológicos não fossem ‘salientes’ ao olhar do estudioso holandês seiscentista. É possível, entretanto, sugerir que o registro desses aspectos, no contexto da colonização holandesa no Brasil, não foi feito (preferencialmente) de forma explícita — como o seria em textos definitórios, ou explicativos. Se reconhecermos:

- a) que esse é um período marcado pela construção de novos sistemas de representação;
- b) que a prática lingüística holandesa no Brasil é, antes de tudo, pragmática;

é possível dizer que, ainda que salientes ao olhar do colonizador holandês, esses aspectos (morfossintaxe e etimologia) foram utilizados muito mais como suporte, ou pressuposto, para a veiculação do conhecimento que divulgavam, do que como foco (ou um dos focos) de suas descrições.

2.1.2 – CARACTERIZAÇÃO DO REFERENTE

Os traços constituintes do grupo intitulado ‘caracterização do referente’ são os seguintes:

- R + Fis = descrição das características físicas do espécime (tamanho, forma, cor, cheiro, etc.);
- R + Hab = descrição de hábitos e/ou condições de adaptação do espécime; indicação geográfica do local onde o espécime é comumente encontrado;
- R + Fun = descrição de características funcionais do espécime: utilização culinária ou farmacológica; possibilidades de comercialização;
- R + Pec = descrição de peculiaridades do espécime: ou de características físicas, ou de hábitos, ou de utilização — no texto deve ficar evidente que o autor não vê o dado como comum (a outros espécimes, ou ao seu olhar).

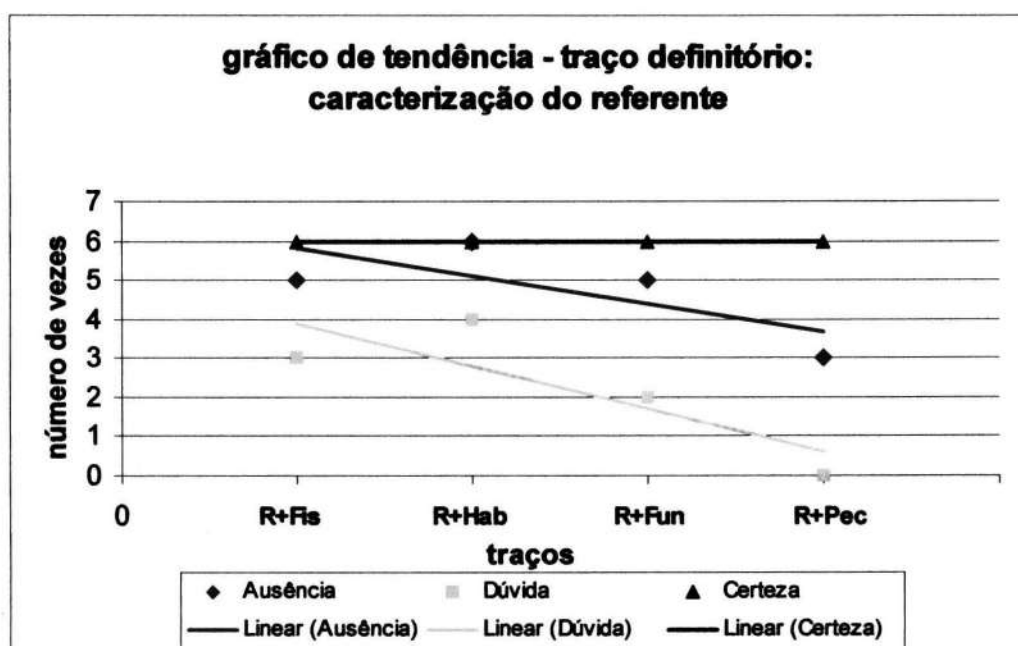
Após a leitura dos verbetes, os dados foram transcritos na seguinte tabela:

**Quadro 23: Índices da análise qualitativa dos traços definitórios –
Caracterização do Referente**

Autores / Traços	Anônimo 1633-1644	Barléu 1974	Marcgrave 1942	Piso 1648	Schmalkalden 1998	Wagener 1997
R + Fis	0 - 1	0 - 1	0 - 1	0 - 0,5 - 1	0,5 - 1	0 - 0,5 - 1
R + Hab	0 - 1	0 - 1	0 - 0,5 - 1	0 - 0,5 - 1	0 - 0,5 - 1	0 - 0,5 - 1
R + Fun	0 - 1	0 - 1	1	0 - 0,5 - 1	0 - 1	0 - 0,5 - 1
R + Pec	0 - 1	0 - 1	1	1	1	0 - 1

Os dados acima permitiram a confecção do seguinte gráfico de tendências:

**Gráfico 2: Tendências de uso dos traços definitórios –
Caracterização do Referente**



A leitura desse gráfico nos permite as seguintes interpretações:

a) A descrição **totalmente positiva e/ou negativa** (certeza, representada pelos pontos verdes no gráfico) foi a forma mais utilizada na composição de todos os traços definitórios relativos à caracterização do referente. É um fato, até certo ponto, óbvio, tendo em vista que esse traço

está muito mais relacionado a um conhecimento visual do ser/objeto descrito. Não deve restar dúvidas de que os textos descritivos foram feitos diante do espécime — ou literalmente, quando os pesquisadores estavam diante de animais e plantas dos jardins construídos em Recife; ou indiretamente, quando diante de imagens retratadas em pranchas. Assim, qualquer descrição do referente partiu de observação visual, estimulando e justificando uma tendência para o uso de textos totalmente positivos ou negativos para todos os traços relativos a esse grupo.

É relevante a observação de que todos os subtraços desse grupo aparecem nesses documentos de forma semelhante, todos com a mesma pontuação (= 6), fato que confirmaria uma descrição totalmente positiva/negativa de um espécime conhecido do autor do texto: as peculiaridades, o *habitat* e as características funcionais dos espécimes descritos são dados que exigem conhecimento de quem descreve.

b) É importante a observação da tendência de **ausências** dos traços constituintes desse grupo (pontos e linha vermelhos): pontuação também elevada, indicando que, apesar de haver predominância da tendência de presença de textos totalmente positivos/negativos, foi um traço ausente em muitos verbetes.

O traço 'R + Hab' foi o que apresentou maior índice de ausência (pontuação = 6), seguido pela descrição de características físicas ('R + Fis') e funcionais ('R + Fun'). O fato poderia ser explicado por especificidades dos documentos (aspecto que será estudado com maiores detalhes no item seguinte).

c) Os textos **parcialmente positivos e/ou negativos** de caracterização do referente apresentam pontuação mais baixa em relação aos anteriores, o que confirmaria uma interpretação de que a descrição teria sido feita diante do espécime, ou a partir de algo já conhecido. Os traços relativos às peculiaridades dos espécimes ('R + Pec') apresentam pontuação zero (= 0), indicando que, uma vez conhecidas tais peculiaridades, foram apresentadas de forma segura pelo autor.

As características funcionais ('R + Fun') apresentam uma pontuação pouco mais elevada que o anterior ('R + Pec' = 2), sugerindo que também foi um dado, até certo ponto, relevante para o pesquisador ou autor que fez a descrição. Esse fato é significativo, pois pode apontar para o historiador, hoje, que as possibilidades de utilização dos espécimes eram, certamente, um aspecto 'saliente' ao olhar do holandês no Brasil: utilização como produto comestível, farmacológico, matéria-prima para construção, etc. — bens comerciáveis.

As características físicas ('R + Fis') apresentam índice de incerteza pouco mais elevado, o que também poderia ser explicado por características específicas dos documentos. Do mesmo modo, os traços referentes aos hábitos e costumes do espécime ('R + Hab') são os que apresentaram o maior índice de indefinição ou incerteza (= 4), pois exigem um conhecimento mais detalhado para uma descrição totalmente positiva.

Desse modo, a leitura do gráfico da utilização dos traços relativos à caracterização do referente permite dizer que houve uma tendência estável e elevada para uma descrição do tipo totalmente positiva/negativa (estável no que refere à utilização de todos os subtraços componentes do grupo). Em contrapartida, o nível de ausências registrado não foi insignificante, apontando para uma radicalização, se assim pudermos definir: se presente, esse traço tende a ser totalmente positivo/negativo; caso contrário, não foi registrado. A linha de tendência para uma representação parcialmente positiva/negativa é menos acentuada. Essas tendências poderiam ser explicadas por motivos contextuais, quais sejam:

1º) os textos teriam surgido de descrições de espécimes bem conhecidos no ambiente de coleta dos dados, provavelmente a partir dos jardins construídos por Nassau no Recife — partiriam de uma descrição a partir de estímulos visuais, e de conhecimento a partir do convívio com os espécimes;

2º) as diferenças de tendências podem ser explicadas pelos interesses do autor e/ou pelo gênero dos documentos (cf. subitem 2.2 deste capítulo), como por exemplo:

- a) o manuscrito de Pudsey privilegiou tão somente a apresentação do espécime através da nomenclatura (sem textos descritivos), fato que é representado no gráfico com um indicador de ausência;

- b) os textos classificados como científicos tendem à busca da exatidão descritiva, o que leva o autor à escrita de textos mais relativizados (portanto, parcialmente positivos e/ou negativos).

2.1.3 – TAXONOMIA

Os traços que compõem esse grupo são os seguintes:

- T + Cient = presença de taxonomia com utilização de nomes ‘científicos’, ou seja, nomes utilizados em classificações dos espécimes nos tratados de História Natural da época (ou anteriores);
- T + Pop = presença de taxonomia com utilização de nomes ‘populares’, ou seja, nomes de uso comum — normalmente através de construções comparativas com espécimes já conhecidos, indicando uma classificação a partir do senso comum;
- T + Sub = presença de taxonomia, com classificação em mais de um nível de representação;
- T + Cit = presença de taxonomia já descrita por um autor, que é reconhecido no texto.

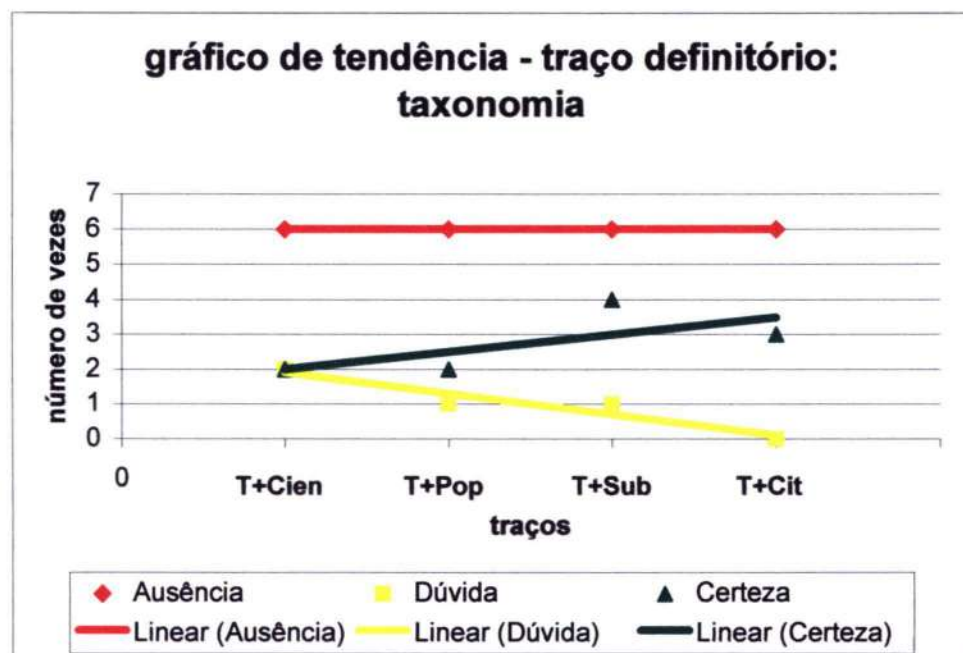
O estudo dos verbetes das enciclopédias temáticas permitiu a construção da seguinte tabela:

Quadro 24: Índices da análise qualitativa dos traços definitórios – Taxonomia

Autores / Traços	Anônimo 1633-1644	Barléu 1974	Marcgrave 1942	Piso 1648	Schmalkalden 1998	Wagener 1997
T + Cien	0	0	0 – 0,5 – 1	0 – 0,5 – 1	0	0
T + Pop	0 – 1	0	0 – 1	0 – 0,5	0	0
T + Sub	0	0	0 – 0,5 – 1	0 – 1	0 – 1	0 – 1
T + Cit	0	0	0 – 1	0 – 1	0 – 1	0

A leitura do Gráfico 3 apresenta as tendências de utilização dos traços do grupo ‘taxonomia’:

**Gráfico 3: Tendências de uso dos traços definitórios-
Taxonomia**



Esse gráfico nos permite o estabelecimento das seguintes correlações:

- A linha de tendência para a **ausência** desse traço (pontos e linha vermelhos) é estável e elevada para todos os subtraços (pontuação = 6). Essa tendência pode sugerir que esse traço não foi ‘saliente’ aos autores dos documentos; ou, que os espécimes — novos ou diferentes ao olhar do observador — ainda não tinham passado pelo processo de uma classificação.
- A tendência de apresentação **totalmente positiva/negativa** (pontos e linha verdes) é elevada para o traço ‘T + Sub’ (pontuação = 4) — o que sugere que, quando identificado o espécime, ele é imediatamente classificado de acordo com uma taxonomia já estabelecida, numa hierarquia de pelo menos dois níveis (ou dois nós) de representação.

A pontuação do traço ‘T + Cit’ parece confirmar essa leitura (pontuação = 3), sugerindo que, uma vez presente uma classificação, esta foi referendada por uma autoridade ou por uma descrição anterior (como as de Clusius, Plínio, Gesner).

Os traços ‘T + Cien’ e ‘T + Pop’ (classificação científica [nomenclatura ou pertinência a uma classe já descrita] ou mesmo popular; pontuação = 2) apresentam uma tendência de utilização bastante inferior aos outros já apresentados, o que confirmaria a tendência da linha de ausências (vermelha): ou não foi tão ‘saliente’ a esses autores, ou os espécimes (novos) não eram suficientemente conhecidos, dificultando uma classificação de qualquer natureza.

c) Por sua vez, a tendência de apresentação de forma **parcialmente positiva/negativa** (pontos e linha amarelos) é bem inferior às outras duas. A pontuação é mais elevada para o traço ‘T + Cien’, o que sugere que, presente esse traço, foi feito de forma mais duvidosa. Nesse caso, diria até que esse tipo de construção poderia indicar uma tentativa de classificação do espécime. Os pontos de representação dos traços ‘T + Pop’ e ‘T + Sub’ (pontuação = 1), com as mesmas justificativas dadas para o traço ‘T + Cien’. O índice zero para o traço ‘T + Cit’ é justificável: dificilmente alguém citaria de forma incerta um outro autor (o que poderia produzir um efeito contrário, prejudicando a credibilidade do texto descritivo).

Resumindo as tendências de utilização dos traços do grupo ‘Taxonomia’, posso sugerir que, ao contrário do que supunha no início deste trabalho, não foi um traço (ou grupo de traços) saliente no conjunto de documentos. A hipótese mais provável para essa tendência estaria relacionada, a meu ver, muito mais ao teor do material descrito: espécimes desconhecidos ao olhar do observador o que exigiria um tempo de observação maior, ou o aprofundamento dos estudos até chegar a uma classificação. Acrescente-se a esse fato, outros de natureza histórica: trata-se de um período de transformações nos sistemas de representação, de questionamentos dos sistemas classificatórios já estabelecidos e de construção de metodologia de trabalho científico (tal como entendemos ‘ciência’ hoje). Além disso, não se deve descartar as justificativas relacionadas ao autor do documento, tais como a formação, interesse e motivação para a escrita do documento, etc.

2.1.4 – ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

Os traços constituintes do grupo relativo às estratégias discursivas, tal como estabelecido na metodologia de pesquisa deste trabalho, são os seguintes:

- D + Ex = presença de relatos das **experiências** de convivências do autor (ou de outras pessoas) com o espécime, tais como: acidentes, curiosidades da convivência, etc;
- D + Fant = presença de relatos de fatos que possam identificar o espécime como **fantástico** (ou ‘extraordinário’)
- D + Cient = presença de informações de caráter **científico**, tais como danos/benefícios oriundos da convivência ou ingestão do espécime;
- D + Comp = presença de comparações entre o espécime descrito e outros espécimes (europeus ou brasileiros);
- D + Imp = presença de elementos discursivos que indique a ‘**impressão**’, ou o julgamento, ou a percepção do autor.

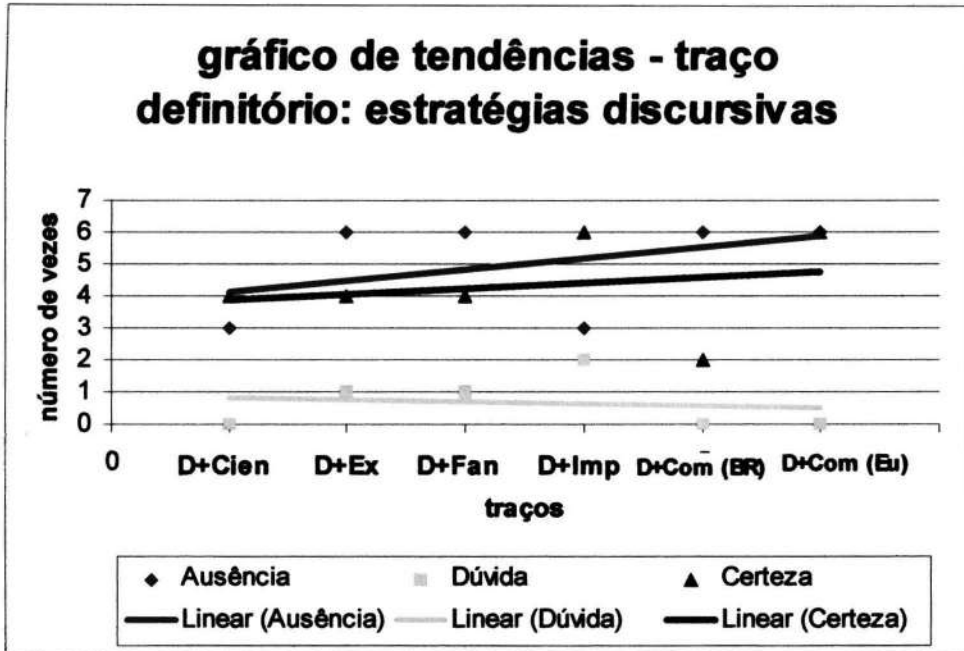
Estudados os verbetes e identificadas as formas de apresentação dos traços, foi feita a seguinte tabela:

Quadro 25: Índices da análise qualitativa dos traços definitórios – Estratégias discursivas

Autores / Traços	Anônimo 1633-1644	Barléu 1974	Marcgra ve 1942	Piso 1648	Schmalkalden 1998	Wagener 1997
D + Cien	0	0	1	1	0 - 1	1
D + Ex	0	0	0 - 1	0 - 1	0 - 1	0 - 0,5 - 1
D + Fan	0	0 - 1	0	0 - 1	0 - 1	0 - 0,5 - 1
D + Imp	1	1	0 - 1	0 - 0,5 - 1	1	0 - 0,5 - 1
D +	0 (Br)	0 (Br)	0 - 1 (Br)	0 - 1 (Br)	0 - (Br)	0 - (Br)
Comp	0 - 1 (Eu)	0 - 1 (Eu)	0 - 1 (Eu)	0 - 1 (Eu)	0 - 1 (Eu)	0 - 1 (Eu)

A transferência desses dados para o programa Excel permitiu a confecção do Gráfico 4 (na página seguinte), que apresenta as seguintes tendências de utilização dos traços relativos às estratégias discursivas:

Gráfico 4: Tendências de uso dos traços definitórios – Estratégias Discursivas



A tendência de uso dos traços definitórios interpretada a partir do Gráfico 4 é a seguinte:

a) As maiores tendências de uso, na forma **totalmente positiva/negativa**, recaem sobre os traços que apontam para o uso de um discurso baseado nas impressões do autor do documento ('D + Imp') e nas comparações com espécimes europeus já conhecidos ('D + Comp - Eu'). Não é de se estranhar essa tendência, tendo em vista que o autor que, por qualquer motivo ou motivação, utilize um discurso mais marcado pela subjetividade, em geral o faz de forma mais segura, sem muitos questionamentos (sobre o que está sendo descrito). Além do mais, a utilização da estratégia de comparação como procedimento de definição é também uma tarefa — ou parte da tarefa — de nomeação do ser/objeto descrito.

b) Os traços que apresentam menor tendência de uso, com os maiores índices de **ausência** no gráfico acima são os que se referem às estratégias de descrever fatos ou ocorrências de convivência com os animais ('D + Ex'), as narrativas fantásticas ('D + Fant') e as

comparações com espécimes brasileiros ('D + Comp' – Br). A ausência de comparação com os espécimes brasileiros seria compreensível, tendo em vista o conhecimento recente da flora e da fauna brasileira, ainda em processo de descrição. Os traços relacionados às narrativas experienciais estariam associados a um tipo de discurso mais informal, ou subjetivo — nem sempre adequado às obras estudadas neste trabalho. A narrativa fantástica, comum na literatura da época, não foi uma característica marcante na produção holandesa, fato que pode ser justificado por fatores contextuais, tais como: a especificidade da ótica holandesa, ou dos estudos de perspectiva, que permitiam a elaboração de imagens menos deformadas (se assim pudermos descrever, tendo como parâmetro o nosso ponto de vista contemporâneo). Além disso, o caráter das obras também contribuiu para a não utilização desse recurso de forma mais intensa nos documentos estudados (cf. próximo item).

Além desses aspectos, vale a pena ressaltar que os traços menos ausentes são os que remetem ao discurso mais científico ('D + Cien') e ao discurso mais impressionista ('D + Imp') — o que contribui para a compreensão do alto índice de certezas (pontos verdes) já descrito no subitem anterior. Ainda que pontualmente baixa, há o registro de aspectos relativos às impressões do autor feitos por meio de construções parcialmente positivas ou negativas, tanto quanto as narrativas experienciais e, poucas, que poderiam levar uma interpretação 'fantástica' do espécime em descrição — fato que pode ser explicado, entre outros, pelas características dos autores dos documentos.

c) A utilização de uma forma **parcialmente positiva/negativa** na escrita de aspectos relacionados ao discurso científico e às comparações com espécimes (brasileiros e europeus) apresentam pontuação zero, o que confirma a análise feita acima: o discurso científico tem características próprias, entre as quais estão as comparações. Entretanto, da mesma forma que o questionamento é uma de suas marcas, diria que são mais evidentes em aspectos descritivos, ou de seus constituintes conceituais, e não necessariamente como uma estratégia discursiva (poderia contribuir para um efeito contrário, qual seja, de dúvida sobre a cientificidade do texto, ou do trabalho).

Resumindo os aspectos relativos à utilização das diversas estratégias discursivas encontradas nos textos sob análise neste trabalho, pode-se dizer que:

1) As maiores tendências de uso apontam para características que tanto podem ser opostas, quanto complementares. Explico: verbetes constituídos por traços seguros e objetivos, mas que tratam de aspectos mais subjetivos (ou impressionistas) podem se opor a um texto construído a partir da comparação entre espécies, caso essa comparação seja entendida como parte de uma metodologia científica. Nesse caso, apontariam para documentos escritos com objetivos opostos. Por outro lado, se considerarmos que a construção de textos comparativos (especialmente entre objetos/seres conhecidos) é uma estratégia também bastante utilizada na prática popular, a pontuação coincidente pode ser explicada como um dado complementar, que reforçaria a idéia de que há uma forte tendência para as afirmações objetivas (ainda que sobre aspectos da percepção individual) do(s) autor(es) dos documentos estudados.

2) As pontuações mais baixas para os traços relacionados aos aspectos científicos e, igualmente, aos traços ‘impressionistas’ confirmariam a hipótese de que os documentos utilizados como fontes neste trabalho tendem a uma subdivisão de tipologia de textos: ou mais voltados para os aspectos científicos, ou mais voltados para os interesses descritivos de seus respectivos autores.

3) A baixa pontuação relativa à utilização da forma parcialmente positiva/negativa como estratégia discursiva (ou que aponta para dúvidas) sugere, ainda, que houve uma tendência muito forte para a construção de textos com objetivos bem definidos, provavelmente com um público-alvo também definido – o que requeria uma apresentação (dos documentos como um todo) como relatos fidedignos do que foi visto, descrito, estudado.

Neste item foi privilegiado o estudo das correlações estabelecidas a partir da utilização dos subtraços constituintes dos grupos temáticos encontrados nos verbetes dos seis documentos selecionados para essa análise (cf. introdução do item 2 deste capítulo). Ainda que algumas das conclusões apontem para especificidades dos documentos ou de seus autores, não era possível, com esses dados, a elaboração de conclusões mais fundamentadas. Esse será o objeto de estudo do próximo item, as tendências de utilização dos traços definitórios por documento, ou por autor.

2.2 – Índices de significação dos traços definitórios – tendências por documentos/ autores

Estudar as tendências de utilização dos traços definitórios dentro do contexto de seus documentos é tarefa complementar à que foi exposta no item anterior (2.1, tendência por grupo de traços). Da mesma maneira que no estudo por grupo de traços, os dados apresentados no Quadro 20 (p. 263) serviram de base para a elaboração de gráficos de tendência, gerados no programa Excel.

Os dados das tabelas geradoras foram lidos verticalmente, ou seja, tendo por referência cada um dos documentos, o que permitiu um estudo de tendências de uso dos traços de cada um dos grupos correlacionados entre si. Esses gráficos e respectivas análises são apresentados nos subitens abaixo, de acordo com as referências dos documentos utilizadas neste trabalho.

2.2.1 – NOMENCLATURA – TENDÊNCIAS POR DOCUMENTO/AUTOR

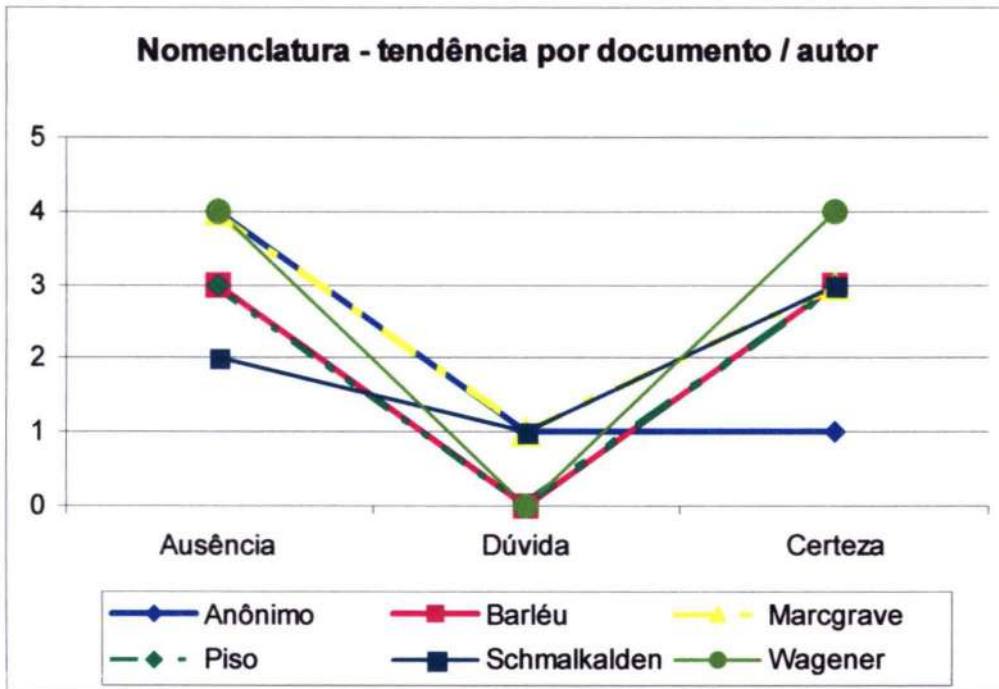
Neste item, retomo os dados apresentados no Quadro 22 (p.297), onde observamos a distribuição dos índices qualitativos atribuídos à presença dos traços do grupo 'N' (Nomenclatura) aos seis documentos sob análise. Reproduzi abaixo esse quadro para que o leitor acompanhe de forma mais confortável a análise apresentada a seguir:

Quadro 22: Índices da análise qualitativa dos traços definitórios – Nomenclatura

Autores / Traços	Anônimo 1633-1644	Barléu 1974	Marcgrave 1942	Piso 1648	Schmalkalden 1998	Wagener 1997
N	0 - 1	1	0 - 0,5 - 1	1	1	0 - 1
N + Tra	0 - 0,5	0 - 1	0 - 1	0 - 1	0,5 - 1	0 - 1
N + Mor	0	0 - 1	0	0	0 - 1	0 - 1
N + Eti	0	0	0 - 1	0 - 1	0	0 - 1

Uma leitura vertical das colunas desse quadro permitiu a elaboração do seguinte gráfico de tendências:

**Gráfico 5: Tendências de uso dos traços definitórios –
Nomenclatura – tendência por documento / autor**



O primeiro fato que chama atenção nesse gráfico é a baixa pontuação para a utilização de construções **parcialmente positivas/negativas** em todos os documentos. Esse perfil complementa o que foi especificado no item 2.1.1 deste capítulo: o registro da nomenclatura dos espécimes do Novo Mundo foi comum a todos os documentos, ou em textos visuais ou em textos sincréticos (visual + verbal). O recurso de utilização da nomenclatura foi a forma mais utilizada para a identificação em contraste, por exemplo, com o texto apenas descritivo. Ainda assim, percebe-se um índice bastante elevado de **ausências** de traços relativos à nomenclatura, via de regra relacionado à ausência de subtraços e não à ausência dos nomes dos espécimes. Diretamente proporcional é a presença de traços construídos de forma **totalmente positiva/negativa**, pelos motivos já expostos no item acima.

A leitura das linhas que constituem as tendências por documento indicam que:

a) No **Anônimo 1633-1644**, houve uma tendência elevada para a não-utilização dos traços desse grupo (linha azul), mas, quando presentes, apresentam tendência equilibrada de uso das

onstruções parcial e totalmente positivas/negativas. O fato se justifica quando observamos esse documento, o *Libri Principis*, é na verdade uma coleção de gravuras, quase todas nomeadas (de forma totalmente positiva), às quais Maurício de Nassau, de próprio punho, acrescentou comentários. O texto que acompanha essas gravuras não evidencia aspectos relativos à nomenclatura, exceto quando parece arriscar algum tipo de tradução (tendência de uso de construções parcialmente positivas/negativas) — normalmente dentro de uma construção comparativa a um espécime já bastante conhecido na Europa. Neste caso, a natureza do documento (um livro organizado para um leitor específico, o próprio autor dos comentários) e das características próprias do autor dos textos (Maurício de Nassau, leigo no assunto, mas culto e com formação intelectual privilegiada para os padrões da época) justificam o gráfico de tendências número 5.

b) Retomo aqui que os dados relativos ao documento **Barléu 1974** são, na verdade, uma parte do relatório de Van der Dussen transcrito por Barléu em sua crônica (*História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*). Trata-se de comentários muito breves e que geralmente apresentam de forma bastante precisa o objeto descrito (“O jagareté [...] é um tigre negro”, cf. Barléu 1974: 138). Como o texto não está acompanhado de ilustrações, o traço mínimo necessário para a compreensão do objeto da descrição é o nome do espécime (cf. traço ‘N’ na coluna correspondente a Barléu 1974; cf. Quadro 22, p. 313).

Assim, é mais transparente a interpretação da linha rosa, relativa ao uso dos traços ‘N’ nesse documento: um uso bastante equilibrado dos subtraços desse grupo, sendo que não foi registrada a utilização de construções **parcialmente positivas/negativas**. As **ausências** estão relacionadas diretamente aos subtraços desse grupo (‘N + Tra’, ‘N + Mor’ e ‘N + Eti’, este totalmente ausente) e uma nomenclatura registrada sempre de forma **totalmente positiva/negativa**. A natureza do documento (um relatório) justifica, portanto, esse gráfico de tendências.

c) O documento **Marcgrave 1942** apresenta uma tendência quase que equilibrada de uso dos traços do grupo ‘N’ (linha amarela). O índice de **ausências**, o mais elevado (pontuação 4), retrata que todos os traços desse grupo apresentaram ausências, distribuídas nos diversos

verbetes constituintes da obra (*História Natural do Brasil*). Com baixa pontuação (= 1), a utilização de textos **parcialmente positivos/negativos** só foi encontrada na identificação do espécime, sendo que esse foi o único documento que fez uso desse recurso descritivo no traço ‘N’ — o que pode ser explicado, como já foi salientado anteriormente, pelo fato de tratar-se de descrição de espécimes novos ao olhar do observador. Em contrapartida, todos os outros traços, se presentes, foram apresentados por meio de textos **totalmente positivos/negativos**. A análise dos dados deste grupo, isolado dos demais, não nos permite a apresentação de conclusões mais significativas. A continuidade da apresentação nos conduzirá ao levantamento de hipóteses no final deste capítulo.

d) O documento **Piso 1648** (linha verde brilhante) apresenta exatamente a mesma linha de tendências observado em Barléu 1974. A observação do Quadro 22 (p.313), entretanto, nos ajuda a buscar as especificidades desse documento. Em primeiro lugar, as **ausências** (pontuação = 3) são observadas em todos os traços, com exceção da nomenclatura (‘N’). Ou seja, todos os espécimes descritos estão nomeados no texto, sempre através de construções **totalmente positivas/negativas** (pontuação = 3). Este tipo de construção caracteriza também a escrita de traduções (‘N + Tra’) e de etimologias (‘N + Eti’). O único traço totalmente ausente é de explicações morfossintáticas para qualquer dos nomes registrados (‘N + Mor’). Não há registro de construções **parcialmente positivas/negativas**.

Tendo em vista que Piso era o chefe da comitiva científica, é possível sugerir que teve um acesso mais amplo aos dados coletados (acesso aos dados de todos os integrantes da equipe), o que facilitaria, no mínimo, a identificação do espécime e o registro de sua nomenclatura. A formação de Guilherme Piso e o acesso que teve à literatura especializada da época também justificariam esse quadro de tendências, que seria, com muita probabilidade, reflexo mais ligado às características contextuais referentes ao agente.

d) **Schmalkalden 1998** (linha verde escura) apresenta a menor tendência de **ausência** de traços relacionados ao registro da nomenclatura dos espécimes. O único traço totalmente ausente é o que remete às explicações etimológicas (‘N + Eti’; cf. Quadro 22, p.313). Todos os outros traços foram registrados de forma **totalmente positiva/negativa** (pontuação = 3).

Vale a pena ressaltar que os nomes dos espécimes ('N') estão sempre presente, de forma segura e objetiva. A baixa pontuação registrada para construções **parcialmente positivas/negativas** (pontuação = 1) remete, apenas, à presença de traduções ('N + Tra') — traço sempre presente, ao lado do traço 'N'. Ou seja, apesar de todos os verbetes acompanharem ilustrações dos espécimes, houve uma forte tendência para o registro dos aspectos relacionados à identificação (diria até, precisa) dos seres descritos. A continuidade deste estudo deverá nos conduzir a conclusões mais seguras desta linha de tendências.

e) O quadro de tendências dos traços do grupo da nomenclatura encontrados no documento **Wagner 1997** (linha verde clara) apresenta-se bastante equilibrado. As construções **totalmente positivas/negativas** caracterizam o registro da nomenclatura no documento, em todos os seus aspectos: nas traduções ('N + Tra'), explicações morfossintáticas ('N + Mor') e etimológicas ('N + Eti'). Nem todos os verbetes apresentaram todos os traços, o que aparece na pontuação de tendência de ausências (= 4), ou seja, se presentes, os traços foram escritos de maneira segura e objetiva. Nenhum traço desse grupo foi escrito de forma **parcialmente positiva/negativa**, o que nos permite sugerir que esse foi um aspecto bastante saliente ao olhar de seu autor; a falta de construções relativas ou relativizadas pode ser justificada pelo contexto referente ao agente: um soldado, que com o olhar do aventureiro descreveu a terra onde morou por algum tempo. Nesse tipo de descrição, a identificação do espécime por meio de seus nomes (e pela caracterização do referente, como se observará a seguir) é característica marcante.

Encerro aqui o estudo da tendência de uso, nos documentos, dos traços constituintes do grupo 'nomenclatura'. Aponte algumas direções que serão retomadas nos subitens seguintes.

2.2.2 – CARACTERIZAÇÃO DO REFERENTE- TENDÊNCIAS POR DOCUMENTO/AUTOR

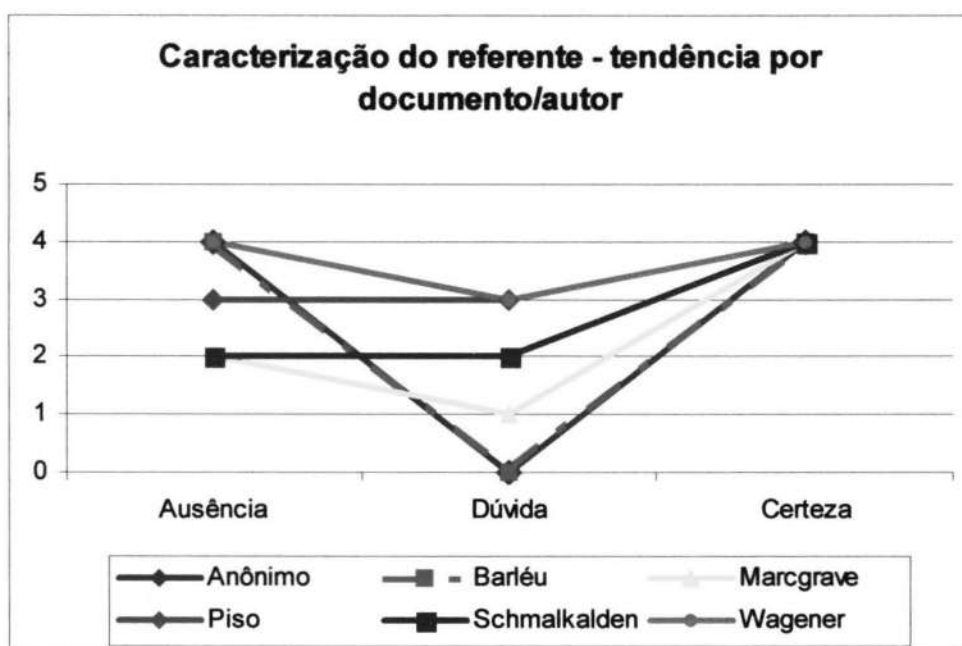
Retomo aqui o estudo dos traços referentes ao grupo ‘Caracterização do Referente’, num estudo de tendências por documento. Reproduzi o Quadro 23 (p. 303) para facilitar a interpretação do gráfico de tendências.

Quadro 23: Índices da análise qualitativa dos traços definitórios – Caracterização do Referente

Autores / Traços	Anônimo 1633-1644	Barléu 1974	Marcgrave 1942	Piso 1648	Schmalkalden 1998	Wagener 1997
R + Fis	0 - 1	0 - 1	0 - 1	0 - 0,5 - 1	0,5 - 1	0 - 0,5 - 1
R + Hab	0 - 1	0 - 1	0 - 0,5 - 1	0 - 0,5 - 1	0 - 0,5 - 1	0 - 0,5 - 1
R + Fun	0 - 1	0 - 1	1	0 - 0,5 - 1	0 - 1	0 - 0,5 - 1
R + Pec	0 - 1	0 - 1	1	1	1	0 - 1

A leitura desses dados, tendo por referência os documentos (leitura vertical), levou à construção do seguinte gráfico de tendências:

Gráfico 6: Tendências de uso dos traços definitórios – Caracterização do Referente – tendências por documento/autor



Esse gráfico apresenta uma tendência bastante diferente do anterior, ou seja, é menos equilibrado na distribuição das linhas de tendência. O fato relevante é que todos os documentos apresentam pontuação máxima na utilização de textos totalmente positivos/negativos (pontuação = 4). O análise das linhas representantes de cada documento nos apontam alguns caminhos para a interpretação desse gráfico:

a) Novamente os documentos **Anônimo 1633-1644** e **Barléu 1774** apresentam linhas coincidentes (linhas azul e rosa, respectivamente): pontuação máxima para as **ausências** e para os registros de forma **totalmente positiva/negativa**, contrastante com a ausência de construções **parcialmente positivas/ negativas**. Ambos são incisivos: não expõem dúvidas, ou descrevem os espécimes de forma segura e objetiva, ou simplesmente não fazem menção deste ou daquele aspecto (a presença equilibrada dos índices 0 e 1 indicam que nem todos os textos apresentam todos os aspectos, ainda que alguns apresentem os quatro traços constituintes desse grupo). Esse resultado pode ser associado, certamente, à natureza desses documentos tanto quanto às características de seus autores, o que será melhor definido no final deste capítulo.

b) A leitura da linha amarela, relativa às tendências de uso dos traços 'R' no documento **Marcgrave 1642**, é bem distinta das anteriores. Somente dois subtraços apresentam **ausências** distribuídas por seus verbetes: os que descrevem o espécime ('R + Fis') e sua adaptação ao meio em que vivem ('R + Hab'). O autor apresenta seu texto de forma mais objetiva, privilegiando em todos os subtraços as construções **totalmente positivas/negativas**, sendo que apenas os dados referentes à adaptação dos espécimes são apresentados de forma mais relativa, ou **parcialmente positiva/negativa**. As peculiaridades dos espécimes e suas características funcionais aparecem em todos os verbetes, sempre de forma objetiva e segura. Em se tratando de um documento de História Natural, é compreensível esse quadro de tendências: ele revela que houve um estudo dos espécimes, onde a descrição das características física, funcional, etc., é imprescindível. Essa linha de tendências na descrição dos espécimes parece apontar para especificidades do autor do documento (como se verá no decorrer da análise), ainda que mantenha relações com seu gênero e temática.

c) **Piso 1648** apresenta uma linha de tendências bem diferente da linha de Marcgrave 1942, cujo autor foi integrante da equipe científica chefiada por Guilherme Piso. A principal diferença está no fato de ter utilizado de forma mais intensa as construções **parcialmente negativas/positivas** — em todos os traços, exceto na descrição de peculiaridades dos espécimes. Esta é sempre descrita de forma objetiva e indicando certeza na exposição. Todos os outros traços apresentam ausências, construções parcial ou totalmente positivas/negativas. Essa linha de tendências parece estar associada às especificidades do documento (um tratado científico) apontando para as dificuldades do estudo dos dados novos associados à temática complexa que o motivou (medicina tropical).

d) Semelhante ao texto de Piso, as descrições em **Schmalkalden 1998** apresentam uma linha paralela, com diferenças de pontuação no que chamei de ausências e dúvidas (linha verde escura). Com índice igual a 2, as **ausências** remetem aos traços que descrevem o *habitat* dos espécimes ('R + Hab') e às suas características funcionais ('R + Fun'). É relevante que todos os espécimes ilustrados e nomeados foram descritos em seus aspectos físicos — o que revela que esse traço foi bastante saliente ao olhar do autor desse documento. Ainda que todos os traços apareçam, no decorrer do documento, de forma **totalmente positiva/negativa**, os que descrevem as características físicas ('R + Fis') e de adaptação dos espécimes ('R + Hab') também apresentam construções **parcialmente positivas/negativas**. O estudo dos demais grupos de traços nos conduz a conclusões mais pontuais sobre esse documento, que serão apresentadas no final deste capítulo.

e) Novamente o documento **Wagner 1997** apresenta uma linha de tendências bastante equilibrada. Em primeiro lugar, todos os traços apresentam ausências e construções **totalmente positivas/negativas**. O que difere a linha de tendências de uso deste grupo da anterior (nomenclatura) neste documento, é a presença de construções **parcialmente positivas/negativas** em todos os traços, exceto na descrição de peculiaridades dos espécimes. Esse fato se justifica, pois seria duvidosa a apresentação de um aspecto muito característico de um espécime de forma relativa ou relativizada, o que certamente apontaria para uma dúvida ou insegurança do autor.

Este é o estudo dos dados do grupo ‘Caracterização do referente’. Aponte algumas direções, ainda que não seja possível, apenas com estes dados, fechar as conclusões da análise. Este foi um aspecto realmente saliente ao olhar de todos os seis agentes estudados, presente em todos os verbetes, ainda que estes não apresentem, necessariamente, todos os subtraços.

2.2.3 – TAXONOMIA – TENDÊNCIAS POR DOCUMENTO/AUTOR

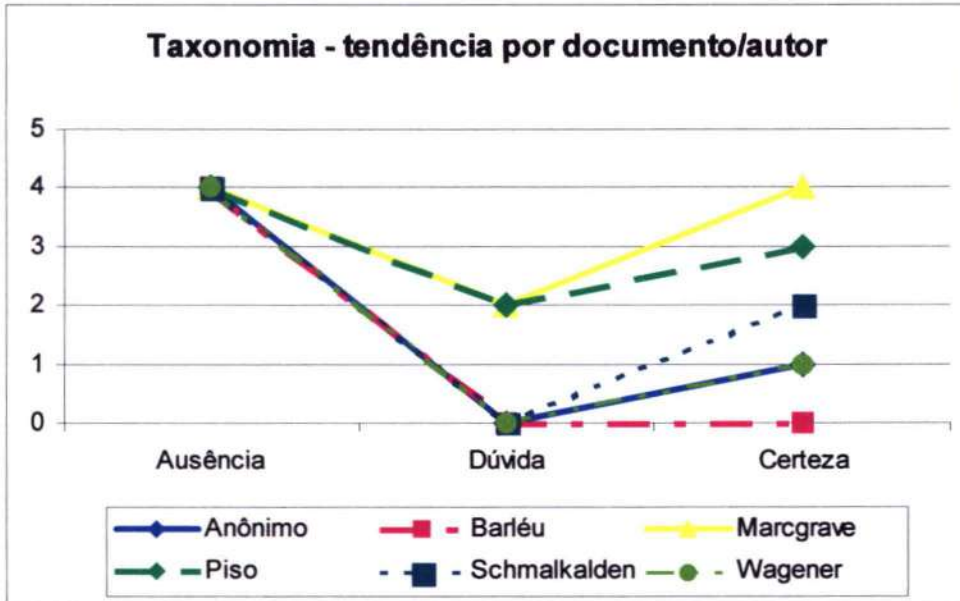
Os dados relativos aos grupo que caracteriza o uso de taxonomia(s) foi registrado no Quadro 24 (p. 306), reproduzido abaixo para facilitar a análise dos seus aspectos específicos:

Quadro 24: Índices da análise qualitativa dos traços definitórios – Taxonomia

Autores / Traços	Anônimo 1633-1644	Barléu 1974	Marcgrave 1942	Piso 1648	Schmalkalden 1998	Wagener 1997
T + Cien	0	0	0 – 0,5 – 1	0 – 0,5 – 1	0	0
T + Pop	0 – 1	0	0 – 1	0 – 0,5	0	0
T + Sub	0	0	0 – 0,5 – 1	0 – 1	0 - 1	0 - 1
T + Cit	0	0	0 – 1	0 – 1	0 - 1	0

Os dados dessa tabela, transportados para o programa Excel a partir de uma leitura vertical (com referência nos dados por documentos), permitiu a construção do seguinte gráfico de tendências.

Gráfico 7: Tendências de uso dos traços definitórios – Taxonomia – tendências por documento/autor



Bastante diverso dos gráficos anteriores, o índice de **ausências** apresenta a maior pontuação em todos os documentos estudados (pontuação = 4). No que se refere às construções **parcialmente positivas/negativas** os documentos parecem subdividir-se em dois grupos, um que utilizou esse tipo de construção e outro que não utilizou. Também de forma bem diversa dos outros grupos de traços, cada documento apresenta uma pontuação, ou uma tendência de uso com construções **totalmente positivas/negativas**. Vejamos abaixo o estudo de cada uma dessas linhas de tendências.

a) No documento **Anônimo1633-1644** (linha azul) quase não são encontrados traços desse grupo, ou seu autor praticamente não classifica os espécimes dentro de uma taxonomia. As poucas referências que faz é de forma totalmente positiva, em construções do tipo “... é uma espécie de...”, invariavelmente seguida de uma taxonomia popular (‘T + Pop’), ou comumente conhecida. Se pensarmos que esse documento pretendia ser um livro de consultas e instruções

para o Conde Maurício de Nassau, essa linha de tendências sugere o conhecimento próprio do e para o leigo: curioso, intelectual, mas sem a especificidade do cientista.

b) O texto de Van der Dussen transcrito em **Barléu 1974** (linha rosa) não apresenta esse traço em nenhuma das definições que o constituem. Esse fato pode ser explicado pelo gênero do documento: um relatório oficial, onde, aparentemente, somente a constatação da existência de espécimes nativos, seguida de sua descrição física, parece ter sido relevante.

c) A linha de tendências de uso dos subtraços do grupo ‘Taxonomia’ em **Marcgrave 1942** (linha amarela) apresenta um equilíbrio, com pontuação semelhante para as **ausências** e construções **totalmente positivas/negativas** (pontuação = 4). Apenas dois traços apresentam construções **parcialmente positivas/negativas**, quais sejam: a identificação da taxonomia científica e da popular (‘T + Cien’ e ‘T + Pop’); as citações (‘T + Cit’) e subclassificações dos espécimes (‘T + Sub’), se presentes, foram feitas de forma positiva. Com essa linha de tendências é possível dizer que a tarefa de classificação dos espécimes foi um aspecto saliente ao olhar do autor deste documento, o cientista George Marcgrave.

d) A linha de tendências na utilização dos traços definitórios desse grupo em **Piso 1648** (linha verde brilhante) é bastante semelhante à anterior no que se refere à pontuação. Entretanto, é necessário ressaltar que, ainda que todos os traços apresentem **ausências**, somente as classificações de cunho popular (‘T + Pop’) não foram escritas de forma **totalmente positiva/negativa**. Apenas os subtraços relativos ao uso das taxonomias científicas e populares (‘T + Cien’ e ‘T + pop’) aparecem em construções **parcialmente positivas/negativas**. Ao olhar de Guilherme Piso, cientista como Marcgrave, também foram salientes os aspectos pertinentes à classificação dos espécimes descritos.

e) O índice de **ausências** de aspectos relativos à taxonomia em **Schmalkalden 1998** (linha verde escura) é o mais elevado, com ausência, também, de construções do tipo **parcialmente positivo/negativo**. Cumpre ressaltar que o autor desse documento faz afirmações totalmente

positivas/negativas sobre subclassificações do espécime descrito, ou utiliza-se de citações de clássicos. Ainda que de maneira diversa, os aspectos classificatórios não são de todo irrelevantes para Schmalkalden.

f) Com uma linha de tendências semelhante à de Schmalkalden, **Wagener 1997** (linha verde clara) também não privilegiou os traços desse grupo. As construções **totalmente positivas/negativas** estão quase totalmente ausentes, encontradas apenas para indicar a subclassificação de espécies. Esse tipo de construção, nos dois documentos, apresenta-se preferencialmente como: “X uma espécie de Y”. Nesse tipo de construção é possível reconhecer alguma classificação vigente no período (normalmente as mais gerais, ou popularmente conhecidas, mesmo quando encontrada em tratados científicos).

Observou-se através da interpretação deste gráfico que, exceto para Piso e Marcgrave, esse não foi um traço saliente ao olhar dos autores dos documentos estudados.

2.2.4 – ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS – TENDÊNCIAS POR DOCUMENTO/AUTOR

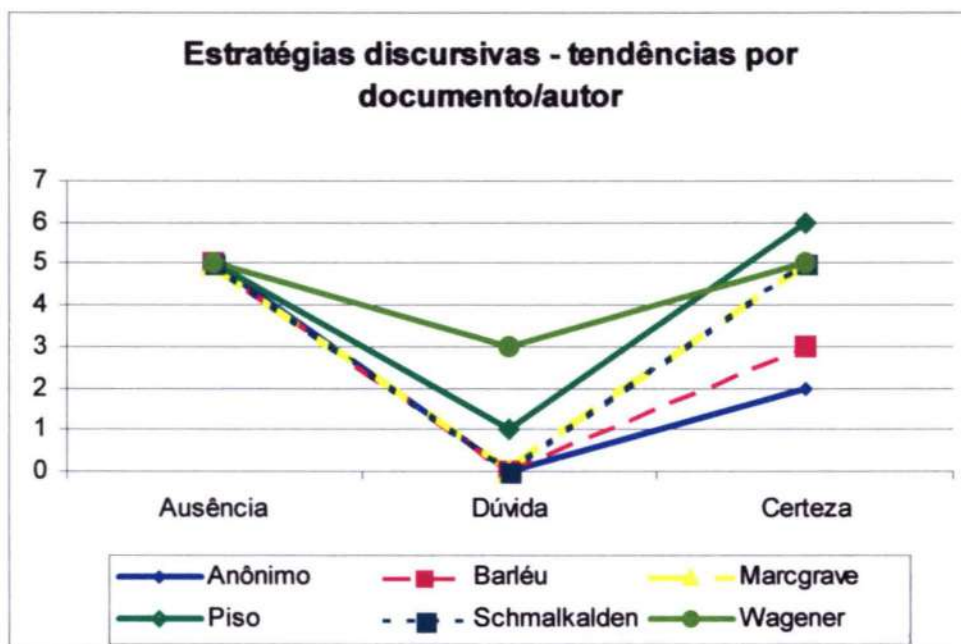
Como nos subitens anteriores, recupero a tabela que deu origem ao gráfico de tendências:

Quadro 25: Índices da análise qualitativa dos traços definitórios – Estratégias discursivas

Autores / Traços	Anônimo 1633-1644	Barléu 1974	Marcgra ve 1942	Piso 1648	Schmalkalden 1998	Wagener 1997
D + Cien	0	0	1	1	0 - 1	1
D + Ex	0	0	0 - 1	0 - 1	0 - 1	0 - 0,5 - 1
D + Fan	0	0 - 1	0	0 - 1	0 - 1	0 - 0,5 - 1
D + Imp	1	1	0 - 1	0 - 0,5 - 1	1	0 - 0,5 - 1
D + Comp	0 (Br) 0 - 1 (Eu)	0 (Br) 0 - 1 (Eu)	0 - 1 (Br) 0 - 1 (Eu)	0 - 1 (Br) 0 - 1 (Eu)	0 - (Br) 0 - 1 (Eu)	0 - (Br) 0 - 1 (Eu)

O Gráfico 8, a seguir, representa as tendências de utilização dos subtraços constituintes desse grupo.

Gráfico 8: Tendências de uso dos traços definitórios – Estratégias discursivas – tendências por documento/autor



Bastante diversificadas, as linhas de tendências das estratégias discursivas presentes nos documentos estudados complementam o estudo de tendências, com especificidades que, certamente, apontam para os gêneros e para os autores desses documentos. A tendência de ausências, no que se refere à pontuação, é o único ponto semelhante em todos os documentos.

a) O **Anônimo 1633-1644**, cujos textos definitórios foram escritos por Maurício de Nassau, apresenta **ausências** em todos os subtraços constantes desse grupo. Da mesma maneira, não apresenta construções **parcialmente positivas/negativas**. O que caracteriza, de fato, os textos desse documento é o uso de construções **totalmente positivas/negativas** em comparações com espécimes europeus ('D + Comp/Eu') ou expressando 'impressões' do autor do documento. A importância desse fato será salientada no final deste capítulo.

b) Em **Barléu 1974** a linha de tendências de uso das estratégias discursivas (linha rosa) é bem

semelhante à anterior. Todos os traços apresentam **ausências**, nenhum deles apresenta construções relativas, ou **parcialmente positivas/negativas**, e apenas três foram registrados como estratégias discursivas do tipo **totalmente positiva/negativa**: narrativas que tendem ou propiciam a elaboração de discurso fantástico ('D + Fan'), construções baseadas em 'impressões' do autor ('D + Imp') e comparações com espécimes europeus ('D + Comp/Eu'). O que poderia ser considerado como dúvida ou afirmação parcial do autor, apresenta-se sob a forma de comparação, direta ou indireta ("[...] tamanduás parecidos com carneiros [...]", cf. Barléu 1974: 138), ou com fortes marcas de impressões do autor ("[...] as antas lembram mulas [...]", cf. Barléu 1974: 137). Significativa essa linha de tendências, tendo-se em vista que esse documento é um relatório, até o quanto se pode afirmar, 'oficial', fato que contribui para as conclusões finais deste estudo de tendências.

c) O documento **Marcgrave 1642** apresenta uma linha bastante diversificada de tendências na utilização de estratégias discursivas (linha amarela), ainda que equilibrada em seus aspectos gerais. Todos os traços apresentam **ausências** no conjunto do documento, exceto a caracterização do texto como um discurso científico ('D + Cien'). Todas as narrativas que exemplificavam, ou comparavam, ou apontavam para algum aspecto que pudesse ser interpretado (pelo pesquisador hoje) como impressionista, foram construídas de maneira **totalmente positiva/negativa**. É importante notar que Marcgrave registra comparações dos espécimes descritos não apenas com os europeus, já bem conhecidos dos autores destes documentos, mas também com espécimes da fauna e da flora brasileiras. Também bastante significativa é a ausência de narrativas com tendência ao discurso fantástico. Essa linha de tendências aponta para especificidades do documento, baseadas especialmente nos dados relativos ao seu autor.

d) Assim como no documento anterior, **Piso 1648** (linha verde brilhante) apresenta **ausências** em todos os verbetes constituintes do seu tratado de medicina, exceto na utilização do discurso caracteristicamente científico ('D + Cien'). Entretanto, em todos os outros traços foi registrado o uso das construções **totalmente positivas/negativas** (pontuação = 5), sendo que as comparações dos espécimes descritos foram feitas tendo por referência espécimes europeus

e também brasileiros. O único traço que apresenta, vez por outra, construções **parcialmente positivas/negativas** é o que traz alguma informação sobre impressões do autor ('D + Imp'). Assim como em Marcgrave, essa linha de tendências pode ser explicada por dados contextuais do documento e de seu autor.

e) A linha de tendências de uso das estratégias discursivas em **Schmalkalden 1998** (linha verde escura) é semelhante à de Marcgrave no que diz respeito à pontuação, mas com o registro de uma diferença significativa: todos os traços registram **ausências** exceto o que apresenta as 'impressões' do autor do documento (em Marcgrave o traço ausente é o que caracteriza o documento como discurso científico). Não foi observado o uso de construções **parcialmente positivas/negativas** em nenhum dos traços (pontuação = 0) e as construções **totalmente positivas/negativas** são características em todo o documento. Essa linha de tendências também será explicada, no final deste capítulo, por meio de correlações com os contextos relativos ao produto e do agente.

f) **Wagener 1997** (linha verde clara) apresenta uma especificidade no uso dos traços constituintes desse grupo caracterizador dos textos definitórios: maior pontuação na utilização de construções relativas, ou **parcialmente positivas/negativas**. Essas construções aparecem nas narrativas que exemplificam algum fato ou a convivência com os espécimes ('D + Ex'), em narrativas que tendem para o discurso fantástico ('D + Fan') e nas narrativas que apontam para as 'impressões' do autor ('D + Imp'). Todas as outras estratégias discursivas, quando presentes num verbete, apresentam-se de forma bem objetiva em construções **totalmente positivas/negativas**. O único traço totalmente ausente é o que compara o espécime descrito com outros da flora ou fauna brasileiras. Essa linha de tendências pode ser explicada, certamente, por características específicas desse autor.

Encerro aqui o estudo dos quadros de tendências por documentos e autores. Apontei interpretações para as tendências representadas nos gráficos. Entretanto, a leitura isolada de um ou outro aspecto não daria conta da complexidade do quadro que se apresenta ao olhar do

pesquisador. O último item deste capítulo, a seguir, estabelece relações entre as diversas linhas de tendências e os aspectos já estudados em capítulo anteriores deste trabalho.

3. Correlações entre as linhas de tendências de uso dos traços definitórios

Em primeiro lugar, estabeleci correlações de tendências por documentos e/ou autores (o último aspecto estudado no item anterior), fruto dos gráficos de tendências elaborados a partir da leitura vertical do Quadro 21 (cf. p. 297).

No texto de Maurício de Nassau acrescentado no *Libri Principis* (Anônimo 1633-1644), os traços referentes à nomenclatura e à caracterização do referente são os que melhor caracterizam o documento como um todo, sugerindo que o autor os escreveu diante dos espécimes ou que retomou, através das imagens, as lembranças que tinha dos mesmos. Entretanto, entendo que seu texto não deve ser classificado especificamente como científico por dois motivos: são todos muito breves e objetivos, normalmente relativos a aspectos físicos bastante superficiais (geralmente tamanho, às vezes cor e raramente forma). De acordo com os critérios expostos, julguei mais adequada sua classificação como texto baseado em ‘impressões’, ressaltando que, neste caso, não significa que o autor não tivesse algum conhecimento mais profundo e específico do(s) tema(s), mas sim que seu texto não é suficiente para configurá-lo como um discurso científico. Dessa forma, posso sugerir que Maurício de Nassau descreveu/definiu os espécimes a partir de conhecimentos específicos que possuía, muito mais fundamentados na observação direta e no conhecimento de mundo (nas comparações com os espécimes europeus, por exemplo), do que na crítica ou reflexão a partir de um conjunto formal de conhecimentos (científicos).

O relatório de Van der Dussen transcrito na crônica de Gaspar Barléu apresenta muitas semelhanças com o texto de Maurício de Nassau. Os breves comentários inseridos no texto essencialmente narrativo que caracteriza o relatório nos permitem dizer que Van der Dussen descreveu os espécimes com base em aspectos visuais ou do senso comum sobre o espécime, acentuando seus aspectos essenciais, quais sejam, o nome e a descrição do referente.

O texto de Marcgrave já apresenta muitas diferenças em relação aos anteriores. Em primeiro lugar, na extensão — são textos muito maiores, o que facilita o trabalho de análise para o pesquisador, hoje. Em segundo lugar, Marcgrave por diversas vezes apresenta dúvida,

ou afirmações parciais, ponderadas com base em algum critério de natureza conceitual, ou nos registros dos clássicos, ou na falta de definições por parte das próprias fontes utilizadas. Ainda assim, seu texto tende aos extremos: ou apresenta de forma totalmente afirmativa o dado descritivo ou classificatório, ou não faz menção ao aspecto que selecionei para a observação (taxonomia, referente, etc.), o que é a exceção em seu texto. O que realmente é relevante na leitura dos dados da tabela em relação a Marcgrave, é que seus textos apresentam **todos** os aspectos descritos nos parâmetros de análise: relativos à nomenclatura, à taxonomia, à descrição do referente e aos recursos discursivos.

Ainda que com muito menor frequência e de forma bem menos pessoal, Marcgrave faz uso das narrativas pessoais ou de adjetivação que propicie uma leitura mais fantástica (para o contexto da época). Em seus comentários, Laet acrescenta dúvida a muitas das afirmações feitas por Marcgrave, normalmente baseadas nos textos dos clássicos: Marcgrave costuma seguir a descrição e a nomenclatura já publicada (especialmente Clusius, Ximenes, Orta, entre outros), enquanto Laet discorda da classificação, justificando seu ponto de vista ou baseado em outros autores, ou a partir de seu próprio conhecimento da matéria. Apenas para exemplificar o fato:

GUAPERUA (termo indígena). *Peixe porco* (termo português). Em grego chama-se Karper, em latim Aper ou Capriscus, (a este respeito pode-se consultar Gesner, pág. 70 e 214). [...] (Marcgrave 1942: 163)

O comentário feito por Laet, logo abaixo do texto de Marcgrave (nota explicativa) para esta descrição é o seguinte:

Nota. As imagens do peixe denominado Caper ou Caprisco, apresentadas por Gesner, diferem com as do nosso autor; da mesma maneira, as descrições. Julgo, pois, que o nosso é de uma outra espécie. (Marcgrave 1942: 164 [nota de Laet])

Muitas outras notas de Laet contestam as afirmações de Marcgrave.

Neste caso, o que é relevante para nós em fatos como esse não é a veracidade das informações deste ou daquele, mas a constatação de um clima intelectual que revela a presença da observação mais acurada e na análise do objeto de estudo, tanto quanto na literatura especializada, que já não é fonte de verdade — pode ser discutida, questionada (cf

análise no próximo item), revista. Posso afirmar, portanto, que Marcgrave apresenta as informações baseadas não apenas em observações a partir do mundo real, mas expostas claramente dentro de universo de crenças (o da História Natural), utilizando-se da respectiva metalinguagem.

Semelhante ao texto de Marcgrave, o tratado de medicina de Guilherme Piso é um texto essencialmente científico, tanto na apresentação do texto quanto na quantidade e qualidade das informações que contém. É comum em seu texto, especialmente no que remete à nomenclatura dos espécimes descritos, a confirmação dos clássicos — fonte das informações etimológicas. Há a presença forte da taxonomia corrente na época (a especializada ou a popular), ainda que muitas vezes seja questionada como no exemplo abaixo, em que Piso expressamente discorda de classificações autorizadas:

Da árvore ambaiba e das suas facultades — Esta figueira silvestre, raramente encontrada nas florestas, gosta dos campos anteriormente cultivados, onde cresce nativa. [...] Não é pois de admirar tenha esta árvore sido tão apregoada pelos primeiros habitantes do Brasil, como pelos estrangeiros. [...] Outra do mesmo gênero é a chamada *ambaitinga*, mencionada por João de Laet, [...]. As outras facultades e utilidades medicinais, pelas ainda não ter bem estudado, passo em silêncio. Duvido muito seja a *Abiegna*, de que fala Clúsjio nas Notas a Monardes. (Piso 1948 [1648]: 81; grifo adicionado neste trabalho)⁶⁶

No que diz respeito às estratégias discursivas utilizadas por Piso, observa-se que seu texto apresenta-se como essencialmente científico para o contexto da época, utilizando, além das construções e do detalhamento característico do texto científico, os recursos de inserção de exemplos pessoais (conforme já disse anteriormente, como testemunho do que afirma); descreve alguns fatos de forma muito adjetivada, dando margem a uma leitura que tende ao fantástico; registra também suas impressões pessoais sobre cada item, ainda que subordinados a um saber acadêmico; compara espécimes, tanto da flora e fauna brasileiras quanto das européias.

Mais do que Marcgrave, Guilherme Piso apresenta seu texto definitório expressamente inserido num universo de conhecimento, mas expressa seu ponto de vista

⁶⁶ *Caeteras ejus facultates et auxilia Medica quia nondum satis explorata habeo silentio praetereo. An vero sit *Abiegna*, de qua Clusius in Notis ad Monardem, ego valde dubito.* (Piso 1648 [1948]: 185)

discordante fundamentado em dados da observação do mundo e dos fenômenos, além da construção de argumentação que remete ao saber vigente da época em que viveu.

O diário de viagem de Caspar Schmalkalden tem como traços essenciais o registro da nomenclatura (com traduções para as línguas com as quais o autor tinha contato, e algumas tentativas de explicações e/ou traduções morfossintáticas) e a descrição do referente, feita de forma detalhada e que privilegia as peculiaridades dos espécimes descritos. Não há preocupação com os aspectos mais técnicos de apresentação da taxonomia, ainda que raramente faça menção de subespécies e citações de outros autores. O que chama nossa atenção são as estratégias discursivas utilizadas em praticamente todo o documento: por vezes seu texto chega próximo ao texto científico, mas, via de regra, deixa transparecer as impressões do autor. Nem sempre apresenta experiências pessoais e poucas vezes pode levar o leitor a uma percepção do objeto como fantástico, mas, talvez, como maravilhoso, realmente exótico. O texto de Schmalkalden, portanto, parece estabelecido num universo de crenças já conhecido e por ele dominado, baseado na interpretação e na leitura pessoal dos fatos e dos objetos.

O texto de Zacharias Wagener apresenta-se de forma equilibrada e quase uniforme. Os traços privilegiados são a nomenclatura (diria até que com alguma ênfase na busca de traduções e, por vezes, na identificação dos clássicos que já haviam descrito os espécimes anteriormente) e a descrição do referente. Apesar de seu texto tender ao científico, no que diz respeito à forma como organiza as informações, é nítida uma preocupação com o testemunho pessoal, com o maravilhoso e o fantástico, salientados através de recursos que evidenciam as impressões do autor. Apesar das especificidades, o texto de Wagener é semelhante ao de Schmalkalden: ainda que tenha fortes marcas das impressões do autor, são menos explícitas. O texto de Wagener parece construído sobre um universo de crença quase acadêmico, diria, ou sobre conhecimentos já amplamente compartilhados no meio em que vivia.

Continuando a análise dos gráficos de tendências elaborados a partir da leitura horizontal do Quadro 21 (p. 297), estabeleci outras correlações, as quais devem nos conduzir para afirmações mais genéricas sobre a prática lingüística holandesa no Brasil seiscentista.

Os textos definitórios foram classificados no item anterior como, essencialmente, **definições naturais estereotípicas** (cf. Capítulo VI), o que implica em dizer que são descrições da coisa nomeada. A concentração de traços pertinentes à nomenclatura dos espécimes representados nas pranchas e ilustrações confirma a classificação no seu ponto essencial. Com exceção de Maurício de Nassau, todos os outros autores parecem registrar os nomes do espécime em outras línguas às quais tiveram acesso, sempre que deles tinham conhecimento — ou dito de outra forma, adequada à nossa leitura, os autores registram as traduções conhecidas dos nomes dos espécimes descritos. Tal fato pode ser interpretado de várias maneiras, tais como:

- a) ao fazerem a tradução dos nomes, os autores colocaram em operação um saber metalingüístico, ainda que estivesse, por vezes, associado à comparação de espécies (portanto, à coisa e não ao nome);
- b) em muitos casos, essa ‘tradução’ é feita através de uma definição mínima (cf. Capítulo I e VI), classificando o animal dentro de algum sistema já conhecido.

A ausência de informações sobre a taxonomia (ou quase ausência) nos textos de quatro das obras estudadas (Anônimo 1633-1644, Barléu 1974, Schmalkalden 1998, Wagener 1997) favorecem a interpretação (b) acima: são textos que descrevem e definem coisas nomeadas, classificando-as de forma indireta (quando o fazem) em espécies e classes já conhecidas. Por outro lado, a preocupação contrária registrada por Piso e Marcgrave, pode ser interpretada como uma operação metalingüística, tanto de tradução de nomes, como classificação, não apenas de coisas mas de nomes, ou mais especificamente, de palavras.

Classificados como **definições estereotípicas** (cf. Capítulo VI), assumo que, mais que o objetivo de registrar a pertinência do espécime a uma classe natural, ou classe de seres vivos, existe uma preocupação nesses textos, também, com a representação dos espécimes e se seus nomes. Tendo em vista que todas as obras analisadas concentram suas informações nos aspectos de descrição do referente, esse fato se torna óbvio. Se é possível a tradução de um nome ou a sua inserção dentro de uma taxonomia, isso significa que as diferenças não impedem a representação simultânea em sistemas (de língua e contextuais) diferentes. Mais

que isso, a associação entre a presença do nome, da taxonomia e a ênfase nos traços descritivos do referente (a coisa nomeada) permitem a construção de relações:

- a) de equivalência — relação horizontal entre os códigos, autorizadas no referente;
- b) de pertinência — relação vertical, portanto hierarquizante, que ao relacionar e classificar espécies biológicas, constrói, simultaneamente, níveis e suas respectivas metalinguagens.

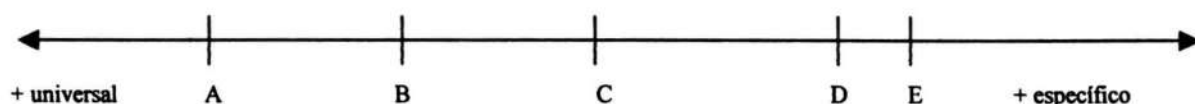
Ao transportar para o papel o gabinete de curiosidades (interpretação que pode ser dada às enciclopédias temáticas que começaram a surgir no século XVII, cf. Foucault 1992: 145), a análise da distribuição no espaço e das grandezas e formas vão, aos poucos, se destacando dessa realidade. Fica evidente que a taxonomia e a descrição operam, juntas, uma espacialização do saber, como afirma Hamon⁶⁷: “a descrição constitui introdução do taxionômico na narrativa, que apela não para a competência lógica do leitor, mas para sua competência lexical e metalingüística.” (cf. Hartog 1999: 163). Na construção da representação da coisa nomeada observada nas definições estereotípicas, constata também uma operação metalingüística — explicitada, por exemplo, nos comentários dos especialistas às obras dos clássicos.

O estudo dos gráficos de tendências permite, ainda, o estabelecimento de correlações entre os aspectos discursivos dos textos definitórios. Parece haver uma tendência para a padronização do texto, ou do discurso: mais objetivo e, portanto, mais isento de interferências do narrador.

Entretanto, é apenas uma tendência (muito forte, por exemplo, em Piso e Marcgrave), se observarmos que a presença de traços relacionados à subjetividade do autor (‘D + Imp’ e ‘D + Fan’) está bastante explícita. Ao lado da inserção das narrativas de experiências ou exemplos cotidianos (recurso de retórica utilizado desde a Antigüidade), parece constituir-se

diferença (cf. Hartog 1999). O fato de que os termos da comparação são, em geral, os elementos do Novo Mundo e os elementos do Velho Mundo confirma o que disse: faz parte da retórica da diferença. O que é relevante, entretanto, é o recurso da comparação entre os espécimes ‘novos’: comparação entre espécimes brasileiros, feita por Piso e Marcgrave, somente. Este fato pode indicar não apenas a utilização de uma estratégia discursiva, mas a utilização de um critério metodológico de trabalho científico, tendo em vista os dados contextuais desses dois agentes.

Finalizando este item, a análise das definições ou textos definitórios elaborados pelos autores holandeses estudados neste item nos permite afirmar que há uma tendência de universalidade no registro da informação. Ou seja, os dados tendem a ser descritos no interior de universos teóricos, ideológicos, científicos, já compartilhados. Por outro lado, como num *continuum*, existe a preocupação com a diferença, com o específico, explicitada, por exemplo, nos traços de descrição das peculiaridades do referente (R + Pec), ou na identificação das hierarquias taxonômicas, ou até mesmo no recurso da comparação entre referentes. O *continuum* construído, baseado nessa tabela, vai dos textos mais voltados para o universal para os mais específicos, que poderia ser representado através da reta:



Sendo que:

A = Anônimo 1633-1644 / Barléu 1974

B = Schmalkalden 1998

C = Wagener 1997

D = Marcgrave 1942

E = Piso 1648

Os textos que se apresentam como mais arraigados ao saber veiculado nos contextos da época (intelectual, científico, popular) são os de Maurício de Nassau (Anônimo 1633-1644) e Van der Dussen (Barléu 1974). Esse fato fica evidente nas tendências de utilização dos traços:

- a) se presentes, tendência para a presença totalmente positiva/negativa (portanto, sem dúvidas ou questionamento);
- b) ênfase nos traços dos grupos relativos à nomenclatura e à caracterização dos referentes, típico das descrições das coisas nomeadas, ainda com poucas evidências de autonomia entre ‘nomes’ e ‘coisas’;
- c) baixíssimo (ou quase inexistente) uso de traços que remetam a um saber específico, ou à aplicação de uma técnica de estudo do espécime em processo de descrição (traços do grupo ‘Taxonomia’ ou estratégias discursivas de detalhamento técnico-científico).

Os textos de Schmalkalden também apresentam uma tendência, ainda que menor, para a universalidade. Justifico essa classificação pelos seguintes fatos:

- a) seu texto faz pouco uso das construções relativas, ou questionadoras representadas pelas construções parcialmente positivas/negativas (relativamente maior que nos documentos anteriores);
- b) fez pequena (quase insignificante) utilização dos recursos técnico-científicos (taxonomia, por exemplo), ainda que apresente algumas comparações entre espécimes e subclassificações dos mesmos;
- c) presença marcante de estratégias discursivas que remetem às ‘impressões’ do autor — fortemente percebida na leitura do texto.

Essa tendência para a universalidade aponta para a reprodução de um saber bem estabelecido, interpretado de forma pessoal pelo autor.

Os textos de Piso e Marcgrave, entretanto, apresentam-se como mais específicos, portanto mais científicos dentro do que se pode afirmar para o contexto da época:

- a) presença marcante de construções relativas ou relativizadas, questionadoras do saber estabelecido;

- b) presença marcante de traços que apontam para a utilização de uma metodologia de trabalho – presença de **todos** os traços constituintes do grupo intitulado ‘Taxonomia’ (classificação hierárquica dos espécimes); texto com o detalhamento característico do discurso científico, com ausência de construções (explícitas) que apontem para uma interpretação do texto como uma narrativa fantástica; ainda que tenham utilizado de estratégias que remetam às suas ‘impressões’, estas estão sempre circunstanciadas dentro de um discurso notadamente específico, ou técnico-científico (‘D + Cien’).

Atribuir valores, ou índices de significação, aos traços definitórios observados nos textos das definições foi relevante, portanto, para a constatação da universalidade de cada traço em relação aos seus contextos: textuais, de enunciação, ideológicos. Mais que isso, são fundamentais para a compreensão de vários processos que se constituíam no período: 1) o processo de representação, ou de estruturação da representação baseada em novos princípios teóricos; 2) o processo de constituição da metodologia de pesquisa científica — ainda iniciante; 3) o processo de elaboração de metalinguagem específica para a(s) ciência(s) que ora se prenunciava(m), baseado nos dois processos anteriores e no desenvolvimento da taxonomia.

Compreender esses textos como gêneros de escrita especificamente estruturados, os textos definitórios como resultado de uma prática descritivo-narrativa baseada em critérios, e a avaliação dos resultados obtidos como decorrentes de um processo mais amplo — de organização do saber e da escrita desse saber — são imprescindíveis para a descrição da prática lingüístico holandês no Brasil durante a primeira metade do século XVII.



Fig. 32 – *Vrÿ Bvrg*h – Frans Post, ms

“Que outro povo escreveu sua história em sua arte?”, indagou Théophile Thoré, crítico e político do século XIX. Ao contrário da arte italiana renascentista, pensava Thoré, a arte holandesa era o registro do aqui-e- agora, de “la vie vivante”, ancorada em época e em lugar específicos. Era o registro “dos homens e das coisas, dos sentimentos e dos hábitos, das façanhas e dos gestos de uma nação inteira”. E a qualidade de documento social inerente a numerosos exemplares da arte holandesa realmente faz dela uma fonte irresistível para o historiador da cultura. [...]

Surpreendentemente, portanto, a arte holandesa convida o historiador cultural a pesquisar além das aparências. Iluminando um mundo interior tanto quanto ilustrando um mundo exterior, ela se move para um lado e para outro, de modo tipicamente holandês, entre princípios morais e coisas práticas, o duradouro e o efêmero, o concreto e o imaginário.

Schama 1992: 22

A prática lingüística holandesa no Brasil — considerações finais

Caracterizar o século XVII como contexto de construção de novos sistemas de representação não se constitui, em si, na essência deste trabalho. Em primeiro lugar, porque é um fato.

As questões motivadoras desta pesquisa, embora relacionadas a esse fato, procuraram compreender de que forma a construção desses sistemas de representação contribuíram para a formação do método lingüístico. A partir dessa perspectiva muito ampla, vieram as indagações:

- Que sistemas de representação? Por que novos?
- Por que nesse contexto – século XVII?

- Em que medida a presença holandesa no Brasil seiscentista refletiu, ou contribuiu, para o desenvolvimento desses sistemas de representação?

As análises apresentadas nos sete capítulos anteriores tiveram por objetivo fornecer subsídios para as respostas a essas questões. Minha tarefa, enquanto lingüista, foi a de recolher o material, estabelecer um *corpus* e analisá-lo com as ferramentas da ciência Lingüística. Para tanto, selecionei parâmetros e critérios, explicitando-os detalhadamente no Capítulo I. Minha tarefa, enquanto historiógrafa, foi a de, a partir das questões formuladas, buscar a reconstrução do contexto, estabelecendo parâmetros e critérios para o estudo do pensamento e da prática que ora se constituía.

Defender esta Tese em Historiografia Lingüística requer, ainda, a indicação de respostas possíveis às questões motivadoras, elencadas acima. As hipóteses aqui levantadas são o resultado da metodologia de trabalho empregada (cf. Capítulo I). Mais que tudo, são o resultado das correlações estabelecidas entre os diversos aspectos abordados ao longo do trabalho. Os itens abaixo retomam os pontos que julguei relevantes para a conclusão desta Historiografia.

1. A prática lingüística holandesa no Brasil

O estudo da prática holandesa no Brasil teve por fonte privilegiada, neste trabalho, a descrição da natureza, ou documentos de História Natural. São o resultado dos investimentos da Companhia das Índias Ocidentais no território brasileiro, ou de seu contexto histórico, amplamente discutido até aqui. Mas o que podemos concluir sobre a prática lingüística holandesa no Brasil, diante do que foi estudado até aqui?

Em primeiro lugar: houve uma prática lingüística no Brasil Holandês. Prática, porque envolveu uma rotina, porque foi baseada na experiência. Prática, também, porque foi uma aplicação das teorias sobre a linguagem (e a ciência) então vigentes, além de servir de 'canteiro' para outras que se desenvolveram a seguir.

O tipo de colonização que os holandeses implantaram no território brasileiro é bem diverso da colonização portuguesa, por isso mesmo desperta tanto interesse, tantas utopias. Mais pragmático, o holandês trouxe para a colônia um representante da nobreza (os Estados

eram governados por um Conselho, mas ainda tinham famílias com títulos de nobreza) com estratégias bem definidas para: a) tomar o território; b) buscar formas de convivência com os que aqui já viviam: portugueses, nativos, negros; c) buscar novos limites e fronteiras, através de excursões que chegaram até o Chile; d) colonizar, no sentido próprio que conheciam e empregavam a palavra: desenvolvendo a cultura, a ciência e a saúde. Então por que não escreveram gramáticas, por exemplo, das línguas tapuias? Os holandeses foram pragmáticos também no exercício da atividade científica e, portanto, na prática lingüística. Ou seja, ainda que haja notícias de que tenham escrito uma gramática do Tupi (teria sido do Tupi realmente?), utilizaram a que já estava em circulação, escrita pelos jesuítas, empregando tempo e esforços em outros interesses. Com isso quero dizer que a prática lingüística no Brasil Holandês não esteve centrada na gramatização das línguas nativas da colônia. Em contrapartida, foram mestres no que chamamos de ‘trabalho de campo’. Colheram material específico, relativo à linguagem, utilizando uma metodologia bem definida: trabalho em equipe composta por profissionais diversificados (cientistas de áreas diversas, soldados, artistas), utilização de informantes, expedições científicas para coleta dos dados, etc. Os dados recolhidos também receberam tratamento, o que deu origem aos diversos documentos do Brasil Holandês.

Podemos considerar como práticas lingüísticas holandesas na colônia brasileira: a observação, a tradução e a descrição. Todo o material produzido sobre o Brasil Holandês partiu da observação dos fatos e/ou fenômenos; basta lembrar que foram construídos o observatório astronômico e os Jardins Botânico e Zoológico. Os nomes dos espécimes, os textos que os descrevem, os relatos de convivência são o resultado de observação minuciosa, anotação e catalogação de dados. O estudo dos vocábulos apresentado no Capítulo V (cf. p. 180) comprova o fato: foram registradas formas variantes de diversos nomes, com detalhes que poderiam passar despercebidos. É ainda a análise do registro dos vocábulos que revela um cuidado de especialista na tradução dos nomes coletados. Essa foi, portanto, uma tarefa que refletiu a utilização de conhecimentos já estabelecidos para a construção de novos saberes — sobre as coisas e os nomes dessas coisas. Os nomes dos espécimes, normalmente apresentados na língua nativa — Tupi — apontam para o novo. A presença de traduções indica, no mínimo, duas possibilidades: 1ª) apesar da nomenclatura representar espécimes ainda pouco conhecidos, já havia descrições anteriores. Ou seja, não são exatamente tão

desconhecidas, pois já possuem nomes correspondentes em outras línguas; 2ª) ao identificar o espécime do Novo Mundo com outros já conhecidos, seja através de traduções de nomes ou através de recursos discursivos como a comparação, os autores indicam um trabalho simultâneo de nomeação e classificação — da mesma espécie ou não (com o rigor classificatório que conhecemos hoje).

A prática de descrição dos espécimes aponta para uma segunda fase do trabalho científico dos holandeses no Brasil (ainda que possa ter acontecido quase que concomitantemente com a fase de coleta e registro dos nomes). Trata-se do tratamento dos dados executado pelos holandeses. O estudo dos gêneros dos documentos selecionados como fonte nesta pesquisa, bem como o estudo dos textos definitórios (cf. Capítulo V, p. 180) demonstrou que os dados coletados foram organizados a partir de princípios e critérios. A organização das enciclopédias temáticas ilustradas sugere a utilização de um conhecimento prático e, também, filosófico; a estrutura dos verbetes sugere o emprego de uma técnica descritiva, ou de apresentação de dados, incorporando o conhecimento novo ao já estabelecido, com a utilização de padrões formais que se repetem.

Mais que isso, o estudo dos textos definitórios permitiu a compreensão das diferenças de registro dos dados (lingüísticos ou não) e suas relações com o contexto: obra, autor, sócio-político. Assim, foi possível sugerir que as diferenças observadas nos verbetes estão, também, diretamente ligadas às características dos agentes que os produziram. Maurício de Nassau, no *Libri Principis*, fez observações mais objetivas, baseadas no que via representado nas pranchas e na sua experiência com os respectivos espécimes, praticamente todos animais do Jardim Botânico e Zoológico de seu palácio no Recife. Não têm a especificidade do estudioso, mas procuram aproximar-se do que, hoje, chamaríamos de técnico — medidas, proporções, etc. Embora muitos dos textos definitórios escritos por Nassau possam ser classificados como definições mínimas, ainda assim são definições de coisas nomeadas. O fato é compatível com um dos aspectos que marcam o perfil dos governantes no século XVII, qual seja, o do rei (ou príncipe) filósofo, que queria mostrar erudição, não apenas habilidades administrativas ou políticas. O relatório de Van der Dussen transcrito por Barléu é mais completo do que o texto de Nassau, no que diz respeito aos seus traços constituintes. Não tem a riqueza de detalhes dos trabalhos dos cientistas ou dos viajantes, mas procura definir com alguma segurança para o leitor os aspectos significativos da flora e da fauna brasileira: grandiosa, específica, mas

com qualidades que tornariam possível sua utilização nas circunstâncias que a Companhia julgasse adequadas (curiosidades, comércio, por exemplo). Os textos dos cientistas, Piso e Marcgrave, surgem como extremamente específicos em relação aos demais: são mais complexos, com rica transcrição de detalhes que só poderia ser registrada por pessoas que possuíssem formação acadêmica e que tivessem por objetivo tão somente o estudo do espécime. São textos científicos (segundo os critérios da época), que buscam na representação e na taxonomia ainda iniciante a confirmação dos métodos empregados e dos conhecimentos ali expostos. Os textos dos viajantes (e funcionários da Companhia) podem ser vistos, tal como hoje os classificamos: textos (quase) literários. O foco da narração é, também, o espécime, mas como o ser curioso, diverso, gracioso ou extraordinário, descritos a partir do olhar de quem procurava o exótico.

Deve-se ressaltar, ainda, que classificar estes textos como definições naturais estereotípicas implicou, também, em reconhecer que neles não é tão evidente o limite entre os conteúdos lingüísticos e os conhecimentos de mundo, apesar de reconhecer que ambos são seus constituintes (cf. Martin 1990: 91).

É possível afirmar que houve reflexão lingüística para o exercício dessa prática. Seja para registrar os nomes dos espécimes, suas variantes e traduções, seja para a elaboração dos textos definitórios. Nestes, por exemplo, é possível perceber uma uniformidade de reflexão lingüística em sua elaboração: existem relações entre o geral (ou universal) e o específico — que se projeta, ou se duplica, nas soluções ortográficas encontradas para o registro do léxico. Neste caso, a diferença aparece como traço marcante tanto na identificação das variantes de diversos níveis, quanto na separação entre termos (podemos chamar de ‘termos’ os nomes de espécimes transcritos nas enciclopédias temáticas): uma explicitação da hierarquia taxonômica em soluções ortográficas que guardam relações significativas e coerentes entre si.

Sem teorizar, a língua esteve presente em toda a produção holandesa estudada para a execução deste trabalho. Diria que foi uma prática lingüística altamente produtiva, baseada em princípios e critérios que se configuravam naquele momento histórico, e que certamente foram objeto de estudos posteriores (especialmente durante o século XIX), momento em que o estudo das línguas e da linguagem começa a ganhar contornos de uma ciência autônoma.

2. Os ‘novos’ sistemas de representação

Ao longo deste estudo associei, muitas vezes, uma determinada prática ou solução/opção de escrita à percepção e/ou representação do ‘novo’. No que tange ao descobrimento e colonização das Américas, o ‘novo’ é literalmente ‘novo’: muitos espécimes eram totalmente desconhecidos dos europeus, assim como suas cores e aromas; as línguas e os costumes dos povos encontrados aqui também podia ser vistos como ‘novos’. Mas o que realmente importa é definir: ‘novo’ em relação a quê?

Se pensarmos que muitas dessas ‘novidades’ foram descritas como “... semelhante a...”, fica evidente que parte do material estudado abordou o ‘novo’ por meio de um mecanismo de comparação, em que um dos termos era o conhecido. É o que Hartog chamou de uma retórica da diferença, ligada a uma identidade constituída: uma retórica da diferença baseada no **próprio**, ou nas semelhanças (Hartog 1999). Os documentos estudados, entretanto, apresentam um outro tipo de retórica, baseada no anti-próprio, ou no **outro** — a meu ver, muito mais significativa. Ou seja, o ‘novo’ é literalmente novo quando representado por suas diferenças.

A retórica do ‘próprio’ é utópica, pois descreve um mundo onde a realidade e a verdade são o conhecido, o estabelecido — o próprio, literalmente. O conflito está sempre no ‘outro’, que não quer aceitar a verdade, ou a “minha verdade”. Esse tipo de retórica, e os textos dela decorrentes, revelam que apenas a visão de mundo já estabelecida foi percebida pelos seus ‘agentes’ (autores, narradores). Diria que a diferença não é ‘saliente’ ao seu olhar. Esse tipo de retórica favorece o saber estabelecido, realimentando-o. No que tange ao saber lingüístico, é a retórica que sustenta o desenvolvimento das gramáticas: a apresentação de paradigmas, de classificações baseadas em categorias historicamente desenvolvidas (em agrupamentos por semelhanças). A diferença é vista e registrada como exceção, ou, negativamente, como “aquilo que fugiu da norma”.

A retórica baseada no ‘outro’ tem por princípio a observação, favorecendo o estabelecimento do método. Diria que a diferença, nesse tipo de retórica, é o *dynamo* que motiva: a) a busca de soluções de representação, já que o sistema baseado no princípio das

semelhanças nem sempre dá conta de fixar, no papel, a diversidade observada; b) a troca, ou alternância, de paradigmas, na medida em que torna 'saliente' à percepção as diversas facetas do mesmo fato ou fenômeno; c) o estabelecimento de feixes de 'saliências', isto é, favorece a observação de constituintes, os quais se organizam por meio de relações (horizontais ou verticais). A retórica da diferença é, portanto, dinâmica. O peso de significação que torna relevante esse estudo não é, a meu ver, a descrição dessa dinâmica; importa, antes, identificar cada vetor desse movimento interno, relacioná-los entre si e, somente então, atribuir-lhes significado.

Devo ressaltar que, nos documentos estudados para a execução deste trabalho, é possível observar a presença de ambas as retóricas. Esse fato torna o tema ainda mais complexo, pois a ele acrescenta-se o conflito, ou a convivência de paradigmas opostos num momento que tende à troca dos que foram anteriormente estabelecidos. Pode-se comprovar essa afirmação, por exemplo, na análise dos textos definitórios. Documentos como o Anônimo 1633-1644 (contendo anotações de Maurício de Nassau) são marcados pela retórica do 'próprio', evidenciando o saber estabelecido e alimentado a visão (utópica) de seu agente — o fortalecimento do Estado holandês, do qual era digno representante. Já os documentos como os de Piso 1648 e Marcgrave 1648 evidenciam a observação do mundo e seus fenômenos, marcados por uma retórica da diferença presente no rigor e no detalhamento da descrição, traduzida nos feixes de traços constituintes, reveladores do que foi 'saliente' ao olhar observador e crítico de seus autores. Textos como os dos viajantes Wagener e Schmalkalden são marcados pelas duas tendências, registrando a convivência dos paradigmas em competição por meio de textos definitórios bastante híbridos na sua forma, ou seja: a) por um lado, são reveladores do saber estabelecido na medida em que utilizam estratégias discursivas que tendem ou ao universal ou ao subjetivo; b) por outro lado, apontam para a troca de paradigmas, decorrente das mudanças de 'saliências' — seja nos traços constituintes desses textos, seja na forma como os organizaram (tendência para o específico, ou para o objetivo).

Exatamente por ser esse um momento característico de troca (alternância) de paradigmas é que optei por uma análise qualitativa dos dados de língua, o que resultou em gráficos de tendências. A efervescência do momento e a convivência de princípios bastante diversos de organização e divulgação do saber foram responsáveis pela quantificação notável

(muitos documentos, muitos registros relevantes para os estudos lingüísticos, muitos itens lexicais registrados, etc.) — a grandeza das cifras poderia encobrir a importância dos fatos que a produziu, atraindo a atenção da análise apenas para tais aspectos.

A diferença foi a responsável (e eixo) pela construção dos novos sistemas de representação, sendo que a retórica dessa diferença é o seu aspecto mais evidente. Para a ciência lingüística, é relevante a observação da troca de paradigmas de representação. Ou seja, se até então a tarefa de nomear concentrava, em si, boa parte do peso da representação, no período estudado (século XVII) já não é mais suficiente para tal. Ao nomear, o homem trazia à existência a coisa nomeada, por meio de uma relação indissolúvel entre ambos: o nome e a coisa. Essa relação se fortalecia nos mecanismos de tradução, baseada na ‘saliência’ das semelhanças. Era como se pensassem: “se posso traduzir, ainda que o nome não seja o mesmo, a coisa nomeada o é”. E a diferença de nomenclatura era definida nos seguintes termos: o grego e o não-grego, o latim e o bárbaro, a minha língua e as línguas exóticas, etc.

A diversidade do Novo Mundo colocou esse paradigma em cheque: há mais diferenças do que semelhanças. Daí a necessidade de busca de soluções de representação. Num primeiro momento, levou-se a coisa nomeada percebida como diferente para gabinetes de curiosidades e exposições de produtos exóticos. Os estudos da perspectiva e do desenvolvimento da arte estimularam a transposição da coisa nomeada para quadros, ou retratos — nos documentos estudados, quase que como uma regra, encontramos retratos ou ilustrações nomeadas. Uma vez no papel, o texto descritivo completou a representação, que será tão mais rica quanto maior a riqueza de detalhes, fruto da observação externa (aparência) e interna (constituição) da coisa nomeada. Parece estabelecer-se, então, uma forma triangular de representação: o nome, a coisa nomeada (já sob a forma de representação, ou ilustração) e o texto que a define — ou que registra a concepção que se tem da coisa nomeada. Daí a importância do estudo minucioso dos documentos e do material selecionado como fonte nesta pesquisa, o que possibilitou sua caracterização como enciclopédias temáticas ilustradas.

A grande quantidade de registros da diversidade natural e lingüística do Novo Mundo, mais do que confirmar que esse é um procedimento característico de registro da diferença, contribuiu para a descrição de uma prática lingüística, essencial na constituição do método lingüístico: uma vez observada e registrada a diferença, é possível reorganizar as coisas descritas, considerando-as unidades constituintes de sistemas (ou conjuntos estruturados) que

se relacionam por meio de princípios e critérios. Essa prática favoreceu a criação de: a) metalinguagem; b) níveis hierárquicos de representação; c) ou, mais especificamente, taxonomia científica.

É o registro do léxico, portanto, impulsionador de uma dinâmica centrada na diferença, que vai das partes para o todo, da observação para a classificação, e desta para a construção de textos que explicitam as concepções sobre o mundo, as coisas e seus nomes — um procedimento metalingüístico.

É nesse sentido que considerei o século XVII, em especial, como contexto de construção de novos sistemas de representação.

3. O método científico e a contexto do século XVII

O estudo do contexto foi privilegiado em três capítulos neste trabalho (cf. capítulos I, II e III). Em todos eles, mas especialmente no Capítulo II, ressaltai pontos relativos à ideologia do período, presente especialmente nas relações entre a Igreja e o Estado. Essa abordagem foi fruto da presença marcante dessas relações na história que nos é contada nos bancos escolares; estudar o Brasil Colônia é estudar a presença e o trabalho dos jesuítas na tarefa de colonização. Com isso quero ressaltar que a História do Brasil mais contada é a que envolve os interesses de Portugal e os da Companhia de Jesus nas terras descobertas (mais contada porque, possivelmente, é a mais próxima da realidade do período).

E qual a relevância desse contexto para esta historiografia?

Gostaria de refletir sobre alguns aspectos abordados no decorrer deste trabalho. O primeiro deles é o que diz respeito à oposição entre ‘público’ e ‘privado’. Pensando apenas nos contextos de Portugal e Holanda, é possível observar uma interessante rede de relações entre o que se caracteriza como uma ou outra coisa durante o século XVII, sobretudo na primeira metade.

O que é público na Holanda seiscentista? A primeira resposta seria: a educação. Assumida como um dever do Estado, efetivada pela Igreja, a educação acontecia fora do ambiente familiar desde as classes maternas, o que fazia com que a criança, desde a infância, ultrapassasse os limites do seu lar e da sua família. É pública, também, a segurança da

comunidade, efetivada, por exemplo, pelos guardiões das águas (eleitos pela própria comunidade) e pela instituição de cadeias públicas com finalidades de reeducação dos infratores da ordem estabelecida. É público, ainda, o debate sobre o ‘saber’ — um dos berços do Humanismo e da Reforma Protestante, a Holanda foi palco de grandes debates acadêmicos, naquele momento, também teológicos. A Igreja, na Holanda, também era um espaço público; mantenedor da família, da moral e dos costumes, é o espaço da crítica e da reflexão. O espaço público é o espaço do trabalho, muito bem retratado pelos artistas holandeses da época: é o local de circulação das sociedades, onde homens se encaminham para seu trabalho, as crianças para as escolas; as mulheres não se inibiam em limpar, varrer, lavar a frente de suas casas.

Em Portugal, o público teve outra configuração. A educação acontecia nos lares, e só se tornava pública para os meninos já no final da adolescência e início da juventude. O espaço público é o cenário dos passeios da nobreza ou onde circulavam os trabalhadores — classe menos favorecida, inferiorizada pelo trabalho. É o espaço de ação dos tribunais da Inquisição, que queimava em praça pública os condenados pelo braço secular da Igreja. Pública, também é a devoção, que atraía os fiéis que queriam (e deviam) demonstrar de forma inegável sua filiação à Igreja. Como salientou Sérgio Buarque de Holanda (Holanda 1995), a grande diferença entre essas duas sociedades reside em dois fatores essenciais na formação das culturas modernas: a educação e o trabalho. O Estado holandês seiscentista buscava a expansão da educação para todos os seus cidadãos, sem restrições; educava para a cidadania; o Estado português privilegiava a educação das elites e a catequese. O trabalho, na Holanda, era sinal de bênçãos de Deus sobre o homem que tinha saúde e podia sustentar sua família; em Portugal, era sinal de inferioridade social. Da administração entre os bens públicos e privados surgem outras diferenças entre holandeses e portugueses. Os bens do Estado e da Igreja, na Holanda, retornavam para os cidadãos sob a forma de benefícios: educação, emprego, segurança; em Portugal, significavam a manutenção dos benefícios e privilégios dos nobres e exaltação do poder da Igreja, sendo que pouco retornava aos cidadãos.

Para completar, as relações entre Igreja e Estado, ou entre Igreja, Estado e população, se constituíam em estruturas hierarquicamente organizadas. No caso da Holanda, diria que havia uma estrutura hierárquica **ascendente**: os representantes dos Estados dos Países Baixos eram indicados pelo povo (ainda que, via de regra, representassem as classes mais abastadas) e juntos constituíam um Conselho que governava a nação (os ‘Dezenove Senhores’). Seu

número era diretamente proporcional à importância (econômica) e ao tamanho da região que representavam. Da mesma forma a Igreja Reformada Holandesa: era administrada por reverendos e presbíteros, eleitos por assembleias de membros que os elegiam como representantes. Os conselhos das igrejas locais, por sua vez, elegiam seus representantes para os Sínodos, que administravam a vida, as doutrinas e os projetos da Igreja no âmbito nacional. Trata-se de uma organização, tanto na Igreja quanto no Estado, construída de baixo para cima, se assim podemos defini-la. Em Portugal, tanto o sistema de governo quanto o eclesiástico eram marcados por rígidas estruturas hierárquicas, estabelecidas de forma **descendente**: o Rei, como os representantes eclesiásticos, nomeavam seus subalternos, que da mesma forma nomeavam o escalão inferior. Os cidadãos do reino eram ponto de chegada dessa hierarquia, não o ponto de partida.

Essas estruturas hierárquicas refletem a concepção de fé das duas correntes do cristianismo vigente. Na hierarquia descendente, a continuidade da visão tradicional que se desenvolveu e se estabeleceu durante a Idade Média: um Deus juiz, que comanda a vida das criaturas, e que tem na Igreja e no Papa os seus dignos representantes; estes, por sua vez, reproduzem esse relacionamento judiciário e absoluto na constituição de sua hierarquia na terra. A visão da Igreja Reformada vê a Deus como Senhor e Soberano, mas também um Deus que cuida das criaturas com graça (concessão de favores imerecidos). Sem intermediários, o acesso do homem é livre para Deus, tanto na adoração quanto no serviço – o que caracteriza, portanto, o estabelecimento de uma hierarquia, no mínimo, de mão dupla: Deus relacionando-se com o homem por meio da graça, o homem relacionando-se com Deus por meio da fé. O esquema seria aproximadamente o seguinte:



Definiria a visão defendida pela Igreja de Roma, no período, como **reguladora** dos homens, ou dos fiéis. Essa relação era reproduzida pelo Estado — período de formação e consolidação dos Estados Nacionais, absolutos. A visão defendida pela Igreja Reformada, por sua vez, pode ser entendida como **reveladora**, ou seja, a compreensão de um Deus que se revela ao homem por meio de ação histórica, pessoal e, principalmente, em toda a criação⁶⁸. O primeiro modelo (regulador) tende a privilegiar a forma; o segundo (revelador), ao conteúdo.

Transportando esse tipo de relação para a prática do indivíduo, o cidadão holandês ou português seiscentista, é possível dizer que dentro de uma visão reguladora da relação governo/governado, o espaço para o desenvolvimento de uma ciência objetiva, baseada na observação, é limitado. Isso porque a perspectiva de observação está sempre sujeita aos dogmas e/ou leis (eclesiásticas, estatais), marcadas por uma carga ideológica altamente condicionante. Nesse tipo de visão, o conhecimento antecede o objeto, resultando num tipo de percepção que salienta as semelhanças e tende ao universal. Não que a diferença não seja ‘saliente’, mas tende a ser neutralizada, ou absorvida pelo todo, que é grande e forte o suficiente (num sentido figurado) para encampá-la; ou, ainda, puni-la com a destruição (Inquisição, no caso da Igreja; extradições, exílios e penas capitais, no caso do Estado). No âmbito da visão reveladora, o conhecimento é decorrente da experiência (tanto experiência de fé, quanto de vida do cidadão). O homem se relaciona com a natureza também dentro dessa perspectiva reveladora: se a natureza revela a graça e a glória de Deus, compreendê-la é, também, conhecer parte dessa graça revelada. Surge então o espaço para a observação, a descrição e a classificação, baseada em critérios distintivos (ou, da percepção da diferença). É o espaço necessário para o desenvolvimento de metodologia(s) científica(s), ou metodologias de descoberta da *scientia* da essência e constituição das coisas do mundo (em oposição a um saber estabelecido que se preocupava principalmente com o conhecimento das coisas ‘dos céus’). No que se refere ao Estado, há um equilíbrio, ou uma tendência de equilíbrio na compreensão do que seja autoridade: se é a graça de Deus que sustenta e salva o homem, são todos iguais diante dele. As honras e os privilégios são concedidos pelo próprio homem ao seu representante, eleito por ele — momento de formação das repúblicas representativas, como a da Holanda (ou dos Países Baixos).

⁶⁸ Cf. *Catecismo de Heidelberg* (1563), *Cânones de Dort* (1618-19). Posteriormente, *Catecismo Breve de Westminster* e *Catecismo Maior de Westminster* (1647-48).

Desnecessário reafirmar que essa dinâmica, didaticamente atribuídas a um ou outro segmento da Igreja, não são tão simples quanto foram descritas. Esse foi um tempo de reformas na Igreja e de estabelecimento dos Estados europeus. O conflito, a luta de classes e os interesses envolvidos, bem como as divergências de opinião marcaram ambos: Igreja de Roma e Igreja Reformada. O mesmo no que se refere ao poder do Estado. O estudo de casos, ou de segmentos isolados, pode revelar nuances da interpretação apresentada neste subitem. Mas reafirmo: ainda que possa ser nuançada, a tendência dos Estados monárquicos e da Igreja de Roma é universalizante, centralizada nas semelhanças, confirmada por meio de uma retórica do ‘próprio’. Da mesma forma, a tendência dos Estados republicanos, com governos representativos, e da Igreja Reformada é direcionada para as diferenças, por isso mesmo marcada pela subdivisão (basta observar os vários segmentos da Igreja Reformada desde Lutero) e confirmada por uma retórica do ‘outro’ (ainda que seja para discordar).

Finalizando este item, esse complexo político-ideológico se reflete na prática científica que ora surgia. No que se refere à prática lingüística, a visão reguladora continua a incentivar a escrita de gramáticas — ferramenta de prescrição, de divulgação das leis e das normas estabelecidas. Ainda que renovada pelos movimentos de gramatização das línguas vernaculares, que se refletiram na gramatização das línguas exóticas, a escrita de gramáticas tem por princípio uma perspectiva reguladora do mundo, das coisas, da fé e da cidadania. A visão reveladora, que privilegia a observação e/ou descoberta, tem na riqueza dos dados — mais precisamente, na coleta e registro do léxico — seu campo privilegiado de trabalho. Conhecer a diversidade, ser capaz de registrá-la, compreendê-la, é um dos sinais da presença graciosa de Deus; é sinal da liberdade defendida pelo Estado, que sustenta os que executam tais tarefas.

Essas duas tendências também estão correlacionadas: ainda que reguladora, a gramatização das línguas vernaculares só foi possível porque em algum momento abriu-se espaço para a diferença — a diferença que marcava o ‘próprio’, a língua nacional. Ainda que revelador, o registro do léxico em vocabulários e dicionários foi instrumento de expansão do ‘próprio’ enquanto representante de uma prática colonial — política, econômica e religiosa.

Este trabalho se propôs a mostrar tendências, o que me obriga a abordar os diversos aspectos do mesmo fato. A prática científica e, portanto, a prática lingüística constituíram-se como atividades complexas. Impossível caracterizar esta ou aquela abordagem como única ou

homogênea. Os documentos estudados, fontes dos dados de língua constituintes dos *corpora* analisados, demonstram essa dinâmica. E é a dinâmica que caracteriza os momentos do conflito, da busca de identidade, da troca de paradigmas.

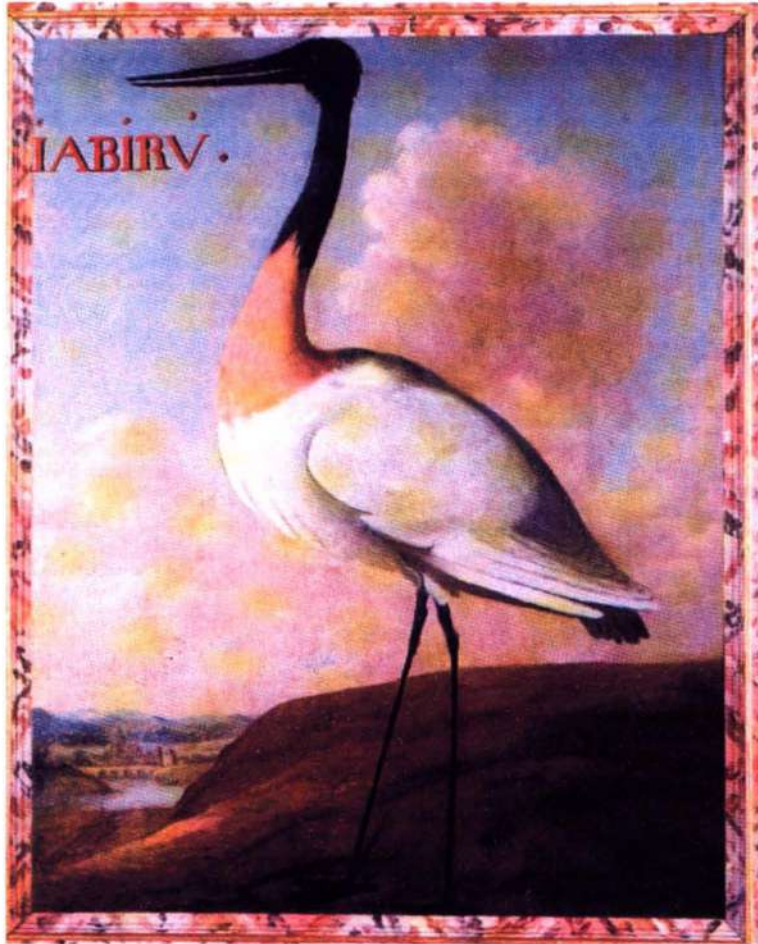


Fig. 33 – “Jabirú” – Wagener 1997

*Quem retém as palavras possui
conhecimento,
e o sereno de espírito é homem de
inteligência.*

Provérbio de Salomão

Conclusão

Para uma Historiografia da Lingüística Brasileira — esse foi o subtítulo desta Tese. Sem essa perspectiva, este texto não teria surgido. A exposição do projeto holandês no Brasil seiscentista ocupou quase a totalidade do trabalho, direta ou indiretamente. As relações com os contextos europeus se fizeram necessárias para a compreensão do berço e do sustentáculo desse projeto. As (pequenas) correlações com a colonização portuguesa do Brasil foram uma tentativa de estabelecer limites que salientassem as diferenças de administração, de práticas, de princípios norteadores dessas práticas. Mas a consciência de que este era um projeto de Historiografia da Lingüística Brasileira foi o que tornou possível sua realização.

Descrever o desenvolvimento do método, no âmbito da ciência lingüística, é o projeto maior no qual este trabalho se insere. Requer disciplina de estudos, e estes diversificados: não

se trata de olhar para os documentos com o olhar do pesquisador contemporâneo, mas a busca dos pressupostos, dos limites, das motivações e do pensamento que deram origem à prática que resultou em cada um dos documentos, **dentro do contexto de quem os produziu.**

Como todo trabalho historiográfico, trata-se de uma tentativa de reconstrução dos fatos, interpretados à luz do seu contexto histórico, sob o olhar e com as ferramentas do pesquisador hoje — neste caso, o olhar do pesquisador quatro séculos depois.

Concluo este projeto sugerindo qual seria sua contribuição para a Historiografia da Lingüística Brasileira. Em primeiro lugar, este trabalho teve o privilégio de estudar fatos lingüísticos a partir de documentos (históricos) não canônicos, ou marginais, no que concerne à ciência lingüística. Todos os documentos estudados têm sido amplamente utilizados para trabalhos de pesquisa em: História do Brasil Colônia, História da Cultura Brasileira, Biologia, Artes. Esta Tese pretende destacar que esses documentos são, também, importante registro sobre a prática e o pensamento lingüístico (holandês somente?) que, então, se associava a outras ciências, ou outros saberes. Escrever essa história é a oportunidade de contar uma pequena, mas extremamente rica, parte dos quinhentos anos de ‘práticas lingüísticas’ em território brasileiro — práticas que contribuíram para o desenvolvimento da nossa cultura, para a construção de nossa identidade.

O estudo de documentos considerados marginais, no que se refere ao saber lingüístico, permitiu a observação, ou a descrição, de aspectos nem sempre abordados quando se trabalha apenas com o material tradicional (gramáticas, dicionários, por exemplo). Foi assim que pude observar a diversidade de formas de registros, resultado da formação e dos interesses de seus autores; assim como a diversidade de gêneros dos documentos, responsável por muitas das soluções de representação dos dados coletados. O estudo dos vocabulários inseridos em três documentos ressaltou que havia, sim, um interesse pelo estudo da(s) língua(s) falada(s) na colônia. A forma como foram organizados esses vocabulários destacou que a fragilidade de apresentação dos dados é aparente; pelo contrário, sugerem princípios de organização baseados em relações — provavelmente semânticas — e uma prática de pesquisa de campo (mnemônica). O estudo dos vocábulos, enquanto unidades de representação, contribuiu para demonstrar que a variação lingüística era ‘saliente’ aos ouvidos holandeses, pois foi registrada de diversas formas. Permitiu-me, ainda, propor que havia uma preocupação com o registro dos limites dos vocábulos constituintes dos nomes (morfemas, num processo de composição

de palavras típico da língua Tupi). A relação inegável entre o estudo dos nomes dos espécimes na língua Tupi e a taxonomia científica reside no fato de que, via de regra, essa composição de nomes se faz a partir de um nome mais genérico e um mais específico do espécime nomeado.

O registro da diversidade, em todos os seus aspectos, constituiu-se num dos pontos centrais deste trabalho: se a diversidade foi 'saliente' ao olhar do pesquisador, do viajante, do administrador, é porque sua visão de mundo abarcava não apenas as semelhanças, mas principalmente as diferenças. A partir desse eixo, foi possível construir toda a argumentação sobre os princípios organizadores dos novos sistemas de representação que, no contexto do século XVII, se tornavam evidentes. O estudo de tendências foi inevitável diante do fato: esse foi um período de mudança de paradigmas — sociais, políticos, econômicos, culturais, religiosos e, numa perspectiva nossa (historiadores), da prática e do saber lingüístico. Um contexto desse não permite afirmações categóricas — seria temerário fazê-las. Relativizados como tendências, os resultados da análise dos critérios utilizados para a descrição dos espécimes permitiram observar as nuances do saber que fundamentou essa prática. A construção de uma metodologia de estudo e/ou trabalho com os dados de língua ressaltou, dentre todos, a utilização do princípio de 'ordem': uma vez identificada e registrada a diversidade, era necessário **organizar** os dados, ou, colocá-los em **ordem**. O século XVII foi marcado por discussões em torno da 'ordem' das coisas, seja no âmbito político (organização dos Estados Nacionais), seja no âmbito religioso (organização das ordens [veja a redundância] eclesiásticas), seja no âmbito teológico (as ordens dos decretos divinos, por exemplo). Sem a existência dessa etapa na história do processo de registro e tratamento dos dados de língua, seria, a meu ver, impossível a tarefa de **comparar** as línguas no século XIX (comparação a partir dos dados das línguas do mundo, coletados, registrados, catalogados e organizados ao longo dos três séculos anteriores).

Se a taxonomia científica favoreceu a construção dos diversos níveis caracterizadores das estruturas de representação, muito se deve aos estudos de História Natural desenvolvidos a partir da descoberta do Novo Mundo, das viagens exploradoras da África e do Oriente. A construção de níveis de representação também é uma forma de organizar o conhecimento, onde se privilegia o universal, o específico e toda a gama de níveis intermediários que os separa. Ao classificar os espécimes hierárquicamente, abre-se espaço para o desenvolvimento

da metalinguagem específica das ciências, etapa possível porque o 'nome' já não dava conta de representar a 'coisa nomeada'.

Foi desse modo que esta pesquisa pretendeu contribuir para a Historiografia da Lingüística Brasileira. Que os temas aqui abordados frutifiquem em novos projetos de pesquisa, sobre outros documentos holandeses do período. Que o estudo de documentos semelhantes, produzidos pelas ordens religiosas da Igreja Católica, contribuam para o estabelecimento dos limites das propostas apresentadas neste trabalho. Que as tendências e hipóteses aqui levantadas, colocadas em linhas de continuidade e descontinuidade, contribuam para uma compreensão mais ampla e fundamentada da prática lingüística desenvolvida em quinhentos anos de História do Brasil.

Acima de tudo, que esta historiografia contribua para a discussão e a compreensão dos princípios que regem o desenvolvimento da ciência brasileira, numa dinâmica que resulte no fortalecimento da identidade e autonomia do nosso pensamento.

S.D.G.

Bibliografia**A – FONTES PRIMÁRIAS**

- Anônimo. 1633-1644. “Libri Principis” In *Brasil Holandês*. [ms depositados na Biblioteca Jaguelônica em Cracóvia. Ed. fac-similar. Editores: Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares] Rio de Janeiro: Index: 1995.
- Anônimo. 1660-1664. “Theatrum rerum naturalium Brasiliae” In *Brasil Holandês*. [ms depositados na Biblioteca Jaguelônica em Cracóvia. Ed. fac-similar. Editores: Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares] Rio de Janeiro: Index: 1995.
- Piso, Guilherme [Pisonis Gulielmi] 1648. “Medicina Brasiliensis – Liber Tertius; Liber Quartus” in Piso, Guilherme 1948. *História Natural do Brasil Ilustrada*. [Transcrição do original: *Historia Natvralis Brasiliae*. Amsterdam: Lud. Elzevirium] Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional.

- Pudsey, Cuthbert. "Journal of a residence in Brazil" in *Brasil Holandês. Volume III. Curthbert Pudsey. Diário de uma estada no Brasil*. [ms depositados na Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro sob o nº de tomo "I.12.3.17". Ed. fac-similar. Ed: Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares. Trad.: Nelson Papavero e Dante Martins Teixeira] Rio de Janeiro: Index: 2000.
- Schmalkalden, Caspar. "Caspar Schmalkalden [...] Pharnambuco in Brasil" in *Brasil Holandês. Volume I e II. A Viagem de Caspar Schmalkalden de Amsterdã para Pernambuco no Brasil*. [ms catalogado na "Forschungs und Landesbibliothek" de Gotha sob o nº de catálogo "Chart B 533". Ed. fac-similar. Editores: Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares. Trad: Prof. Álvaro Alfredo Bragança Jr] Rio de Janeiro: Index: 1998.
- Wagener, Zacharias. "Thier Buch" in *Dutch Brazil – Volume II. The "Thierbuch" and "Autobiography" of Zacharias Wagener*. [ms depositados no "Kupferstich-Kabinett" de Dresden. Ed. fac-similar. Ed: Cristina Ferrão e José Paulo M. Soares. Trad: Prof. Álvaro Alfredo Bragança Jr.] Rio de Janeiro: Index: 1997.

B – FONTES SECUNDÁRIAS

- Barléu, Gaspar. 1974. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. [Trad. Cláudio Brandão] Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp.
- Baro, Roulox. 1979 [1651] *História das Últimas Lutas no Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*. [Trad.: Leda Boechat Rodrigues] Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp.
- Marcgrave, George. 1942. *História Natural do Brasil*. [Trad: Mons. Dr. José Procópio de Magalhães] São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- Moreau, Pierre e Baro, Roulox. 1979. *História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*. [Trad: Lêda Boechat Rodrigues] Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp.
- Morisot, Claude Barthomy. 1979. "Notas do Senhor Morisot sobre a viagem de Roulox Baro ao país dos tapuias" in Moreau, Pierre e Baro, Roulox. *História das Últimas lutas no*

- Brasil entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias.*
[Trad: Lêda Boechat Rodrigues] Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp.
- Nieuhof, Joan. 1981. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil.* [Trad: Moacir Vasconcelos] Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ Edusp.
- Piso, Guilherme. 1648. "Medicina Brasiliensis" in *Historia Natvralis Brasiliae.* Amsterdam: Lud. Elzevirium: 1648 [Trad: Prof. Alexandre Correia]. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional: 1948.
- Schmalkalden, Caspar. 1998. "Diário de Viagem" In *Brasil Holandês.* [Ed: Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo. Trad: de Álvaro Alfredo Bragança Júnior.] Rio de Janeiro: Index.
- Soler, Vicente Joaquim. 1997. "Breve e Curioso Relato de Algumas Singularidades do Brasil" in *Brasil Holandês.* [Ed: Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. Trad: B. N. Teensma] Rio de Janeiro: Index.
- Souto Maior, Pedro (trad.). 1914. "A Religião Christã Reformada no Brasil no Século XVII. Actas dos Synodos e classes do Brasil, no século XVII, durante o domínio hollandez" In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Tomo especial do I Congresso de História Natural: vol I: 1914: 707-780.
- Wagener, Zacharias. 1997. "Autobiografia" e "Livro dos Animais" In *Brasil Holandês.* [Ed. Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. Trad: Prof. Álvaro Alfredo Bragança Júnior] Rio de Janeiro: Index.

C – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(*Bíblia de Estudo Almeida*) 1999. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil.

Alencastro, Luiz Felipe de. 2000. *O Trato dos Videntes. Formação do Brasil no Atlântico Sul.* São Paulo: Companhia das Letras.

Anchieta, S.J., Pe. Hoseph de. 1990 [1595] *Arte de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil.* [Edição fac-similar] São Paulo: Loyola.

Auroux, Sylvain. 1989. "Introduction" In *Histoire des Idées Linguistiques.* (Tome I – La Naissance des Métalangages en Orient et Occident). Liege-Bruxelles: Pierre Mardaga.

- Bathia, Tej K. 1986. "Toward a religious-colonial linguistic model of early Hindi grammars." In *Historiographia Linguistica*. XIII: 1: 1-17. Amsterdam: John Benjamins.
- Bijl, Murk van der. 1995. "Johan Maurits van Nassau-Siegen" in *Brasil Holandês*. [Ed: Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M.; Trad. Juliette Rijnsrank] Rio de Janeiro: Index.
- Boxer, C. R. 1961. *Os Holandeses no Brasil. 1624-1654*. [Trad: Dr. Olivério M. de Oliveria Pinto do original inglês *The Dutch in Brazil. 1624-1654*. Londres: Oxford: 1957] São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- Brandão, Cláudio. 1974. "Explicação" e "Notas do Tradutor" in Barléu, Gaspar. 1974. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/Edusp.
- Confissão de Westminster. 1957. *Confissão de Fé e Catecismo Maior da Igreja Presbiteriana (1649)*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana.
- Correia, Alexandre. 1948. "Comentários e notas sobre os quatro livros de Guilherme Piso, *História Natural do Brasil*" in Piso, Guilherme 1948. *História Natural do Brasil Ilustrada*. São Paulo: Cia. Editora Nacional: 233-329.
- Dibbets, Geert R.W. 1992. "Dutch Philology in the 16th and 17th Century." in Noordegraaf, Jan; Versteengh, Kees and Koerner, Konrad (eds.) *The History of Linguistics in the Low Countries*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins: 39-61.
- Eco, Umberto. 1996. *A procura da língua perfeita*. [Trad. Miguel Serras Pereira. Eco, Umberto. 1993. *La Ricerca della Lingua Perfetta*. Roma-Bari: Gius, Laterza] Lisboa: Presença.
- Figueira, Pe. José [1621] *Arte da Lingva Brasilica*. Lisboa.
- Foucault, Michel. 1992 [1966] *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. [Trad. Salma Tannus Muchail] São Paulo: Martins Fontes.
- Fraga, Maria Tereza de. 1976. *Humanismo e experimentalismo na cultura do século XVI*. Coimbra: Almedina.
- Gimenes, Luciana. 1999. *As formas de saber sobre as línguas do Brasil no século XVI. Uma contribuição para a Historiografia Lingüística Brasileira colonial*. [dissertação de

mestrado, sob a orientação da Prof^a Dr^a Cristina Altman] São Paulo: Universidade de São Paulo: FFLCH. Inédito.

Hackerott, Mercedes. 2000. *Processo de dicionarização em Portugal*. [trabalho inédito] São Paulo: CEDOCH/DL/USP.

Hartog, François. 1999 [1980] *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*. [Trad. Jacyntho Lins Brandão] Belo Horizonte: Editora UFMG.

Holanda, Sérgio Buarque de. 1995. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Hüllen, Werner. 1986. "The Paradigm of John Wilkins' Thesaurus." in Hartmann, Reinhard R.K. (ed.) *The History of Lexicography. Papers from The Dictionary Research Centre Seminar at Exeter, march 1986*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins: 115-125.

Hulsker, Jos L.M. 1992. "Petrus Montanus as a phonetician and a theoretician." in Noordegraaf, Jan; Versteengh, Kees and Koerner, Konrad (eds.) *The History of Linguistics in the Low Countries*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins: 85-108.

Klifman, Harm. 1992. "Dutch Language study and de Trivium: Motives and Elaborations." in Noordegraaf, Jan; Versteengh, Kees and Koerner, Konrad (eds.) *The History of Linguistics in the Low Countries*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins: 63-83.

Klijnsmit, Anthony J. 1992. "Spinoza and the grammarians of the Bible." in Noordegraaf, Jan; Versteengh, Kees and Koerner, Konrad (eds.) *The History of Linguistics in the Low Countries*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins: 155-200.

Koerner, Konrad (org.). 1989. *Practicing Linguistic Historiography*. Amsterdam: John Benjamins.

_____ 1996a (1995) "O problema da metalinguagem em Historiografia da Linguagem" [Trad. Cristina Altman] *Revista da ANPOLL*, 2: 45-70.

_____ 1996b (1995) "Questões que persistem em Historiografia da Lingüística" [Trad. Cristina Altman] manuscrito, p.17.

Kuhn, Thomas S. 1995 [1962]. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. [Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira] São Paulo: Perspectiva.

- Luria, A.R. 1990. *Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais*. [Trad. Fernando Limongeli Gurgueira] São Paulo: Ícone.
- Martin, Robert. 1990. "La definition 'naturelle'" in *Centre d'études du lexique. La Définition*. Paris: Larousse: 86-95.
- Mattoso, José (dir.) 1993a. *História de Portugal. Vol. III No alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. [Coord. Prof. Dr. Joaquim Romero Magalhães] Lisboa: Estampa.
- _____ 1993b. *História de Portugal. Vol IV. O Antigo Regime (1620-1807)*. [Coord. Prof. Dr. António Manuel Hespanha] Lisboa: Estampa.
- McArthur, Tom. 1986. "Thematic Lexicography" in Hartmann, Reinhard R.K. (ed.) *The History of Lexicography. Papers from The Dictionary Research Centre Seminar at Exeter, march 1986*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins: 157-166.
- Mello, José Antonio Gonsalves de. 1979. *Tempo dos Flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife: Gov. do Estado de Pernambuco/Sec. de Educação e Cultura? Banco do Nordeste do Brasil.
- Mentzel, Christian. 1995 [1664]. "Prefácio" in *Theatrum rerum naturalium Brasiliae*. 1995 [1660-1664]. [Tradução de Charlotte Emmerich (Museu Nacional - UFRJ), Dante Martins Teixeira (Museu Nacional - UFRJ), Piotr Hordynski (Biblioteca Jaguelônica - Universidade de Cracóvia). Rio de Janeiro: Index.
- Noordegraaf, Jan and Versteegh, Kees and Koerner, Konrad (eds.) 1992. *The History of Linguistics in the Low Country*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Nunes, José Horta e Petter, Margarida. 2002. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP: Pontes.
- Papavero, Nelson & Teixeira, Dante Martins. 2000. "Cuthbert Pudsey. Diário de uma estada no Brasil" in Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. 2000. *Brasil Holandês. Volume III. Cuthbert Pudsey – diário de uma estada no Brasil*. Petrópolis: Index.
- Parada, Vânia Érika. 2002. *As línguas da América do Sul no século XVIII – o Catálogo, o Vacabulario e o Saggio de Lorenzo Hervás (1735-1809)*. [Dissertação de Mestrado, sob orientação da Profª Drª Cristina Altman]. São Paulo: Universidade de São Paulo: FFLCH. Indébit:

- Rademaker ss. cc., Cornelis Simon Maria. 1992. "Gerardus Joannes Vossius (1577-1649) and the study of Latin Grammar." in Noordegraaf, Jan; Versteengh, Kees and Koerner, Konrad (eds.) *The History of Linguistics in the Low Countries*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins: 109-128.
- Rodrigues, José Honório. 1949. *Civilização Holandesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Comp. Ed. Nacional.
- _____. 1979. "Nota Introdutória: o cronista Pierre Moreau" in Moreau, Pierre e Baro, Roulox. 1979. *História das Últimas Lutas no Brasil Entre Holandeses e Portugueses e Relação da Viagem ao País dos Tapuias*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp: 7-11.
- _____. 1981. "Introdução" in Nieuhof, Joan. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp: 13-18.
- Salmon, Vivian. 1981-1994. *Language and Society in Early Modern England. Selected Essays 1981-1994*. [Seleção e edição de Konrad Koerner] Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins.
- _____. 1992. "Anglo-Dutch Linguistic Scholarship: A Survey of 17th Century Achievements" In Noordegraf, Jan; Versteegh, Kees and Koerner, Konrad (eds.) *The History of Linguistics in the Low Countries*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Schalkwijk, Frans Leonard. 1989 [1986]. *Igreja e Estado no Brasil Holandês. 1630 – 1654*. São Paulo: Vida Nova.
- Schama, Simon. 1992. *O desconforto da riqueza. A cultura holandesa na época de ouro*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Spinoza, Baruch. 1986 [1670] *Tratado teológico-político* [Trad. Atilano Domínguez do original *Tractatus Theologico-politicus*, Amsterdam] Madrid: Alianza.
- Stutz, Erani. 2002. "Línguas Africanas no Brasil Holandês" In *Estudos Lingüísticos — XXI*. GEL — Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo: CD Room.
- Stutz, Erani. 2003. "O registro do léxico: aspectos da Historiografia Lingüística Brasileira — século XVII" In *Estudos Lingüísticos XXII*. GEL — Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo: CD Room.

- Subbiondo, Joseph L. 1992. "From Babel to Eden: Comenius and the 17th-Century philosophical language movement." in Koerner, Konrad (ed.) 1992. *Historiographia Linguistica*. XIX: 2/3: 261-273.
- Swiggers, Pierre. 1997. *Histoire de la pensée linguistique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Swiggers, Pierre. 1990a. "Histoire et historiographie de l'enseignement du français: Models, objets et analyses". *Études de Linguistique Appliquée*. 78:27-44.
- _____ 1990b. "Reflections on (models for) Linguistic Historiography" In Hüllen, Werner (ed.) *Understanding the Historiography of Linguistics: Problems and Projects* (Symposium at Essen, 23-25 November 1989). Münster: Nodus Publikationem.
- Taunay, Affonso de E. 1942. "Jorge Marcgrave de Liebstad (1610-1644). Escorço Biográfico" in Marcgrave, Jorge. *História Natural do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: I-XXXVI.
- _____ 1948. "Guilherme Piso - Escorço Biográfico" in Piso, Guilherme 1948. *História Natural do Brasil Ilustrada*. São Paulo: Cia. Editora Nacional: 213-230.
- Teensma, B.N. 1997. "The Brazilian Letters of Vicente Joachim Soler" in *Dutch Brazil. Volume I. Documents in the Leiden University Library*. Rio de Janeiro: Index.
- Teixeira, Dante Martins. 1995. "A imagem do Paraíso: uma iconografia do Brasil holandês (1624-1654) sobre a fauna e flora do Novo Mundo." in Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. (eds). 1995. *Brasil – Holandês. Dutch – Brazil. Introdução & Miscelânea Cleyeri*. Rio de Janeiro: Index: 1995.
- _____ 1997. "The "Thierbuch" and "Autobiography" of Zacharias Wagener" in Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. 1997. *Dutch Brazil. Volume II. The "Thierbuch" and "Autobiography" of Zacharias Wagener*. [Trad. dos originais: Prof. Álvaro Alfredo Bragança Júnior; trad. para o inglês: Prof. David H. Treece] Rio de Janeiro: Index.
- Theodoro, Janice. 1998 [1992]. "O Barroco como conceito." In *América Barroca. Tema e Variações*. São Paulo: Nova Fronteira/Edusp.
- Vieira, Pe. Antonio. 1943. *Sermões do padre Antonio Vieira*. São Paulo: Anchieta.

Zumthor, Paul. 1989. *A Holanda no tempo de Rembrandt* [Trad. Maria Lúcia Machado do original *La Vie Quotidienne em Hollande au temps de Rembrandt*. Paris: Hachette: 1959] São Paulo: Cia. das Letras.

D – BIBLIOGRAFIA DE APOIO:

Altman, Cristina. 1998. *A Pesquisa Lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.

Altman, Cristina (coord.). 2000. *O Tratamento da Diversidade Lingüística*. São Paulo: CEDOCH/DL/USP.

Atkinson, James. 1971. *Lutero y el Nacimiento del Protestantismo*. Madrid: Alianza.

Ayrosa, Plínio. 1967. *Estudos Tupinológicos*. São Paulo: IEB.

Ayrosa, Plínio. 1958-1959. "Contribuição para a Etimologia dos Brasileirismos" In *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra: Fac. de Letras da Univ. Coimbra/Inst. de Estudos Românicos: IX. tomos I e II: 1-54.

Barbosa, Pe. A. Lemos. 1967. *Pequeno Vocabulário Tupi-Português*. Rio de Janeiro: São José.

Bonvini, Emilio. (s/d) "Repères pour une histoire des connaissances linguistiques des langues africaines." In *Histoire Epistémologie Langage*. 18/11:127-148.

Braga, Henriqueta Rosa Fernandes. 1961. *Música Sacra Evangélica no Brasil (Contribuição à sua história)*. Rio: Cosmos.

Brown, Colin. 1999 [1968] *Filosofia & Fé Cristã*. São Paulo: Vida Nova.

Cardim, Fernão. 1939 [1625] *Tratados da terra e gente do Brasil*. [Introdução e notas: Baptista Gaetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia] São Paulo: Cia. Ed. Nacional.

Chauí, Marilena. 1999. *A nervura do real. Imanência e liberdade em Espinosa*. São Paulo: Cia. das Letras.

Chomsky, Noam. 1998. *Os caminhos do poder. Reflexões sobre a natureza humana e a ordem social*. [Trad: Elisabete Lacerda] Porto Alegre: ArtMed.

- Crosby, A.W. 1986. *Ecological Imperialism: the Biological Expansion of Europe, 900-1900*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dussen. Adriaen van der. 1947. *Relatório sobre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639). Suas condições econômicas e sociais*. [Trad: José Antonio Gonsalves de Mello, neto] Rio de Janeiro: Inst. do Açúcar e do Alcool.
- Edelweiss, Frederico G. 1969. *Estudos Tupis e Tupi-Guaranis. Confrontos e Revisões*. Rio de Janeiro: Brasiliiana.
- Ferrão, José E. Mendes. *A aventura das plantas e dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: 1992.
- Gerbi, Antonello. 1978. *La Naturaleza de las Indias Nuevas. De Cristóval Colón a Gonzalo Fernández de Oviedo*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Gonzalez, Justo L. 1995. *A era dos sonhos frustrados. Uma história ilustrada do cristianismo. Vol. 5*. São Paulo: Vida Nova.
- Guerra, Flávio. 1974. "Uma introdução aos estudos sobre a invasão holandesa no Brasil" In *Revista do Arquivo Público*. Pernambuco: Arquivo Público do Estado de Pernambuco: XI: 13: 67-74.
- Holanda, Sérgio Buarque de. 1969. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Ed. Nacional.
- Hovdhaugen, Even. 1996. *... and the Word was God. Missionary Linguistics and Missionary Grammar*. Münster: Nodus.
- Lessa, Vicente Themudo. 1937. *Maurício de Nassau, o Brasileiro*. São Paulo: Cultura Brasileira.
- Netscher, P.M. 1942. *Os holandeses no Brasil: notícia histórica dos Países Baixos e do Brasil no século XVII*. [Trad: Mario Sette] São Paulo: Ed. Nacional.
- Rodrigues, Ângela C.S. 2000. "Concordância verbal e saliência social no português popular em São Paulo" in *Estudos de sociolinguística brasileira e portuguesa*. Frankfurt am Main: TFM: 41-61.
- Rodrigues, Aryon Dall'Igna. 1986. *Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.

- Rodrigues, Aryon Dall'Igna. 1993. "Línguas indígenas: 500 anos de descoberta e perdas." In *D.E.L.T.A.*:9:1:83-105.
- Rodrigues, José Honório. 1949. *Civilização Holandesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional.
- Sousa, Gabriel Soares. 1971. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. [Comentários de Francisco Adolpho Varnhagen, 4ª ed.] São Paulo: Cia. Ed. Nacional/Edusp.
- Subbiondo, Joseph L. 1992. "From Babel to Eden: Comenius and the 17th-Century philosophical language movement." in Koerner, Konrad (ed.) 1992. *Historiographia Linguistica*. XIX: 2/3: 261-273.
- Taynay, Afonso de Escragnole e Matos, Odilon Nogueira de. 1999. *Zoologia Fantástica do Brasil (Séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Edusp/Museu Paulista da USP.
- Todorov, Tzvetan. 1999. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes.
- Treasure, Geoffrey. 1993. *The Making of Modern Europe — 1648-1780*. London: Routledge.
- Varnhagen, Francisco Adolfo. 1943. *História das lutas com os holandeses no Brasil. Desde 1624 a 1654*. São Paulo: Cultura.
- Wätjen, Hermann. 1938. *O domínio colonial holandês no Brasil*. [Trad: Pedro Celso Uchôa Cavalcanti] São Paulo: Brasiliense.
- Zumthor, Paul. 1959. *La Vie Quotidienne em Hollande au temps de Rembrandt*. Paris: Hachette.

Referências das Figuras

- Figura 1** – Eckhout, Albert. “Mameluca” in Acervo do Museu da Dinamarca, em Copenhague. [267 x 160 cm; reprodução feita pela Pinacoteca do Estado de S. Paulo].
- Figura 2** - A crow from the West-Indies, in Brazilian, Arara. in Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. (eds.) *Brasil Holandês. The Voyage of Caspar Schmalkalden from Amsterdam to Pernambuco in Brazil. Vol. II.* Rio de Janeiro: Index: 1998: 79.
- Figura 3** - Detail of daily life in Dutch-Brazil, Barlaeus, *Rerum in Brasilia gestarum historia*, 1647. Atlas Van Stolk Foundation, Rotterdam. in Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. (eds.) *Dutch Brazil. Documents in the Leiden University Library. Vol. I.* Rio de Janeiro: Index: 1997: 25.

- Figura 4** – Mapa do Brasil – 1595. [Biblioteca da Ajuda, Lisboa] in http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/cap_hereditarias.html
- Figura 5** - Detail of Brazilian map by Johan Blaeu Jr., around 1680. Detail from: *Nova et accurata Brasiliae totius tabula auctore Ioanne Blaeu I.F.* [New and accurate map of all of Brazil, by Johan Blaeu Jr.] Amsterdam: J. Blaeu Jr., ca. 1680. Etched drawing, in colours; 50 X 59 cm. Leiden University Library. in Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. *Dutch-Brazil. Vincent Joachim Soler's. Seventeen Letters. 1636-1643.* Rio de Janeiro: Index: 1999: 61.
- Figura 6** – Lista dos livros guardados no Armazém da Companhia no Recife, em junho de 1645. in Schalkwijk, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil Holandês, 1630-1654.* São Paulo: Vida Nova: 1989: 85.
- Figura 7** – Araticuponha. Pis in H.U.I., p. 141. Marg. in H.B., p. 93-149-150. in Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. (eds.) 1995. *Brasil – Holandês. Dutch-Brazil. Vol. V: Icones Animalium & Icones Vegetabilium.* Rio de Janeiro: Index: 97.
- Figura 8** – Portrait of Johan Mauritz von Nassau. Barlaeus, *Rerum in Brasilia gestarum historia, 1647.* Atlas Van Stolk Foundation. Rotterdam. in Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. (eds.). *Dutch Brazil. Vol.I. Documens in the Leiden University Library.* Rio de Janeiro: Index: 1997: 37.
- Figura 9** – “Caju” [Plate 56] in Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. (eds.). *Dutch – Brazil. Vol. II. The “Thierbuch” and “Autobiography” of Zacharias Wagener.* Rio de Janeiro: Index: 1997: 103.
- Figura 10** – Folha de rosto: *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae.* In Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. (eds.). *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae. Brasil – Holandês. Dutch-Brazil. Vol. IV.* Rio de Janeiro: Index: 1997: 12.
- Figura 11** – Folha de rosto: *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae.* In Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. (eds.). *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae. Brasil – Holandês. Dutch-Brazil. Vol. IV.* Rio de Janeiro: Index: 1997: 91.

- Figura 12** - Folha de rosto: *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*. In Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. (eds.). *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae. Brasil – Holandês. Dutch-Brazil. Vol. V*. Rio de Janeiro: Index: 1997: 3.
- Figura 13** - Folha de rosto: *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*. In Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. (eds.). *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae. Brasil – Holandês. Dutch-Brazil. Vol. V*. Rio de Janeiro: Index: 1997: 69.
- Figura 14** – Folha de rosto: *Historia Natvralis Brasiliae*. In Piso, Guilherme *História Natural do Brasil Ilustrada*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional: 1949 [1648]: XI.
- Figura 15** – Folha de rosto: *Rerum per octenium in Brasilia et alibi nuper gestarum [...]* In Barléu, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp: 1974: VII.
- Figura 16** – Folha de rosto: *Thier Buch* In In Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. (eds.). *Brasil – Holandês. Dutch-Brazil. The “Thierbuch” and “Autobiography” of Zacharias Wagener. Vol.II*. Rio de Janeiro: Index: 1997: 25.
- Figura 17** – Folha de rosto: *Gedenkweerdige Brasiliaense zee-em lant-Reize*. In Nieuhof, Joan. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp: 1981: 12.
- Figura 18** – Folha de rosto: *Caspar Schmalkalden [...] Pharnambuco in Brasil*. In Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. (eds.). *Brasil – Holandês. A Viagem de Caspar Schmalkalden de Amsterdã para èrnambuco no Brasil*. Rio de Janeiro: Index: 1998: 29.
- Figura 19** – Folha de rosto: *Cort ende sonderlingh Verhael Van eenen Brief van Monsieur Soler [...]*. In Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. (eds.). *Dutch Brazil. Vol I. Documents in the Leiden University Library*. Rio de Janeiro: Index: 1997: 38.
- Figura 20** - “Negra” in Acervo do Museu da Dinamarca, em Copenhague. [267 x 178 cm; reprodução feita pela Pinacoteca do Estado de S. Paulo]
- Figura 21** – “Da língua dos indígenas, conforme a gramática do Pe. José de Anchieta S.J.” in Marcgrave, George. 1942. *História Natural do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: 274-275.

- Figura 22** – “Japûi” in Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. (eds.) 1995. *Brasil – Holandês. Libri Principis. Volume I*. Rio de Janeiro: Index: 97.
- Figura 23** – [Índice das páginas, ms] in Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. *Brasil Holandês. Volume I e II. A Viagem de Caspar Schmalkalden de Amsterdã para Pernambuco no Brasil* Rio de Janeiro: Index: 1998.
- Figura 24** – [Índice das páginas, ms] “Theatrum rerum naturalium Brasiliae – vol. I” in Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. *Brasil Holandês. Volume IV*. Rio de Janeiro: Index: 1995.
- Figura 25** - [Índice das páginas, ms] “Theatrum rerum naturalium Brasiliae – vol. II” in Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. *Brasil Holandês. Volume IV*. Rio de Janeiro: Index: 1995.
- Figura 26** - [Índice das páginas, ms] “Theatrum rerum naturalium Brasiliae – vol. III” in Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. *Brasil Holandês. Volume V*. Rio de Janeiro: Index: 1995.
- Figura 27** - [Índice das páginas, ms] “Theatrum rerum naturalium Brasiliae – vol. IV” in Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. *Brasil Holandês. Volume V*. Rio de Janeiro: Index: 1995.
- Figura 28** – “Vocabulário Chileno” In Barléu, Gaspar. 1974. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp.
- Figura 29** – “Pequeno Dicionário dos nomes e verbos da língua dos Brasileiros principalmente comuns” in Marcgrave, George. 1942. *História Natural do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.
- Figura 30** – “Vocábulos Brasileiros” in Schmalkalden, Caspar. 1998. “Diário de Viagem” In *Brasil Holandês*. [Ed: Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo.] Rio de Janeiro: Index.
- Figura 31** – “Maracujá” in in Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. (eds.). *Dutch – Brazil. Vol. II. The “Thierbuch” and “Autobiography” of Zacharias Wagener*. Rio de Janeiro: Index: 1997: 89.
- Figura 32** – Post. Frans. 1612-1680. “Vrÿ Bvrg” [vista do Palácio de Friburgo, erguido pelo Conde de Nassau na confluência dos rios Capibaribe e Beberibe em 1642, obedecendo

ao traço do arquiteto Pieter Post] in Silva, Leonardo Dantas. *Brasil Holandês. Vol. I. Os desenhos de British Museum*. Petrópolis: Index: 2000.

Figura 33 – “labirv” in in Ferrão, Cristina e Soares, José Paulo M. (eds.) *Dutch Brazil. Vol. III. The Pictures in the Hoflössnitz “Weinberschlösschen”*. Rio de Janeiro: Index: 1997.